



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ**  
**CENTRO DE HUMANIDADES**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA**

**JOÃO PEDRO DE SANTIAGO NETO**

**TRANSFORMAÇÕES NO ARRANJO CRIMINAL E GESTÃO DOS CONFLITOS  
NAS PERIFERIAS: UM ESTUDO SOBRE JUVENTUDE E TRÁFICO DE DROGAS  
NO CONTEXTO DE DISPUTAS ENTRE FACÇÕES EM FORTALEZA (2015-2025)**

**FORTALEZA**

**2025**

JOÃO PEDRO DE SANTIAGO NETO

TRANSFORMAÇÕES NO ARRANJO CRIMINAL E GESTÃO DOS CONFLITOS NAS  
PERIFERIAS: UM ESTUDO SOBRE JUVENTUDE E TRÁFICO DE DROGAS NO  
CONTEXTO DE DISPUTAS ENTRE FACÇÕES EM FORTALEZA (2015-2025)

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia, da Universidade Federal do Ceará, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Doutor.  
Área de concentração: Sociologia.

Orientador: Professor Doutor César Barreira.

FORTALEZA

2025

## FICHA CATALOGRÁFICA

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação  
Universidade Federal do Ceará  
Sistema de Bibliotecas

Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

---

S226t Santiago Neto, João Pedro de.  
Transformações no arranjo criminal e gestão dos conflitos nas periferias : um estudo sobre juventude e tráfico de drogas no contexto de disputas entre facções em Fortaleza (2015-2025) / João Pedro de Santiago Neto. – 2024.  
243 f. : il. color.

Tese (doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Fortaleza, 2024.

Orientação: Prof. Dr. César Barreira.

1. Juventude.. 2. Facções criminosas. 3. Tráfico de drogas – Fortaleza (CE). 4. Periferias urbanas. 5. Conflitos sociais – Sociologia urbana. I. Título.

CDD 301

---

JOÃO PEDRO DE SANTIAGO NETO

TRANSFORMAÇÕES NO ARRANJO CRIMINAL E GESTÃO DOS CONFLITOS NAS  
PERIFERIAS: UM ESTUDO SOBRE JUVENTUDE E TRÁFICO DE DROGAS NO  
CONTEXTO DE DISPUTAS ENTRE FACÇÕES EM FORTALEZA (2015-2025)

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia, da Universidade Federal do Ceará, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Doutor. Área de concentração: Sociologia.

Aprovada em: 31 / 07 / 2025.

BANCA EXAMINADORA

---

Prof. Dr. César Barreira – Orientador  
PPGS - Universidade Federal do Ceará

---

Profa. Dra. Jânia Perla Diógenes de Aquino  
(avaliadora interna)

---

Prof. Dr. Leonardo Damasceno de Sá  
(avaliador interno)

---

Prof. Dr. Clodomir Cordeiro de Matos Júnior  
(avaliador externo)

---

Prof. Dr. Daniel Veloso Hirata  
(avaliador externo)

Dedico esta tese às juventudes periféricas que estão na “correria”, resistindo e sonhando todos os dias em meio às adversidades e à busca por sobrevivência. Aos que partiram cedo demais, mas cujas memórias permanecem vivas nas esquinas, nos muros e nas histórias contadas — em especial, *in memoriam* Pono.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço, em primeiro lugar, aos meus interlocutores e interlocutoras das periferias de Fortaleza, que confiaram em mim suas histórias, dores, esperanças e dilemas. Sem suas vozes, esta pesquisa simplesmente não existiria.

Meus sinceros agradecimentos a todos que me ofereceram apoio nesta longa e desafiadora caminhada, especialmente nos últimos anos, marcados por obstáculos e superações. Ao meu pai, João, e à minha irmã, Luciana, pelo apoio afetivo e constante incentivo ao trabalho — foi com a ajuda de vocês que consegui enxergar e aproveitar as oportunidades ao longo deste percurso. À minha mãe, por me ensinar, com sabedoria e exemplo, que paciência, determinação e perseverança são essenciais para enfrentar desafios e alcançar conquistas.

À minha companheira, por sua compreensão e amor, por estar ao meu lado nos momentos bons e difíceis, sempre me lembrando da importância de seguir.

Ao meu orientador, César Barreira, pela escuta generosa, pelos questionamentos instigantes e por respeitar os caminhos singulares desta investigação. À banca examinadora — Jânia Perla, Clodomir Cordeiro e Daniel Hirata — pela leitura atenta e contribuições valiosas que fortaleceram a versão final da tese.

Aos colegas e amigos do grupo de pesquisa, por compartilharem reflexões, afetos e inquietações que enriqueceram o processo. Aos professores e professoras que, desde a graduação, despertaram em mim o desejo por uma pesquisa crítica e comprometida.

À Universidade Federal do Ceará, por ser espaço de formação, embate e transformação — e ao estágio em Portugal, pelas experiências vividas e horizontes ampliados. À CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) e ao INViPS (Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia Violência, Poder e Segurança Pública) pelo apoio com bolsa de estudos.

E, por fim, às amigadas sinceras, que me acolheram nos momentos de cansaço e me ajudaram a continuar. Esta tese também é de vocês

## RESUMO

Esta tese investiga as transformações recentes no arranjo criminal e nas formas de gestão dos conflitos nas periferias de Fortaleza, Ceará, entre os anos de 2015 e 2025. A partir de uma abordagem socioantropológica — ancorada na análise de documentos, reportagens, dados oficiais, observação etnográfica e entrevistas com jovens envolvidos no "corre" da venda de drogas —, o estudo examina como a atuação de coletivos armados redesenhou o mercado varejista de drogas, redefiniu fronteiras territoriais e impactou de forma decisiva nas trajetórias juvenis nas margens urbanas da cidade. Parte-se da hipótese de que a intensificação das disputas pelo controle do tráfico provocou a capilarização das facções nos bairros populares, levando grupos locais a se alinharem a coletivos maiores em busca de proteção, reconhecimento e acesso a recursos. Nesse processo, novas formas de controle social, regulação da violência e resolução de *conflitos* passaram a organizar o cotidiano das periferias (Simmel, 1983). A tese analisa os modos de engajamento da juventude nesses processos, com atenção especial à ascensão do Comando Vermelho (CV) e ao episódio conhecido como “Golpe de Estado”, que desencadeou a consolidação do Tudo Neutro (TDN) no bairro investigado. Investiga-se como jovens se inserem nas redes do tráfico, participam de disputas e assumem funções estratégicas na mediação de tensões locais, atuando em contextos marcados por ameaças, vigilância constante e instabilidade. A partir de suas narrativas e experiências, busca-se compreender como produzem pertencimentos, acionam códigos de lealdade e atribuem sentidos à vivência da violência e do conflito faccional. Os resultados mostram que a presença das facções interfere diretamente na vida cotidiana das periferias, transformando práticas de circulação, lazer e convivência juvenil e moldando modos de viver, sonhar e sobreviver nas periferias urbanas. Essa presença reconfigura vínculos comunitários e *projetos de vida*, compreendidos como construções situadas, atravessadas por escolhas, restrições e negociações cotidianas (Velho, 2003), ao mesmo tempo em que intensifica lógicas de vigilância e controle que incidem sobre os corpos, os territórios e as condutas dos jovens (Foucault, 1975). Por fim, propõe-se uma leitura crítica da ascensão dos coletivos armados, questionando visões simplificadas sobre as facções e analisando seus efeitos sociais, políticos e subjetivos na vida de jovens marginalizados. Contribui para os estudos sobre juventude, violência e criminalidade urbana no Brasil, ao mostrar como os conflitos criminais são produzidos, negociados e vividos em territórios marcados por desigualdades.

**Palavras-chave:** juventude. tráfico de drogas – Fortaleza (CE); facções criminosas; periferias urbanas; conflitos sociais – Sociologia urbana

## ABSTRACT

This thesis investigates the recent transformations in the criminal arrangement and conflict management in the urban peripheries of Fortaleza, Ceará, between 2015 and 2025. Based on a socio-anthropological approach — grounded in the analysis of documents, news reports, official data, ethnographic observation, and interviews with young people involved in the drug trade (“no corre”) — the study examines how the actions of armed collectives reshaped the retail drug market, redefined territorial borders, and decisively impacted youth trajectories in the urban margins of the city. The central hypothesis is that the intensification of disputes over drug trafficking control led to the growing presence of criminal factions in working-class neighborhoods, prompting local groups to align with larger collectives in search of protection, recognition, and access to resources. In this process, new forms of social control, violence regulation, and conflict resolution began to shape everyday life in the peripheries (Simmel, 1983). The thesis analyzes how youth engage in these dynamics, with special attention to the rise of Comando Vermelho (CV) and the episode known as the “Golpe de Estado,” which triggered the consolidation of Tudo Neutro (TDN) in the studied neighborhood. It explores how young people enter drug trafficking networks, participate in disputes, and take on strategic roles in mediating local tensions, operating in contexts marked by threats, constant surveillance, and instability. Drawing from their narratives and lived experiences, the study seeks to understand how they construct senses of belonging, activate loyalty codes, and assign meaning to experiences of violence and factional conflict. The findings reveal that the presence of criminal factions directly affects daily life in the peripheries, transforming practices of mobility, leisure, and social interaction among youth, while shaping ways of living, dreaming, and surviving in urban margins. This presence reconfigures community ties and life projects, understood as situated constructions marked by choices, constraints, and daily negotiations (Velho, 2003), while intensifying logics of surveillance and control over youth bodies, territories, and behaviors (Foucault, 1975). Finally, the thesis offers a critical reading of the rise of armed collectives, challenging reductionist views of criminal factions and analyzing their social, political, and subjective effects on the lives of marginalized youth. It contributes to the field of youth, violence, and urban crime studies in Brazil by revealing how criminal conflicts are produced, negotiated, and experienced in territories shaped by structural inequalities.

**Keywords:** youth; drug trafficking – Fortaleza (CE); criminal factions; urban peripheries; social conflicts – Urban sociology.

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>11</b>
<b>2</b>	<b>METODOLOGIA.....</b>	<b>18</b>
<b>2.1</b>	<b>Condições de produção de pesquisa e construção do objeto.....</b>	<b>18</b>
<b>2.1.1</b>	<i>Memorial: situando o pesquisador.....</i>	<b>18</b>
<b>2.1.2</b>	<i>Juventude, Estilos de vida e Estereótipos .....</i>	<b>19</b>
<b>2.1.3</b>	<i>Desnaturalizar para Existir: Universidade, Racismo e Conflito de Classe.....</i>	<b>23</b>
<b>2.2</b>	<b>Imersões de Pesquisa em contexto de práticas desviantes .....</b>	<b>26</b>
<b>2.2.1</b>	<i>Facção: compreendendo o problema sociologicamente.....</i>	<b>30</b>
<b>2.2.2</b>	<i>Mudanças na cena criminal fortalezense .....</i>	<b>32</b>
<b>2.2.3</b>	<i>Dilemas da pesquisa em contextos “faccionados” .....</i>	<b>33</b>
<b>2.3</b>	<b>Experiências de pesquisa e dinâmicas criminais: métodos e técnicas.....</b>	<b>33</b>
<b>2.3.1</b>	<i>Dialogando com a bibliografia.....</i>	<b>34</b>
<b>2.3.2</b>	<i>Trabalho de campo .....</i>	<b>36</b>
<b>2.4</b>	<b>Dilemas Éticos na Pesquisa de Campo.....</b>	<b>37</b>
<b>2.4.1</b>	<i>Pesquisador/Morador: Limites e Complexidades.....</i>	<b>37</b>
<b>2.4.2</b>	<i>Testemunhando Violências .....</i>	<b>41</b>
<b>2.4.3</b>	<i>Técnicas e Artes da Entrevista .....</i>	<b>43</b>
<b>2.4.4</b>	<i>Interlocutores Chave.....</i>	<b>45</b>
<b>2.5</b>	<b>Público jovem e bairros pesquisados .....</b>	<b>46</b>
<b>2.5.1</b>	<i>Heterogeneidade e Juventude .....</i>	<b>47</b>
<b>2.5.2</b>	<i>Sobre os Espaços Escolhidos: conflitos e mobilidade .....</i>	<b>48</b>
<b>2.5.3</b>	<i>Andamento: técnicas utilizadas (2019-2022).....</i>	<b>49</b>
<b>2.5.4</b>	<i>Pandemia: novo cenário (2020-2022).....</i>	<b>51</b>
<b>2.5.5</b>	<i>Estágio de Doutorado / Portugal (2023-2025).....</i>	<b>52</b>
<b>3</b>	<b>MODERNIZAÇÃO URBANA, PERIFERIAS E COLETIVOS CRIMINAIS ....</b>	<b>56</b>
<b>3.1</b>	<b>O Ceará e sua capital: dados gerais .....</b>	<b>57</b>
<b>3.1.1</b>	<i>Desigualdade, Vulnerabilidade e Violência Urbana.....</i>	<b>59</b>
<b>3.1.2</b>	<i>Análise Sócio-histórica: seca, migrações e formação das periferias.....</i>	<b>60</b>
<b>3.1.3</b>	<i>Fortaleza, Migração e Segregações Urbanas .....</i>	<b>63</b>
<b>3.1.4</b>	<i>Modernização, Coronelismo e Brigas de Famílias no Ceará .....</i>	<b>65</b>
<b>3.2</b>	<b>Fortaleza: Desigualdades Socioespaciais e Conflitos Urbanos .....</b>	<b>69</b>
<b>3.2.1</b>	<i>Primórdios da Ocupação do Bairro Estudado.....</i>	<b>71</b>

3.2.2	<i>Rixas de Bairro, Estigmas Territoriais e Dinâmicas de Conflito</i> .....	73
3.2.3	<i>Culturas Juvenis: Drogas e lazer no bairro</i> .....	76
3.2.4	<i>Forró e Futebol: Territórios, pertencimentos e rivalidades</i> .....	79
3.3	<b>Formação de grupos nos bairros: resquícios e descontinuidades</b> .....	84
3.3.1	<i>Considerações Conceituais: Gangues de bairro e juventude</i> .....	85
3.3.2	<i>Históricos de Conflitos e Formação de Grupos de Bairro em Fortaleza</i> .....	86
3.3.3	<i>Galeras e Torcidas: Proibições dos Bailes e Rearticulações nas Periferias</i> .....	89
3.4	<b>Juventudes e Arranjos Contemporâneos da Criminalidade Urbana</b> .....	93
3.4.1	<i>Juventudes, Violência e Conflitos Armados no Bairro Estudado</i> .....	96
3.4.2	<i>O Comércio e Consumo de Drogas como Dimensões das Sociabilidades Juvenis</i> ...	97
3.4.3	<i>Tráfico Local e outras Dinâmicas da Criminalidade e Violência</i> .....	99
3.4.4	<i>Agentes da Repressão e Tráfico de Drogas</i> .....	102
3.4.5	<i>Caminhando junto com o Crime: alianças, proteção e cotidiano das periferias</i> ...	104
3.5	<b>Modernização e Tráfico: dinâmicas criminais nas periferias de Fortaleza</b> .....	107
3.5.1	<i>Importância das Rodovias e Transportes Terrestres</i> .....	108
3.5.2	<i>Rotas Aéreas (Conexões internacionais) e Tráfico em Fortaleza</i> .....	109
3.5.3	<i>CPI do Narcotráfico no Ceará</i> .....	112
3.5.4	<i>Mudanças Qualitativas: Tráfico e consumo nas periferias</i> .....	115
3.5.5	<i>Prisões, Intercâmbio e Aprendizado Criminal</i> .....	118
4	<b>EMERGÊNCIAS E INDÍCIOS SOBRE A FACÇÃO NOS BAIRROS</b> .....	121
4.1	<b>Histórico de Conflitos em Contextos Faccionais (2016-2019)</b> .....	121
4.1.1	<i>Tempos de Acordo de Paz</i> .....	121
4.1.2	<i>Retorno dos conflitos: clima suspeita</i> .....	123
4.1.3	<i>Truculência e Práticas Exemplares</i> .....	125
4.1.4	<i>Guerra e Mobilidade: expulsões em massa e restrição a serviços</i> .....	127
4.1.5	<i>Articulações e Ataques Orquestrados</i> .....	128
4.2	<b>Redes Criminais: “Quadrilha”, “Facções”</b> .....	129
4.2.1	<i>Facções, Tráfico e a Banalização das Categorias</i> .....	131
4.2.2	<i>Primeiros Indícios de Coletivos Criminais no Ceará</i> .....	135
4.2.3	<i>Indícios Etnográficos: Transformações Cotidianas e Alianças no Bairro</i> .....	138
4.2.4	<i>Caso John Lenon /Castor: Primeiros Sinais nas Áreas</i> .....	143
4.3	<b>Etnografias: Gestões e transformações do tráfico varejista</b> .....	146
4.3.1	<i>Fortalecer o Crime e o Tráfico Varejista</i> .....	146

4.3.2	<i>“Certo pelo Certo e o Errado será Cobrado”</i> .....	151
4.3.3	<i>Gestão do Crime nas Periferias</i> .....	151
4.3.4	<i>“Vestir a Camisa”: “Correria” e seus papéis</i> .....	154
4.3.5	<i>Narrativas sobre tráfico e ser “colocado na linha”</i> .....	156
4.3.6	<i>Livre Comércio e Monopólio: Quem pode e como?</i> .....	158
4.3.7	<i>Vamos adentrar a história de Misael: o desavisado do perigo (pedagogia das regras)</i> 160	
4.4	<i>“De Olho no Mundo: áreas “limpeza” para o “corre fluir”</i> .....	161
4.4.1	<i>O “Correria” e sua Missão no Território do Tráfico</i> .....	162
4.4.2	<i>Tráfico: Relatos de proteção e articulação</i> .....	163
4.4.3	<i>Compromisso de quem ‘passa os panos’ e papel dos Nóias na Consolidação do Mercado</i> .....	164
4.5	<i>Redes criminais, moralidades e consumo de drogas entre varejistas</i> .....	167
4.5.1	<i>Drogas Proibidas na Atividade: Crack e hypnol</i> .....	168
4.5.1.1	<i>Rohypnol e Valentia</i> .....	169
4.5.2	<i>Crack e a Atividade do Tráfico</i> .....	171
4.5.3	<i>Quantidade, Excessos e Efeitos: tolerância do álcool e maconha</i> .....	172
4.5.3.1	<i>Cannabis: exagero e vacilo</i> .....	173
4.5.4	<i>“Se Vacilar será Cobrado”</i> .....	174
4.5.5	<i>Moralidades: Espaços de consumo e proibições</i> .....	177
4.5.5.1	<i>Não dar “mal exemplo” e o controle do Consumo na Praça</i> .....	178
5	<i>“AGORA NÃO É MAIS CV, AS ÁREAS VIROU MASSA!”</i> .....	181
5.1	<i>Indícios e “Golpe de Estado”: Transformações do CV em Tudo Neutro</i> .....	181
5.1.1	<i>Contexto das Mudanças e Expansão (2020 – 2024)</i> .....	182
5.1.2	<i>Fragmentações Internas (Caso Alex e Neném)</i> .....	183
5.1.3	<i>“Golpe de Estado”: “Aqui a área virou Massa” (Caso Grilo e Pamela)</i> .....	185
5.1.4	<i>Bons Contatos, Boas alianças (Caso Jonas):</i> .....	187
5.2	<i>Transformações e Continuidades: CV para TDN</i> .....	190
5.2.1	<i>Aspectos Simbólicos e Fronteiras no Bairro</i> .....	191
5.2.2	<i>Autonomia e Ressignificação de Gestão</i> .....	194
5.2.3	<i>Livre Comércio e Restrições</i> .....	198
5.2.4	<i>“Nem é das Áreas e quer ser Correria”: vínculos sociais e acesso ao tráfico</i> .....	199
5.3	<i>Estratégias do Neutro: Expansão na Cidade (2020-2025)</i> .....	202

5.3.1	<i>“Fazer Dinheiro”: juventude e o corre no tráfico</i> .....	204
5.3.2	<i>“Não Podemos Confiar, tem que Matar” (Caso Zim)</i> .....	205
5.3.3	<i>Imprevisibilidade, Suspeita e Vigilância no Cotidiano das Áreas</i> .....	209
5.3.4	<i>Sair das Áreas: Estigma, Manchete e Tirar de Tempo</i> .....	212
5.3.5	<i>“Sujeitos Maiados Agem nas Entocas”</i> .....	215
5.3.6	<i>A Polícia e a Caça: sujeitos perseguidos e estratégias de sobrevivência</i> .....	217
6	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	222
6.1	<b>Caminhos metodológicos e desafios éticos (Capítulo 1)</b> .....	223
6.2	<b>Da formação dos bairros à consolidação do tráfico em Fortaleza (Capítulo 2)</b> ..	225
6.3	<b>Emergência do Comando Vermelho: reconfiguração da gestão criminal (Capítulo 3)</b> .....	226
6.4	<b>Repensando o Tudo Neutro: Autonomia e Pertencimentos (Capítulo 4)</b> .....	229
6.5	<b>Contribuições de pesquisa e caminhos futuros</b> .....	231
	<b>REFERÊNCIA</b> .....	233

## INTRODUÇÃO

A edição de 5 de julho de 2016 do jornal *Diário do Nordeste*<sup>1</sup>, a exemplo de outros periódicos de grandes cidades brasileiras, divulgou em uma de suas páginas a seguinte manchete: “Disputas entre facções criminosas fazem disparar os homicídios no Nordeste”. Notícias como essa, veiculadas diária e exaustivamente em diferentes meios e canais de comunicação, chamam nossa atenção para o aumento, ou percepção desse incremento, da chamada *violência criminal*<sup>2</sup>, que tem afetado diferentes regiões e estados brasileiros.

Diante de um novo arranjo criminal que se desenha no Nordeste brasileiro a partir do início da década de 2010, esta tese busca compreender sociologicamente, por um lado, as ressonâncias simbólicas da presença de grupos criminosos nas dinâmicas do crime em Fortaleza/CE e, por outro, a maneira como os jovens moradores da periferia têm vivenciado as transformações no tráfico varejista de drogas em seus bairros.

Encarada como um desafio para a democracia brasileira, a emergência de coletivos conhecidos como facções/comandos – que têm atuado, sobretudo, a partir da dinâmica do tráfico de drogas e de armas no Brasil – acabou tornando-se pauta de agenda política de diversos estados do Nordeste comprometidos com a guerra às drogas e preocupados com a expansão desses coletivos<sup>3</sup>. Diante do cenário de rivalidades entre facções que disputam os territórios de vendas de drogas nos bairros das capitais, tem chamado a atenção de acadêmicos, jornalistas e gestores o protagonismo de jovens moradores da periferia envolvidos na dinâmica do tráfico e dos conflitos armados, que os colocam como principais atores e vítimas dos ataques violentos mediados por grupos faccionais.

Tomando como pano de fundo as transformações inerentes à penetração de redes criminais atuando na gestão dos territórios e na dinâmica do mercado de drogas, buscamos investigar como traficantes varejistas passaram a se articular em suas “*correrias*” cotidianas de venda de *crack*, maconha e cocaína nas periferias de Fortaleza nos últimos 10 anos.

Desse modo, valorizando um olhar atento às condições históricas que tornaram

---

<sup>1</sup> Edição de 5 de julho de 2016 do periódico de maior circulação no estado do Ceará, Nordeste do Brasil.

<sup>2</sup> Segundo Michel Misse (2006a, p. 11), “em condições normais, na sociedade moderna a violência acaba por ser englobada por outra palavra – ‘crime’. Ao criminalizar o uso da força nos conflitos cotidianos, a modernidade a um só tempo dispôs a violência exclusivamente no Estado, seu legítimo detentor monopólico, para que ele arbitre judicialmente todos os conflitos internos à sociedade, e exigiu que os cidadãos abandonassem os recursos às armas e à força em suas pendengas cotidianas”. Nesse sentido, a violência urbana compreenderia, principalmente, práticas e conflitos criminalizados, e enfrentá-la significaria defrontar-se com o objeto da questão criminal.

<sup>3</sup> Nos últimos dez anos, os estados do Nordeste passaram a adotar políticas públicas voltadas à redução da criminalidade por meio de programas intersetoriais. Destacam-se o “Pacto por um Ceará Pacífico” (CE) e o “Pacto pela Paz” (MA), criados em 2015, além da Secretaria de Políticas de Prevenção à Violência e às Drogas (SPVD), instituída em Pernambuco em 2018.

possível a circulação de pessoas e de mercadorias ilegais necessárias para o recrudescimento do tráfico de drogas local, procuramos compreender como a articulação entre traficantes nacionais e internacionais atuantes em Fortaleza permitiram inflexões significativas nas maneiras de pensar e de agir dos jovens moradores da periferia.

Em um cenário de competição, busca pelo monopólio das vendas de drogas, tomadas de territórios e expulsões de rivais, em que o uso da violência se apresenta como recurso comum na mediação das relações do mercado de drogas, observamos o engajamento massivo de jovens. Inicialmente, nas facções Guardiões do Estado (GDE), Comando Vermelho (CV) e posteriormente, Tudo Neutro (TDN), que disputam e controlam a dinâmica do tráfico nos bairros de Fortaleza.

Dessa maneira, a nossa investigação se propõe a entender como os moradores dos bairros, sobretudo os jovens envolvidos na dinâmica criminal, passaram a conviver em seus territórios com: 1) a emergência<sup>4</sup> de amplas formas de articulação do tráfico de drogas, mediadas pelos coletivos; 2) o rearranjo das divisões dos bairros, orientado pela rivalidade entre as duas facções que buscam o monopólio em seus domínios territoriais; e 3) as novas maneiras de gerenciar conflitos que, em seus efeitos, proporcionaram mudanças significativas nas mobilidades e maneiras de vivenciar a cidade.

Neste sentido, notamos que, no início dos anos 2010, a emergência de dois dos principais coletivos, articulados entre lideranças que controlam o tráfico na cidade, possibilitaram, além do recrudescimento dos *lucros*, diversidade e ofertas de drogas, mudanças significativas nos compromissos, direitos e deveres inerentes à dinâmica do mercado varejista dos bairros da periferia.

Desta maneira, uma das hipóteses iniciais apreendidas durante a pesquisa é a de que houve um processo de capilarização, no qual os pequenos grupos de traficantes locais, compostos em sua maioria por jovens, tiveram que aderir aos coletivos com o intuito de fortalecer os seus lucros e garantir proteção contra ameaças de inimigos. Por conseguinte, os membros dos grupos locais, para se engajar no tráfico e participar das vantagens econômicas, tiveram que optar por se aliar a um dos coletivos que controlam a oferta de drogas e de armas

---

<sup>4</sup> Durante a tese debateremos como tornou-se possível a emergência dos coletivos, em suas articulações, normas e práticas. Neste sentido, compartilho com Foucault (1979) “As diferentes emergências que se podem demarcar não são figuras sucessivas de uma mesma significação; são efeitos de substituição, reposição e deslocamento, conquistas disfarçadas, inversões sistemáticas. Se interpretar era colocar lentamente em foco uma significação oculta na origem, apenas a metafísica poderia interpretar o devir da humanidade. [...] E a genealogia deve ser a sua história: história das morais, dos ideais, dos conceitos metafísicos, história do conceito de liberdade ou da vida ascética, como emergências de interpretações diferentes. Trata-se de fazê-las aparecer como acontecimentos no teatro dos procedimentos.” (Foucault, 1979, p. 15)

na cidade.

Desse modo, o engajamento de jovens no mercado de drogas passou a ser mediado por princípios de fidelidade econômica e política, baseados na união entre membros do mesmo coletivo e hostilidade contra inimigos. Sendo assim, nosso pressuposto é que essa adesão de grupos locais às facções provocou inflexões que ressignificaram as formas de *gestão* dos territórios do tráfico, transformando os pertencimentos e a participação dos jovens nos compromissos de ataques e defesas<sup>5</sup>.

Além da capilarização entrelaçada no processo de adesão por parte dos jovens à atividade do tráfico e aos coletivos, outra hipótese que tem se mostrado relevante nesta tese é a de que houve mudanças significativas na maneira como os conflitos passaram a ser geridos nas periferias da cidade. Articulados por meio de debates, lideranças dos coletivos passaram a tomar decisões em conjunto sobre diversos conflitos com forte repercussão no cotidiano dos bairros. Casos de briga entre vizinhos, violência doméstica, roubos e furtos passaram a ser “colocados na linha”<sup>6</sup>, sob análise de membros das facções que trouxeram para si a capacidade de organizar julgamento e decretar formas de punição e de controle.

Dentre as várias situações conflituosas debatidas, neste trabalho focaremos apenas naquelas que tiveram como pauta a ameaça ao andamento dos lucros do tráfico varejista. Por essa lógica, a ideia é tentar entender as maneiras como ocorre essa articulação em torno dos conflitos que possibilitaram, em seus efeitos, mudanças significativas na operacionalização das disputas ligadas ao engajamento dos jovens na atividade do tráfico de drogas na cidade<sup>7</sup>.

Dessa forma, entender como é o “andar pelo certo” – ou seja, conforme normas de conduta baseadas em lealdades e compromissos agenciados pelos integrantes da facção – leva-nos a pensar em como jovens varejistas têm participado das gestões dos conflitos locais das vendas, tanto como testemunhas quanto como acusadores ou acusados de casos de quebra de regras.

Sendo assim, este trabalho se propõe, por um lado, a investigar as transformações

---

<sup>5</sup> Para refletirmos sobre os principais eventos que apontam para o processo de mudança sobre as formas de *controle* que gerenciam os espaços e os comportamentos dos moradores dos bairros, nos embasaremos em Michel Foucault (1998) e David Garland (2009), que apresentam possibilidades imaginativas sobre os *dispositivos* articulados pela maneira de dominar, controlar e vigiar as áreas em que atuam.

<sup>6</sup> Sintonizados com lideranças de outros bairros pertencentes à mesma facção, membros dos grupos locais passaram a comandar a venda das drogas a partir de práticas de controle e atuação que tentavam garantir o andamento dos lucros do tráfico por meio de ações coordenadas, visando à proteção dos negócios e hostilidades contra inimigos, redesenhando os pertencimentos da cidade.

<sup>7</sup> Nesse sentido, o diálogo com autores como Georg Simmel (1983) para entendermos a natureza do *conflito*, como fenômeno associativo, nos ajuda a refletir sobre os princípios que unem os jovens na lealdade a uma facção em contextos marcados pela violência.

no arranjo criminal, a partir de uma breve contextualização histórica sobre as articulações e atuações de grupos tidos como ameaçadores da ordem pública no Ceará, tomando como caso específico a cidade de Fortaleza. Por outro lado, pretende-se contribuir com a problematização sobre apreciações naturalizadas em torno do que tem sido chamado de facção, que tendem a criminalizar e a perseguir setores pobres da população, sobretudo jovens de origem negra e indígena, de baixa escolaridade e qualificação profissional, moradores da periferia.

Dessa maneira, diante dos cenários de operações policiais e empreitadas de grupos rivais, valorizamos um olhar atento às maneiras como jovens vivenciam e enxergam os conflitos em torno da atividade do tráfico. Em diálogo com narrativas jornalísticas e acadêmicas, lançamo-nos em uma observação sobre os detalhes das experiências daqueles que muitas vezes são vistos como marginalizados ou vagabundos. Jovens comuns que nos ajudam a pensar as transformações da cidade a partir de suas perspectivas sobre como tiveram que readequar os seus pertencimentos e trajetos em um contexto de modificação na dinâmica dos conflitos ligados aos coletivos criminais.

Pontuando eventos que podem ser considerados como *acidentes*, *rupturas* e *deslocamentos*, buscamos entender as diferentes formas de decisão sobre os conflitos ligados ao tráfico e os dispositivos de controle que têm demarcado práticas como expulsões, homicídios e acolhimentos em territórios geridos pelos coletivos na região de alguns bairros da periferia da cidade<sup>8</sup> (Foucault, 1979).

Dessa forma, esta tese procurou ser organizada da maneira descrita a seguir:

**Capítulo 1:** dividido em duas partes. Na primeira, apresentamos a trajetória do pesquisador, destacando os dilemas e tensões vivenciados na condição dupla de morador e pesquisador do bairro investigado. Em seguida, exploramos as inquietações que emergem diante das transformações nos territórios periféricos de Fortaleza, especialmente aquelas relacionadas às dinâmicas de disputa entre grupos vinculados ao tráfico de drogas.

Na segunda parte, discutimos os caminhos metodológicos que sustentam a abordagem sociológica adotada. Apresentamos a coleta e análise de fontes jornalísticas, documentais e acadêmicas, e destacamos a centralidade da etnografia, enfatizando a observação participante, entrevistas e a imersão no cotidiano dos bairros estudados. Procuramos expor os principais instrumentos de investigação e os percursos que articularam dados empíricos e

---

<sup>8</sup> Como será destacado mais à frente, durante o trabalho de campo, tive a oportunidade de observar como a articulação entre criminosos em suas decisões podem estimular tanto práticas violentas quanto não violentas de atuação. Geralmente entre os pares, as resolutividades buscam restaurações e a tentativa de amenizar os danos entre as partes em conflito. Em situações, por exemplo, envolvendo rivalidades e casos de delações, a atuação da facção pode agir como potencializadora de agressões.

referenciais teóricos sobre a atuação dos coletivos criminais na cidade.

**Capítulo 2:** dedicado à compreensão das transformações urbanas e sociais que marcaram Fortaleza nas últimas décadas, com ênfase na formação das periferias, na emergência de grupos armados juvenis e na reconfiguração contemporânea do tráfico de drogas.

Na primeira parte, traçamos um panorama histórico e socioeconômico do Ceará e de sua capital, abordando crescimento demográfico, processos migratórios e expansão urbana. Discutimos como ciclos de modernização e investimentos em infraestrutura impulsionaram a circulação de mercadorias e pessoas, aprofundando desigualdades e vulnerabilidades, especialmente nas margens da cidade. A partir do estudo de um bairro específico, analisamos disputas territoriais, estigmas espaciais e práticas juvenis de lazer e sociabilidade marcadas por conflitos e rivalidades locais.

Na segunda parte, investigamos como esse crescimento urbano criou condições que tornaram possível a *emergência* de grupos associados à violência e criminalidade. Em vez de buscar uma linearidade histórica, discutimos *continuidades* e *rupturas* entre galeras, gangues, torcidas e os arranjos atuais dos grupos armados (Foucault, 1976). Analisamos suas formas de organização, códigos de pertencimento e os sentidos atribuídos por jovens à sua inserção nesses coletivos e participação nas dinâmicas locais do tráfico varejista de drogas

Na terceira parte, com base em estudos, reportagens e dados oficiais de apreensões, abordamos as infraestruturas logísticas que integram Fortaleza ao circuito do tráfico internacional, como rodovias, portos e aeroportos. Discutimos os impactos das conexões entre facções<sup>9</sup> locais e nacionais sobre a territorialização do mercado de drogas nas periferias e o papel central das juventudes nas redes de aliança, proteção e enfrentamento entre grupos rivais.

**Capítulo 3:** Neste capítulo, analisamos a emergência do Comando Vermelho (CV) em Fortaleza entre 2016 e 2019, articulando fontes jornalísticas e o material empírico coletado em campo. Destacamos eventos que sinalizam mudanças estruturais na dinâmica do tráfico de drogas na cidade, com ênfase no papel da juventude nesse processo. A partir da formação de rivalidades entre grupos armados, discutimos como a adesão massiva de jovens ao CV redefiniu alianças e inimizades, impactando os repertórios comunicacionais e as formas de sociabilidade nas periferias.

Na segunda parte, debatemos como o termo “facção” ganhou centralidade nos

---

<sup>9</sup> Ao longo do texto, ao utilizar o termo “facção”, refiro-me a coletivos criminosos armados que passaram a dominar o tráfico de drogas nas periferias, ganhando maior visibilidade no Nordeste a partir de 2016. Em algumas passagens, o termo aparece acompanhado da expressão “facções criminosas”, destacando essa característica específica.

discursos midiáticos, científicos, jurídicos, políticos e populares, sendo associado à redes envolvidas em práticas como tráfico de drogas, armas e homicídios. Com base nas vivências dos jovens no bairro pesquisado, analisamos as transformações nas cartografias dos conflitos e as alianças construídas no processo de territorialização do CV.

Por fim, abordamos a dinâmica do tráfico varejista e as formas de gestão dos conflitos locais. Colocando a juventude no centro da análise, discutimos os mecanismos de vigilância e disciplinamento que regulam o cotidiano do tráfico, para além da coerção física. Inspirados em Foucault (1975), mostramos como o controle se expressa em regras, rotinas e sanções internas que disciplinam as condutas dos jovens. A busca pelo monopólio das vendas por parte do Comando Vermelho redefine papéis, exigindo aos “correrias” compromissos e buscas pela sobrevivência em meio a diversos riscos de prisões e mortes.

**Capítulo 4:** exploraremos o momento em que o bairro estudado virou Tudo Neutro. Neste capítulo, a análise será desenvolvida a partir de três eixos interligados, que se entrelaçam ao longo do tempo e do espaço, refletindo tanto rupturas quanto ressignificações nos modos de organização, circulação e relação com o tráfico de drogas no contexto da emergência do Tudo Neutro nas periferias de Fortaleza.

Na primeira seção, exploramos o contexto de mudanças, conflitos, rupturas e rearticulações que possibilitaram a ascensão e o domínio territorial do Neutro em diversas regiões de Fortaleza. Com base em dados etnográficos adquiridos a partir de vivências com jovens atuantes em grupos locais do bairro investigado, analisamos aquilo que antes permeava apenas o imaginário dos membros do Comando Vermelho – o “Golpe de Estado” tornou-se realidade. Examinamos os primeiros indícios do espraiamento do Tudo Neutro na região estudada, atentando para os efeitos dessa nova configuração sobre os códigos simbólicos e as fronteiras anteriormente estabelecidas entre grupos, territórios e identidades. Discutimos também os impactos dessas mudanças sobre a autonomia dos grupos locais e suas estratégias de reorganização diante dos conflitos e das possibilidades de gestão do tráfico.

Na segunda sessão, analisamos os efeitos dos acordos mercadológicos entre grupos do tráfico, com foco nas novas restrições e permissões ligadas ao abastecimento e controle dos pontos de venda, especialmente no contexto de redefinição das fronteiras territoriais do Tudo Neutro. Nesse processo, destaca-se o reconhecimento daqueles que “lutaram” e conquistaram legitimidade local, com base em trajetórias marcadas por coragem e lealdade em momentos de conflito. As articulações entre lideranças dos coletivos revelam uma hierarquia que estrutura um campo de disputas por posição e reconhecimento. Inseridos nesse campo, os jovens

incorporam *habitus* que orientam práticas, percepções, modos de agir e circular nos territórios da cidade. Assim, o tráfico varejista se mostra não apenas como atividade econômica, mas como um espaço social regulado por códigos e relações de poder (Bourdieu, 1983; 2004).

Por fim, na terceira parte, analisamos os impactos da pandemia de COVID-19 nas dinâmicas do tráfico, com ênfase nas oscilações do mercado de drogas e na persistência dos confrontos armados. O foco recai sobre o cotidiano do tráfico varejista, evidenciando como os conflitos afetaram o funcionamento dos pontos de venda, os códigos de convivência e os sistemas locais de vigilância, com efeitos diretos na mobilidade dos jovens. Exploramos as formas de controle interno sobre a circulação de pessoas — clientes, moradores, transeuntes e agentes do Estado — e as estratégias coletivas de proteção ativadas diante das tensões. Também discutimos os efeitos da modernização urbana sobre o tráfico, destacando o papel de tecnologias como celulares, redes sociais, Pix e câmeras de vigilância na consolidação do mercado de drogas e na gestão territorial exercida pelo coletivo Tudo Neutro (TDN).

**Capítulo 5:** apresentamos as considerações finais da tese, retomando de forma articulada os principais argumentos desenvolvidos ao longo da pesquisa. Destacamos as contribuições do estudo para a compreensão das transformações recentes no arranjo criminal nas periferias de Fortaleza, com ênfase no papel da juventude nas dinâmicas do tráfico de drogas e nas disputas entre facções. Ao reunir os elementos empíricos e teóricos discutidos, evidenciamos como a faccionalização dos territórios, os conflitos armados, as estratégias de vigilância interna e a repressão estatal afetam diretamente a vida dos jovens e a gestão dos conflitos urbanos. Por fim, apontamos possíveis direções para pesquisas futuras e pensar alternativas capazes de reduzir as violações de direitos que marcam milhares de trajetórias juvenis dos moradores das periferias que convivem com a violência entrelaçadas ao tráfico de drogas.

## METODOLOGIA

### 1.1 Condições de produção de pesquisa e construção do objeto

Neste capítulo, para o melhor entendimento sobre as escolhas metodológicas, realizamos uma breve retrospectiva sobre como se deu a aproximação com o tema e a construção do problema de pesquisa<sup>10</sup>. Diante dos desafios das mudanças da realidade estudada, inicialmente destaca-se, em primeira pessoa, um relato sobre as estratégias metodológicas que foram reelaboradas pelo pesquisador em suas experiências de investigação. Desse modo, apresentamos uma breve contextualização de como se deu a imersão do pesquisador nos estudos sobre grupos<sup>11</sup> tidos como *desviantes* (Becker, 2008) em seu percurso de vida para, em seguida, destacar as mudanças e alguns desafios acadêmicos que possibilitaram a construção do objeto desta tese sobre jovens e coletivos criminais em Fortaleza. Em seguida, destacamos os desafios e as técnicas adotadas ao longo de cinco anos de pesquisa, com ênfase na forma como os dados foram construídos em campo. A combinação entre revisão bibliográfica, observações diretas, entrevistas e interações com interlocutores foi guiada pelas dinâmicas específicas dos coletivos criminais, evidenciando os dilemas éticos envolvidos na aproximação e na imersão em contextos marcados por vulnerabilidade e risco. Sendo assim, iniciamos a presente narrativa.

#### 1.1.1 Memorial: situando o pesquisador

Sou natural de Fortaleza, Ceará, filho de pai motorista de caminhão e mãe trabalhadora doméstica<sup>12</sup>, que vieram do interior para a capital em busca de trabalho e melhores condições de vida na década de 1970. Moro desde que nasci (1989) em um bairro que está sendo o lócus da minha pesquisa de doutorado. Assim como boa parte dos moradores desse bairro, meus pais, de origem campesina, descendentes de indígenas e negros dedicados ao trabalho na agricultura, encontraram em um bairro desvalorizado no mercado imobiliário e distante do centro e das indústrias da cidade a oportunidade de obter sua moradia própria e, assim, constituir

---

<sup>10</sup> Sobre o processo de construção do objeto e os dilemas teóricos/metodológicos de compreensão do mundo social, Bourdieu destaca que: A divisão << teoria >> / << metodologia >> constitui em oposição epistemológica uma oposição constitutiva da divisão social do trabalho científico num dado momento. Penso que se deve recusar completamente esta divisão em duas instâncias separadas, pois estou convencido de que não se pode reencontrar o concreto combinando duas abstrações. (Bourdieu, 1983, p. 24)

<sup>11</sup> Graduação (usuários de *crack*), mestrado (traficantes de cocaína e maconha) e, atualmente, doutorado (jovens envolvidos em coletivos criminais).

<sup>12</sup> Assim como muitas adolescentes de sua geração, minha mãe migrou para trabalhar “em casa de família” de patrões brancos da classe média, recebendo a maior parte de seu pagamento em moradia, alimentação, roupas e o direito de visitar a própria família algumas vezes no ano.

uma família. A maioria de seus moradores eram pessoas desprovidas de recursos financeiros que chegaram de pequenos municípios do interior do Ceará para trabalhar como pedreiros, garçons, vigilantes, barbeiros, manicure, mecânicos, comerciantes, entre outros.

A grande cidade Fortaleza representava para muitos desses “retirantes” um lugar de oportunidades, ao mesmo tempo que apresentava diversos perigos e incertezas, frutos de um racismo<sup>13</sup> que os colocam como principais alvos da falta de assistência pública e da violência urbana. Tendo que trabalhar fora, muitos pais tentavam evitar ao máximo que seus filhos permanecessem nas ruas, ambiente considerado hostil, por receio de que se envolvessem com grupos delituosos, conflitos violentos e tráfico/consumo de drogas.

Isso me intrigava e chamava minha atenção, causando muita curiosidade, porque, mesmo com o receio e controle por parte dos meus pais, costumei sempre estar em ruas, esquinas, áreas verdes e praças, realizando longos diálogos com outros jovens e desfrutando de atividades como soltar pipa e pião, jogar futebol e sinuca, andar de bicicleta e a cavalo. Dessa maneira, o prazer de estar em contato com o mundo e as amizades cultivadas nos espaços públicos do meu bairro de origem acabaram por me influenciar na escolha de uma das técnicas de pesquisa, que veio a ser a observação direta junto aos jovens que moram, frequentam e conhecem a história da região.

### ***1.1.2 Juventude, Estilos de vida e Estereótipos***

Durante a minha adolescência e início da juventude, passei a me identificar cada vez mais com as “galeras”<sup>14</sup> do bairro, frequentando espaços de encontro muitas vezes vistos negativamente por outros moradores como sendo lugares de “marginais”/“vagabundos”. Nesses locais compostos em sua maioria por jovens, filhos de pessoas vindas do interior, negros e pardos, de baixos salários e escolaridade, estar acompanhado da “galera” era poder compartilhar linguagens e experiências específicas das ruas dos bairros. As gírias, o jeito de andar, a maneira de se vestir e o gosto por *rap*, *reggae* e *rock* delineavam nossos estilos e visões de mundo, que eram vistos como típicos de vagabundos ou, para usar uma linguagem mais rotulante, como

---

<sup>13</sup> Mbembe (2014) analisa como o conceito de raça, construído para classificar e hierarquizar populações pela cor da pele, sustentou a lógica de exploração colonial e impulsionou o capitalismo moderno. Para o autor, a raça tem sido uma ferramenta de desumanização, transformando pessoas em mercadorias e justificando sua exploração, marginalização e morte. Para Mbembe, no capitalismo, o racismo não apenas nega a humanidade do outro, mas também legitima a opressão e a exploração econômica, unindo mercado e dominação racial.

<sup>14</sup> Termo nativo comumente utilizado para se referir a um grupo de pessoas, em sua maioria jovens, que costumam frequentar os mesmos espaços e mantêm relações de amizade capazes de despertar sentimentos de união e pertencimento.

coisas de “pirangueiros<sup>15</sup>”.

Até então, não tinha a sensibilidade para reconhecer que minhas roupas, músicas, jeito de andar e falar, e a convivência com amigos do bairro faziam parte de uma cultura negra. Embora fôssemos perseguidos por policiais e discriminados pela sociedade, não relacionávamos isso a classe social, cor da pele ou lugar de origem, mas ao fato de morarmos em áreas marginalizadas e por andar com pessoas que ocasionalmente se envolviam em delitos. Naturalizávamos o rótulo de "vagabundo" e tentávamos evitar as perseguições e violência frequentemente dirigidas às classes populares do Brasil.

Ao nos movermos pela cidade, tínhamos o discernimento que não éramos das classes ricas, porque percebíamos diariamente o contraste entre os estilos dos moradores dos bairros abastados e os nossos. Quando íamos a shopping, ou bairros ricos, sabíamos que aqueles lugares não eram feitos para nós que não tínhamos dinheiro para consumir como a classe média. Muitas vezes, dependíamos de caronas ou evitávamos pagar ônibus porque nosso dinheiro era limitado. Alguns de nós recorriam a pequenos furtos ou ao comércio de drogas para garantir o básico e financiar passeios a praias, estádios e shows. Embora a diferença de cor e segregação socioespacial fosse evidente, não a ligávamos diretamente ao preconceito, mas à nossa condição de filhos de interioranos pobres.

Expressando tensões entre distintas culturas juvenis atravessadas por desigualdades de classe, raça e território, percebíamos claramente a existência de um mundo do qual estávamos excluídos: o dos “playboys”, jovens brancos de famílias ricas que, sem grandes esforços, acessavam carros, roupas caras, bons empregos e moradias confortáveis. A identificação desses sujeitos passava não apenas pela aparência — vestimenta, cor da pele —, mas também por seus modos de falar, andar e pelos espaços que frequentavam, geralmente privados e afastados das realidades das periferias onde vivíamos.

Enquanto nós aprendíamos cedo a trabalhar, lidar com a violência urbana e a enfrentar o racismo cotidiano<sup>16</sup>, eles viviam protegidos pela estabilidade financeira e pelo distanciamento social. Como afirma José Machado Pais, as culturas juvenis se manifestam por meio de práticas, estilos e formas de sociabilidade que, ao desafiar normas dominantes, também revelam as estruturas de exclusão que marcam profundamente a experiência juvenil (Pais,

---

<sup>15</sup> Termo nativo depreciativo comumente utilizado entre moradores da periferia para definir aqueles que possuem práticas repudiáveis, como roubar ou trapacear amigos, conhecidos ou familiares. No sentido convencional, reproduzido pela mídia pelas elites, geralmente “pirangueiro” é utilizado para se referir a negros e pardos moradores da periferia que são marginalizados e vistos como sujeitos potencialmente perigosos no contexto das relações hierárquicas da cidade.

<sup>16</sup> Notamos que a dimensão racial aparece muitas vezes disfarçada por categorias nativas que delimita quem é da elite e quem é das classes populares.

2000).

A sociabilidade no esporte ocorreu, especialmente, por meio do futebol e do *surf*<sup>17</sup>, o que permitiu uma maior aproximação com jovens de outros bairros, além de possibilitar uma maior mobilidade de acesso a outras regiões, expandindo assim minha rede de contatos. Ademais, fazer parte de um grupo de torcida organizada e poder participar de idas ao estádio em dias de jogos de futebol junto a outros torcedores facilitou uma maior aproximação com a realidade das rivalidades entre grupos dos bairros, que se organizava a partir das torcidas.

Entretanto, se por um lado tínhamos múltiplas experiências de lazer, por outro, as possibilidades de conflitos e violência permeavam nossas vivências nos bairros. Dessa forma, estar junto com pessoas que ocasionalmente se envolvem em certos delitos muitas vezes significava compartilhar o risco de ser vítima dos conflitos violentos que permeiam o cotidiano dos jovens dos bairros da periferia.

Em um contexto de confronto entre gangues rivais, tráfico de drogas e abordagens policiais, aprender a se defender e sair intacto dos conflitos era uma das premissas para conviver nesses ambientes das ruas de Fortaleza. Apesar da violência policial, prisões e discriminações constantes, nesse jogo de astúcia e estratégias diante de abordagens policiais e tiroteios havia certo entusiasmo em compartilhar momentos de aventuras e camaradagens com outros jovens que também costumavam enfrentar diversas situações de violências e estigmatizações.

Era comum conversarmos sobre acontecimentos vivenciados, como o de entrar em lojas e ser perseguidos por seguranças; ser expulso de determinados ambientes; fugir e ser agredido pela polícia; participação de confrontos entre grupos. Lembro-me de uma das vezes que fui acusado de roubo na rua e tive a coragem de realizar uma denúncia formal na delegacia. Como resultado, de vítima, passei a ocupar o lugar de interrogado pelo delegado, que também estava tentando me acusar de roubo. Enfim, uma série de discriminações ligadas à cor da pele, ao jeito de falar/andar e ao lugar de origem e moradia – que eu achava que eram algo natural, não relacionado à violência, mas que com o ingresso na universidade pude problematizar<sup>18</sup>.

---

<sup>17</sup> O *surf* continua sendo algo primordial na forma como enxergo a vida e me relaciono com a pesquisa. Minha paixão pelo esporte me transformou em um entusiasta, sempre disposto a incentivar outros jovens a experimentarem a conexão com o mar e as boas ondas. Com frequência, levava amigos que costumavam passar o tempo nas esquinas para conhecer diferentes praias. Muitos se encantavam com o contraste entre a realidade do bairro e a vivência em lugares que antes lhes pareciam distantes. Ao som do reggae, conversávamos sobre como a vida poderia ser mais leve e saudável — momentos que, ainda que breves, nos faziam transcender e refletir sobre os conflitos e tensões das ruas onde crescemos.

<sup>18</sup> Bomfim (2020) em seu texto intitulado “Ser negro no Ceará: dor, racismo e resistência” destaca a importância do processo de conscientização das origens negras, fomentado pelo sistema de ensino superior e movimentos sociais na construção da luta antirracista cearense. Neste sentido, embora não tenha me engajado em grupos políticos antirracista, reconheço que a universidade foi fundamental para que eu me percebesse como um intelectual negro e passasse a identificar os aspectos estruturais do racismo presentes em muitas das minhas

Andar pelas ruas sozinho ou com outros jovens frequentemente despertava o medo naqueles que nos encaram como suspeitas, seja andando a pé, de bicicleta ou moto. Muitos diziam que a gente era “manchete” ou “para camburão” para se referenciar a nós como suspeito, propenso a abordagens policiais ou desconfiança de populares. Sempre que corria pelas ruas, escolhia com cuidado os trajetos e horários, não apenas para evitar acidentes, mas, sobretudo, para não ser confundido com um ladrão em fuga e acabar levando um tiro ou sendo atropelado.

Em casa, costumávamos assistir programas policiaiscos que, diariamente, mostravam em suas telas corpos executados estirados no chão e mães desesperadas chorando a morte dos seus entes. Nesses espetáculos televisivos, intrigava-me a maneira como garotos mortos ou presos eram expostos nas vozes dos apresentadores como “vagabundos” e “jovens envolvidos com droga e com o crime”. Rostos esses que pareciam com os dos meus amigos do bairro. Casos de assaltos, confrontos entre gangues, homicídios e tráfico de drogas ganhavam as telas, contribuindo e criando uma imagem negativa dos moradores dos bairros da periferia fortalezense.

Isso me despertava a atenção, pois percebia em meus colegas que, apesar de terem contato com certos delitos, as suas vidas eram muito mais que os estereótipos criminalizantes construídos pela mídia. Amigos que, por casos fortuitos, tiveram seus destinos permeados por privações, perdas, sofrimentos, reclusões<sup>19</sup>. Alguns, pais e mães muito jovens que tiveram seus projetos interrompidos por conta das adversidades ligadas à violências e múltiplas vulnerabilidades que permeiam as maneiras como a juventude vivencia as experiências na cidade.

Apesar de ter dedicado boa parte do meu tempo ao trabalho durante a adolescência, a combinação de uma estabilidade afetiva, o trabalho regular e a organização financeira por parte da minha família me proporcionaram a oportunidade de ingressar na universidade e, mais tarde, realizar pesquisas sociais no bairro onde cresci. Dessa forma, os estudos nesse contexto fortaleceram minha conexão às pessoas da minha localidade e proporcionaram compreensões importantes sobre vários dilemas que enfrentamos juntos, como situações de racismo<sup>20</sup>.

---

vivências e nas de amigos do bairro. Lembro como foi impactante o meu primeiro contato com a leitura de Fernandes (1978) em “A Integração do Negro na Sociedade de Classes”, no qual tornou-se mais nítidos os desafios enfrentados pelos negro em nossa sociedade brasileira de tradição escravocrata permeado por resquícios de violência.

<sup>19</sup> Estudo realizado pelo O Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência (CCPHA) em 2016 para compreender os elevados índices de homicídios contra crianças e adolescentes no Ceara em 2015 apontaram que, dos adolescentes assassinados em Fortaleza, 69% eram negros; 29%, brancos; e 2% de outras etnias/raças. Também temos que 55% dos adolescentes mortos eram filhos de mulheres que foram mães ainda na adolescência. Ao cuidar de outras crianças, elas se tornam mais vulneráveis, enquanto também vulnerabilizam os filhos.

<sup>20</sup> Apesar de meu pai valorizar trabalhos braçais, a patroa da mina mãe a alertou para a importância do caráter

Sobre a questão do racismo na produção das vulnerabilidades, desde cedo, percebi que, para evitar constrangimentos, tanto em casa, escola, como em outros lugares, deveria me identificar como “moreno” em vez de negro. Essa categoria que foi criada para negar a identificação com uma cor de pele que enfrenta um processo histórico extremamente violento de segregação no Brasil<sup>21</sup>. Frequentemente ouvíamos piadas racistas de que os negros eram inferiores, incapazes de realizar atividades intelectuais, sujeito a punições.

Com o tempo, entendi que "moreno" é uma forma de disfarçar o preconceito, sugerindo que não há racismo porque somos todos pacificamente misturados. Frases como “ele não é negro, é moreno... “negro mesmo são aqueles pretos que vêm da África...aqueles bem pretos...que nem um tição”, me incomodavam, mas eu não refletia profundamente sobre o preconceito embutido nessa ideia. Sabia que não era branco e imaginava que ser moreno era ser uma mistura de branco, indígena e um pouquinho do negro. Pois para ser negro, teria que ter o cabelo crespo, a coloração da pele preta, nariz e lábios grossos. Ou seja, um estereótipo biológico, no qual me identificava parcialmente em algumas características. Com o passar do tempo, ao refletir sobre minha pele, costumes e ancestralidade, fui me reconhecendo mais como parte da cultura negra, apesar de traços indígenas na minha aparência. Enfim, foi apenas na universidade que comecei a problematizar e perceber essas discriminações ligadas ao jeito de falar e andar, ao lugar de origem e moradia e à cor da pele, como parte de uma violência racial que antes eu achava que era algo natural<sup>22</sup>.

### ***1.1.3 Desnaturalizar para Existir: Universidade, Racismo e Conflito de Classe***

O acesso à universidade foi um privilégio que me permitiu contato com obras e

---

libertário dos estudos. Escutava constantemente dos meus pais que deveria trabalhar e estudar, não questionar autoridades como professores, policiais, médicos. Deveria focar no trabalho e nos estudos para “ser alguém na vida” e, principalmente não se envolver com “coisa errada”. Pois, segundo minha mãe, “podem tirar tudo da gente, mas não conseguem tirar o conhecimento”.

<sup>21</sup> Ferreira Sobrinho (2011; 2016) destaca como o termo "moreno" é utilizado para negar a presença do negro no Ceará, associando-o à miscigenação e apagando a existência negra. Em uma sociedade marcada pelo racismo, os mestiços (como pardos, mulatos, cafuzos e morenos) tem ocupado um lugar de fronteira entre as etnias branca, indígena e negra. O autor, enfatiza que, embora sejam historicamente vistos como negros ou índios de forma pejorativa, muitos cearenses se definem de maneira "embranchecedora", se identificando como "moreno" ou "pardo", rejeitando a identidade negra.

<sup>22</sup> Bomfim (2020) em seu texto intitulado “Ser negro no Ceará: dor, racismo e resistência” destaca a importância do processo de conscientização das origens negras fomentado pelo sistema de ensino superior e movimentos sociais na construção da luta antirracista cearense. Neste sentido, embora não tenha me engajado em grupos políticos antirracista, reconheço que a universidade fez com que eu me reconhecesse como um intelectual negro que passou a identificar os aspectos estruturais do racismo que tem permeado muitas das minhas vivências e de meus amigos do bairro. Lembro como foi impactante o meu primeiro contato com a leitura de Fernandes (1978) em “A Integração do Negro na Sociedade de Classes”, no qual tornou-se mais nítidos os desafios enfrentados pelos negros em nossa sociedade brasileira de tradição escravocrata permeado por resquícios de violência.

professores fundamentais para minha formação crítica. No entanto, essa experiência também trouxe pressões peculiares e conflituosas com as quais eu não estava habituado. Foi nesse novo espaço, contraditório e exigente, que comecei tensionar algumas certezas do senso comum que me faziam naturalizar desigualdades, hierarquias e exclusões.

O processo de desconstrução inerente à estrutura de discriminação racial emergiu tardiamente em meus estudos. Ao ler Florestan Fernandes (1978), Abdias do Nascimento (1978) e Bourdieu (2005), comecei a questionar a neutralidade da universidade e a reconhecer a centralidade da negritude<sup>23</sup> nas pesquisas sobre violência urbana.

Durante as apresentações de trabalhos em grupo, temia ser julgado por não dominar a “linguagem certa”. Sentia que minha forma de falar, repleta de gírias e expressões da periferia de Fortaleza, era vista com desconfiança. Minha presença parecia destoar de um ambiente onde predominavam os filhos das elites, pessoas brancas, acostumadas a circular em espaços de prestígio e a falar com desenvoltura. Por muito tempo, associei esse desconforto apenas à minha timidez. Só depois compreendi que ele estava profundamente ligado à estruturas de exclusão racial e de classe.

Ao longo dessa caminhada, encontrei pessoas que me incentivaram a persistir, e fui o primeiro da minha família — de ambos os lados — a entrar em uma universidade pública e concluir a graduação e o mestrado. Entre meus amigos do bairro, também fui o único a trilhar esse caminho. Até hoje, eles se orgulham de me chamar de “professor” e dizem com humor que têm um parceiro que “fala no meio dos bacanas”<sup>24</sup>.

Nesse contexto, minha dedicação à pesquisa com populações em situação de vulnerabilidade, especialmente com jovens da periferia com os quais sempre me identifiquei, me trouxe reconhecimento por minha sensibilidade em conduzir estudos significativos com públicos considerados de difícil acesso<sup>25</sup>.

Apesar das dificuldades de comunicação em público e de adaptação à lógica

---

<sup>23</sup> Concorde com a perspectiva de Munanga (2012), que, ao discutir a identidade negra, define a negritude como um sentimento profundo que conecta os negros a redor do mundo, incentivando-os a preservar uma identidade comum. A negritude intrinsecamente ligada à raça negra e a consciência de pertencer a ela, na qual o negro se entende como um ser devidamente relacionado aos traços físicos e mentais que indicam uma herança negra ou negroide dos povos de origem do continente africano que enfrentam historicamente a violência da diáspora de seus ancestrais.

<sup>24</sup> Termo utilizado para se referir as pessoas da classe média/alta.

<sup>25</sup> Dentre várias pesquisas que participei, no ínterim entre a graduação e o mestrado, atuei como pesquisador em duas pesquisas, uma delas intitulada: Pesquisa nacional sobre o perfil dos usuários de crack do Brasil, realizada pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) em 2012, e a outra chamada Atenção integral à população vulnerável: moradores em situação de rua e usuários de álcool, crack e outras substâncias psicoativas, executada pela Coordenadoria Especial de Políticas sobre Drogas do Ceará (CEPD-CE) em 2015, além de trabalhos sobre discriminação racial, jovens em situações de conflito, encarceramento e impactos na família dos encarcerados, que também contribuíram com o aperfeiçoamento metodológico.

acadêmica, consegui, entre idas e vindas no meio universitário, continuar meus estudos sociológicos, enfrentando diversos desafios que tentam nos afastar da universidade<sup>26</sup>. No entanto, sigo resistindo, mantendo minha presença e voz nesses espaços de poder, dominados por uma elite acadêmica que costuma reproduzir práticas excludentes.

Dessa maneira, o ingresso na universidade despertou o interesse e a curiosidade em estudar jovens do meu bairro que, diferente de mim, não tiveram a oportunidade de acessar o sistema de ensino superior e que se dedicam a trabalhos com baixa remuneração e/ou atividades ilegais. Desse modo, diante do contexto de múltiplas formas de autoritarismo, conflitos armados e violência policial, fortalecido por ideais de guerra às drogas e seletividade das prisões e dos homicídios no Brasil, a academia possibilitou a oportunidade de entender como os jovens pardos e negros moradores da periferia têm vivenciado as experiências de conflito em bairros da Secretaria Regional VI<sup>27</sup> de Fortaleza.

Trabalhar/pesquisar com coletivos criminosos durante o doutorado me fez refletir, por exemplo, sobre como o fato de muitas crianças e adolescentes deixarem de frequentar a escola porque o trajeto até a escola é perigoso<sup>28</sup> está intrinsecamente ligado a uma estrutura de desigualdade social e preconceito enraizado em nossa cultura. Percebi que muitos jovens estão morrendo sem que medidas adequadas sejam tomadas, pois a discussão sobre racismo é frequentemente conduzida por justificativas como: “Aconteceu porque ele estava envolvido com drogas”; “Não é surpresa, ele só andava com gente errada,” ou “Morreu porque estava no lugar errado na hora errada.”

Justificativas que perpetuam um sentimento de culpabilização da vítima, ocultando o racismo estrutural que molda a sociedade e o Estado brasileiro. Racismo silencioso que sugere que o lugar das pessoas negras não deve ser nas ruas, nos espaços públicos ou em posições de liderança, em empregos não precarizados. Enquanto as classes médias e alta, majoritariamente brancas, podem pagar por áreas altamente protegidas, cercadas e seguras, para as comunidades

---

<sup>26</sup> Segundo dados divulgados pelo IBGE (2001, 2005, 2010, 2016 e 2022), em 2001 apenas 18% dos estudantes universitários no Brasil eram negros, enquanto 80% eram brancos. Com a implementação das políticas de inclusão, como as cotas raciais, essa proporção subiu para 25,4% em 2005 e 35% em 2010, embora os brancos ainda fossem maioria. A partir de 2016, a presença de negros no ensino superior continuou a crescer, passando de 45,9% em 2016 para 49% em 2019. No entanto, em 2022, o IBGE revelou que, apesar de pretos e pardos representarem 56,1% da população brasileira, sua participação no ensino superior caiu para 48,3%.

<sup>27</sup> Segundo o Decreto Municipal nº 14.899, de 31 de dezembro de 2020, atualmente Fortaleza possui 121 bairros e é dividida em 12 Secretarias Regionais administrativas. Mais adiante serão destacadas as características dessa região de Fortaleza.

<sup>28</sup> Sobre evasão escolar, violência e mobilidade urbana, ver Santiago e Matos (2021). Segundo dados Do Comitê Cearense de Prevenção dos Homicídios na Adolescência, entre os adolescententes assassinados em 2016: 73% tinham abandonado a escola há pelo menos seis meses antes da morte e 73% dos adolescentes vítimas de homicídios sofreram violência policial (CCPHA, 2016).

populares, o discurso dominante afirma que chacinas ocorrem simplesmente porque essas pessoas não deveriam estar ali.

Nesse sentido, a pesquisa ajudou a desnaturalizar parcialmente a percepção desses riscos, que eu anteriormente via como algo comum da vida de qualquer jovem envolvido com delitos. A experiência direta com esses perigos parecia, para mim, apenas um aspecto do estilo de vida daqueles que se revoltavam contra uma sociedade que os marginaliza. No entanto, ao aprofundar a compreensão da complexidade e da profundidade da estrutura racista nesse contexto, comecei a questionar a normalização desses riscos na minha própria visão de mundo e na maneira de fazer pesquisa, sobretudo depois que vim morar na Europa<sup>29</sup>.

A experiência de ver a polícia invadir minha casa de forma violenta e sem autorização judicial, sob a justificativa de buscar drogas, me levou a refletir também sobre o papel do racismo na atual legislação de drogas. Essa legislação que funciona como um dispositivo opressivo que visa perseguir e prender negros pobres, enquanto os setores de classe média alta branca, apesar de serem grandes articuladores do mercado ilegal, frequentemente gozam da proteção do sistema de justiça<sup>30</sup>.

Apesar de, na minha trajetória de estudos, a reflexão sobre discriminação racial se apresentar de maneira tímida, percebi que, para falar de violência no Brasil, é impossível não trazer elementos do racismo estrutural que hierarquiza e molda as concepções de justiça no país. Especialmente quando discutimos os objetos da lei e das políticas de drogas voltadas para juventude, que favorecem o processo de criminalização e marginalização das classes populares, que são as mais afetadas com o uso abusivo de *crack* e cocaína, além dos sérios problemas de violência urbana ligados à regulação do mercado ilegal de drogas e de armas.

## 1.2 Imersões de Pesquisa em contexto de práticas desviantes

A partir de 2007, com o ingresso no curso de Ciência Sociais da Universidade Federal do Ceará (UFC), além de morador que “se mistura com a galera das áreas nas esquinas e praças” passei a ocupar o lugar de *morador-pesquisador* (Velho, 1978), percebendo e problematizando a relação entre essas duas condições. Inspirado pelas leituras da Antropologia Urbana<sup>31</sup> sobre grupos marginalizados, tomei como objeto de pesquisa o bairro em que moro,

<sup>29</sup> Assunto que entrarei em detalhes mais à frente.

<sup>30</sup> Carolina Grilo (2008) aponta como o mercado de drogas nas camadas favorecidas economicamente são menos expostas a violência e ao controle e punição por parte do estado.

<sup>31</sup> Lembro que a Disciplina “Sociologia Urbana” ofertada pela professora Irllys Barreira no ano de 2010, possibilitou o contato com obras e autores que tenho dialogado até o presente trabalho. Dentre eles, Georg Simmel

realizando os meus primeiros mergulhos de campo em uma praça que frequento desde a infância. Embora parecesse próxima a realidade dos consumidores de *crack* do local, por já conhecer boa parte deles, a dinâmica das experiências do que acontecia durante a madrugada revelava uma nova narrativa sobre a cidade (Eckert, 2020). As madrugadas tornaram-se momentos de longos diálogos nos bancos da praça sob a luz do luar e o olhar vigilante da polícia.

Mesmo diante das possíveis incursões policiais nesses horários, devido, entre outras causas, ao fato de não haver muitas testemunhas para presenciar potenciais agressões, o silêncio da madrugada configurava um clima propício para a realização das entrevistas, como observado ao longo da pesquisa de graduação. Em 2012, quando iniciei o mestrado, a situação mudou sensivelmente e, em vez de me concentrar sobre as práticas de consumo de drogas, foquei minha atenção na rede varejista de comércio de cocaína e maconha. Em um contexto de intensificação dos conflitos entre grupos armados em Fortaleza, meu olhar se voltou para o “corre”<sup>32</sup> das vendas de drogas a partir da percepção dos seus agenciadores.

Pesquisas nesses locais permeados por tensões e imprevisibilidades me levaram a adotar uma série de estratégias e cuidados, tais como o de buscar permanecer nas rodas de conversa em uma posição que me permitisse uma visão ampla dos pontos de entrada da rua para avistar possíveis ameaças e preferir me posicionar em locais que permitissem uma “fuga fácil”, caso fosse preciso dispersar em uma situação de perigo<sup>33</sup>.

O clima de alerta permanente, somado à vivência em áreas consideradas perigosas, começou a ser compreendido por mim não apenas como um dado da violência urbana, mas como parte de uma lógica racializada da repressão. Com o tempo, fui percebendo como essa violência está profundamente enraizada em práticas de perseguição e extermínio voltadas contra jovens negros que transitam por regiões marginalizadas da cidade.

Para uma análise mais aprofundada sobre experiências de violência em abordagens policiais, ver Santiago Neto (2011). Já no estudo de Jaime Alves (2019) sobre corpos e espaços racializados, o autor discute como a governabilidade se expressa na violência policial contra

---

(1903) analisando “A metrópole e a vida mental” ou “A natureza do conflito”. Louis With (1903) sobre “O Urbanismo e seus modos de vida”. William Footy White (2005) debatendo as relações de poder entre rapazes em “Sociedade de Esquina”. Loïc Wacquant (2002) e o gueto norte-americano em “Corpo e Alma”.

<sup>32</sup> A maioria dos interlocutores desde criança já era envolvida em vários “corres”, que são “outra categoria, a relativa ao trabalho, vem sendo continuamente ‘atualizada’, transmudando-se muitas vezes em significados nativos traduzidos em ‘fazer uns corres’, ‘trampar’ e ‘se virar’, cerzidos, no geral, *entre* atividades legais e ilegais” (Diógenes, 2019, p. 12).

<sup>33</sup> Observei que os termos “embaçado”, “fio descascado” e “bomba-relógio” eram utilizados não só para se referir aos locais tidos como perigosos, mas também com relação a pessoas perseguidas e/ou ameaçadas por terem cometido algum “furo”.

pessoas negras em cidades como Cali. Alves argumenta que o policiamento nesses territórios não se limita à aplicação da lei, mas opera como uma forma de gestão da vida e da morte. A polícia atua impondo fronteiras raciais e espaciais, administrando o que ele chama de “morte social” de corpos negros, classificados como ameaças à segurança pública. A criminalização de espaços periféricos, historicamente habitados pela população negra, acaba por justificar a violência do Estado, o abandono institucional e a estigmatização dessas regiões.

Realizar pesquisas nesses espaços com sujeitos tidos como perigosos, cobiçados por policiais e membros de grupos rivais, em muitos casos significava compartilhar não apenas de suas experiências e amizade, mas também dos riscos que envolvem suas vidas. Atualmente, com a nova pesquisa, outras questões têm se colocado nesse processo de tessitura dos caminhos que me aproximam dos sujeitos atuantes no cenário criminal e “faccionado” de Fortaleza. Dessa forma, no tópico seguinte destacarei alguns desafios e aproximações que despertaram a minha atenção em estudar o impacto das facções na dinâmica do tráfico de drogas.

A exposição cotidiana de jovens das periferias urbanas à violência no Brasil não é um fenômeno recente. O histórico de prisões, execuções e desaparecimentos atinge, de forma sistemática, os filhos e filhas das classes trabalhadoras, sobretudo os jovens negros. Desde muito, seus corpos são classificados como “envolvidos” — com drogas, armas ou gangues — e, portanto, passíveis de eliminação. Contudo, nas últimas décadas, observa-se uma inflexão no vocabulário do controle e da repressão: o termo “facção criminosa” tornou-se um dispositivo central na justificação da violência letal e da suspensão de direitos.

O rótulo de “faccionado” passou a operar como uma categoria difusa e poderosa, frequentemente acionada sem provas concretas, para criminalizar e perseguir jovens pobres e negros. Desde a posse de pequenas quantidades de drogas até vínculos subjetivos com redes territoriais ou afetivas, qualquer indício pode bastar para que um indivíduo seja nomeado como parte do “crime organizado”. Essa rotulação difusa serve para sustentar práticas de exceção, como apontam autores como Achille Mbembe (2018), que concebe a necropolítica como o poder de decidir quem pode viver e quem deve morrer. No Brasil, a política de segurança pública tem autorizado, sob o pretexto de combater o tráfico, a eliminação sistemática de corpos negros em territórios racializados.

Jaime Alves (2018), ao tratar do regime de segurança nas periferias brasileiras, identifica um verdadeiro “regime necropolítico de policiamento”, no qual a morte não é um excesso, mas parte constitutiva do projeto estatal. Em suas palavras, o Brasil administra a vida urbana negra como uma questão de morte. O que se presencia nas favelas e bairros populares é

a produção contínua de uma “necrópolis”, onde determinados corpos — principalmente os negros — são alvos preferenciais da eliminação legitimada por narrativas de segurança.

Sob essa lógica, o discurso de combate às facções se transforma em uma licença para matar. Não se trata apenas de capturar os “chefes do tráfico”, que muitas vezes operam em esferas blindadas e com acesso a recursos; trata-se de mirar nos corpos expostos, nos que circulam nos becos, vielas e praças dos bairros populares. Como já argumentado por Silvio Almeida (2019), o racismo estrutural organiza as instituições e os discursos de forma a perpetuar a criminalização do negro, mesmo quando travestida por uma linguagem jurídica ou midiática. A imagem do “jovem de facção” é, nesse sentido, uma atualização do arquétipo do “negro perigoso” — aquele que deve ser contido, neutralizado, removido do espaço social.

A mídia, por sua vez, desempenha um papel fundamental na reprodução dessa lógica. Ao noticiar mortes ou prisões, raramente problematiza as condições raciais e territoriais das vítimas. Quando um jovem negro é executado, logo surgem insinuações de vínculos com o tráfico, como forma de justificar o ocorrido. Pouco importa se não havia arma, flagrante ou mandado: o território e a cor da pele bastam como “prova”. Essa seletividade é reveladora. A categoria “facção” funciona, portanto, como o que Agamben chamou de “dispositivo de exceção”: um estado de suspensão de garantias jurídicas para determinados grupos sociais.

O impacto desse processo é devastador. Dados mostram que jovens negros são as maiores vítimas de homicídios no Brasil, com índices muito superiores aos de jovens brancos<sup>34</sup>. Vivem em bairros segregados, com alta vulnerabilidade social, e são os que mais morrem, matam e são encarcerados. Não por acaso, como destaca Loïc Wacquant (2001; 2007), o neoliberalismo, ao abandonar a mediação social nas periferias, substitui políticas públicas por presídios, batalhões e operações policiais. É o que ele denomina de marginalidade avançada: o Estado só chega à favela por meio da repressão.

Essa repressão não é apenas institucional; é também simbólica e cotidiana. As ações policiais são, muitas vezes, invasivas e violentas, resultando em mortes sem investigação ou responsabilização. Jovens são mortos em becos, campos de futebol, dentro de casa. As famílias são deixadas com o luto e a estigmatização. O Estado, ao invés de proteger, investe no extermínio. Como Jaime Alves (2018) afirma, o corpo negro é o principal alvo da “pedagogia

---

<sup>34</sup> Segundo dados da edição de 2021 do Atlas da Violência, divulgado através do Fórum Brasileiro de Segurança Pública: entre 2009 e 2019, 623.439 pessoas foram assassinadas. Entre elas, 333.33 são jovens e adolescentes, o equivalente a 53% dos casos. A dimensão racial foi outro fator em destaque, porque os negros representaram 77% das vítimas de homicídios, mostrando que o risco de um negro ser assassinado ser 2,6 vezes superior aos não brancos. Vulnerabilidade esta muitas vezes potencializada pelos efeitos de confrontos entre grupos armados, como será destacado com mais detalhes mais à frente. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/arquivos/artigos/1375-atlasdaviolencia2021completo.pdf>.

do terror” exercida pelas forças de segurança, que regulam a vida nas favelas por meio do medo e da morte.

Na prática, a guerra às drogas no Brasil revela-se uma guerra contra pessoas. Uma guerra racializada<sup>35</sup>. O território popular, sobretudo quando negro, se transforma em uma zona de exceção, onde o Estado suspende direitos e naturaliza a morte. É nesse contexto que se observa uma dolorosa contradição: embora os principais articuladores do tráfico operem muitas vezes em zonas protegidas, com acesso a articulações políticas e econômicas, os jovens da base — pobres, pretos e periféricos — seguem sendo os mais visados e vulneráveis.

A experiência etnográfica nas periferias de Fortaleza mostrou que o uso da violência extrema por parte do Estado tem sido legitimado pela retórica da guerra às facções. Mas, na prática, os alvos continuam os mesmos. O que se disputa é o valor da vida: quem pode viver, quem pode morrer, e quem pode matar sem ser responsabilizado. A necropolítica, como categoria analítica e realidade concreta, atravessa os cotidianos periféricos e revela um Estado que, ao invés de garantir a vida, administra a morte.

### ***1.2.1 Facção: compreendendo o problema sociologicamente***

Diante da emergência de narrativas permeadas por múltiplos interesses que definem a facção como fenômeno a ser problematizado, neste tópico faremos uma breve revisão sobre as condições que tornaram possível este presente estudo. Desta maneira compartilho com Bourdieu, quando destaca que:

Para não ser objeto dos problemas que se tomam para objeto, é preciso fazer a história social da *emergência* desses problemas, da sua constituição progressiva, quer dizer, do trabalho coletivo – freqüentemente realizado na concorrência e na luta – o qual foi necessário para dar a conhecer e fazer reconhecer estes problemas como *problemas legítimos*, confessáveis, publicáveis, públicos, oficiais: podemos pensar nos problemas de família, do divórcio, da delinquência, da droga, do trabalho feminino, etc. (Bourdieu, 1983, p. 37)

Por esta lógica, destacamos algumas mudanças na dinâmica da criminalidade de Fortaleza que tornou relevante a preocupação com a organização dos coletivos conhecidos como facção.

---

<sup>35</sup> Dados coletados pelo Censo Penitenciário do Estado do Ceará mostram que o perfil de pessoa em situação de privação de liberdade é de homem negro ou pardo, com cerca de 29 anos e que teve sua prisão decretada por tráfico de drogas (28,8%) ou por prática de roubos simples (25%). Disponível: <https://oestadoce.com.br/geral/perfil-do-presos-cearense-e-de-homem-negro-ou-pardo-de-29-anos-e-envolvido-com-trafico/>

### 1.2.2 *Mudanças na cena criminal fortalezense*

Em 2016, tive a oportunidade de trabalhar na pesquisa do Comitê Cearense de Prevenção dos Homicídios na Adolescência<sup>36</sup> com familiares de adolescentes assassinados. Nesse período, em meio a muitos ataques e recordes dos números de homicídios, relatos sobre “acordos de paz” foram se espalhando pela capital cearense. Participando da pesquisa do comitê, pude acompanhar os primeiros momentos desse movimento de “pacificação”<sup>37</sup> no bairro em que realizei a pesquisa de monografia e dissertação. Neste período, a circulação por áreas inimigas deixou de ser cercada por medos e receios, pois, segundo moradores, “bandidos das facções proibiram vinganças e punições sem autorização das lideranças do *Comando*”.

Durante o carnaval, fiquei surpreso, quando vi jovens alegres transpondo limites de fronteiras e rivalidades históricas, se cumprimentando, dançando e cultuando a paz. No início, estranhei como algo surreal, assim como muitos continuaram receosos sem acreditar, mas consegui sentir por um breve período o que era andar em qualquer parte da cidade sem medo de ameaças. Por um momento, pensei, como vai ficar os lugares onde os assaltantes do bairro irão cometer os assaltos, sendo que todos estão unidos e não podem roubar em regiões que antes era de inimigos? Como os jovens iriam conter seus impulsos de vinganças em meio a concepções de justiça que levam em consideração o esquecimento da violência contida na tortura ou homicídio de um ente querido<sup>38</sup>?

Esse curto “período de paz” e a retomada dos conflitos por territórios de tráfico, expulsões de moradores, rebeliões no sistema carcerário do estado, ataques às instituições governamentais e homicídios nas periferias revelavam a emergência de novas dinâmicas criminais em terras alencarinhas. Em meio a esse cenário, as dinâmicas dos bairros em que realizei a pesquisa de doutorado passaram por significativas transformações, aguçando o olhar sociológico (Mills, 1972) para as experiências relacionadas ao crime e às estratégias metodológicas acionadas em sua compreensão.

Assistindo a programas policiaiscos, realizando leituras de notícias e

---

<sup>36</sup> O Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência (CCPHA) foi criado em fevereiro de 2016 e constitui uma iniciativa da Assembleia Legislativa do Ceará (ALCE) em parceria com o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), o governo do estado do Ceará e várias instituições do Poder Público e da sociedade civil, frente aos elevados índices de homicídios na adolescência no estado, servindo como estratégia para melhor compreender o fenômeno da violência, visando contribuir com recomendações para a elaboração de políticas públicas mais efetivas ao seu enfrentamento.

<sup>37</sup> Após muitos anos de conflitos que perpassam várias gerações, com muito derramamento de sangue, pela primeira vez vi pessoas que eram declaradamente inimigas darem as mãos em um “pacto de paz”.

<sup>38</sup> Para mais detalhes sobre como os jovens enxergaram esse período, alguns pontos são discutidos no texto: “História de vida, tráfico e violência nas periferias de Fortaleza/CE” (Santiago; Matos, 2021).

aperfeiçoando o conhecimento sobre violência, pude observar que o termo “facção” ganhava destaque em relatos criminalizantes que colocavam essas organizações como inimigas da ordem e propagadoras da violência. Observando a dinâmica do incremento da presença de armas e drogas variadas nos bairros, notei que havia uma lógica de funcionamento a partir da atuação de lideranças que modificou significativamente a organização de práticas de delitos como roubos, sequestros, assaltos e, principalmente, tráfico de drogas.

Diante desse cenário, após um período em que visava mudar de temática de pesquisa, retornei aos estudos sobre violência ao me interessar pela maneira como estavam sendo resolvidos os conflitos no bairro, muitas vezes com o protagonismo das facções, atuando para evitar agressões e optando por práticas restaurativas.

### ***1.2.3 Dilemas da pesquisa em contextos “faccionados”***

Diante da análise e das estratégias desenvolvidas nesse novo contexto de pesquisa, os aparelhos celulares se destacaram por serem um importante dispositivo de controle e veículo de circulação de informação nos bairros. Por meio da participação em grupos de WhatsApp, arquivando salves<sup>39</sup>, áudios e vídeos produzidos pelo CV, notei que seria possível obter dados valiosíssimos que expressam a maneira como agem os membros dos coletivos em suas articulações locais e nacionais.

A popularização do uso dos *smartphones* permitiu maior vigilância por parte dos membros dos coletivos, que passaram a controlar de maneira mais incisiva quem chega, quem sai e o que acontece nas ruas da cidade. Estar com o aparelho em mãos, dependendo de onde se esteja, pode representar perigo ou segurança. Por exemplo, se você faz parte de uma área dominada pelo CV e vai para uma área na qual predomina GDE, a posse do aparelho com mensagens e vídeos da facção oposta pode representar risco.

Com o clima de desconfiança, típico de territórios marcados por conflitos armados, tornou-se comum a prática de confiscar celulares para fins de verificação de ameaças, especialmente de desconhecidos<sup>40</sup>. Percebi que não só os membros dos coletivos retinham o

---

<sup>39</sup> Comunicado contendo ordens vindas de membros da facção.

<sup>40</sup> A prática de confiscar celulares para averiguação de vínculos faccionais segue presente nas periferias de Fortaleza. Um exemplo recente foi noticiado pelo jornal *O Povo* em 03 de julho de 2025: um adolescente de 15 anos foi executado a tiros no bairro Vicente Pinzón após ser abordado por criminosos, interrogado e acusado de pertencer a uma facção rival. Um vídeo que circula nas redes sociais mostra o momento em que o jovem é rendido por um grupo, que toma seu celular. Após encontrarem referências ao número 2 e à cor vermelha — elementos associados a uma facção específica — os agressores alegam que ele participava de um grupo de WhatsApp ligado à organização inimiga, justificando o assassinato.

aparelho com suspeitas para constatar alianças, mas também a polícia, durante as abordagens, buscando indícios de incriminação por meio de averiguações dos aplicativos e arquivos armazenados. Como pesquisador, para evitar constrangimentos e não ser associado a delitos e a determinado coletivo, tenho utilizado a estratégia de salvar as mensagens importantes referentes ao CV no computador e em seguida deletá-las.

Outro caminho metodológico trilhado consiste na participação em festas e comemorações organizadas pelos membros do Comando. Nos ambientes de musicalidade e expressividade de *estilos juvenis* (Bittencourt, 2018), tornou-se possível entender a força de mobilização desses coletivos além do olhar sobre os aspectos ligados à violência e à criminalidade.

Percebi que, para realizar a pesquisa, deveria estar atento à dinâmica dos conflitos entre grupos rivais e aos detalhes dos gestos e das dimensões estéticas que compõem as marcas do pertencimento das facções no cotidiano dos moradores do bairro. Transformações simbólicas estas que poderiam ser notadas nos muros<sup>41</sup>, nas vestimentas e nas falas dos jovens. Um dos sinais percebidos foi o de que a cor vermelha e o número 2 passaram a ser associados ao CV, em oposição à cor prata e ao número 3, ligados à imagem da atuação do GDE.

Em termos de mobilidade durante a pesquisa, a reconfiguração do crime fez com que eu me sentisse mais seguro para circular por áreas fora do bairro, também dominadas pelo Comando Vermelho (e, posteriormente, pelo Tudo Neutro), que em outros momentos poderiam inspirar receio. Partia da ideia de que, se a minha imagem circulasse entre os membros do CV, as lideranças do meu bairro seriam acionadas, o que garantiria certo respaldo, baseado em vínculos de consideração e amizade. Essa experiência, marcada por articulações coletivas e decisões conjuntas sobre questões locais, despertou meu interesse em compreender sociologicamente os efeitos dessas dinâmicas na forma como os jovens percebem a gestão dos conflitos nos espaços de venda de drogas do bairro e de outros aliados de fora<sup>42</sup>.

### 1.3 Experiências de pesquisa e dinâmicas criminais: métodos e técnicas

---

Fonte: <https://www.opovo.com.br/noticias/fortaleza/2025/07/03/quatro-pessoas-sao-presas-suspeitas-de-assassinar-jovem-skatista-em-fortaleza.html>

<sup>41</sup> Sobre as inscrições nos muros da cidade indicam, entre outras situações, presença, domínio territorial, alianças e exigências comportamentais dos coletivos criminais que atuam nas periferias de Fortaleza. Para mais detalhes, ver Matos Júnior e Santiago Neto (2019). Sobre “como a pichação apresenta-se como possibilidade de experiência de vida que se imprime na paisagem de uma cidade, cuja gestão consiste em segregar e decidir entre quem pode viver e quem deve morrer ou ser violentado”, ver Pereira (2020).

<sup>42</sup> Neste sentido, a locomoção através de uma moto facilitou percorrer vários bairros.

Neste tópico, enfatizamos os caminhos de aproximação ao objeto trilhados durante os últimos cinco anos de pesquisa teórica, com foco na maneira como os dados têm sido obtidos em campo. Por essa lógica, enfatizamos que a escolha por priorizar a revisão bibliográfica e as observações de campo em nossa análise leva em consideração que a atenção para dinâmica dos coletivos criminais emerge a partir das condições de produção da pesquisa social (Cicourel, 1980) e das possibilidades do potencial criativo do pesquisador (Minayo, 1999).

Privilegiando uma análise metodologicamente multirreferenciada, buscamos explorar, por um lado, as ressonâncias objetivas e simbólicas do Comando Vermelho e, posteriormente, o Tudo Neutro na conformação do cenário criminal do estado e, por outro, as experiências dos jovens moradores dos bairros das periferias da capital cearense em suas maneiras de vivenciar os conflitos ligados ao tráfico de drogas.

Concordamos com Minayo (1994) ao compreender metodologia como o caminho e o instrumental próprios das abordagens da realidade, ocupando um papel central na produção do conhecimento por refletir visões de mundo presentes nas teorias sociais, resultado da articulação entre teoria, técnica e experiência empírica (Minayo, 1994).

Nessa perspectiva, seria em função da elaboração dos nossos objetos que os métodos de abordagem, as técnicas de sondagem de dados e o tratamento posto em prática na análise social se impõem (Bourdieu, 2005). Ao tomar a pesquisa como um processo interacional (Becker, 1994) e um exercício de constante reflexão acerca das múltiplas maneiras de se aproximar do mundo social, viemos trabalhando na execução desta tese com momentos interligados e complementares.

Nessa perspectiva, pretendemos trabalhar com as diferentes narrativas que exploram e constroem o fenômeno (mídia, trabalhos acadêmicos, peças jurídicas e relatos orais), buscando compreender os impactos empíricos e subjetivos da presença dessas organizações nas dinâmicas do tráfico da cidade e na vida dos jovens moradores das metrópoles nordestinas.

### ***1.3.1 Dialogando com a bibliografia***

No momento que se prolonga desde o início do doutorado até os dias atuais, realizamos uma extensa pesquisa bibliográfica (livros, trabalhos acadêmicos, documentos, peças jurídicas, jornais, revistas e internet) atenta a diversas narrativas que exploram a presença

e a consolidação dos coletivos criminosos no Nordeste brasileiro<sup>43</sup> e no Ceará, com o objetivo de qualificar nossa compreensão sobre os impactos empíricos e subjetivos das transformações inerentes à expansão da articulação do mercado de drogas na região nos últimos 10 anos.

Atentos às múltiplas narrativas que conformam socialmente as representações sobre esses sujeitos e suas atuações, tentamos explorar o contexto que elucida a emergência do Comando Vermelho e Tudo Neutro no Ceará. Nessa perspectiva, tem-se mostrado essencial a sistematização de um banco de dados contendo notícias sobre apreensões de drogas, prisões de traficantes, expulsões de moradores e articulação entre lideranças locais e internacionais<sup>44</sup>.

Desse modo, mostrou-se necessária uma constante atualização de notícias referentes à formação dos coletivos atuantes na cidade. Em complementaridade ao material jornalístico, analisamos também as produções de autores locais e nacionais que debatem a dinâmica criminal e suas ressonâncias nas periferias das cidades brasileiras. Nesse sentido, a ideia é fazer uma breve contextualização sobre as especificidades dos coletivos criminais em Fortaleza para entender como tornou-se possível o envolvimento dos jovens nos conflitos ligados ao tráfico de drogas no bairro estudado<sup>45</sup>.

Especialmente no terceiro e quatro capítulos, por meio de um trabalho que busca a *genealogia* da história de formação dos grupos atuante em Fortaleza, tentamos trazer indícios que explicam suas emergências e principais formas de atuação, além de seus impactos nas maneiras como jovens têm vivenciado a dinâmica do crime na cidade. Neste sentido, o diálogo com a perspectiva genealógica de Foucault será fundamental no decorrer desta tese. O autor destaca:

A genealogia não pretende recuar no tempo para restabelecer uma grande continuidade para além da dispersão do esquecimento; sua tarefa não é a de mostrar que o passado ainda está lá, bem vivo no presente, animando-o ainda em segredo, depois de ter imposto a todos os obstáculos do percurso uma forma delineada desde o início (Foucault, 1979, p. 15).

Deste modo, percebemos que o olhar sobre o disperso, o descontínuo, os detalhes, tem nos ajudado a compreender o contexto no qual as práticas do arranjo faccional *emerge*, dotado de sentido (Foucault, 1979).

---

<sup>43</sup> Para uma análise socioeconômica das redes ligadas ao crime organizado no Brasil contemporâneo, tomando como referência o Nordeste brasileiro, ver os trabalhos de Lopes (2006) e de Melo e Paiva (2021).

<sup>44</sup> Na segunda parte do primeiro capítulo, exploramos parte das reportagens colhidas, especialmente no *Diário do Nordeste* e em *O Povo*.

<sup>45</sup> Por motivos éticos que serão debatidos com maior profundidade mais adiante, optamos por manter o anonimato referente aos nomes dos bairros, com o intuito de evitar identificações capazes de possibilitar perseguições aos interlocutores em suas práticas cotidianas.

### 1.3.2 Trabalho de campo

Em relação ao trabalho de campo, compartilhamos da ideia de Becker (2008) quando destaca que, ao se investigar o fenômeno da violência, o social pode ser apreendido tanto sob a ótica dos sujeitos que lhe imprimem significados e dinamismos quanto por meio de produções teóricas e documentais capazes de revelar condições estruturais, regularidades e padrões.

A investigação segue privilegiando o caráter qualitativo do objeto da pesquisa<sup>46</sup>, buscando identificar situações, sujeitos e processos envolvidos no arranjo contemporâneo da criminalidade na capital cearense, com um olhar atento às narrativas daqueles que muitas vezes são sujeitados, silenciados e tidos como marginalizados, mas que, por sua vez, podem nos ajudar em um rico debate capaz de elucidar o que tem sido chamado de “facção criminosa”. Desse modo, com base na tradição sociológica marcada pelo interesse nos estudos “em” e “sobre” contextos urbanos, serão exploradas as dinâmicas das facções criminosas em Fortaleza/CE a partir de atividades de campo, sobretudo com a aplicação de entrevistas semiestruturadas<sup>47</sup> e pesquisa etnográfica<sup>48</sup> nos bairros selecionados.

Seja nas sombras de uma árvore, na calçada, na esquina, em uma borracharia, barbearia ou no bar, a observação direta tem sido um importante recurso metodológico que nos ajuda a pensar sobre os dilemas vivenciados pelos jovens dos bairros. Escutar o que os moradores têm a dizer nos ajuda a pensar possibilidades imaginativas que desafiam o conhecimento científico sobre um tema tão complexo como é a atuação das facções na dinâmica da violência nas periferias de Fortaleza.

Desse modo, acompanharam-se as dinâmicas dos encontros em praças, esquinas, becos e residências, nos quais os jovens moradores nos revelam quais as implicações dos ordenamentos orquestrados por esses grupos no contexto da apropriação do espaço público e

---

<sup>46</sup> Optou-se por um estilo de pesquisa mais fluido, que valoriza o diálogo entre teoria e campo. Como destaca Ferreira (2014), a entrevista compreensiva exige um saber-fazer pessoal, resultante do envolvimento direto do pesquisador, promovendo “uma lógica de criatividade e de descoberta científica [...] mais do que uma lógica de demonstração e ilustração de teorias previamente construídas”, produzindo “novas proposições teóricas, através de uma articulação estreita [...] entre o processo de recolha de dados e o processo de formulação de hipóteses” (Ferreira, 2014, p. 981).

<sup>47</sup> As entrevistas semiestruturadas foram realizadas em horários combinados, com a autorização dos interlocutores. Essa abordagem permitiu ao pesquisador formular questões específicas para cada encontro, possibilitando o aprofundamento dos temas abordados e sua análise posterior de forma mais detalhada.

<sup>48</sup> O registro etnográfico em contextos urbanos nos permitirá aprofundar experiências de organização, redes e interações sociais capazes de qualificar o entendimento de dimensões microssociais pouco capturadas em olhares mais “panorâmicos”. Aprofundar a investigação por meio da observação etnográfica possibilitará verificar processos que se efetivam em lugares específicos das cidades.

no desenho das práticas de controle na região<sup>49</sup>. Valorizando as singularidades dos discursos dos jovens envolvidos em atividades ligadas às facções<sup>50</sup>, torna-se fundamental o entendimento sobre como negociam e agem durante as mediações dos conflitos inerentes ao tráfico varejista nos bairros estudados.

#### **1.4 Dilemas Éticos na Pesquisa de Campo**

Neste tópico, visamos trazer à tona os dilemas éticos intrínsecos à pesquisa de campo nesses contextos desafiadores, tidos como “violentos”/“perigosos”, reconhecendo a importância de uma abordagem reflexiva sobre a natureza do processo de interação entre pesquisador e os praticantes de delitos em ambientes marcados pela violência.

Inicialmente, a partir de uma explanação sobre o processo de imersão do pesquisador no universo de jovens traficantes nas ruas de Fortaleza, focamos nas tessituras desse contato, destacando fatores como relação de vizinhança, linguagem e vivências em comum que interferiram nas práticas de aproximação e distanciamento no decorrer da pesquisa. Em seguida, problematizando os efeitos dessa interação envolvendo riscos, vulnerabilidades e violência, abordaremos questões morais intrínsecas nesse tipo de trabalho científico, destacando preocupações com a divulgação dos dados e a responsabilidade com a integridade dos participantes<sup>51</sup>.

##### ***1.4.1 Pesquisador/Morador: Limites e Complexidades***

A pesquisa de campo direta em comunidades afetadas por atividades criminosas apresenta desafios éticos consideráveis, exigindo do pesquisador uma reflexão contínua sobre os limites de seus papéis e responsabilidades. Ao morar e pesquisar na região estudada, me deparei com uma complexa rede de tráfico de drogas, facções e conflitos armados que demandaram uma abordagem meticulosa e sensível à realidade dos jovens agenciadores do

---

<sup>49</sup> Sobre a relação entre grupo de jovens e a noção de apropriação do espaço urbano em Fortaleza, Glória Diógenes (1998, p. 148) destaca que “A territorialidade das gangues é móvel, cambiante, rompendo os limites físico geográficos dos bairros de periferia. Ela segue o fluxo e as ‘linhas de fuga’ das metrópoles modernas. A territorialidade pressupõe uma movimentação cuja finalidade é tentar transpor a noção de anonimato e, concomitantemente, evitar os choques que ritmizam o cotidiano das grandes cidades”.

<sup>50</sup> Tais relações se aproximam do que Howard Becker (2008) analisa como *carreiras desviantes*, compreendidas a partir de interações sociais marcadas por rotulações, regras compartilhadas e trajetórias que se constroem no interior de redes específicas de significados e práticas.

<sup>51</sup> Embora o andamento do texto siga em terceira pessoa, durante muitos momentos recorreremos a narrativas em primeira pessoa, onde a visão e descrição do pesquisador se confunde na figura de autor/ator.

tráfico nos bairros<sup>52</sup>.

Dessa forma, a proximidade geográfica e a disponibilidade de tempo nos espaços de encontro de pesquisa facilitaram um acesso abrangente sobre o universo simbólico daqueles que, além interlocutores eram também amigos, vizinhos, conhecidos e parentes<sup>53</sup>. Muitos dos encontros etnográficos aconteciam de maneira inesperada nas correrias do dia a dia, como ir a um supermercado, jogar sinuca, ou ficar em uma esquina. Mesmo dentro de casa, não era incomum que algum deles batesse à porta para conversar sobre algum assunto. Da mesma forma, eu também costumava visitar a casa de alguns, muitas vezes sem avisar previamente, para compartilhar dilemas e dúvidas que surgiam ao longo da pesquisa.

Nas saídas casuais pela região, dificilmente não encontrava alguém disposto a desperdiçar horas de conversa sobre assuntos atuais e antigos referentes às vivências no bairro dos jovens moradores dos bairros. Nesses circuitos, era possível saber como fulano está vivendo no presídio e quando vai sair; quais áreas estão mudando de facção; quais as demandas locais em torno do tráfico de drogas e dos conflitos no bairro; onde está morando “ciclano” que estava foragido de outro lugar ou quem é um recém chegado.

Essa proximidade de poder perturbar ou ser perturbado, a qualquer dia e horário, tornava a diferenciação entre meu papel de morador e de pesquisador muitas vezes ambígua. Essa indissociabilidade entre vida pessoal e atividade investigativa me aproxima da reflexão de Foote Whyte (2005), que, ao relatar sua própria experiência etnográfica, observa que:

Quando o pesquisador está instalado numa universidade, indo ao campo apenas por poucas horas de cada vez, pode manter sua vida social separada da atividade de campo. Lidar com seus diferentes papéis não é tão complicado. Contudo, se viver por um longo período na comunidade que é seu objeto de estudo, sua vida pessoal estará inextricavelmente associada à sua pesquisa. Assim, uma explicação real de como a pesquisa foi feita necessariamente envolve um relato bastante pessoal do modo como o pesquisador viveu durante o tempo de realização do estudo (Whyte, 2005, p. 283).

O fato de morar a mais de 30 anos na região e poder compartilhar com outros jovens gostos musicais e vivências em comum, conhecer seus familiares e se orgulhar de pertencer ao

---

<sup>52</sup> É importante destacar que os vínculos estabelecidos com jovens envolvidos em atividades ilícitas foram fundamentais desde a pesquisa de monografia (*Fronteiras de pedra: controle, exclusão e sociabilidade nas madrugadas da praça*, 2011), aprofundando-se na dissertação (*Riscos e perigos: um estudo sobre os conflitos cotidianos dos agenciadores de drogas ilícitas*, 2013). Além desses estudos, a experiência de morar durante grande parte da vida em um dos bairros pesquisados possibilitou uma convivência próxima e contínua com os cotidianos locais e suas dinâmicas relacionais.

<sup>53</sup> Em relação a dicotomia entre aproximação e distanciamento, concordo com Gilberto Velho, quando este ressalta que; O que sempre *vemos* e *encontramos* pode ser familiar mas não é necessariamente *conhecido* e o que não *vemos* e *encontramos* pode ser exótico mas, até certo ponto, *conhecido*. No entanto, estamos sempre pressupondo familiaridade e exotismos como fontes de conhecimento ou desconhecimento, respectivamente. (VELHO, 1999, p. 126).

mesmo bairro permitiu um acesso particular e profundo sobre a realidade do tráfico de drogas e dos coletivos nos bairros. Afinidades essas que têm suscitado reflexões cruciais acerca da necessidade de manter um distanciamento para preservar a objetividade na condução da pesquisa.

Contudo, apesar dessa proximidade e sentimento de pertencimento, são inúmeros os pontos de distanciamento que me colocavam como alguém de fora do universo simbólico daqueles que seguiam uma trajetória de envolvimento em delitos e passagens por instituições de privação de liberdade. Reconhecendo os limites dessa distinção, optei por não participar ativamente de delitos, como o tráfico de drogas, assaltos ou ataques armados e nem me tornar um dos membros do CV ou TDN<sup>54</sup>.

Embora pudesse participar de rodas de conversa, onde membros dos coletivos planejavam e debatiam muitas de suas ações, eu não passei a ser visto pelos interlocutores como um integrante do coletivo, nem como um praticante de delitos<sup>55</sup>. Quando alguém queria me incluir em alguma dessas atividades ilegais, não faltava quem intervisse, dizendo que aquilo não era para mim. Sentia-me em uma posição agradável de poder observar ao mesmo tempo que ser respeitado pelos demais, sem necessariamente me tornar um nativo do mundo do crime.

Sempre que possível, explicava minhas intenções de pesquisa, principalmente àqueles ‘considerados’<sup>56</sup> no meio da “bandidagem”, por terem forte influência nas tomadas de decisões dos bairros. Tomava o cuidado de apresentar nitidamente os objetivos da tese, salientando que suas identidades seriam preservadas, e que os participantes e os bairros eram descritos no estudo com nomes fictícios, visando evitar consequências negativas às suas integridades físicas e psicológicas<sup>57</sup>.

Embora percebesse que se sentiam seguros de que eu não iria prejudicá-los e de que tinha boas intenções, confesso ter a sensação de que geralmente era parcialmente compreendido em relação aos objetivos da pesquisa, talvez por conta da falta de interesse por parte deles em

---

<sup>54</sup> Ao relatar sua experiência pessoal de participação de pesquisa em esquinas norte-americanas, Foote Whyte alerta que; “Tive que aprender que, para ser aceito pelas pessoas num distrito, você não deve fazer tudo exatamente como eles fazem [...] ajustar-se aos padrões de um grupo pode trazer consequências muito sérias. [...]. Se o observador participante se vê assumindo comportamentos que havia aprendido a considerar como imorais, então é provável que comece a pensar sobre o tipo de pessoa que ele é. A menos que se possa levar consigo uma imagem razoavelmente consistente de si mesmo, é provável que se meta em dificuldades” (Whyte, 2005, p.313).

<sup>55</sup> Diferentemente de (Rodgers, 2006) que na Nicarágua tornou se membro de uma das pandilhas.

<sup>56</sup> Pessoas respeitadas e admiradas no contexto dos bairros e grupos estudados.

<sup>57</sup> Concordamos com Becker (2008, p. 171) quando destaca que: “O estudioso do desvio precisa convencer aqueles a quem estuda de que não haverá perigo para eles, de que não sofrerá consequência do que lhe revelarem. O pesquisador, portanto, deve interagir intensa e continuamente com os desviantes que quer estudar, de modo que estes possam conhecê-lo bem o suficiente para avaliar de algum modo se as atividades dele afetarão adversamente as suas”.

uma discussão aprofundada sobre assuntos acadêmicos. Enfim, dizia que estava escrevendo um livro sobre as vivências dos jovens dos bairros relacionadas ao CV e, posteriormente o TDN.

Por essa lógica, minha imagem se distinguia perceptivelmente da deles, quando eu era associado ao histórico de estudos universitários – chamado por muitos como “o professor”. Quando era apresentado a terceiros, era comum escutar: *“O pivete ai é dos nossos aqui das áreas, é da galera, mas é também das faculdade também...é inteligente que só uma porra...”* Ao se direcionar a mim, muitas vezes se pedia para eu explicar: *“tu estuda e ensina o que mermo? Diz ai pra ele que tu também é cruel no mei dos doutor, dar as palestras e tudo, ne não”*<sup>58</sup>.

Desse modo, ser visto como um de fora das atividades ilegais, ao mesmo tempo que conhecedor das regras de funcionamento do tráfico e dos coletivos, permitiu uma aceitação suficiente para estabelecer uma relação de confiança adequada<sup>59</sup>. Notei que diante das práticas ilícitas, a lei do silêncio deve ser inviolável para se evitar prisões e violência. Ao testemunhar ou saber de crimes cometidos, levava em consideração a premissa: *“Não sei, não vi, morro cadeado”*. Pois: *“quem fala demais pode morrer pela boca...que nem peixe fora d’água”*.

Nos casos de abordagens policiais, que geralmente se configuram como situações tensas de forte probabilidade de agressões e prisões, saber se livrar das ameaças com astúcia e fidelidade são atributos louváveis. De acordo com a pedagogia, exige-se que se tenha uma polidez nas respostas e nos gestos para que todos saiam ilesos. Avisar antes, quando da chegada dos agentes; não responder mais do que o que deve; não confrontar a autoridade policial; não ser pegue na mentira e não realizar movimentos bruscos são atitudes a serem tomadas que visam amenizar as consequências negativas, mesmo que sob tortura. Comportamentos esses que são admiráveis e que têm sido colocados em prática por mim e pelos demais, fortalecendo o espírito do grupo e gerando muitos comentários, após as batidas. Posturas como essas fizeram com que eu pudesse participar das rodas e observar as atividades criminosas sem ser considerado um membro do coletivo e nem ser considerado uma ameaça<sup>60</sup>.

Além disso, ao observar ou sofrer ofensas de policiais, como não se indignar e se deixar levar pela aversão aos agentes? E como isso poderia repercutir nas interpretações e divulgações dos dados? Como trazer tais situações para a reflexão sociológica, tentando me

<sup>58</sup> Trecho do diálogo extraído do caderno de campo, registrado a partir de uma situação presenciada na pesquisa.

<sup>59</sup> Sentia que um dos maiores pontos de aproximação entre mim e os outros jovens consistia na linguagem em comum, típicas dos bairros, permeadas pelo conhecimento prático das gírias, ritmos e tonalidades das conversas que mantínhamos.

<sup>60</sup> Sobre as práticas de agressão física de policiais militares contra jovens moradores da favela e usuários de entorpecente, Leonardo Sá e João Santiago fizeram uma reflexão de quais as relações de poder que estão implícitas nas ações de abordagens em ruas, praças, becos e favelas (Sá; Santiago, 2011).

distanciar, saindo da situação e observando como alguém de fora? Como enxergar o papel da polícia com suas práticas extralegais de invasão de domicílio? Enfim, entender os dois lados, em situação de injustiça e de abuso de autoridade, se apresentou como dilema de pesquisa difícil de ser compreendido.

Como relatado anteriormente, a dimensão dos riscos nos ambientes de pesquisa, sobretudo em locais onde se pratica o tráfico drogas, apresenta-se como fator decisivo para pensar estratégias de pesquisa<sup>61</sup>. Riscos de tiroteio em casos de ameaças de invasão inimiga, assim como possibilidade de ação violenta por parte da polícia foram desafios marcantes nos caminhos da pesquisa. Nesse contexto, o espírito de união e a busca por informações atualizadas sobre os níveis de riscos foram estratégias fundamentais para evitar consequências graves, especialmente nos locais onde as tensões se tornaram preponderantes. Em situações desafiadoras, como em abordagens policiais, era preciso disfarçar o medo e, nos casos de tiroteios, estar atento – “de olho no mundo” –, para conseguir fugir da melhor maneira<sup>62</sup>.

#### ***1.4.2 Testemunhando Violências***

Estar próximo dessa realidade de prisões, violências e até mesmo homicídios possibilitou questionamentos profundos sobre questões morais ligadas aos limites do que é aceitável, do que considero como indefensável e de como encarar a pesquisa e divulgação dos dados.

Sem dúvidas, as inúmeras situações agradáveis e prazerosas vivenciadas em campo foram preponderantes, nas quais pude observar formas admiráveis de associativismo permeadas por muitas demonstrações de carinho e companheirismo, além de várias ocasiões onde aprendi, sensivelmente com eles, como resolver conflitos de maneira pacífica. Por outro lado, fui apresentado à várias cenas lamentáveis de violência, permeadas por torturas policiais, ataques armados, roubos, agressões e situações extremas de miséria e sofrimento.

---

<sup>61</sup> Ao relatar a questão do risco, Pais afirma que; “Um ‘risco’ toma-se, não surge por acaso. Implica um desafio, uma escolha ativa baseada no cálculo ou na confiança; uma avaliação que separa o sucesso e o insucesso. *Correr um risco* é também fazer correr a capacidade de correr esse risco porque o risco é portador de um poder que valoriza o jovem que se confronta com ele. A transgressão marca ainda uma vontade de escapar à conformidade, e, neste sentido, a propensão ao risco é também efeito de comportamentos socializados que reproduzem uma resistência rebelde à adversidade” (Pais, 2006, 14).

<sup>62</sup> Sobre a difusão do medo e da insegurança como um dos maiores desafios para democracia brasileira, Barreira destaca que; “As sociabilidades, atualmente, em grande parte são conduzidas e delimitadas pelo medo e pela sensação de insegurança prevalecente. A violência está adestrando os comportamentos sociais, delimitando o que é possível e impossível, o permitido e o negado, o proibido e o aceito socialmente. As classificações morais dos lugares perigosos são cada vez mais crivadas de cuidados e proibições, intensivamente constituídas e baseadas e, preconceitos, estigmas e estereótipos” (C. Barreira, 2013, p. 235-236).

O envolvimento em delitos, aliado às péssimas condições de sobrevivência enfrentadas por esses jovens em situação de vulnerabilidade, configura um cenário de riscos de prisão e assassinato que tem transformado a vida de muitos em um verdadeiro tormento. Em meio a tiroteios e perseguições dos agentes da lei, eles estão diariamente lutando para se manterem vivos, garantirem seus sustentos e protegerem suas áreas contra inimigos.

Acompanhando de perto essa realidade competitiva do tráfico de drogas e dos conflitos armados, observei que a brutalidade desmedida contra rivais e infratores das regras locais, se apresentava de maneira naturalizada nas vozes dos interlocutores. Diante das ameaças e busca do aniquilamento dos inimigos, ódio e vingança são sentimentos que se afloram nos jovens entrevistados com a prerrogativa de que não se deve ter piedade daqueles que visam matar seus familiares e amigos. Ao buscar convencer um dos garotos a não atentar contra a vida de um de seus inimigos, prontamente ele me questionou:

*“Como é que vou ter piedade de um pilantra que matou meu irmão e vive fazendo atentado pro lado de cá? Quero é que ele e família dele todinha vá pra vala... é caixão e vela preta pra tudim, pra eles sentir na pele o mal que esses pilantras trama contra nós.”*

Observando quem são “os pilantras<sup>63</sup>” do outro lado, percebi que haviam mais semelhanças em termos de origem, trajetória de vida, cor da pele, hábitos e práticas culturais entre esses jovens interlocutores e seus oponentes, que são as maiores vítimas e autores da violência urbana, que divergências. Então me questiono: “Como não se sensibilizar com aqueles que são parecidos com a gente?” Nesse contexto de ciclos de ataques, permeado por sofrimento e inúmeras perdas materiais e simbólicas, como pesquisador, costumava parar para pensar sobre o processo de distanciamento e relativização da pesquisa.

Como relativizar a brutalidade contra outros jovens, buscando manter a objetividade e ignorando os julgamentos de valores? Em muitas ocasiões, preferia encarar tais situações como fazendo parte de um jogo fictício. Embora difícil, às vezes, para não carregar o fardo do sofrimento ocasionado pela empatia, tentava agir de forma profissional, como um médico que pensa de maneira racional, não carregando na memória o sofrimento de seus pacientes e familiares. Diante das injustiças, pensava: a gente faz o que pode. Como era possível garotos de tão bom coração cometerem tamanha atrocidade contra seus inimigos?

Durante a primeira etapa do trabalho de campo, quando havia um debate

---

<sup>63</sup> Termo nativo altamente pejorativo utilizado para se referir aos inimigos, ao oponente na guerra que não merece perdão. O “os pilantras” seria um sujeito de má conduta, um traidor. O sentido do termo é semelhante ao empregado ao “piranguero”, com a exceção de que este é mais utilizado comumente em tonalidade de brincadeiras. Ser chamado de “pilantra” é mais ofensivo do que ser chamado de piranguero.

organizado, semelhante a um tribunal, muitas vezes pude opinar com as ideias paliativas para amenizar agressões que tiveram efeitos positivos. Porém, na maioria dos casos, era ineficiente a atitude de agir de maneira pacífica, principalmente quando se tratava de assuntos referentes a membros de coletivos rivais e de desviantes das regras locais que eram reincidentes.

Pude acompanhar diversas situações. Garotos que foram assassinados por não pararem de roubar nos bairros ou por morar em áreas de grupos rivais. Meninas que tiveram seus cabelos raspados e foram torturadas por se relacionarem com rapazes de área rival. O adolescente usuário de crack que foi espancado, porque continuava extorquindo ou roubando o dinheiro da avó. A família que foi expulsa de casa, porque houve uma troca de facção no bairro e o filho pertence a rival. O garoto que foi torturado e assassinado, porque continuava desviando droga.

Durante alguns momentos, dava algumas opiniões elucidativas que poderiam servir de conselhos paliativos, mas em muitos momentos tive que lamentar algumas atrocidades que repercutiram em fortes cenas de sofrimento. Lembro que, uma vez, tentei impedir umas pauladas a um garoto que estava desviando – ou como se diz popularmente “capando” – drogas de terceiros e fui rigidamente alertado que não poderia interferir, pois o rapaz estava ameaçando o andamento do comércio local.

Na semana seguinte, fui informado que o rapaz punido havia rasgado a camisa da facção local, tornando-se membro do grupo rival. Desde então, passou a fornecer informações privilegiadas, articular e participar diretamente de ataques armados a seus antigos aliados. Nesse contexto, “dispensar demais” ou adotar uma postura pacificadora era interpretado como fraqueza — uma brecha que poderia facilitar a repetição de condutas indesejadas e comprometer o controle sobre o território.

Percebi que não poderia interferir em determinados assuntos, onde minha opinião de caráter mais pacificador entrava em contradição com muitos dos princípios de justiça e de proteção cultivados pela facção em momentos de decisão de conflitos. Nesse quesito, tornava-se mais perceptível o distanciamento entre meu mundo e a realidade do universo estudado que costuma cobrar vacilos<sup>64</sup> de maneira violenta.

### ***1.4.3 Técnicas e Artes da Entrevista***

Com o intuito de construir uma relação de confiança, buscava não fazer julgamentos

---

<sup>64</sup> Um erro, deslize. Comportamento indesejado.

preconcebidos e valorizar a capacidade de escuta durante os diálogos de pesquisa, diferente do que fazem comumente policiais e repórteres em suas entrevistas de teor criminalizantes<sup>65</sup>. Observar e escutar<sup>66</sup>, muito mais do que falar, e não interromper, mesmo que em assuntos aparentemente desinteressantes ao pesquisador, foram atitudes importantes que facilitaram o contato com esses sujeitos, que são constantemente criminalizados, silenciados e julgados.

Saber escutar e dar voz a esses jovens “correrias” é valorizar suas visões de mundo e opinião, mesmo quando o interlocutor está em situação de consumo abusivo de drogas, como os nórias<sup>67</sup> e alcoólatras, figuras centrais para a compreensão do processo de consolidação dos coletivos na cidade. A ideia foi sempre tratá-los como pessoa, com respeito e dignidade, não como meros objetos reprodutores de discursos que serão utilizados como pontes de acesso à informação para demonstração científica.

Principalmente entre os que não conheciam a minha história de vida no bairro, mas que estavam cientes da distinção em termos escolaridade e de não “ser do crime<sup>68</sup>”, era comum, muitas vezes, narrativas fictícias nesses contextos de valorização da masculinidade e coragem nesses ambientes. Nesses casos, após longa escuta, às vezes tinha oportunidade de dizer: *“ai tu quer vir com esse kaô pra cima de muá...vai, joga a real do jogo que rolou mesmo”*.

Nesse mundo secreto, permeados por mentiras e fingimentos, estratégias como essas, de mostrar que eu conhecia o conteúdo do argumento, visavam garantir um clima agradável e uma conversa sincera. Isso acontecia em raras vezes, pois gostava mesmo era de me mostrar leigo e curioso para instigá-los a falar de maneira espontânea e empolgada. Até gostava de apreciar quando o protagonista da fala interpretava um personagem com discursos prontos. Ficava curioso com a malícia, com a polidez da educação, se fazendo parecer uma vítima, principalmente quando estava interpretando para um policial ou outro morador que não era “interado”<sup>69</sup> das sutilezas do mundo do crime.

Muitas conversas corriqueiras acabavam se transformando em longas entrevistas — algumas foram gravadas, outras não<sup>70</sup>. Por ter um estilo de diálogo que privilegia a escuta ativa

---

<sup>65</sup> Ao questionar quem é o subalterno? Spivak descreve como aquele cuja voz não pode ser ouvida e argumenta "As camadas mais baixas da sociedade constituídas pelos modos específicos de exclusão dos mercados, da representação política e legal, e da possibilidade de se tornarem membros plenos no estrato social dominante" (Spivak, 2010)

<sup>66</sup> Cardoso de Oliveira (2000), ao analisar o fazer do trabalho do antropólogo, descreve a importância da articulação das capacidades cognitivas; *ver, ouvir e descrever*.

<sup>67</sup> Termo que categoriza pessoas em situação de uso abusivo de crack e cocaína

<sup>68</sup> Mais à frente, irei problematizar as fronteiras entre os pertencem e os que não se envolvem nas dinâmicas do crime.

<sup>69</sup> Ciente, que tem conhecimento de algo ou alguém.

<sup>70</sup> Ferreira (2014) observa que “a entrevista compreensiva é o culminar técnico e epistemológico do processo de criativização [...] já não é necessariamente concebida como uma técnica neutra, estandardizada e impessoal de

e a formulação de perguntas em vez de expor minhas próprias opiniões, eu ia conduzindo os temas conforme as inquietações da pesquisa. Em certos momentos, explicava meu interesse pelo assunto; em outros, os próprios interlocutores percebiam e diziam: “você tá perguntando isso pra colocar no teu trabalho, né?”

#### ***1.4.4 Interlocutores Chave***

Nesse mundo ultra secreto de acobertamento de práticas condenáveis, o acesso e proximidade de três interlocutores chave foram significantes e decisivos na condução da pesquisa. A relação de confiança e a manutenção de relações de amizade que estão além dos objetivos da pesquisa permitiram parcerias onde podíamos compartilhar momentos de diversão e de muitas angústias referentes ao universo das ruas dos bairros.

Além disso, eram momentos onde eu era criticado em relação às minhas interpretações. Apesar de ser comum no dia a dia outros interlocutores me questionarem sobre meus posicionamentos, era com esses mais próximos que poderia passar horas aprofundando as críticas que emergiam sobre os fatos e nossas interpretações, muitas vezes fazendo com que eu estranhasse coisas que me pareciam familiares<sup>71</sup>.

Através deles, tive acesso a assuntos altamente restritos, no qual poucas pessoas poderiam saber, devido a gravidade das consequências da revelação<sup>72</sup>. E também era em diálogos com eles que confirmava a veracidade dos fatos, interpretava e me atualizava de diversas situações importantes para a pesquisa.

Apreendi, ao longo das minhas vivências nos bairros, que é fundamental estar acompanhado de pessoas respeitadas que não “andam dando vacilo”, principalmente em áreas desconhecidas. No caso desses interlocutores, eu sentia a segurança do que cada um iria fazer, o que é mais adequado, para evitar constrangimentos e risco. Eles me apresentaram a uma ampla rede de interlocutores, porque eles eram considerados como de boa referência nos territórios.

---

recolha de informação, mas como resultado de uma composição (social e discursiva) a duas [...] vezes, em diálogo recíproco [...], dando lugar a um campo de possibilidade de improvisação substancialmente alargado quer nas questões levantadas, quer nas respostas dadas” (Ferreira, 2014, p. 982).

<sup>71</sup> Muito interessante a maneira como Oliveira, destaca a importância de confrontar ideias em contextos de proximidade na pesquisa antropológica: “ao estudar o que está próximo, a sua própria sociedade, o antropólogo expõe-se, com maior ou menor intensidade, a um confronto com outros especialistas, com leigos e até, em certos casos, com representantes dos universos de que foram investigadores, que podem discordar das interpretações do investigador”. (Velho, 1999, p. 131)

<sup>72</sup> Quando determinado assunto é carregado um grau extremo de sigilo coletivo, costuma-se dizer que é “segredo de estado” — uma expressão que funciona como um pacto implícito de silêncio absoluto. Falar sobre o que está sob esse estágio pode significar violações de regras e trazer consequências graves como prisões ou homicídios.

Assim como eu, “*sabiam chegar e sabiam sair*”, onde chegávamos<sup>73</sup>.

Fazia questão de mantê-los atualizados sobre o andamento da pesquisa – compartilhava os dados e perguntava se concordavam com as minhas hipóteses. Quando precisava de ajuda diante de ideias que me intrigavam, pedia ajuda a eles: solicitando seus pontos de vista, suas explicações e entendimentos sobre determinado assunto. Eram pessoas que fortaleciam o acesso e aproximação aos bandidos mais influentes. Por andar com frequência ao lado deles nos bairros, geralmente a minha figura era associada à deles. Quando não estava nas suas companhias, as pessoas costumavam perguntar sobre eles. Assim, essas parcerias eram consideradas como exemplo de pessoas “camaradas”<sup>74</sup> no bairro — o que, de certa forma, também me estendia essa condição.

### 1.5 Público jovem e bairros pesquisados

Tomando como referência a observação direta sobre os processos de transformações da dinâmica do crime na capital e os conflitos do tráfico de drogas, a tese nos convida a explorar as narrativas obtidas a partir das experiências vivenciadas cotidianamente pelos jovens do bairro selecionado – jovens estes com idade entre 14 e 29 anos, moradores dos bairros da periferia, em sua maioria negros e pardos, do sexo masculino, de baixa escolaridade e qualificação profissional<sup>75</sup>.

Desse modo, analisar suas percepções sobre os conflitos envolvendo o tráfico de drogas significa fortalecer o diálogo teórico necessário para pensarmos juntos os dilemas da *violência urbana* que afeta milhares de brasileiros (Machado da Silva, 1999, 2008). Sendo assim, apesar de o público geral ser de jovens frequentadores do cotidiano<sup>76</sup> do bairro,

---

<sup>73</sup> Nas aventuras por áreas idas como perigosas ou popularmente conhecidas por fio descascados, costumava fazer a paródia da música que a letra dizia assim “*Mesmo no inferno e bom saber com quem se anda, senão vira e desanda*”. Mesmo em áreas desconhecidas ser apresentado aqueles daquelas áreas por um dos interlocutores, poderia confiar que seria tranquilo pelo repertório de contatos e reconhecimento que eles tinham. Feltran (2011, 2018) mostra como o “proceder” organiza os modos de agir no mundo do crime, l

<sup>74</sup> Aquele ou aquela que é gentil, amigável.

<sup>75</sup> Em 2023, foram registradas 2.662 mulheres negras vítimas de homicídio, o que representa 68,2% do total de homicídios femininos. Dito de outro modo, estamos diante de uma taxa de 4,3 mulheres negras mortas por homicídio por grupo de 100 mil habitantes. Os números evidenciam o trágico encontro entre a cultura patriarcal e o racismo estrutural, ambos fortemente enraizados no Brasil. De modo que os dados dessa edição são mais um retrato, entre tantos, de uma violência de gênero (seja ela letal ou não letal) que dá preferência para corpos negros, e que é histórica.

Fonte: Atlas da Violência, página 57.

<sup>76</sup> Durante a sistematização, buscamos analisar o cotidiano dos jovens a partir de um olhar sociológico sobre múltiplas singularidades e regularidades. Nesse sentido, compartilhamos da perspectiva de José Machado Pais (2003, 72): “A vida cotidiana não se constitui num objeto unificado por qualquer sistema conceitual e teórico coerente e próprio, embora seja um termo que se tem imposto, orientando reivindicações, atitude, discursos. Por outro lado, o cotidiano é um lugar privilegiado da análise sociológica na medida em que é revelador, por

priorizamos em nossa análise aqueles diretamente envolvidos na atividade varejista do mercado de drogas.

### ***1.5.1 Heterogeneidade e Juventude***

Diante da complexidade do termo de juventude, nos deparamos com vários parâmetros norteadores, como o da ONU, que define como jovem a faixa etária de 15-24 anos e que diverge, por exemplo, das interpretações de órgãos nacionais, como o Comitê de Prevenção dos Homicídios da Adolescência da Assembleia Legislativa do Ceará, que tem como referência a idade de 14-29 anos. Sendo assim, corroboro com a ideia de Bourdieu (1983), quando este destaca em seu texto “A Juventude é apenas uma palavra” que, embora seja indissociável a idade biológica e social, devemos atentar para o contexto histórico no qual a noção de juventude é construída, mostrando que as multiplicidades de práticas que lhe são associadas fazem com que essa categoria ganhe certa plasticidade.

Embora os jovens do “corre” pertençam ao mesmo coletivo, devemos encará-los como um público heterogêneo que se diferencia em seus graus e papéis de atuação e engajamento nos coletivos. Aqueles mais novos, com idade entre os 16 e 20 anos, geralmente são considerados como a nova geração que possui a oportunidade de fortalecer seus aliados. São considerados “o futuro da favela”, que podem marcar sua trajetória com respaldo e trilhar um caminho de poder importante de ascensão no crime. Geralmente são aqueles que não desenvolvem atividades de poder de comando na hierarquia do crime, sendo reservado uma fatia menor na lucratividade do tráfico.

Os jovens adultos, com idades entre 23 e 38 anos, costumam ocupar funções de chefia nos territórios e são responsáveis pelo acolhimento e pela instrução dos mais jovens, que assumem tarefas mais arriscadas, como a venda de drogas nas ruas e a atuação em confrontos armados. Com 36 anos, ainda que minha faixa etária estivesse mais próxima da desses articuladores e tomadores de decisão, optei por me manter mais próximo dos mais novos.

No que diz respeito ao acesso e tempo de permanência junto aos interlocutores, os mais novos, por estarem frequentemente na linha de frente do tráfico varejista, se mostravam mais disponíveis e expostos aos fluxos cotidianos das ruas, o que facilitava os encontros casuais e as conversas espontâneas. Já os mais velhos, geralmente com motos ou automóveis, costumam evitar permanência prolongada nas ruas. Seus contatos são, em geral, combinados com

---

excelência de determinados processos do funcionamento e da transformação da sociedade e dos conflitos que a atravessam”.

antecedência e realizados em espaços mais reservados. Dentro da rede do tráfico, eles tendem a operar em níveis mais elevados da cadeia, mediando entregas de maiores quantidades e articulando o controle territorial em diálogo com os mais jovens.

Embora mais raro, o contato com esses atores mais experientes se revelou importante, sobretudo porque eles detinham um conhecimento mais aprofundado sobre as dinâmicas internas dos coletivos, além dos pontos de venda e sobre as articulações entre os diferentes segmentos da rede. Entre esses mais antigos, compartilho lembranças de momentos marcado por adrenalina, bem como o reconhecimento mútuo por não ter abandonado o espírito aventureiro e destemido, de quem, à sua maneira, insiste em radicalizar diante das adversidades que atravessam a juventude nas periferias de Fortaleza.

Ainda assim, é preciso reconhecer os limites do campo. O recorte privilegiado — mais próximo dos operadores do varejo — restringiu o alcance das descrições etnográficas a dinâmicas locais, impossibilitando o acesso direto a figuras do chamado “alto escalão” do tráfico, que raramente se envolvem com o cotidiano das ruas. Esses limites, contudo, não diminuem a densidade da experiência no campo, mas indicam a necessidade de uma escuta atenta à complexidade dos sujeitos com os quais dialoguei.

É fundamental, portanto, reconhecer a heterogeneidade dos jovens inseridos nesse contexto. Embora suas identidades estejam frequentemente associadas à criminalidade, eles protagonizam uma diversidade de experiências ligadas ao trabalho, à família, à religiosidade e a outros projetos de vida que não se deixam capturar por estereótipos simplificadores. Compreendê-los exige uma abordagem sensível às suas trajetórias individuais, marcada pela escuta, pela presença e pelo reconhecimento da multiplicidade de formas de viver e resistir nas margens da cidade.

### ***1.5.2 Sobre os Espaços Escolhidos: conflitos e mobilidade***

Dos 29 bairros que compõem a Secretaria Regional VI<sup>77</sup> de Fortaleza, delimitamos apenas um para o recorte desta tese. Dentre os critérios, neste tópico destacamos alguns deles. O primeiro é porque são bairros de domínio da mesma facção (entre 2013 e 2019, Comando Vermelho e nos anos seguintes Tudo Neutro), pois, caso fossem áreas de grupos rivais, a desconfiança prejudicaria a imersão em campo.

---

<sup>77</sup> Maiores detalhes sobre as especificidades demográficas da regional VI, ver <https://www.fortaleza.ce.gov.br/institucional/a-secretaria-320#:~:text=A%20Secretaria%20Regional%20VI%20tem,Abrange%2029%20bairros%20da%20Capital>.

Somado a esse motivo, o bairro estudado esteve diretamente ligado à trajetória do pesquisador, marcada por vínculos pessoais e cotidianos com moradores locais. Como destacado anteriormente, a convivência com colegas, interlocutores e amigos de infância, aliados à participação em pesquisas anteriores na região, contribuiu para tornar a rede de contatos acessíveis em toda região estudada. As experiências compartilhadas com outros jovens, sobretudo aqueles que ocupam posições de liderança, favoreceram o estabelecimento de relações de confiança, fundamentais para a realização do trabalho de campo com segurança. Ser conhecido na região, cultivar as amizades e participar de encontros nas ruas, garantiu a execução do trabalho. Além disso, transitar com uma moto permitiu maior agilidade na mobilidade entre os diversos pontos de venda de drogas estudado na pesquisa.

Essa inserção privilegiada possibilitou o acesso aos principais pontos de venda de drogas na região, além de permitir o acompanhamento próximo da dinâmica dos conflitos locais e da ascensão de novas lideranças criminais. Esse conhecimento acumulado também foi decisivo para a formação de estratégias para conseguir permanecer nos locais onde se reúnem, principalmente em lugares onde acontecem a atividade do tráfico de drogas. Além disso, acompanhar de perto o histórico da dinâmica dos conflitos e a emergência de lideranças ligadas ao crime, permitiu um conhecimento necessário que facilitou as estratégias de mobilidades entre os pontos de venda de drogas estudados.

São bairros historicamente atravessados por conflitos relacionados à violência urbana e ao tráfico de drogas. Em meio a profundas desigualdades econômicas e distintas formas de segregação social, em algumas áreas, convivem lado a lado grandes condomínios, barracos, pequenos comércios e áreas verdes, compondo uma paisagem urbana marcada por inúmeros contrastes.

Em algumas localidades, a intensidade da atividade do tráfico, os confrontos armados e a presença de lideranças influentes no cenário criminal de Fortaleza reforçam o estigma negativo associado a esses territórios, causando muitas vezes medo aos não frequentadores. Durante a pesquisa, observamos de maneira nítida a dificuldade dos moradores de conseguirem acessarem os serviços de transportes por aplicativos, por ser considerada área perigosa.

### ***1.5.3 Andamento: técnicas utilizadas (2019-2022)***

No começo de 2019, no início do doutorado, retomamos a pesquisa de campo no bairro em que mora o autor, frequentando praças, esquinas, ruas, becos, comércios e residências

com o intuito de obter os dados necessários para o andamento do projeto.

Nesse primeiro ano de pesquisa, temos realizado entrevistas de acordo com a dinâmica dos conflitos e da adequação de horários<sup>78</sup> favoráveis aos encontros. Devido às intensas alterações em torno das ausências e permanências dos interlocutores nos locais selecionados, não é possível determinar com precisão o número exato de participantes. Mudanças de residência, mortes, prisões e atuação policial são alguns dos principais fatores que alteram os cenários do trabalho de campo<sup>79</sup>.

A maioria das *entrevistas* feitas nesse ano tem sido obtida a partir de conversas informais, nas quais se busca valorizar a espontaneidade das falas dos interlocutores sobre temas ligados à maneira como grupos armados articulam os trânsitos e permanências de pessoas nos espaços dos bairros. Os diálogos têm durado cerca de 10 minutos ou até 3 horas, dependendo da quantidade e da disponibilidade das pessoas envolvidas, além da possibilidade de ameaças repressivas, como a presença da polícia ou de inimigos. Geralmente os encontros aconteciam de maneira fortuita, em uma simples ida ao supermercado ou a uma borracharia, sendo possível estabelecer ricos debates.

Como demonstram os dados do terceiro capítulo, a atenção de um olhar minucioso sobre os gestos, as falas e as pichações tem sido registrada por meio de fotografias e memórias escritas na problematização dos cadernos de campo<sup>80</sup>. Dessa forma, buscamos entender as inflexões nos aspectos simbólicos que transformaram o mercado varejista de drogas nas periferias, a partir das experiências de jovens que aderiram primeiramente ao Comando

---

<sup>78</sup> As madrugadas estão sendo períodos importantíssimos, pois é possível dialogar com os interlocutores de maneira mais tranquila, muitas vezes sem muitos barulhos e sem ser interrompidos por atividades paralelas que interferem nas entrevistas, como a chegada de moradores pedindo que o interlocutor faça uma lavagem de carro.

<sup>79</sup> Do período de início do doutorado (fevereiro de 2019) até o início da pandemia (meados de março de 2020) tive acesso a uma rede composta por cerca de 70 moradores que contribuíram com a pesquisa. Dentre eles, 20 participam de maneira efetiva, vestindo a camisa da facção (7 são responsáveis pela venda de drogas do local; 4 são encarregados de resolver questões burocráticas, especialmente articulando com advogados ou prestando assistência a outros “irmãos” da facção que estão presos; apesar de todos possuírem acesso a arma, 3 são os encarregados principais para punições ou ataques; 4 são especializados em assaltos; cerca de 2 vestiram a camisa, mas participam da facção apenas organizando as festas, divulgando eventos nas redes sociais); cerca de 35 não se identificam como membro da facção, mas desenvolvem atividades ligadas diretamente ao CV (20 são jovens com idade entre 14 - 29 anos que frequentam os espaços públicos do bairro e que, de alguma maneira possui identificação com a facção, escutando músicas, realizando gestos, mostrando proximidade com o Comando Vermelho e aversão aos territórios GDE); e cerca de 15 moradores que não estão envolvidos nas facções, mas que tem participado efetivamente ao conviverem com os membros das facções e em alguns momentos solicitaram ou participaram de decisões junto a facção (5 comerciantes; 2 jovens motoristas de táxi aplicativo; 3 ex-moradores que frequenta ocasionalmente o bairro; 1 mãe e 2 irmãs de faccionados; 2 moradores idosos que possuem quartos alugados na região). Em meados de 2021, com a nova conjuntura da consolidação do Tudo Neutro, esse número se aproximou, mas houveram algumas alterações em termos de participantes, pois alguns vestiram a camisa, outros rasgaram, uns se mudaram, enquanto outros permaneceram.

<sup>80</sup> Tomando como pano de fundo as práticas dos jovens da linha de frente do tráfico nos bairros, as descrições contidas nas cadernetas de campo nos ajudam a compreender como se constroem as *redes de significados* que giram em torno dos conflitos inerentes ao comércio varejista de *crack*, maconha e cocaína (Geertz, 1989).

Vermelho e depois ao Tudo Neutro, assim como analisar o que mudou em termos de gestão e mediação de conflitos.

Rodas de conversas em esquinas, praças, becos, barracos, barbearias, borracharias e mercadinhos têm se mostrado como espaços ricos para compreendermos as peculiaridades das transformações sobre as gestões que vêm sendo operacionalizadas por aqueles que se dizem do crime, além de nos fornecer elementos que apontam para os múltiplos discursos disseminados em jornais, revistas, filmes e na boca do povo.

O acompanhamento de eventos, como frequentar jogos de futebol junto a membros de torcidas organizadas, frequentar festas de forró ou *funk* organizadas por membros de facções vêm fazendo parte da maneira como o campo tem sido conduzido a partir de aproximações baseadas em laços e compromissos estabelecidos. Somam-se a isso a participação nos espaços de debates punitivos que aconteciam<sup>81</sup>.

Durante quase todos os momentos do dia tornou-se possível encontrar reuniões de pessoas ligadas ao crime em calçadas, esquinas, praças e campos de futebol, dispostos a conversar sobre diversos assuntos. Selecionar e estimular a problematização sobre as regras das facções criminosas nos bairros tem sido um dos principais objetivos enquanto pesquisador nesses encontros, que muitas vezes eram interrompidos por cenas de ameaça da polícia.

#### ***1.5.4 Pandemia: novo cenário (2020-2022)***

O período da pandemia que teve início em meados de abril de 2020, além de possibilitar maior tempo dedicado à leitura e à produção de artigos, também foi um grande impulsionador de mudanças em termos de estratégias de contato com o objeto de estudo.

O uso do celular, apesar de já ser aplicado como canal de pesquisa, passou a ganhar um pouco mais de centralidade no trabalho, tendo em vista que o contato direto foi restrito por conta da pandemia. A utilização do celular como veículo de comunicação tem sido importantíssima ao fornecer informações, especialmente por meio da participação em grupos de WhatsApp, nos quais foi possível observar articulações, rupturas, ameaças e chegada de armas e drogas a partir de mensagens de textos, áudios, vídeos e fotografias.

Quanto ao trabalho de campo no bairro, o pesquisador passou a programar encontros mais pontuais e rápidos. Utilizando máscaras e tomando precauções, buscou-se focar

---

<sup>81</sup> Encarando o tráfico enquanto fenômeno construído socialmente a partir do jogo de interações *face a face*, buscamos entender como se dá o jogo de poderes implícitos nas situações dos jovens em suas múltiplas relações no contexto dos bairros estudados (Goffman, 2004).

um pouco mais nas entrevistas com interlocutores pontuais, aqueles que tinham maior proximidade e que poderiam nos oferecer informações sobre as ordens e conflitos do Comando Vermelho nos bairros. Em momentos mais críticos da crise sanitária, optou-se pelo isolamento durante várias semanas, enquanto em momentos de maior afrouxamento o autor começou a frequentar as ruas dos bairros e alguns espaços do tráfico com maior tempo de permanência.

Na segunda metade de 2022, retomei a pesquisa de campo com maior intensidade em um momento em que a facção Tudo Neutro iniciava sua corrida por tomadas de territórios do Comando Vermelho e GDE. Na região estudada, o TDN, popularmente conhecida como *Massa* já havia se consolidado a partir de uma série de mudanças que será destacada a partir do quarto capítulo.

Dessa vez, o Whatsapp foi ferramenta fundamental no acionamento dos interlocutores para encontros presenciais. Em questão de minutos, através de grupos de whatsapp era possível convidar várias pessoas que rapidamente poderiam atrair outras pessoas. Além disso, a partir dos grupos, sabia-se sobre possibilidade de abordagens policiais; tinha-se acesso a áudios, fotografias e vídeos sobre avisos, prisões, homicídios, tomadas de territórios, dentre outros diversos assuntos. Entretanto, mesmo com esse aparato, eram preferíveis os encontros presenciais, visitar cada área que poderiam recolher informações de quem estava participando das ações comentadas.

### ***1.5.5 Estágio de Doutorado / Portugal (2023-2025)***

A partir de novembro de 2023, iniciei uma jornada de pesquisa em Portugal para realizar o estágio de doutoramento, que durou um ano e meio. Foi a primeira vez que saí do Brasil, em uma experiência de distanciamento geográfico fundamental para estranhar a naturalização da violência vivenciada em Fortaleza e, assim, trazer elementos decisivos para construção desta tese. Acostumado a lidar com a violência cotidiana no Brasil, encarei o desafio como parte de um caminho possível. Sendo explorado como motorista de aplicativo de *Uber Moto*<sup>82</sup>, vendi o que havia conquistado até então para investir nos meus estudos em Portugal.

Desde o início, fui movido pela curiosidade de entender como vivem os pobres neste país que nos colonizou. Quais formas de violência e sistemas de opressão operam ali? Qual é o lugar reservado ao imigrante não europeu? O que contribui para a violência urbana em

---

<sup>82</sup> A partir de 2020, começou-se a operar no Brasil o serviço de transporte individual *moto Uber*, mediados por plataformas digitais e conduzidos, em sua maioria por jovens periféricos cadastrado nos aplicativos que vivenciam diariamente a precarização do trabalho (Santos, 2022).

Portugal? Como se organiza o tráfico de drogas? Quem são os sujeitos e grupos considerados perigosos?

Em Lisboa, durante os primeiros seis meses, concentrei-me em buscar bolsas de estudo, enquanto me dedicava à pesquisa teórica e de campo. Sem recursos para me manter, iniciei uma nova fase como entregador de aplicativo de moto (Uber Eats), o que me colocou em contato direto com outros trabalhadores em situação de vulnerabilidade, preocupados com os altos custos de alimentação e moradia.

Mais tarde, passei a trabalhar como garçom em um restaurante, ao lado de outros imigrantes — em sua maioria africanos e brasileiros — e pude observar de perto a realidade da classe trabalhadora na Europa, vivenciando situações de explorações semelhantes às que conheci no Brasil, mas com outras roupagens.

Viver por mais de um ano sem bolsa de estudos, dividindo rotinas e preocupações com outros imigrantes em situação precária, me levou a revisitar criticamente diversos dilemas enfrentados pela juventude das periferias de Fortaleza — e do Brasil como um todo. A experiência, mais do que deslocamento geográfico, expandiu minhas percepções sobre desigualdades, pertencimento e resistência em contextos atravessados por heranças coloniais e fronteiras de classe e raça.

Durante todo esse período em Portugal, além do tempo dedicado à obtenção de recursos para subsistência, pude revisar a tese, aprofundar o conhecimento bibliográfico, participar de seminários e realizar pesquisa de campo com grupos marginalizados. Além disso, nos seis últimos seis meses obtive um financiamento para desenvolver um projeto de pesquisa com profissionais da área do Direito, Saúde e Segurança Pública envolvidos com implementação de políticas de drogas no país.

Um dos meus maiores estranhamentos foi perceber como a lógica de guerra que marca a política de drogas no Brasil — com seus traços de brutalidade e seletividade — se distancia do que encontrei em Portugal, mesmo diante do predomínio de outras formas de violência na Europa. O contraste mais nítido emergiu quando percebi a naturalização do aprisionamento e da morte de jovens negros e pardos nas periferias brasileiras. Esse abismo entre as realidades reacendeu em mim o desejo de desenvolver esta tese com o intuito, de alguma forma, de contribuir para transformar a vida dos meus conterrâneos.

Na tentativa de encontrar territórios semelhantes às favelas brasileiras, com urbanização precária e pequenos barracos, não locais com estruturas periféricas como as que conhecia, encontrei, no entanto, aglomerados de populações afrodescendentes e ciganas em

bairros sociais de Lisboa que, apesar das diferenças físicas, carregam estigmas sociais similares aos vividos nas periferias brasileiras. Nesses contextos, o fator étnico aparecia com frequência nas associações à violência. Grupos como africanos, ciganos, latinos e pessoas do leste europeu são amplamente estigmatizados e percebidos como ameaças ao bem-estar social em Portugal.

Durante minha estadia, estabeleci contato com algumas pessoas negras envolvidas no tráfico de drogas em Lisboa. Nos diálogos, percebi que, embora enfrentem discriminações como nós, a perseguição racial em Portugal ocorre de forma menos direta e violenta do que no Brasil — especialmente no contexto do tráfico, onde negros e pardos brasileiros estão expostos a riscos muito maiores de prisão e homicídio.<sup>83</sup>

Além disso, acompanhei o funcionamento das instituições ligadas à política de drogas portuguesa, resultantes da descriminalização do porte para consumo de todas as drogas, tanto em espaços públicos quanto privados. Notei que esse processo, voltado à humanização, contribuiu para dissociar o uso de drogas da criminalidade, evitando que muitos usuários fossem punidos com detenção.

Um dos aspectos que mais chamou minha atenção foi a ausência de vínculo entre o tráfico e a violência armada nas margens de Lisboa. Embora o tráfico ainda seja ilegal, a atuação policial não demonstrava uma postura de perseguição sistemática a grupos vulneráveis sob o pretexto de combate às drogas. Os esforços se concentravam no tráfico de grandes quantidades, sem resultar em invasões, agressões ou ações violentas recorrentes por parte da polícia.

Essa experiência em Portugal, ainda que breve, ofereceu um contracampo importante para refletir sobre o cenário brasileiro, onde o uso de drogas ainda está profundamente associado à repressão violenta. Se em Lisboa percebi uma dissociação entre consumo e criminalização, no Brasil a política de drogas segue marcada por práticas sistemáticas de encarceramento e homicídios que atingem, sobretudo, a juventude negra periférica. A principal diferença não está apenas na legislação, mas no modo como a repressão se estrutura em torno da cor da pele e do território.

A comparação evidenciou também o papel do termo “facção” no Brasil como um

---

<sup>83</sup> Segundo o *Atlas da Violência*, em sua edição de 2025, página 75, tabela 6.1, em 2019 o estado do Ceará registrou 2.235 homicídios de pessoas negras, enquanto em 2020 esse número saltou para 3.752, um aumento de 67,89%. Mais de 91% dos homicídios no estado têm como vítimas pessoas negras. O Ceará é o 6º estado com maior taxa de homicídios registrados de negros por 100 mil habitantes.

Em relação às prisões por tráfico de drogas, o Atlas indicou uma correlação positiva entre o fato de ser negro e a probabilidade de prisão em flagrante, bem como entre essas prisões e as condenações subsequentes, sugerindo que a raça exerce influência indireta nos desfechos judiciais. A Tabela 12.1 do relatório mostra que pessoas negras representam 69% dos presos em flagrante por tráfico de drogas, evidenciando a seletividade racial nas abordagens policiais e no sistema de justiça criminal.

dispositivo de exceção, utilizado seletivamente para justificar ações letais do Estado. Sob a ideia de uma ameaça difusa — amplificada por discursos oficiais e pela mídia —, o rótulo de "membro de facção" passou a abranger desde jovens portando pequenas quantidades de drogas até aqueles apenas vinculados por relações de vizinhança. Isso tem servido de base para operações armadas em bairros pobres, enquanto os grandes articuladores do tráfico seguem protegidos por redes de poder e recursos. Assim, os jovens negros das periferias permanecem como os principais alvos da repressão.

Notei também que, embora os bairros habitados por africanos em Portugal sejam estigmatizados, não enfrentam o mesmo grau de violência das periferias de Fortaleza, onde a vida é marcada por instabilidade constante e por um duplo controle — exercido tanto por grupos criminosos quanto pelas forças policiais. Em Lisboa, ouvi relatos de abordagens policiais contra negros, africanos e indianos, mas sem a brutalidade típica do contexto brasileiro.

Essas são algumas das impressões que tenho tido em Lisboa, onde a possibilidade de um assalto à mão armada é bem menor do que no Brasil. Além dessas observações, também me deparei com situações como ser seguido em shoppings, algo que, infelizmente, não me surpreendeu dado a realidade do Brasil. Enfrentei discriminações sutis, que muitos atribuem ao estereótipo de "brasileiro malandro", mas sei que minha nacionalidade, jeito de falar e cor de pele tem sido fator relevante para essa suspeição, sobretudo em relações de busca de trabalho e moradia.

## MODERNIZAÇÃO URBANA, PERIFERIAS E COLETIVOS CRIMINAIS

Iniciaremos este capítulo com uma breve apresentação do Ceará e de sua capital, destacando características que delineiam o perfil urbano de Fortaleza a partir de uma visão *ideal típica* de cidade (Weber, 1974). Levamos em consideração que, para entender a emergência das facções no Ceará, não podemos desvincular nossa análise da historicidade da formação de grupos delituosos, vinculadas ao processo de modernização do Estado e as transformações *globais* que o atravessam (Giddens, 1991).

Com base em uma revisão bibliográfica, examinamos como os investimentos em infraestrutura e os incentivos à industrialização impulsionaram a fluidez de circulação de mercadorias e atraíram migrantes locais e estrangeiros em busca de oportunidades na cidade. Dessa forma, buscamos entender como esse crescimento urbano criou condições que tornaram possível a *emergência* de grupos considerados ameaçadores da ordem pública, pontuando algumas de suas características, formas de organização, *continuidades* e *rupturas* (Foucault, 1976).

Na segunda parte do capítulo, tentamos ilustrar um pouco os efeitos das desigualdades socioeconômicas nesse contexto de expansão dos bairros pobres e de como seus moradores, sobretudo os jovens, muitas vezes excluídos do mercado de trabalho formal, têm encontrado em grupos *desviantes*<sup>84</sup> e no mercado de drogas alguns de seus anseios (Becker, 2008).

Na terceira parte, analisaremos como alguns autores têm abordado a organização contemporânea dos coletivos criminais no Brasil em suas múltiplas formas de ação, sobretudo no que se refere àqueles que têm sido chamados de facções, comandos e gangues prisionais<sup>85</sup>. Em seguida, pontuaremos algumas das principais modalidades de empreendimentos criminosos

---

<sup>84</sup> Desse modo, concordamos com Howard Becker (2008), ao afirmar que a natureza do *desvio* não no ato em si, mas o resultado de processos interacionais nos quais determinadas ações ou grupos são rotulados como desviantes. A partir do interacionismo simbólico, compreendemos que é nas relações sociais e nos contextos situacionais — onde há regras, julgamentos e expectativas — que certos indivíduos ou coletividades passam a ser definidos como transgressores. Assim, gangues, quadrilhas e facções emergem nos discursos oficiais e não oficiais não apenas como realidades objetivas, mas como construções sociais baseadas em categorias de acusação, frequentemente sustentadas por normas jurídicas e morais.

<sup>85</sup> Briceño-León (2020), em sua revisão sociológica sobre *pandillas*, máfias e *bandas*, destaca que: “[...] hay una mayor presencia del Estado y de las fuerzas policiales que se dedican al control de las actividades consideradas ilícitas. Y, por el otro, ha habido un incremento de las actividades y consumos que son considerados ilegales y que por lo tanto están sometidos a control, persecución y punición por parte del Estado. [...] uno puede observarlos como una tendencia general de la sociedad contemporánea. Y, finalmente, otro proceso social importante es lo que se ha llamado globalización [...] Esto ha dado unas dimensiones nuevas a un viejo problema, pues la apertura de las fronteras nacionales y la transnacionalización de los intercambios le han abierto las puertas al delito organizado [...]” (Briceño, 2020).

que se consolidaram na metrópole cearense. Dessa forma, focando na dinâmica da organização do tráfico de drogas no Ceará articulado por membros do Comando Vermelho e Tudo Neutro no estado, destacaremos como aconteceram suas visibilidades e seus processos de alianças de facções nacionais aos grupos locais, possibilitando mudanças que redesenharam as maneiras de gerir os conflitos nos bairros da periferia de Fortaleza.

### 1.1 O Ceará e sua capital: dados gerais

Localizado na região Nordeste, o Ceará é uma das 27 unidades federativas do Brasil. É composto por um território de 148.894,442 km<sup>2</sup>; em termos de extensão, é o 17º do Brasil e o 4º do Nordeste. Segundo dados publicados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2022 o estado possuía população estimada em 8.791.688, sendo o 8º mais populoso do Brasil e o 2º do Nordeste. Sua densidade demográfica, em 2022, era de 59,05 hab./km<sup>2</sup>. Tem o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 735.

Conhecido nos roteiros turísticos como “Terra da Luz”, o Ceará possui um litoral de 573 km de extensão, no qual prevalecem dunas, falésias, mangues e vegetações litorâneas, apresentando temperaturas médias que variam de 22 a 32 °C. A Costa do Sol Poente se estende por 400 km do litoral oeste, que vai de Fortaleza até a fronteira com o estado do Piauí. Percorrendo a rodovia CE-085, encontramos importantes pontos turísticos como Cumbuco, Flecheiras e Jericoacoara. Ao Leste de Fortaleza<sup>86</sup>, através da rodovia CE-040, que percorre a Costa Sol Nascente, encontramos as praias Porto das Dunas, Morro Branco e Canoa Quebrada.

Além dos atrativos industriais, comerciais e de turismo na faixa litorânea, a parte do sertão que se estende pelas sete mesorregiões cearenses, que abarcam 184 municípios, também tem contribuído significativamente para o crescimento econômico e do turismo<sup>87</sup>. Dentre elas, temos a Noroeste, que inclui a cidade de Sobral e uma vasta região de serras com forte potencial turístico e de produção de frutas e verduras, além indústrias; a do Norte, que incorpora Canindé, atrativo de turismo religioso; e o Maciço de Baturité, onde acontecem eventos internacionais, como o Festival de Jazz e Blues de Guaramiranga. Já a do Sul é

---

<sup>86</sup> Com uma ampla rede de infraestrutura aérea e rodoviária, Fortaleza ocupa o 5º lugar no ranking dos 10 destinos mais procurados para viagens turísticas, segundo estudo feito pelo buscador Kayak em 2020, publicado no *Guia Travel Hacker*. Disponível em: <https://bit.ly/2WWpPbg>. Acesso em: 5 set. 2021.

<sup>87</sup> O Ceará se destaca como um dos destinos mais procurados por turistas de todo o mundo. De acordo com dados da empresa Airbnb, repassados à Secretaria Estadual do Turismo (Setur), Fortaleza e Caucaia, na Região Metropolitana, aparecem como tendências para a próxima temporada de viagens, final do ano de 2025, ocupando a segunda e a quarta posição no ranking, respectivamente. <https://www.ceara.gov.br/2024/10/17/ceara-conta-com-dois-destinos-entre-os-mais-buscados-para-hospedagem-no-fim-do-ano-saiba-quais/>

composta pelas microrregiões do Cariri e da Chapada do Araripe, importantes centros empresariais ligados sobretudo à agropecuária, serviços e turismo religioso.

Segundo relatório do Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (Ipece), de 2021, com atividades econômicas ligadas especialmente à agropecuária, agricultura, comércio, turismo e indústria, o Ceará é o estado com o 3º maior Produto Interno Bruto (PIB) do Nordeste.

Em termos populacionais, ao analisarmos os dados do IBGE referentes à RMF, percebemos que esta concentra quase metade do contingente populacional do estado, com uma população estimada de 4,08 milhões de habitantes (44,91%). A Grande Fortaleza, distribuída em um território de 7.440,053 km<sup>2</sup>, é a 129ª maior área urbana do mundo e a mais populosa do Norte-Nordeste brasileiro. A RMF tem como área de influência todo o território do Ceará e o oeste do Rio Grande do Norte. Sua região de influência é a segunda maior do Norte-Nordeste em termos populacionais, ficando atrás apenas do Grande Recife. Conforme o IBGE, a Grande Fortaleza fechou 2024 com um PIB de R\$ 123,4 bilhões.

Apesar da acelerada descentralização do setor produtivo da região metropolitana, em meio aos 19 municípios que fazem parte da Grande Fortaleza<sup>88</sup>, na capital fortalezense é onde se concentram os maiores investimentos do estado. Embora seja uma importante metrópole nordestina que tem diversificado os setores da economia, o turismo tem se consolidado como um dos mais importantes cartões de visitas impulsionadores da economia<sup>89</sup> em suas dimensões internacionais.

Atualmente, Fortaleza é dividida em 12 Secretarias Regionais, compostas por 121 bairros. Com uma população estimada, para 2022, de 2.574.412 pessoas, sua densidade demográfica é de 7.786,44 hab./km<sup>2</sup> em uma área de 312,353 km<sup>2</sup>. A cidade tem o maior PIB do Nordeste e o 8º maior do Brasil, estimado em 73,4 bilhões, superando Salvador e Recife, que até então ocupavam a primeira e a segunda posição em produção de riquezas. Entretanto, apesar de melhoras em relação a décadas anteriores, seu Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) em 2010 foi de 0,754, sendo o 3º pior do país.

Em relação a questão racial no Ceará, dados do último CENSO do IBGE, em 2022, os brancos compõem 27,9% da população cearense, enquanto pretos são 6,8%, indígenas 0,6% e amarelos 0,1%. Os que se declararam pardos foram 64,7% dos cearenses. Conforme o balanço

---

<sup>88</sup> Disponível em: <https://bit.ly/2WXR19S>. Acesso em: 5 set. 2021.

<sup>89</sup> Segundo pesquisa realizada pelo site da Decolar, baseada nas buscas para *check-in* do mês de janeiro, Fortaleza é o destino turístico nacional mais procurado em 2021. Disponível em: <https://bit.ly/38IhsTF>. Acesso em: 5 set. 2021.

do IBGE, a população autodeclarada parda é a maioria em 183 dos 184 municípios cearenses.

Em relação ao último Censo, realizado em 2010, a população branca do Ceará teve redução de 9,2%. Já o número de pessoas que se declaram pretas cresceu 51,7% e a proporção de pardos cresceu 8,8%. O maior crescimento foi da população autodeclarada indígena: o grupo cresceu 172,4% no período entre 2010 e 2022.

Segundo o *Atlas da Violência* (IPEA & FBSP, 2025), em 2023 uma pessoa negra tinha 2,7 vezes mais chance de ser vítima de homicídio do que uma não negra — crescimento de 15,6 % em relação a 2013 —, sendo o Ceará o 6º estado com maior taxa de homicídios de negros por 100 mil habitantes; além disso, no estado, 91 % dos homicídios em 2020 (3.752) foram cometidos contra pessoas negras, frente a 2.235 homicídios em 2019, um aumento de 67,9 %; já a taxa de homicídios de jovens de 15 a 29 anos no Ceará subiu de 102,8 (2019) para 189,4 (2020) por 100 mil hab (*Atlas da Violência*, 2025).

### ***1.5.6 Desigualdade, Vulnerabilidade e Violência Urbana***

Encarada como problema comum em diferentes metrópoles nordestinas, a formação de aglomerados urbanos, conhecidos como favelas, faz parte da realidade de Fortaleza, em que milhares de moradores vivem em péssimas condições de salubridade e acesso a serviços. Nos dados publicados em 19/05/2020 pelo IBGE em um estudo sobre aglomerados subnormais que alerta para proporção de vulnerabilidade “com possíveis consequências para os serviços de saúde e assistência social” para a COVID, aponta-se que Fortaleza é a 7ª cidade do mundo com maior proporção de aglomerados subnormais. O estudo revela que existem 809 favelas no Ceará, nas quais se distribuem 243 mil domicílios nas mais de 40 cidades. Em Fortaleza, cerca de 187.167 famílias vivem em condições precárias de moradia, equivalendo a 23,56% das residências da capital.

Em um contexto de múltiplas vulnerabilidades e problemas que assolam a capital, a violência urbana, especialmente no que se refere ao número de homicídios, faz parte do cotidiano de muitos fortalezenses que vivenciam o medo e os perigos de se morar em uma cidade violenta e ameaçadora, principalmente para quem vive nas periferias. Apesar de números favoráveis em termos econômicos, o relatório do *Atlas da Violência* de 2016 aponta o Ceará como o 2º estado brasileiro com maior número de homicídios, com proporções de 52,2 mortes por 100 mil habitantes. Entre 2004 e 2014 houve crescimento de 166,5% na taxa dos números de homicídios.

Nesse cenário, Fortaleza foi considerada a capital com maior índice de homicídios

de adolescentes, despertando a atenção de órgãos como a UNICEF, que, em parceria com o CCPHA, criado pela ALCE, realizou um estudo para entender como o Ceará tem enfrentado a violência e o porquê de Fortaleza ser uma das cidades mais violentas do mundo com seus jovens.

Em parte da pesquisa sobre os 292 casos de assassinatos de crianças e adolescentes que aconteceram em 2015 em Fortaleza, demonstrou-se que 44% das mortes aconteceram em apenas 17 dos 121 bairros, apontando para a vulnerabilidade desses territórios periféricos. Os dados apontaram que quase um terço dos homicídios de adolescentes na cidade ocorreu entre moradores de 52 comunidades (nas quais vivem 13% da população da capital, em uma área equivalente a 4% de Fortaleza). A maioria dos adolescentes morreu nos bairros em que eles residem, situados em periferias que apresentam infraestrutura e serviços precários, o que torna a segregação urbana um fator que contribui para a vulnerabilidade à violência letal. É importante ressaltar que, em sua maioria, jovens negros e pardos, de baixa escolaridade e moradores da periferia<sup>90</sup> são as vítimas mais vulneráveis do que tem sido considerado *violência urbana*.

Desse modo, encarada como um problema, a participação de jovens em coletivos criminais e seu engajamento na atividade do tráfico de drogas e nos conflitos armados entre grupos rivais tornou-se pauta de amplos debates públicos<sup>91</sup>, que alertam para o desafio que as facções criminosas proporcionam para a democracia das cidades brasileiras.

Após essa breve contextualização, ilustrada por meio de dados referentes à situação de Fortaleza nos cenários cearense e nordestino, no próximo tópico iremos focar no processo histórico de modernização da capital, que a tornou o que ela é hoje.

### ***1.5.7 Análise Sócio-histórica: seca, migrações e formação das periferias***

Antes das chegadas dos europeus em solo nordestino, a ocupação da terra era garantida pelo predomínio dos povos indígenas distribuídos pelo sertão, vivendo da caça, pesca e da agricultura. No decorrer da história, tais populações sobreviveram resistindo aos

---

<sup>90</sup> Os estudos apontaram que, dos adolescentes assassinados em Fortaleza, 69% eram negros; 29%, brancos; e 2% de outras etnias/raças. Também temos que 55% dos adolescentes mortos eram filhos de mulheres que foram mães ainda na adolescência. Ao cuidar de outras crianças, elas se tornam mais vulneráveis, enquanto também vulnerabilizam os filhos (CCPHA, 2016).

<sup>91</sup> Mais adiante iremos explorar com mais detalhes como os bairros pobres são associados ao tráfico e, conseqüentemente, à ideia de lugar perigoso, propício ao homicídio. Em notícia do dia 07/02/2015, o jornal Estadão divulga que “Tráfico transforma Fortaleza na capital do homicídio no País”, destacando que na capital os assassinatos triplicaram *entre* 2005 e 2015. Disponível em: <https://bit.ly/3yQLK0m>. Acesso em: 5 set. 2021.

empecilhos climáticos e, no período de colonização, ao extermínio cultural e físico. Por sua vez, embora não fosse vantagem para economia cearense a posse de muitos escravos negros, no Ceará tivemos um contingente populacional de cor que não pode ser ignorado na compreensão do processo de formação da identidade cearense.

Sobre o contato e a miscigenação no Ceará, Pereira e Dantas (2009) observam que os “tons pardos que prevalecem na aparência dos habitantes”, assim como os “traços indígenas facilmente identificados nos corpos, nas faces e na estatura da gente” (p. 51), revelam essa herança. Eles alertam que, com os recentes fluxos migratórios para a região, esses traços podem se transformar ao longo do tempo, alterando também o perfil fenotípico da população. No que se refere à variável cor, a população da Região Metropolitana de Fortaleza é majoritariamente parda, seguida por branca, preta e indígena e, por último, amarela (p. 160).

Apesar disso, pesquisas recentes ainda revelam tentativas de negar ou invisibilizar a presença indígena e negra na composição da população local. Segundo dados do IBGE, baseados na autodeclaração, as identificações como pardo se tornam preponderantes<sup>92</sup>. Esse não reconhecimento é parte de um processo mais amplo de abrandamento das relações raciais e apagamento histórico.

A formação socioeconômica de Fortaleza também ajuda a entender esse contexto. A inserção do Ceará na economia mundial ocorreu de forma tardia, apenas a partir de 1799, quando se emancipou da província de Pernambuco. Até então, Fortaleza permanecia afastada das regiões produtoras do interior e não havia desenvolvido atividades econômicas urbanas expressivas. A elevação de Fortaleza à condição de capital coincidiu com a emancipação do estado e com o interesse do mercado externo, especialmente pela produção de algodão, cuja concentração na cidade impulsionou seu crescimento. Como toda cidade-portuária, Fortaleza passou a estruturar-se em torno de atividades comerciais voltadas à exportação de produtos primários (Lemenhe, 1991).

Antes disso, a economia cearense era voltada principalmente para o abastecimento interno, com destaque para a produção de couro, carne e alimentos destinados à Zona da Mata. A partir do final do século XIX, com a expansão do mercado europeu, especialmente da indústria têxtil, o Ceará passou a exportar algodão em maior escala. Como apontam Amora e

---

<sup>92</sup> Dados do último CENSO do IBGE, em 2022, os brancos compõem 27,9% da população cearense, enquanto pretos são 6,8%, indígenas 0,6% e amarelos 0,1%. Os que se declararam pardos foram 64,7% dos cearenses. Conforme o balanço do IBGE, a população autodeclarada parda é a maioria em 183 dos 184 municípios cearenses. Em relação ao último Censo, realizado em 2010, a população branca do Ceará teve redução de 9,2%. Já o número de pessoas que se declaram pretas cresceu 51,7% e a proporção de pardos cresceu 8,8%. O maior crescimento foi da população autodeclarada indígena: o grupo cresceu 172,4% no período entre 2010 e 2022.

Costa (2015), cidades como Sobral, Crato e Quixadá foram inicialmente mais relevantes por integrarem as rotas do gado, mas foi apenas no século XIX que Fortaleza consolidou-se como a principal capital do estado, atraindo comerciantes estrangeiros e se tornando um polo de importação e exportação.

Nesse processo de participação na dinâmica do capital, os constantes períodos de estiagem no semiárido cearense não podem ser deixados de lado nessa análise, pois influenciaram de maneira significativa nos fluxos migratórios e no crescimento demográfico da cidade. Além da primeira grande seca, que data de 1602, tivemos o período de 1877 a 1879 e outras em 1888, 1900, 1915, 1958, 1979-1983, 1993 e 1998 (Bomtempo, 2015). Especialmente durante esses períodos, levadas de retirantes saíram do interior em direção à cidade em busca de oportunidades de sobrevivência (Prado, 2013). A esperança na busca de emprego como forma de superar as condições de pobreza disponibilizou grandes contingentes de mão de obra necessária à industrialização.

Desse modo, os primórdios da ocupação e da formação dos bairros de Fortaleza remetem a períodos de estiagem, que forçaram milhares de sertanejos “famintos” e “flagelados”, como eram conhecidos, a migrarem de áreas rurais para os espaços segregados da cidade<sup>93</sup>.

No percurso entre o campo e a cidade, retirantes passaram a ser rotulados pelas elites como flagelados, jagunços ou romeiros, sendo associados à práticas violentas e vistos como ameaça à ordem pública. Frederico Neves, em sua obra *A multidão e a História: saques e outras ações em massas no Ceará*, descreve como, no século XX, impulsionados por nebulosos períodos de seca, retirantes se deslocavam para a cidade, encontrando como alternativa em seus trajetos a atuação em bandos para realização de saques em armazéns e mercados para garantir a alimentação necessária para sua sobrevivência e de suas famílias. Amedrontados, muitos moradores das sedes dos municípios chamavam a atenção para o problema dos roubos que se espalhavam pelo interior (Neves, 2000).

Nesse contexto, a seca deve ser compreendida como um fenômeno profundamente sócio-político. Barreira (1990) argumenta que, mais do que um evento climático, ela atualiza contradições estruturais, reforça poderes locais articulados ao capital comercial e bancário e aprofunda a subordinação dos trabalhadores rurais. Ao mesmo tempo, catalisa formas de

---

<sup>93</sup> Nesse processo de migração violento, permeado por extrema pobreza, escassez de comida e vontade de viver, os sertanejos saíam em bandos, muitas vezes restando como opções os saques a armazéns durante esses trajetos. Na obra *A multidão e História: saques e outras ações de massas no Ceará*, Frederico Neves (2000) destaca como os retirantes eram tidos como uma ameaça de ordem pública nas cidades em que passavam, causando medo e impulsionando repressões violentas contra esse público.

resistência, como romarias, saques e protestos organizados. A chamada “indústria da seca” é, nesse sentido, expressão de um arranjo que combina dominação institucionalizada e rebeldia difusa, revelando a complexidade dos processos sociais que emergem nos momentos de escassez (Barreira, 1990).

### ***1.5.8 Fortaleza, Migração e Segregações Urbanas***

Como discutido anteriormente, os sertanejos que chegavam a Fortaleza durante os períodos de seca eram frequentemente rotulados como “bando de flagelados” e empurrados para áreas periféricas da cidade – um reflexo da aversão e do medo das elites a essa massa de trabalhadores pobres que buscava melhores condições de existência (Neves, 1995). O termo “bando”, usado para descrevê-los, era comumente seguido por adjetivos pejorativos como “vagabundos”, “desocupados”, “matutos”, “favelados” ou “esfomeados” — expressões que ainda hoje circulam em discursos estigmatizantes. Diferente da noção de “massa”, que remete a grandes aglomerações com dezenas ou centenas de pessoas, o “bando” envolve um grupo reduzido, geralmente entre oito e trinta integrantes, muitas vezes associado a comportamentos desviantes ou à marginalidade. Essa lógica classificatória ainda persiste: durante a pesquisa de campo, percebi que nós, jovens das esquinas, frequentemente éramos referidos depreciativamente como um “bando de desocupados” ou “bando de pirangueiros”.

Voltando aos períodos de estiagens, narrativas sobre saques, invasões de propriedade e outros delitos praticados por alguns em contextos de extrema miséria serviram para legitimar ações repressivas e reforçar estigmas que vinculavam migração e pobreza à criminalidade (Neves, 2000). No caso das mulheres, vigorava uma hierarquia de gênero que tratava a prostituição como um “crime sexual” e as culpavam por desordens morais, levando à vigilância e confinamento das mesmas, como no caso da criação da Vila Formosa (Pinheiro Filho, 2021).

Sendo assim, entrelaçado a esse processo migratório, outro importante fator para compreensão desse processo de dinamização da economia é a influência de intelectuais e gestores que, especialmente nas secas de 1877 e 1915, elaboraram políticas que tinham como objetivo superar as precariedades provocadas pelos impasses climáticos e permitir a industrialização cearense. A partir daí começaram a surgir os primeiros campos de concentração<sup>94</sup>, também conhecidos como abarracamentos (Monzón Montebello; Medeiros

---

<sup>94</sup> Em reportagem do dia 07/03/2019 da BBC News, intitulada: “Dos campos de concentração de retirantes às facções criminosas: como Fortaleza se tornou a região metropolitana mais violenta do Brasil”, Camila Mota

Silva, 2018).

Encarados como um problema de saúde pública, os migrantes eram controlados por gestores e policiais, baseados em uma política higienista mobilizada para conter o espraiamento dos pobres pela cidade, provocando medo à elite que, apavorada com os famintos, exigiu medidas de exclusão e distanciamento dos pobres das áreas nobres da cidade. Políticas de emprego e caridade, seguidas de medidas de repressão e disciplinamento, norteavam as exigências sobre os pobres, que viviam concentrados em péssimas condições de salubridade nos “currais da seca”, como eram conhecidos os bolsões que foram se expandindo especialmente pela parte da praia nos bairros Jacarecanga e Moura Brasil, primeiros aglomerados urbanos de Fortaleza (Rios, 2014).

Diante do acelerado crescimento populacional e do desordenado processo de segregação, Oliveira (2009) destaca a formação de duas Fortalezas: a da “areia”, que seria a dos flagelados, composta pelo contingente de trabalhadores braçais, em sua maioria descendentes de negros e indígenas, que viviam nas periferias, próximos à praia; e a cidade “do calçamento” que seria a da elite, composta essencialmente por empresários e políticos de núcleos familiares da alta sociedade que residiam na parte que hoje chamamos de Centro e Benfica (Oliveira, 2009). A partir de então, temos a formação dos primeiros bairros.

Portanto, a modernização e o desenvolvimento da cidade traziam a ideia de que a geração de emprego seria capaz de produzir riquezas fundamentais para a superação das carências e desigualdades. A expectativa de uma contratação para construir estradas, açudes e pavimentações colocava à disposição do governo e das indústrias um grande contingente de mão de obra capaz de suprir as demandas de infraestrutura necessárias para esse desenvolvimento. Apesar de sentimentos religiosos ligados à caridade terem embasado muitas dessas políticas de trabalho e combate à pobreza, é importante salientar que as contratações estavam calcadas em demandas e interesses econômicos para os quais se fazia extremamente necessária a contratação da mão de obra disponibilizada (Neves, 2014)<sup>95</sup>.

Diante desse contexto de desenvolvimento e superação da pobreza, emergiram parcerias e investimentos de setores privados e governamentais que tinham como proposta tornar Fortaleza economicamente ativa no mercado internacional. Com esse objetivo foram criados importantes órgãos de abrangência nacional e regional, como o Departamento Nacional

---

destaca as continuidades do processo de segregação de retirantes e seus efeitos na conformação dos conflitos violentos nas periferias de Fortaleza na atualidade. Disponível em: <https://bbc.in/3jQCfuB>. Acesso em: 5 set. 2021.  
<sup>95</sup> O autor discute como os princípios de caridade estavam ligados ao controle social na Primeira República em Fortaleza, a partir de 1915, embasando muitas das políticas públicas de emprego e de domesticação para o trabalho.

de Obras Contra as Secas (DNOCS), em 1909, e o Banco do Nordeste do Brasil, em 1952.

Nesse contexto de modernização e formação desigual da cidade, entre 1930 e 1950 surgiram suas primeiras favelas, como Pirambu<sup>96</sup>, no litoral oeste; Mucuripe, no litoral leste; e Lagamar, nas margens do rio Cocó. Geralmente os aglomerados urbanos eram construídos em áreas isoladas e pobres da cidade, distantes do centro, local de moradia dos ricos (Araújo; Costa, 2016).

Por fim, é preciso lançar um olhar sobre a própria formação dos bairros populares, entendendo de onde vieram os moradores das periferias e como têm sido historicamente tratados em meio a condições precárias, marcadas pelo estigma e exclusão. São nesses espaços que a violência urbana se faz mais presente – e são, sobretudo, os jovens que carregam no corpo e no cotidiano os efeitos mais cruéis dessa desigualdade em meio a sucessivas violações de direitos. No tópico seguinte, abordaremos como os conflitos violentos acompanham, a décadas, a ocupação dos territórios cearenses, resultantes de disputas entre determinados grupos. Acredito que essa leitura histórica nos ajuda a entender por que algumas das lógicas atuais do tráfico de drogas, acionadas pelos coletivos e facções criminosas, ainda encontram terreno fértil para se manter e se reinventar.

### ***1.5.9 Modernização, Coronelismo e Brigas de Famílias no Ceará***

O histórico de ocupação das terras no Brasil é marcado por formas persistentes de opressão, desigualdade e violência que atingem, sobretudo, as classes populares, tanto no campo<sup>97</sup> quanto nas cidades. No Ceará do século XIX, os conflitos rurais se manifestavam em práticas como o cangaço e a atuação de bandos armados que percorriam o sertão. Tyrone Cândido (2015) mostra como a caatinga funcionava como espaço de resistência para aqueles não adaptados à ordem imposta pelo Império, fugindo do mandonismo, do trabalho compulsório e do recrutamento militar. A violência, portanto, era também uma resposta às formas arbitrárias de dominação política e social.

---

<sup>96</sup> Em reportagem do dia 22/12/2011, o jornal O Povo destaca: “Pirambu: a maior favela do Ceará e a 7ª maior do Brasil”. O IBGE mapeou 226 aglomerados subnormais no Ceará. Na capital, Fortaleza, são 194 ocupações irregulares. Disponível em: <https://bit.ly/3tjTzuO>. Acesso em: 5 set. 2021.

<sup>97</sup> Protagonizados por latifundiários, lideranças de movimentos sociais e camponeses, os conflitos violentos tornaram-se possíveis em um contexto de lutas pela terra e disputas em torno de demarcações territoriais. Como destaca Tavares (1978), um exemplo marcante é o dos camponeses produtores de vinho no Rio Grande do Sul que, pressionados pela dinâmica do capital, viviam em condições precárias de trabalho, num processo de crescente proletarização dos trabalhadores rurais (Tavares dos Santos, 1978).

Como analisa Vasconcelos (2014), entre as décadas de 1950 e 1970, estudos sociológicos chamam a atenção para criminalidade rural ligada aos conflitos fundiários e às disputas entre famílias oligárquicas, que atuavam de maneira a garantir seus interesses privados por meio de recursos públicos. No sertão cearense não tem sido diferente, os investimentos governamentais perpassavam os interesses políticos das elites que definiam quais setores seriam privilegiados na execução de melhorias.

Para suprir os problemas persistentes na vida dos cearenses, como a falta de emprego, de terras cultiváveis e de água para agricultura e pecuária, foi criada em 1959 a Sudene (Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste), com objetivo de desenvolver obras, como a construção açudes, canais de irrigação e cisternas para armazenamento de água. Apesar de tentar sanar esses problemas, o Plano de Metas, baseado na racionalização dos investimentos, conseguiu apenas em parte amenizar os anseios da miséria dos mais pobres no campo (Amora, 2015).

A construção de açudes em terras privadas e a restrição do acesso à água se apresentam como resquícios do coronelismo que desafia a eficiência de políticas de ações democráticas (Leal, 2012). Até hoje, municípios dominados por famílias poderosas utilizam o abastecimento de água como barganha política, impedindo a subsistência hídrica de centenas de sertanejos<sup>98</sup>.

As famílias de coronéis com suas fazendas no interior, além do domínio da máquina pública, possuíam um papel central na obtenção de recursos por parte das famílias dos mais pobres que, por princípios de lealdades, lhes deviam favores. O apadrinhamento de vaqueiros, agricultores, marchantes, serviçais por parte de alguns fazendeiros é uma prática recorrente. Embora esses prestadores de serviços sejam muitas vezes considerados compadres, apadrinhados que mantêm uma relação próxima aos seus senhores, geralmente não são considerados como membros do núcleo da família.

Muitos senhores das elites rurais, baseados na fidelidade esperadas pelas trocas de favores, têm acionado muitos desses trabalhadores, considerados “jagunços” para serviços de crimes de mando. Ao realizarem seus serviços, o contato do mandante com seu leque de aliados garantia aos pistoleiros proteção judicial que os impediam de serem presos. Além de outros

---

<sup>98</sup> A partir de meados da década de 1980, com a entrada de empresários na cena política cearense, liderados por Tasso Jereissati, consolidou-se o chamado “governo das mudanças”, cuja proposta era romper com a imagem do Ceará como um estado marcado pela seca e pelas práticas políticas tradicionais associadas ao coronelismo. Segundo Irllys Barreira, esse projeto buscava estabelecer uma “nova forma de fazer política”, articulando-se com diversos setores da sociedade civil e marcando simbolicamente uma cisão entre o “antes e o depois”, com oposição explícita às velhas estruturas de poder (Barreira, 1994, p. 2).

benefícios como contatos com médicos, quando o filho de um desses trabalhadores rurais precisava de uma cirurgia médica ou no caso de necessidade de auxílio para sepultar o corpo de um ente que faleceu. Nesse sentido, observamos que a estrutura de poder mediada por laços familiares tem operado tanto pela solidariedade quanto pela violência.

Nesse contexto, no Ceará existem muitos crimes contra radialistas, opositores políticos, líderes de movimentos sociais que se opunham aos poderes das grandes famílias, sobretudo na luta pela terra. A família, portanto, assumia um papel central: era espaço de proteção e sobrevivência, mas também palco de rivalidades e vinganças cíclicas<sup>99</sup>.

Nesse sentido, Barreira (1998) destaca como o núcleo familiar, por meio de um sistema de lealdades e compromissos, negocia entre si obrigações de vinganças contra famílias de oligarquias rivais que disputam o poder político no interior. César Barreira (1998), interessado na compreensão dos aspectos ligados aos crimes associados à *honra* e dos conflitos entre famílias no sertão cearense, descreve como se deu o surgimento da figura do pistoleiro nos crimes de mando<sup>100</sup>.

Apontando para a existência de uma rede complexa, associada a mandante, pistoleiro e vítima, o autor discute como acontece a modalidade do crime de pistolagem no Ceará, destacando como seus protagonistas possuem articulações locais e interestaduais que garantem o desenvolvimento de suas ações<sup>101</sup> (Barreira, 1998). Dessa forma, assim como em tempos que remetem a décadas passadas de presença de organizações criminosas ligadas ao meio rural, atualmente percebemos novas configurações em torno dos crimes de mando em Fortaleza.

Por fim, notamos que essa herança de conflitos familiares e disputas por terra não desaparece com o tempo, mas se reconfigura no contexto da modernização do Estado. A urbanização acelerada de Fortaleza e a expansão das periferias, impulsionadas por políticas de

---

<sup>99</sup> Luiz Costa Pinto observa que os conflitos familiares no Brasil se organizavam a partir de relações de solidariedade ativa e passiva, nas quais os grupos de parentesco assumiam coletivamente tanto a punição de ofensas quanto as consequências de delitos cometidos por seus membros, articulando violência e lealdade como formas de mediação social (Pinto, 1949, p. 27).

<sup>100</sup> Sobre Las violencias hasta los años noventa: el poder y los latifundistas, Briceño destaca que: a) "La violencia de la región estuvo localizada durante mucho tiempo en las zonas rurales de los países; eran zonas donde no existía ni un Estado constituido ni un sistema legal y de derechos que permitiera resolver los conflictos con poderes y tribunales independientes. Las extensas áreas de producción rural simbolizaron una «barbarie» a la cual había que dominar y llevarle la «civilización», que representaban la ciudad y las leyes, para usar la dicotomía formulada en el Facundo de Sarmiento". (Briceño-León, 2019, P. 22)

<sup>101</sup> Seguindo a reflexão sobre a contratação de serviços por parte de famílias poderosas no Sertão nordestino, Freitas (2004) destaca que, na realidade do canavial alagoano, fazendeiros, em sua maioria políticos, contratavam policiais para intimidarem os funcionários dos canaviais e moradores da região que questionassem a ordem estabelecidas pelos "donos da terra". Por essa lógica, podemos indagar: seria uma espécie de crime organizado ou de milícia?

industrialização e migração interna, deram novos contornos às antigas práticas de pistolagem e crimes de mando.

No bairro pesquisado, observamos a vinda de uma família que veio do Sertão Central no início da década de 1950, para Fortaleza, em busca de trabalho. Conseguindo um pequeno terreno no bairro estudado, Seu Cipriano conseguiu desenvolver atividades de pecuárias, enquanto conseguia empregos para os filhos. Segundo moradores antigos, Cipriano e os filhos, além da busca por melhores condições de vida, vieram porque haviam cometido assassinatos e estavam fugidos. Comentava-se que era uma família de pistoleiros que foi beneficiada com um pedaço de terra na cidade, cedida por um dos contratantes dos homicídios. Mesmo possuindo carisma com a vizinhança, muitos diziam que eles eram pistoleiros ruins, acostumados a matar gente, como quem mata gado. Nonato, o filho mais velho da família, era marchante<sup>102</sup>, que tinha habilidade de matar animais e segundo populares, matava gente com a mesma frieza que matava bois e vacas. Nesse período existiam algumas vacarias na região e muitas dessas pessoas interioranas, acostumadas com a vida rural, não se adaptaram a outros empregos, realizando a criação de animais, pesca e alguns plantios.

Seu Cipriano começou uma rivalidade com a família do Capilé, que chegou tempos depois para morar em umas casas cedidas pela prefeitura. Segundo populares, Capilé alegava que parte do terreno que havia cercado para moradia de um dos filhos lhe pertencia, enquanto Cipriano negou a existência da posse, pois eles haviam chegado primeiro. Isso resultou várias gerações de ataques, repercutindo em muitas mortes tanto de um lado como de outro, pois a proximidade geográfica facilitava a recorrência de ataques sangrentos. O ciclo de vinganças se prolongou até 2013, quando membros da família Cipriano que dominavam uma região conseguiram expulsar boa parte da família do Capilé dos Conjuntos Habitacionais<sup>103</sup>.

Outras figuras de destaque eram os irmãos Caetano e Pereira, vindos do Sertão dos Inhamuns com suas famílias extensas para morar em terrenos que invadiram na beira do alagadiço. Segundo os mais antigos, eles dominaram a região e formaram mais de 9 núcleos familiares que expulsavam quem decidisse se aproximar dos lugares que costumavam criar seus cavalos e gados. Lá era um dos mais famosos prados da cidade, onde se realizavam apostas de corridas de cavalos. Segundo populares, a especialidade da família era roubos de animais, pois quando conseguiam subtraí-los de outros criadores, dificilmente eram recuperados, pois

---

<sup>102</sup> Profissional encarregado de matar os animais no processo de vendas de carne.

<sup>103</sup> Mais à frente descreverei com mais detalhes sobre os conjuntos habitacionais.

rapidamente escondiam em seus recintos e mandavam para o interior ou outros bairros que tinham familiares.

Um fato importante dessas duas famílias é que seus descendentes ganharam destaque no cenário do crime na cidade. Um dos filhos de seu Cipriano comandou o tráfico interestadual por vários anos, fazendo do bairro uma das principais regiões do tráfico de drogas na cidade. Ele foi um dos primeiros traficantes a ter acesso a armas e automóveis. E os netos de seu Cipriano têm se destacado nesse contexto de disputas por território de venda de drogas, ocupando cargos de lideranças no contexto das facções.

Um ponto destacado nos tempos longínquos e que continua presente até hoje, é o intercâmbio de familiares dessas famílias que não são do bairro, mas que chegam em busca de refúgio, sobretudo jovens que não fazem questão de falar sobre seus passados. Nesse sentido, a família se mostra como uma rede de solidariedade que garante o acolhimento de outros membros de bairros distintos e de fora da cidade. No contexto atual do tráfico de drogas, tem sido comum jovens moradores do bairro saírem em busca de proteção em outros bairros, assim como o acolhimento de jovens de fora que vêm desempenhar a atividade do varejo.

Essas formas de violência, antes vinculadas ao campo, passaram a influenciar as disputas por poder nas periferias urbanas da capital cearense, agora sob novas roupagens e relações de mando. Com isso, o processo de modernização — longe de suprimir as práticas violentas — contribuiu para a sua adaptação e reprodução em outros territórios e contextos sociais, também marcados pela influência da cultura da honra, da impunidade e do medo.

## **1.6 Fortaleza: Desigualdades Socioespaciais e Conflitos Urbanos**

Entre as décadas de 1970 e 1990, os surtos econômicos e o crescimento demográfico de Fortaleza impulsionaram a expansão do mercado interno, diversificaram a oferta de empregos e atraíram um grande contingente de trabalhadores vindos do interior. No entanto, boa parte da população jovem das classes pobres que acompanhou esse processo de industrialização continuou diante de incertezas quanto às melhores condições de vida na cidade.

Embora muitos tenham escapado da fome e da precariedade extrema do campo, continuaram enfrentando vulnerabilidades sociais, já que os empregos mais estáveis e bem remunerados permaneceram sob controle das elites historicamente privilegiadas com os

investimentos<sup>104</sup>. Muitos jovens das classes populares viram suas expectativas de ascensão frustradas diante da precariedade das ocupações que lhes eram acessíveis, marcadas por baixos salários e informalidade (Paoli, 1999).

Apesar dos avanços econômicos de Fortaleza, os bairros investigados nesse estudo apresentavam a desvantagem de serem distantes da praia e dos centros comerciais e industriais, agravando mais ainda a situação da precariedade de empregos. Muitas famílias escolheram essas áreas por indicação de parentes que já residiam na região e que reconheciam o baixo valor das terras. As recomendações de emprego geralmente vinham de familiares ou conhecidos de pessoas ricas que alegavam que os recém chegados eram acostumados a trabalhos duros.

As primeiras gerações acompanharam o início do crescimento da região, geralmente desenvolvendo trabalhos braçais como empregadas domésticas, motoristas, jardineiros, cuidadores de idosos, pedreiros, pintores, costureiras, mecânicos, barbeiros, pequenos comerciantes, dentre outros. Além dessas profissões, por ter áreas predominantemente verdes com lagoas e açudes, a prática da pesca, agricultura e pecuária apresentava-se como alternativa de sobrevivência nessa região periférica da cidade.

Dessa forma, observamos uma cidade que priorizou determinados setores da economia, deixando boa parte da população afastada desses investimentos, enfrentando problemas não apenas de acesso a empregos, mas também de boas condições de espaço para lazer e moradia. Como aponta Irllys Barreira (1994), a modernização urbana de Fortaleza ocorreu de forma desigual e seletiva, reproduzindo antigas formas de exclusão social. Segundo a autora, o crescimento econômico não eliminou os problemas estruturais: *“a evidência de problemas sociais [...] aponta o desencontro entre espaços que se modernizam e outros que reproduzem o esquema clássico da exclusão social”* (Barreira, 1994, p. 14).

Como observamos, os altíssimos investimentos na parte turística beneficiaram principalmente os grandes empreendimentos hoteleiros, enquanto a população dos bairros mais pobres permaneceu excluída dessas, continuando a enfrentar desigualdades marcadas por disputas em torno do uso e acesso ao espaço público<sup>105</sup>. Um dos exemplos de como a

---

<sup>104</sup> Como observa Maria Célia Paoli (1999), para uma parcela expressiva da juventude pobre brasileira, “a experiência com o trabalho formal nunca se generalizou”, de modo que “o acesso à cidadania, tradicionalmente vinculado ao emprego, foi negado para boa parte da *população*”.

<sup>105</sup> Como descreve Irllys Barreira (2007) ao se referir a um dos maiores investimentos de um dos principais pontos turísticos de Fortaleza: “Se os conflitos entre moradores, turistas e freqüentadores considerados marginais, como prostitutas e consumidores de drogas, caracterizam a disputa pelo espaço na Praia de Iracema, pesquisa sobre áreas vizinhas ao Centro Dragão do Mar mostra também a existência de situações semelhantes, dotadas, no entanto, de especificidades. No Centro Dragão do Mar, projetado para acolher diferentes segmentos sociais, moradores de favela vizinha, Poço da Draga, reivindicam participação e benefício”. (2007, p. 173)

modernização de Fortaleza tem sido permeada por profundas exclusões socioespaciais é o Porto do Mucuripe<sup>106</sup>, quando se formou a comunidade do Vicente Pinzón, área estigmatizada como perigosa, em virtude da presença de grupos de armados, e uma região considerada de “promiscuidade”, associadas a prostituição em torno do porto (Almeida, 1995).

Nesse contexto, percebemos que as formações de bairros periféricos refletem o processo de ocupação da cidade por um grande contingente de famílias de trabalhadores migrantes, sobretudo a partir da década de 1950. Vindos do interior em busca de melhores condições de vida, esses grupos acabaram por se instalar em áreas com infraestrutura precária e em situação de vulnerabilidade social (Diógenes, 1989).

### ***1.6.1 Primórdios da Ocupação do Bairro Estudado***

Nesse contexto de transformações estruturais de Fortaleza, os moradores da região investigada enfrentaram sérios problemas relacionados a distância dos centros comerciais, industriais e de serviços de educação e saúde. Até os anos finais das décadas de 1990<sup>107</sup>, ainda era predominantemente área verde com pequenas casas e barracos, muitos construídos de maneira precária e sem infraestrutura básica. Devido à proximidade da bacia hidrográfica do Rio Cocó, existem várias lagoas, o que potencializa os riscos de alagamento em residências construídas em áreas de risco (Freitas, 2010).

Diante das crescentes demandas por moradia e políticas habitacionais, a região passou a receber investimentos em habitação popular. O primeiro conjunto habitacional foi construído em 1986 e o outro dois anos depois (Pires, 2018; Brandeão, 2001). Somado a esses, no início dos anos 2000, foram construídos mais três, totalizando a garantia de moradia de mais de 2.000 famílias vindas de diferentes bairros da cidade, e também por moradores removidos de ocupações informais em áreas de risco, como a já existente comunidade na lagoa, formada desde a década de 1960 (Júnior, 2003).

---

<sup>106</sup> Estudiosos têm apontado para uma série de problemas, como os processos de higienização e as discriminações das ocupações de prostitutas no local (A, 1983); a violência e os espaços de lazer no bairro (Almeida, 1995); os conflitos entre grupos jovens armados no Titãzinho (Sá, 2010); e as representações dos conflitos armados e as crianças marcadas para morrer (Aguiar, 2017).

<sup>107</sup> A partir dos anos 2000, observa-se o avanço da especulação imobiliária, impulsionando a construção de residências e condomínios voltados para a classe média. Em muitos casos, esses empreendimentos de muros altos foram erguidos lado a lado com becos e pequenas casas marcadas por infraestrutura precária, habitadas por famílias de baixa renda. Esse contraste socioeconômico e proximidade espacial tem impactado diretamente na dinâmica do tráfico nas favelas. Aqueles que tem dinheiro próximo das fontes de abastecimento de drogas, representa maior lucro aos traficantes. Apesar de ser colocado por muitos interlocutores que o problema é que nesses condomínios moram possíveis delatores, os traficantes preferem o não confronto com os poderosos do condomínio, porque eles possuem contatos de influência, como policiais, juizes e advogados.

Às margens de uma das lagoas, a partir da década 1960, iniciou-se a construção de uma das maiores comunidades da região, cujos conflitos ganharam novas proporções. Centenas de moradias de madeira, alvenaria, metal, papelão e lona foram erguidas em terrenos alagadiços, sem planejamento e à margem de políticas públicas. Durante o inverno, os noticiários destacavam todos os anos o drama das enchentes: residências submersas, eletrodomésticos e móveis perdidos ou retirados, muitas vezes idosos e crianças tendo de abandonar seus lares às pressas (Freitas, 2010). Apesar da rivalidade entre muitos, nesses momentos destacava-se a solidariedade entre familiares e amigos que rapidamente se ajudavam no resgate de móveis, no acolhimento dos desabrigados ou na reconstrução das moradias<sup>108</sup>.

A chegada desses moradores na lagoa em 1960 e sua realocação para os conjuntos na década de 1980 e início dos anos 2000 foram marcadas por trajetórias de luta por espaço e ocupação dos bairros. Embora as associações de moradores tentassem mediar os conflitos, buscando atender às demandas e reivindicações, muitos dos realocados sofreram processos violentos de exclusão e estigmatização. Os recém-chegados eram frequentemente vistos como “invasores”, “perigosos” “flagelados”, “perigosos”, “drogados” ou “criminosos”, o que demarcava impasses com moradores antigos<sup>109</sup> (Freitas, 2010).

As pessoas contempladas pelas primeiras unidades habitacionais no início da década de 1990 geralmente não possuíam vínculos prévios com outros núcleos familiares que vieram de fora. Mesmo com definições oficiais referentes à distribuições das casas, as disputas por espaço e estranhamento entre vizinhos marcaram o início da ocupação dos conjuntos. As tensões se davam, muitas vezes, por cercas improvisadas, marcações de terrenos e ocupações informais em lotes vagos — multiplicando-se o número de famílias que transformaram a região que antes era esparsamente ocupada.

Desde o início, os moradores antigos consideravam que a construção dos conjuntos habitacionais era responsável pelo aumento da criminalidade e violência, dividindo o bairro em dois segmentos: o dos antigos moradores e o dos recém chegados<sup>110</sup>. Por sua vez, mesmo dentro

---

<sup>108</sup> Segundo Freire (2013), entre os anos de 2001 e 2006, o Governo do Estado do Ceará, com apoio do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), promoveu o reassentamento dos moradores da favela localizada às margens da lagoa, distribuindo-os em três conjuntos habitacionais com capacidade para abrigar cerca de 669 famílias. A área anteriormente ocupada foi urbanizada e transformada no Polo de Lazer, que passou a contar com quadras esportivas, campo de futebol e um ancoradouro.

<sup>109</sup> E percebemos que até hoje na região estudadas temos pequenas ocupações de barracos em áreas irregulares, como espaços privados. Lembro que por volta de 1995 uma parte descampada na rua por trás da minha casa em que amigos e vizinhos ocuparam, construindo barracos foi alvo de atuação de grupos armados. O coronel Marques que morava próximo, na calada da noite, enviou um caminhão com vários jagunços armados e expulsou todos do local, deferindo tiros para cima e quebrando e queimando barracos.

<sup>110</sup> A oposição entre moradores antigos e recém-chegados pode ser analisada à luz da teoria de Norbert Elias e John L. Scotson (2000) sobre os *estabelecidos e outsiders*. Para os autores, em contextos locais marcados por

de uma mesma comunidade, marcada por configurações mais amplas de poder e desigualdade, os próprios moradores tendem a classificar certos trechos do território como mais perigosos ou evitáveis. Em geral, a violência raramente é associada ao espaço onde reside quem enuncia essas percepções — há um esforço constante para preservar a imagem da “sua” parte da comunidade como composta por pessoas de boa reputação, trabalhadoras e honestas, deslocando a responsabilidade pela criminalidade para outros setores ou grupos considerados marginais.

Ao longo do processo histórico de formação do bairro — desde a instalação dos primeiros sítios e casas dispersas (década de 1910), passando pela maior ocupação precária nas margens da maior lagoa (1960), a entrega das primeiras habitações populares (1980 e 2000), até a intensificação da especulação imobiliária (a partir de 2010) — observamos a emergência e consolidação de rivalidades entre grupos locais, muitas vezes compostos por núcleos familiares e vizinhanças que disputavam o domínio do território contra inimigos.

### ***1.6.2 Rixas de Bairro, Estigmas Territoriais e Dinâmicas de Conflito***

Nesse processo de *acumulação social da violência*, núcleos familiares se rivalizavam em ciclos de vinganças que resultava em brigas e assassinatos (Misse, 2006). Embora, no início as armas utilizadas fossem menos destrutíveis, como facas e revólveres de pequenos calibres, os ataques possuíam dimensões de caráter mais interpessoais com grupos se atacando de maneira pontual, diferente das configurações atuais, onde a abrangência das alianças e apoio bélico das facções tornaram as práticas de extermínios mais intensas e menos pontuais, sobretudo por conta dos interesses ligados ao tráfico de drogas, reforçando o estigma do bairro como território perigoso.

Contudo, mesmo antes da construção dos conjuntos habitacionais, a favela da lagoa já era vista como uma área violenta. Moradores antigos relatam que a região era conhecida por abrigar pistoleiros e figuras notórias do tráfico de drogas, como Zeca e Nonato, cuja *maconha na lata* (segundo alguns interlocutores que vivenciaram essa época) atraía compradores de diferentes partes de Fortaleza — apesar do difícil acesso ao local. Segundo um dos interlocutores, nas bocadas articuladas por esses dois primos, na década de 1990, já era possível

---

disputas por prestígio e controle simbólico, os grupos que chegaram antes tendem a desenvolver um sentimento de superioridade moral e social, usando mecanismos como a fofoca e o estigma para reforçar sua posição e desqualificar os recém-chegados. Essa dinâmica cria uma “teia de interdependência” assimétrica, onde os outsiders têm sua imagem pública constantemente depreciada, sendo associados à criminalidade, desordem ou degradação, independentemente de suas práticas concretas.

encontrar a presença das pedras de *crack*, quando ainda não eram tão populares na cidade. Realmente, a comunidade era considerada como um dos principais pontos de venda de drogas de Fortaleza.

Com a chegada dos conjuntos habitacionais, muitos moradores oriundos de bairros distantes e da própria área alagada passaram a conviver geograficamente próximo aos moradores estabelecidos a mais tempo na região, mas mantendo uma série de distanciamentos simbólicos. Pequenos furtos como roubo de bicicletas ou desaparecimento de animais eram comumente atribuídos aos moradores dos conjuntos. Casos de assaltos, rixas entre grupos e tráfico de drogas eram associados aos recém chegados, legitimando assim muitas invasões por parte de policiais e justiceiros nessas áreas tidas como de “criminosos” – como é o caso dos conjuntos ocupados pelos “favelados”, como eram rotulados.

Embora não exista, oficialmente, uma distinção entre os dois bairros, observa-se uma tentativa constante de dissociar os conjuntos habitacionais da área mais antiga, como se pertencessem a territórios distintos. Esse esforço simbólico ganha força especialmente em contextos recentes de valorização imobiliária, nos quais o vínculo com zonas marcadas pela pobreza e pela violência tende a ser visto como um estigma a ser evitado.

Paradoxalmente, a região considerada como “original” ou “de melhor reputação” ainda abriga diversas áreas periféricas, com sérios problemas de moradia e infraestrutura. Mesmo assim, há uma busca ativa por preservar a imagem de “lugar bom para morar”.

Em 2012, por exemplo, seis amigos próximos, moradores da mesma localidade e participantes da minha pesquisa de mestrado, foram assassinados nessa região tida como de melhor reputação. Atualmente, essa região abriga lideranças faccionadas com grande prestígio no cenário local e nacional das organizações criminosas. Apesar da amplitude e diversificação do mercado de drogas nas partes que se sobrepunha aos barracos, diariamente uma rede articulada de fornecimento é mobilizada em espaços nômades e de maneira silenciada.

Nas novas áreas com condomínios fechados e casas de maior padrão que emergiram a partir de 2010, há um esforço evidente por parte dos moradores para afastar ajuntamentos juvenis em calçadas e esquinas, solicitando a atuação da polícia para preservar uma suposta ordem. Contudo, mesmo nesses espaços, a presença da facção continua atuante, ainda que de forma mais discreta — intervindo pontualmente em decisões sobre o uso do território. Assassinatos ainda ocorrem, embora sejam naturalizados como casos isolados, atribuídos a disputas externas ou “gente de fora”. As narrativas reproduzidas destacam que a chegada de pessoas de outros lugares faz com que ninguém mais saiba quem é quem e que tem garantido a

imagem de criminalidade e violência ao lugar. Embora fazendo parte do mesmo bairro, muitos moradores, como seu José, dizem que *“o que queima a imagem do bairro, é os crimes que acontecem para o lado dos conjuntos e é colocado como coisa nossa, aqui dessa parte”*. E assim, surgem essas fronteiras simbólicas que fazem com que micro espaços ou toda uma região seja vista como perigosa.

Por essa lógica, o crescimento desordenado dos bairros periféricos de Fortaleza contribuiu para a consolidação de desigualdades socioespaciais que se manifestam, entre outros aspectos, na produção de estigmas territoriais. Áreas com infraestrutura precária e habitações em condições insalubres tendem a ser socialmente classificadas como espaços de marginalidade, frequentemente rotuladas como “favelas” ou “zonas de risco”. Em contrapartida, regiões com moradias bem conservadas e serviços públicos mais estruturados são associadas a zonas valorizadas, consideradas “boas para morar”.

Mesmo em contexto geograficamente próximos, estabelecem-se hierarquias em torno de alguns lugares classificados como “inferior” e “violento”. Expressões locais como “área embaçada” ou “área sossegada”, “limpeza” ou “sujeira”, “evitável” ou “tranquila”, mobilizam um repertório de distinções que traduzem julgamentos sociais sobre perigo, criminalidade e desordem (Bourdieu, 1979).

Em determinados bairros, é comum que pequenos trechos – como um beco com poucos barracos – sejam consideradas áreas de risco ou de criminalidade, mesmo quando circundados por áreas mais valorizadas. O tráfico de drogas a nível varejista geralmente encontra espaço favorável nessas áreas marcadas por precárias condições de infraestrutura urbana. A presença de ruas esburacadas, estreitas e frequentemente alagadas dificulta a circulação de veículos, limitando a atuação das instituições estatais, especialmente das forças de segurança e de grupos de facções rivais. Em alguns territórios, a ação policial só se torna viável mediante operações especiais, com o suporte de helicópteros e contingentes reforçados.

A construção social desses estigmas não se restringe à infraestrutura urbana. Os perfis dos moradores e as práticas cotidianas também desempenham papel central na produção dessas representações negativas (Goffman, 1980). Locais marcados por tiroteios entre grupos armados, tráfico e consumo de drogas tendem a ser percebidos como territórios violentos, legitimando intervenções estatais repressivas. Da mesma forma, a presença de grupos de jovens em calçadas, praças ou esquinas pode ser interpretada como sinal de “ociosidade” ou “periculosidade”, especialmente quando alguns desses jovens se envolvem, de forma esporádica ou sistemática, em práticas ilícitas.

A estigmatização de determinados territórios, nesse sentido, é reforçada por eventos específicos — como prisões, homicídios e confrontos — que adquirem forte visibilidade pública e são reiteradamente associados a uma suposta “cultura do crime”. Com isso, comunidades inteiras acabam sendo enquadradas sob uma ótica punitiva e discriminatória.

### ***1.6.3 Culturas Juvenis: Drogas e lazer no bairro***

Para além das lógicas de exclusão e dos discursos que marginalizam as culturas juvenis periféricas, é fundamental reconhecer o importante papel que os espaços de lazer e sociabilidade desempenham na vida desses jovens. Acredito que a compreensão da adesão de jovens a coletivos criminais demanda um olhar que vá além da centralidade da violência, considerando também os aspectos lúdicos e afetivos associados a esses pertencimentos.

Nesse sentido, facções como o Comando Vermelho (CV) e o Tudo Neutro (TDN) não atuam apenas como agentes de controle territorial e repressão, mas também ocupam um lugar simbólico no cotidiano de muitos jovens, articulando práticas prazerosas, consumo e formas de sociabilidade. O consumo de drogas, por exemplo, pode ser interpretado não apenas como prática desviante ou ilegal, mas também como parte de experiências de lazer e pertencimento que conectam os sujeitos em suas manifestações culturais. Além disso, para alguns jovens, o envolvimento com esses grupos pode representar uma via de acesso a determinados bens, mobilidade e reconhecimento simbólico dentro do território, especialmente para aqueles diretamente ligados ao mercado de drogas.

Nos fins de semana, é comum a realização de festas promovidas por coletivos locais, que reúnem amigos, familiares e vizinhos em contextos festivos que reforçam os laços de solidariedade e pertencimento. Essas práticas evidenciam dimensões relacionais e afetivas que, mesmo coexistindo com situações de violência e perda — marcadas por uma sociabilidade juvenil violenta (Pais, 2003) —, também produzem formas de agregação, cumplicidade e apoio mútuo entre os pares.

Dessa forma, a apropriação dos territórios por meio dessas práticas culturais, esportivas e afetivas configura um elemento central na construção das identidades juvenis e nas dinâmicas de pertencimento às periferias urbanas.

Não é de se admirar que os espaços de lazer e descontração frequentados por jovens das classes pobres sejam vistos como marginalizados, por se oporem às lógicas de produção do trabalho e muitas vezes concentrarem formas de sociabilidade desviantes. São nas esquinas,

praças e bares onde acontecem os encontros e diálogos capazes de conectar visões de mundo e compartilhar momentos agradáveis.

Na região pesquisada, apesar de nômades, os pontos de encontros e horários que os jovens se reúnem diariamente, dependendo de incursões policiais ou ataques de inimigos, permanecem por certo tempo como lugar ideal. Uma praça, por exemplo, foi, por cerca de um ano, o lugar de encontro de dezenas de rapazes que a frequentavam durante a noite, até que moradores das proximidades exigiram ações da polícia que intensificou a repressão com ameaças e violências e esvaziou o local.

Em outro caso, uma árvore que oferecia sombra foi cortada – lugar onde por mais de um ano juntava todas as tardes mais de 15 jovens. Logo, o chega, permanece e sai, de pessoas indo e voltando na calçada despertou a atenção de moradores, como um que disse que “a sombra, só presta para juntar vagabundo fazendo coisa errada...vendendo e usando drogas<sup>111</sup>”. O fato é que, dependendo das forças de segurança e das ameaças inimigas, os frequentadores de determinados espaços se dispersam encontrando outros lugares “mais limpeza” para consumir ou fazer o “corre” da venda de drogas.

Esses locais, muitas vezes taxados como “espaço de drogados”, são espaços de sociabilidade (Simmel, 1908). O consumo de álcool e de outras substâncias psicoativas aparece como um dos elementos agregadores desses encontros, especialmente nos espaços públicos. Mas a presença desses lugares frequentados por jovens não é novidade. Seu Paulo, morador antigo do bairro, lembra que desde o início da década de 1960 se reunia com os amigos da vizinhança ao final da tarde, para conversar e fumar cannabis — chamada por eles de “erva” ou “maconha”, e por muitos outros como “cigarrinho do capeta”. Ele conta que a sombra de um cajueiro, de frente para um açude, era o ponto preferido de encontro, onde podiam fumar e desfrutar da paisagem. Hoje com 72 anos, ele relata que, naquela época, embora a presença de viaturas fosse rara, o preconceito era grande. Caso fossem flagrados, mesmo com pequenas quantidades, a resposta estatal era dura: eram tratados como criminosos perigosos e poderiam ser presos.

Seu Milton, outro usuário antigo de cannabis, reforça essa percepção. Segundo ele, a repressão era “dez vezes pior”, e explica que não havia distinção entre usuário e traficante. Se fosse pego, seria enquadrado como traficante. Milton comenta que foi um dos primeiros do bairro a se envolver com o consumo e a venda da erva. Apesar de ter boas relações com a

---

<sup>111</sup> Mais a frente irei aprofundar a discussão sobre a maneira como as práticas de consumo em determinados espaços se aproximam e entram em conflito com a dinâmica do tráfico. Descreverei as especificidades dos pontos de venda mais discretos e os mais visíveis.

vizinhança, enfrentava forte estigmatização. No final dos anos 1990, ele lembra que sua casa — onde vendia algumas latas de maconha a amigos — foi invadida pela polícia. O comentário que se espalhou no bairro foi que a polícia teria entrado porque lá funcionava um “terreiro de macumba” e um ponto de venda de drogas, revelando o cruzamento entre estigmas religiosos e criminais.

Falei da maconha porque, nos primórdios da circulação de drogas na região, foi a substância mais discriminada, representada como “maldita”, “traíçoeira”, “destruidora de família”, “um caminho para dependência química e criminalidade”. No momento era a droga tida como mais ameaçadora, onde os pais deveriam ter cuidados redobrados com seus filhos. Ser chamado de “maconheiro”, era, em muitos casos, uma das formas mais agressivas de desqualificação moral.

Paradoxalmente, o consumo de álcool — uma substância legalizada e amplamente difundida — também ocupa lugar de destaque nos repertórios de lazer das periferias. Durante o trabalho de campo, foi possível escutar relatos de bebedores que se orgulhavam de nunca terem experimentado a erva, reforçando práticas de exclusão simbólica que ajudavam a marginalizar os usuários de cannabis, apesar dos inúmeros prejuízos ocasionados pelo álcool<sup>112</sup>.

Os bares, com suas bebidas, jogos de baralho e mesas de sinuca, continuam sendo espaços privilegiados de sociabilidade entre jovens das classes populares. Entretanto, o estigma sobre esses locais permanece forte, sobretudo quando associados ao consumo de substâncias ilícitas ou à presença de indivíduos envolvidos com atividades ilegais. Conforme observado em diferentes momentos da pesquisa, um determinado bar pode se tornar “maiado<sup>113</sup>” — expressão local que denota visibilidade negativa — tanto por abrigar práticas ilegais como a venda de drogas, quanto pela perturbação da ordem causada por clientes alcoolizados. Nesses casos, o bar passa a atrair a atenção tanto da polícia quanto dos próprios moradores, gerando tensões entre segurança, comércio e lazer.

Nesse cenário, a convivência entre clientes, traficantes, policiais e consumidores, se apresenta de maneira complexa. Dependendo do bar e da situação, essa relação pode ser minimamente harmônica ou profundamente tensa. Relatos dos interlocutores apontam que, antes dos anos 2000, muitos donos de bares exerciam um papel de liderança e autoridade. Eram

---

<sup>112</sup> Tal postura reforça práticas de exclusão simbólica e moral em relação aos usuários dessa substância, reafirmando hierarquias internas aos próprios territórios populares. Como discutido por Bourgois (2003), a classificação moral dos usuários e das substâncias obedece a uma lógica cultural que distingue práticas legítimas de ilegítimas, ainda que todas estejam inseridas em contextos semelhantes de precariedade.

<sup>113</sup> No vocabulário popular das periferias fortalezenses, “maiado” é um termo usado para se referir a um local que está visado, perigoso ou sob observação — seja por parte da polícia, de facções ou da comunidade.

os maiores responsáveis por “colocar moral” no ambiente, controlar o consumo, expulsar clientes embriagados, proibir a venda de drogas e até negociar com a polícia para evitar repressões mais severas.

Com o fortalecimento das facções criminosas nas periferias de Fortaleza, esse arranjo sofreu importantes transformações. A autoridade informal exercida por donos de bares precisou ser reconfigurada diante da presença de novos atores armados que passaram a exercer controle territorial sobre a região. Muitos proprietários, com o intuito de garantir a continuidade de seus comércios, passaram a negociar diretamente com lideranças locais ligadas às facções. Nessas negociações são estabelecidas regras, não apenas sobre o comércio e o consumo de determinadas substâncias, mas também sobre comportamentos aceitáveis no interior e nas adjacências do estabelecimento. Em um dos bares observados durante o trabalho de campo, por exemplo, em caso de brigas causadas por clientes embriagados, era comum “chamar os meninos da facção” para intervir. A presença ou proibição de armas no local também era previamente pactuada. Essas observações apontam para formas contemporâneas de governança local (Foucault, 1978).

#### ***1.6.4 Forró e Futebol: Territórios, pertencimentos e rivalidades***

Outro espaço de lazer significativo para os jovens da região que passou por transformações foram as casas de forró – estilo musical e cultural profundamente enraizada no cotidiano da juventude periférica fortalezense. Na década de 1990, na região estudada, quatro forrós chegaram a funcionar simultaneamente, movimentando os fins de semana e criando circuitos próprios de diversão e pertencimento<sup>114</sup>. Segundo alguns antigos frequentadores, o consumo de álcool era prática comum no interior desses ambientes, enquanto os usuários de cannabis, geralmente, faziam uso da substância nas imediações, antes de entrar. Os chamados “forrós de favela” reuniam centenas de jovens locais e de outros bairros da cidade para dançar, paquerar e exhibir seus estilos, expressando formas típicas do que Pais (2003) denomina culturas juvenis — marcadas por códigos próprios, performances corporais e uma estética singular do lazer popular.

Até meados de 2015, essas casas de forró ainda constituíam uma importante referência cultural e afetiva para os moradores da região. No entanto, uma série de chacinas e

---

<sup>114</sup> Assim como hoje, quando não se pode aparecer em festas ligadas a facções rivais, naquela época também existiam “territórios proibidos”. Alguns forrós eram frequentados por determinadas grupos locais, e certas pessoas simplesmente não podiam pisar ali — sabiam que corriam riscos naqueles ambientes. As casas de forró, nesse contexto, eram extensões do conflito, mas também espaços de afirmação dos grupos.

assassinatos associados a disputas entre facções levou à desarticulação progressiva desses espaços. O episódio mais simbólico foi o assassinato em 2017 de um dos donos do maior clube da área, homem respeitado nas periferias fortalezense por sua atuação como produtor musical e incentivador do forró romântico. Seu estabelecimento era constantemente associado ao Comando Vermelho, em parte por ser frequentado por integrantes da facção e simpatizantes de outros bairros. O local, assim, se tornava não apenas um espaço de lazer, mas também um território simbólico de afirmação identitária e de fortalecimento de vínculos dentro do coletivo.

Mais recentemente, as festas de ruas com paredões automotivos tocando forró e funk buscavam garantir a festa dentro dos bairros, sobretudo nos conjuntos habitacionais. Festas essas comumente interrompidas pela repressão estatal. Em uma das cenas presenciadas durante a pesquisa, policiais militares interromperam uma dessas festas com bombas de gás lacrimogêneo e balas de borracha. Um dos episódios mais violentos foi a abordagem em busca de arma ou droga a uma jovem por um policial masculino: ao encontrar uma garrafa de loló<sup>115</sup>, o agente jogou o líquido em seu rosto e desferiu tapas e chutes nos presentes.

Essas experiências de campo evidenciam como o acesso ao lazer juvenil nas periferias tem sido profundamente afetado pelas transformações no arranjo criminal da cidade. Somado à atuação repressiva das forças de segurança, os conflitos territoriais das facções têm limitado drasticamente a mobilidade dos jovens, impedindo-os de frequentar praças, praias, eventos de reggae e festas em áreas consideradas “inimigas”. Muitas vezes, as poucas opções de lazer disponíveis no próprio bairro estão marcadas pela escassez de infraestrutura e pela exposição constante à violência armada.

Apesar disso, ainda persistem tentativas de rearticular o senso de coletividade por meio de festas juninas, carnavais de rua e pequenos eventos organizados por moradores. Se antes essas festas eram marcadas por confrontos pontuais entre gangues locais, hoje elas enfrentam o risco de ataques de inimigos de facção rival fortemente armados. Ainda assim, constituem espaços potentes de resistência e afirmação cultural, onde a juventude, mesmo sob ameaça, insiste em construir laços de solidariedade, alegria e pertencimento.

Por outro lado, existiam outros espaços de lazer espalhados pelo bairro. Durante as décadas de 1990 e início dos anos 2000, era comum observar, em cada bairro, a existência de

---

<sup>115</sup> *Loló* é uma substância psicoativa inalante, popularmente utilizada em festas nas periferias urbanas, especialmente em cidades como Fortaleza. Embora esteja associada a contextos de lazer e sociabilidade juvenil, seu mercado é relativamente restrito quando comparado ao de outras drogas ilícitas, como cocaína, crack e cannabis. Trata-se geralmente de uma mistura volátil à base de éter, clorofórmio e outras substâncias químicas industrializadas, que provoca efeitos de euforia, desinibição e, em alguns casos, perda de consciência, sendo consumida por meio da inalação em frascos ou garrafas improvisadas (Carlini *et al.*, 2002).

vários times de futebol e dezenas de campo — muitos deles em terrenos baldios ou áreas informalmente apropriadas — onde ocorriam os tradicionais “rachas<sup>116</sup>” no fim da tarde e campeonatos aos finais de semana. Prevalencia, entre os participantes, uma lógica amistosa de convivência, mas os confrontos físicos também eram recorrentes, especialmente quando os opositores eram os rivais de fora.

Alguns jogadores que já tinha rixas entre si, por vezes por motivos banais, acabavam em murros e chutes, colocando em prática as artes marciais aprendidas em filmes, brigas de rua e centro de treinamentos. Nesse contexto, os vínculos entre companheiros de equipe implicavam um compromisso de lealdade e proteção mútua, especialmente durante partidas disputadas fora do território de origem. A identificação com o bairro atribuía ao time uma missão de representar e defender a reputação local, em que se almeja sair campeão e ter o prestígio de ser considerado o time de melhores jogadores<sup>117</sup>.

Era comum, aos domingos, acompanhar os clubes do bairro em outras localidades, onde os jogos frequentemente eram marcados por tensões latentes. Vez ou outra, pequenos conflitos nos jogos se transformavam em pancadarias que extrapolavam os limites do campo. Para retornar intacto ao território de origem, era importante ter alianças com os de fora e uma torcida disposta a demonstrar força, caso confrontos se tornassem inevitáveis.

A história de Israel e Isac, irmãos conhecidos por suas habilidades no futebol e capoeira, ilustra como a rivalidade se entrelaça nas disputas das arenas futebolísticas. Do outro lado do rio, em um time rival, uma dupla de atacantes possuía longa trajetória de rixas com os irmãos. Segundo populares, todas as vezes que se viam, ambos pegavam maldade em seus rivais e, em diversas ocasiões, os embates entre os dois lados ultrapassavam o jogo, envolvendo torcedores e interrompendo partidas. Essas histórias revelam como o futebol operava não apenas como prática esportiva, mas como palco de disputas simbólicas, reforçando vínculos, alianças e antagonismos territoriais entre jovens das periferias<sup>118</sup>.

Contudo, o cenário atual apresenta mudanças significativas. Os processos de transformação urbana – marcados pela especulação imobiliária – reduziram significativamente o número de campos de subúrbios. Em contrapartida, a partir dos anos 2000, a construção de

---

<sup>116</sup> Termo utilizado para se referir a jogos de futebol que acontecem entre amigos em momentos de descontração. Segundo um dos nossos interlocutores, o “*racha de fim de tarde ‘é de lei’, tem que existir*”.

<sup>117</sup> Sobre Lazer, Cultura e Rivalidades nas periferias (Zaluar, 1999).

<sup>118</sup> Embora fosse raro revolveres, algumas vezes escutei tiros em meio a confusão. Ouvi alguns relatos de morte nos jogos de futebol. Mas enquanto estive presente, pude observar apenas brigas e tiros para cima.

“areninhas”<sup>119</sup> e a expansão de quadras em praças espalhadas pela cidade supriram parte das demandas esportivas.

Embora ainda existam times de futebol de subúrbio, a presença das facções influenciou diretamente na dinâmica dos campeonatos. Muitos jogadores veteranos relataram que deixaram de participar de partidas e campeonatos fora de suas áreas de moradia por receio de serem confundidos com membros de grupos rivais, pertencentes a bairros rivais. A fala de Paulo, ex-jogador, descreve um pouco o que retrata essa transição: *“Antes a gente jogava em todo canto. Pegava o ônibus e ia, não tinha essa de saber se podia ou não. Hoje, se o jogo for do outro lado, o cara pensa duas vezes. Mesmo sem estar em facção, só de ser do bairro tal, já é perigoso.”*

Mesmo aqueles que não têm qualquer envolvimento com o mundo do crime relatam restrições à mobilidade urbana e receio, até mesmo de visitar amigos de longas datas em outras localidades. As rivalidades que antes se configuravam apenas em disputas pontuais diretamente relacionadas ao futebol e lazer, atualmente se manifestam em torno de conflitos pelo controle territorial das facções que expandiram os riscos da violência de grupos armados ao futebol de subúrbios.

A partir das observações realizadas durante o trabalho de campo, nota-se que as restrições impostas à mobilidade urbana, associadas ao contexto de disputas entre facções, têm levado muitos jogadores a evitar deslocamentos para fora de seus territórios de residência, por receio de represálias ou de serem confundidos com integrantes de grupos rivais. Essa limitação impacta diretamente na formação das equipes, que frequentemente enfrentam dificuldades para completar seus elencos em campeonatos e partidas entre bairros.

Embora os campeonatos de várzea e os times locais ainda estejam presentes no cotidiano das periferias, observa-se uma descentralização do futebol enquanto espaço privilegiado de sociabilidade entre jovens de diferentes regiões da cidade. Ainda que não se tenham dados precisos que comprovem essa tendência, os relatos coletados sugerem um esvaziamento gradual do papel agregador que o futebol de várzea ocupava em décadas anteriores. No que se refere à revelação de talentos, outros canais de formação — como escolinhas particulares, clubes e projetos sociais institucionalizados — têm ganhado maior protagonismo.

---

<sup>119</sup> As areninhas são campos de futebol society com grama sintética, iluminação e infraestrutura de apoio, implantados a partir de 2014 pela Prefeitura de Fortaleza em parceria com o Governo do Estado do Ceará. Até setembro de 2024, Fortaleza contava com 117 areninhas em funcionamento (Ceará, 2024).

Apesar desse cenário, o futebol continua ocupando um lugar de destaque no imaginário juvenil, sendo visto por muitos como possibilidade concreta de ascensão social. Contudo, paralelamente ao cultivo de sonhos, também se acumulam frustrações, especialmente entre aqueles que, diante da ausência de apoio e oportunidades, acabam abandonando a trajetória esportiva e, em alguns casos, se inserindo em circuitos da criminalidade, traficando, realizando assaltos ou participando das disputas armadas. Nesse relato, Nonato, o técnico de um dos times da região, destaca o talento e perda de um dos seus melhores atletas: *“Pelezinho jogava demais. Todo mundo achava que ele ia vingar. Mas aí veio a perda da mãe, falta de apoio, parou de treinar, foi se meter com uns caras errados... Hoje tá morto.”*

Mesmo sendo comum rivalidades e conflitos em torno das territorialidades das disputas entre times de futebol em décadas passadas, a amistosidade entre amigos do mesmo time e com aliados de outros times fora de campo prevalece nessa rede de lazer. Por exemplo, geralmente depois dos jogos tinham as “barcas” que eram festas regadas a muita bebida alcoólica, principalmente quando o time saía vencedor. Ilustrando o aspecto festivo e agregador em tempos de futebol de subúrbio Paulo, 42 anos, relata: *“Ganhando ou perdendo, o futebol era desculpa pra fazer a resenha. Depois do jogo tinha barca, tinha som, tinha gelada. Era o nosso lazer. Hoje em dia nem isso mais.”* Observamos que, nesses espaços, o futebol fortalecia os laços entre jovens de diferentes periferias, fazendo das disputas ambiente de união.

Além do futebol, outras práticas esportivas como o surf e skate, anteriormente fortemente marginalizados – sobretudo entre os anos 1980 e 2000 –, também foram apropriadas por jovens periféricos como formas de lazer, pertencimento e resistência. No entanto, o contato com atletas de outras praias, a disputa entre skatistas ou surfistas, e a circulação entre diferentes territórios, também criou redes de amizades que tem sido influenciada pela lógica das fronteiras entre facções.

Se antes a rivalidade entre times se dava principalmente dentro das quatro linhas ou, no máximo, se expandia para confrontos físicos motivados por desavenças pontuais, hoje ela é atravessada pela lógica territorial das facções. Mesmo sem vínculos diretos com o crime, jogadores evitam transitar por áreas associadas a grupos rivais. No entanto, certas lógicas de lealdade permanecem. Jogar “fora de casa” ainda exige alianças, coragem e respaldo comunitário, tal como nos anos 1990. A diferença é que, agora, a ameaça envolve armas de fogo e não apenas socos e pontapés.

Ainda que os conflitos atuais tenham ganhado proporções mais amplas, nas décadas anteriores já era possível perceber como certas rivalidades e violências desenhavam mapas

invisíveis de restrição e pertencimento. Certas áreas funcionavam como territórios de restrição, onde a presença de jovens de grupos rivais era vista como provocação ou ameaça. Para muitos jovens, circular pela cidade significava decifrar códigos territoriais não escritos, evitar determinadas esquinas, bailes ou campos de futebol, onde a simples presença poderia ser lida como afronta. A mobilidade urbana, nesse contexto, não era apenas uma questão de deslocamento físico, mas também de pertencimento, lealdade e risco — como veremos a seguir.

### 1.7 Formação de grupos nos bairros: resquícios e discontinuidades

Apesar de frequentemente reconhecido por seu caráter acolhedor, solidário e carismático, o povo cearense convive com sérios problemas relacionados à violência e atuação de coletivos criminosos em territórios periféricos. Como evidenciado nos capítulos anteriores, o processo de modernização de Fortaleza e a formação de seus bairros populares têm sido atravessados por dinâmicas de conflitos sangrentos, atingindo, sobretudo, jovens da periferia. Esses sujeitos enfrentam cotidianamente múltiplas vulnerabilidades, que vão desde precárias condições de moradia e escassez de espaços de lazer até a não adaptação em trabalhos mal remunerados, além de estarem expostos a diferentes formas de violência urbana.

Nesse cenário, entre múltiplas formas de *sociabilidade*, interessa-nos descrever as especificidades históricas dos processos de formação de grupos juvenis em bairros populares, frequentemente identificados como ameaçadores e associados a práticas ilegais. Compreender o protagonismo juvenil em suas formas de *sociação* e *conflito* nos permite refletir sobre os vínculos que sustentam a atual configuração das facções (Simmel, 1983).

Nesse sentido, é importante questionar o que as organizações juvenis identificadas como “gangues”, “galeras”, “tropas” ou “inxames” revelam sobre os processos de acumulação de violência relacionados à dinâmica atual do tráfico de drogas em Fortaleza (Misse, 2006). Interessa-nos, portanto, investigar as continuidades e discontinuidades nos modos de organização e atuação de grupos frequentemente rotulados como pichadores, torcedores, assaltantes e traficantes, com especial atenção às suas intersecções<sup>120</sup>.

Dentre a multiplicidade de grupos que coexistem nos bairros — como a “galera da igreja”, do “rock”, do “dominó”, dos “velhos” — destacaremos, neste tópico, aqueles que a *sociedade convencional* através de *empreendedores morais* classificaria como *desviantes*

---

<sup>120</sup> Weber (2000) a partir do conceito de *tipo ideal*, ajuda-nos a compreender o sentido das ações, a partir da elaboração do perfil das modalidades de delitos e de seus protagonistas, que desenham suas atividades específicas em contextos urbanos do Ceará.

(Becker, 2008). Assim, partiremos da análise das gangues de bairro surgidas em Fortaleza na década de 1970, cujas formas de atuação antecipam certas estratégias posteriormente assimiladas pelas facções. Antes de adentrarmos propriamente nesse debate, entretanto, faremos algumas considerações conceituais que ajudam a elucidar o fenômeno.

### ***1.7.1 Considerações Conceituais: Gangues de bairro e juventude***

Levamos em consideração que o termo *gangue* é comumente utilizado para definir grupos compostos, sobretudo, por jovens envolvidos em pequenos delitos. No entanto, em termos de compreensão do fenômeno, definir grupos urbanos levando em consideração apenas a associação a violência e ao delito seria muito limitante para nosso entendimento. Até mesmo porque, os membros das gangues não estão a todo momento cometendo delito. Por exemplo, determinada pessoa pode pertencer e se identificar a uma gangue e ser marginalizado e não cometer delito, ou cometê-lo esporadicamente, tornando obscuro limitar a identidade daquela pessoa a atos tidos como infracionais (Martins-Sanchez, 1970).

Embora o senso comum, em suas práticas acusatórias, considerem as gangues como uma ameaça, encarando seus membros como criminosos, acredito que para finalidade analítica, devemos observá-la para além da dimensão delituosa ou violenta, por mais que o entendimento dos seus modos de organização dependa diretamente da maneira como a repressão vai atuar contra alguns de seus membros envolvidos em práticas delituosas. Dessa forma, entendemos que as práticas *desviantes* dependem da maneira como seus praticantes estão sendo acusados e rotulados como bandidos (Becker, 2008).

Outro aspecto central para a análise dessas formações coletivas diz respeito à superação da dicotomia entre “trabalhador” e “delinquente”<sup>121</sup>. A maioria dos interlocutores ouvidos, ainda que eventualmente envolvidos em práticas ilegais, possui ocupações regulares e não se dedica exclusivamente à criminalidade. Sua participação em grupos como os de pichadores, torcidas organizadas ou mesmo facções, não os define de forma absoluta (Zaluar, 1985). Na maior parte do tempo, esses sujeitos não estão cometendo delitos, o que reforça a necessidade de evitar a reprodução de classificações rígidas e estigmatizantes.

---

<sup>121</sup> Estudo realizado pelo O Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência (CCPHA) em 2016 para compreender os elevados índices de homicídios contra crianças e adolescentes no Ceará em 2015 apontaram 78% dos adolescentes assassinados tiveram experiência com trabalho, de maneira formal ou informal, mas na maioria dos casos essa experiência não aconteceu de forma protegida, como prevê a Lei nº 10.097, de 19 de dezembro de 2000 – Lei do Aprendiz. Somente 2% dos adolescentes vítimas de homicídio tiveram essa experiência como estagiário ou aprendiz.

Por fim, é importante destacar que, embora algumas regiões da cidade sejam rotuladas como perigosas ou identificadas como “redutos de marginais”, apenas uma parcela restrita da população local está de fato envolvida com práticas criminosas mais graves, como o tráfico de drogas, os conflitos armados e os assaltos. No entanto, a gravidade e o impacto social dessas ações acabam por estigmatizar o território como um todo, fortalecendo a associação entre espaço urbano, violência e criminalidade.

### ***1.7.2 Históricos de Conflitos e Formação de Grupos de Bairro em Fortaleza***

Em Fortaleza, como destacado anteriormente, diante da multiplicidade de sociabilidades do bairro, surgiam grupos, principalmente de jovens, que se identificavam com seus lugares de moradias e que costumavam se reunir nas ruas, esquinas e calçadas para negociarem suas atividades e desenvolverem estratégias de proteções, acolhimentos e enfrentamentos contra grupos rivais na cidade. As “gangues”, ou “galeras<sup>122</sup>”, como eram reconhecidas, se expressaram com seus gritos de guerra, sobretudo no início da década de 1990, muitas vezes utilizando a violência física como recurso utilizado na mediação dos conflitos.

Distribuída em alianças e inimizades entre gangues de bairro, Fortaleza ficou segmentada entre grupos rivais em conflitos. Em uma mistura de camaradagens, lazer e troca de conhecimento, cerca de 20 a 60 jovens, com idade aproximada entre 14 e 24 anos, frequentavam esquinas, praças, festas juninas, praia e baile funk, formando seus núcleos. Como observou Diógenes (1998), esses grupos se organizavam nas periferias e, diante de situações de "agito", ultrapassavam os limites dos seus territórios para se confrontar com rivais. Mais do que uma delimitação geográfica, a territorialidade era construída a partir de uma dimensão simbólica — o território era definido pela ideia de que "aqui não entra o inimigo", refletindo o orgulho e o compromisso com a defesa do espaço vivido.

Esses confrontos, portanto, assumiam também uma dimensão lúdica, movida pela empolgação de representar e defender seu bairro como símbolo de distinção frente aos demais. O histórico de desavenças e ataques alimentava as vinganças e alianças nos bairros, misturando a busca pela excitação e adrenalina com os rituais de consolidação de honras e lealdades

---

<sup>122</sup> Até o momento atual temos a utilização da palavra “galera”, principalmente entre os jovens, para se referir a qualquer grupo que se reúne com frequência, compartilhando dos mesmos símbolos. Glória (1994) destacou a composição das ‘galeras’ e seus aspectos lúdicos ligados ao lazer no início da década de 1990. Entretanto, o termo permaneceu utilizado para expressar mais do que jovens unidos no ritmo do funk, mas também através de outras atividades. Por esta lógica, podemos encontrar: “galera da igreja”, “galera do basquete”, “galera do dominó”, “galera da cachaca”, “galera do reggae”, “galera da esquina”, galera do bairro”.

guerrilheira. Conflitos individuais frequentemente repercutiam em disputas mais amplas e sanguinárias, em que cenas de violência demarcavam as fronteiras de pertencimento.

As gangues, com seus ideais de domínio e proteção de território, faziam ataques pontuais a outros grupos pertencente a regiões rivais. A espacialidade que se estabelecia entre esses grupos era belicosa, como aponta Diógenes (1998), pois o espaço urbano se convertia em microterritórios de atuação e em amplas zonas de confronto. A aparição dos grupos fora de suas áreas — como em festas ou outros eventos públicos — representava uma forma de se afirmar diante das galeras rivais e “marcar presença” na cena urbana. Estar “na rua” era, portanto, também uma forma de protagonizar a cidade (Diógenes, 1998).

Apesar da violência e derramamento de sangue em conflitos contra rivais, a parte lúdica do acolhimento, da dança, da adrenalina e o status adquirido são considerados atributos fundamentais para compreensão da organização das gangues de Fortaleza em suas atuações nos bairros. Assim como também não podemos ignorar o recorrente envolvimento de alguns de seus membros em atividades de roubo, tráfico de drogas, pichações, sequestros, homicídios que são muitas vezes planejadas em reuniões de seus integrantes.

Os conflitos e rivalidades entre pequenos grupos enraizados nas localidades dos bairros continuam a existir, embora hoje hajam novas configurações. Alguns líderes que atuavam desde as décadas de 1980 e 1990 continuam em atividade, agora inseridos no arranjo faccional. No entanto, uma parte permaneceu apenas na dimensão lúdica dos sons de baile funk em tempos passados e, atualmente, nas torcidas organizadas. Enquanto a maioria, por motivos religiosos, profissionais e familiares e de adição em drogas priorizaram outras sociabilidades que o distanciaram dos coletivos de bairro. Dario, ex-integrante de gangue, um dos mais temidos, hoje evangélico, elucida a mudança de contexto, através deste relato:

*“Já fui da linha de frente, já andei com galera, botava o terror onde passa. Mas graças a Deus me livrei desse mundo. Eu vejo muitos dos que andavam comigo hoje presos, mortos ou cheios de ódio numa vida. Sempre que eu posso chamo os mais novo para igreja e digo para sair enquanto é tempo, porque se envolver com o crime é sem futuro, pra chegar no inferno é só questão de tempo, se não seguir a palavra do senhor.” (Dario)*

No que diz respeito às lideranças, observa-se uma mudança significativa nos critérios de prestígio e poder. Nas disputas entre gangues nos anos 1990, ser “bom de briga”, seja em confrontos individuais ou em embates coletivos, era um atributo valorizado para os “linhas de frente”. Já no contexto das facções, os líderes dos grupos locais de venda de drogas, conhecidos popularmente como “os frentes”, precisam demonstrar autoridade por meio do poder de fogo, da disposição para enfrentar os inimigos armados e da capacidade de agir com

racionalidade e pulso firme diante das exigências do coletivo.

Rafael, ex-membro de uma das gangues relata que:

*“Naquela época, as brigas eram só na mão mesmo. A gente ia pra baile, pra praia, já sabendo que podia se bater com os inimigos. E como, armas que tinha era no máximo, uma faca, pau ou pedra, a gente tinha que se garantir mesmo era nas porradas.... Não tinha esse negócio de arma pesada...A ‘peia’ era mais na mão mesmo. Era mais pra mostrar que a gente era a mais temida da capital e dizer ‘aqui é a nossa área’. Hoje tá tudo diferente, hoje é guerra de verdade, com mei mundo de arma e é mais fácil de morrer.” (Rafael)*

Ainda assim, há permanência de lógicas de atuação similares. Tanto nas gangues quanto nas facções, contar com uma rede de aliados confiáveis numerosos é decisivo. Nas facções, espera-se que os membros mais "explosivos" e corajosos assumam a linha de frente nos confrontos armados, enquanto nas antigas galeras, os mais impulsivos e fisicamente fortes lideravam os embates — e, se fossem bons em artes marciais, melhor. Em ambos os contextos, a fidelidade e a proteção aos aliados continuam sendo valores fundamentais. César, um dos líderes do Tudo Neutro, descreve o que se espera das lideranças:

*“Para o cara ser ‘linha de frente’, tem que saber botar moral nas áreas, tem que ser respeitado e não dispensar nenhum vacilo, tem que cobrar a altura. E as vezes tem que ser sangue frio na hora de decidir. Tem que pensar muito na hora de agir, ver a opinião dos aliados, mas na hora de agir tem que ser ligeiro, não pode contar pipoca, tem que mostrar que com a gente não se brinca.... Se for preciso matar ou morrer, tem que ir pra cima com gosto de gás, porque com inimigo não tem perdão” (César).*

Outro aspecto interessante a se observar é a forma como os grupos locais costumam ser nomeados. Em geral, suas identidades estão associadas ao nome da localidade de origem ou ao de suas lideranças mais conhecidas. No contexto das gangues, era comum ouvir expressões como “a gangue do Araturi, que é da galera do Sagaz e do Rafa”, marcando vínculos tanto territoriais quanto afetivos entre os membros e suas lideranças. Atualmente, no contexto das facções, prevalece uma lógica semelhante, embora ressignificada: por exemplo, no Comando Vermelho, fala-se em “a tropa do Biel lá do Conjunto Fonseca”, reforçando a ideia de pertencimento a um comando maior, mas com atuação enraizada em territórios específicos e sob a referência de lideranças locais.

Essa continuidade na personalização e territorialização dos grupos evidencia que, embora os arranjos organizacionais tenham mudado, os grupos locais seguem existindo — agora com novas estratégias de atuação e formas de representar e disputar seus domínios. A filiação a um comando não elimina a dimensão local, mas a reconfigura, estabelecendo conexões entre as dinâmicas históricas das gangues e as práticas atuais das facções.

Trata-se, portanto, de contextos distintos, marcados por continuidades e

descontinuidades, que refletem as transformações históricas. Por exemplo, entre os anos 1980 e início dos anos 2000, os celulares ainda não eram populares, e a circulação de informações se dava principalmente pelo “boca a boca”, nas esquinas, praças ou pontos de encontro informais. Os deslocamentos dos membros das gangues eram feitos a pé, de bicicleta ou de ônibus, e os ataques aconteciam de forma repentina, com a chegada inesperada de um “mulão” ou “inxame”<sup>123</sup>.

Atualmente, o cenário é outro. O uso de smartphones, a instalação de câmeras de vigilância nos becos e acessos das periferias, a diversificação das armas de fogo, e o uso generalizado de motos e carros modificaram profundamente as dinâmicas de proteção, ataque e circulação dos grupos locais ligados às facções. A violência se tornou mais letal, os deslocamentos mais estratégicos, e a vigilância – tanto interna quanto externa – mais sofisticada.

### ***1.7.3 Galeras e Torcidas: Proibições dos Bailes e Rearticulações nas Periferias***

Entre meados da década de 1980 e o final dos anos 1990, os bailes funks se consolidaram como espaços centrais de sociabilidade para segmentos juvenis oriundos das camadas populares de Fortaleza. Realizados em clubes espalhados pela cidade, esses eventos atraíam centenas de jovens vindos de diversos bairros da periferia, do distrito industrial e até mesmo de favelas situadas em áreas centrais<sup>124</sup>. Segundo Ribeiro (2010), o baile funk era “o ponto de convergência de uma juventude pobre, moradora de bairros igualmente destituídos e pulverizados pela periferia da cidade” (p. 117).

Os bailes funcionavam como palcos de reafirmação identitária, onde a territorialidade e as rivalidades entre gangues de bairro eram expressas por meio da música, das vestimentas, dos gritos de guerra e da disposição para o confronto físico. A lógica das disputas se manifestava tanto nas letras dos chamados “raps de galera” quanto na própria divisão interna dos bailes, organizados em lados (A, B, C), onde os grupos se posicionavam com seus aliados, preparados para possíveis embates.

<sup>123</sup> Termo nativo para indicar um grupo com um número razoável de jovens.

<sup>124</sup> A diversidade de rádios e equipes de som que promoviam os bailes funks em Fortaleza, especialmente nos anos 1990 e 2000, teve papel importante na articulação entre galeras de diferentes bairros. As rádios funcionavam como canais de comunicação onde os jovens mandavam “alôs”, fortaleciam suas identificações territoriais e combinavam encontros nos bailes. Segundo reportagem do *Portal Messejana*, equipes como a *Turma do Circuito*, *Arroz com Fumo*, *Agito Jovem* e *Alternativa* contavam com DJs e animadores que circularam entre rádios como FM 97, Rádio Cidade Recife e Rádio Liderança, conectando bairros e difundindo a cultura funk pela cidade. Disponível em: <https://www.portalmessejana.com.br> (acesso em: 23/05/2025).

Nos bailes funks, as gangues se posicionavam em lados opostos — lado A e lado B — aguardando o momento em que os seguranças liberavam um corredor entre os grupos, permitindo por alguns minutos o confronto físico direto. O objetivo era fazer os rivais recuarem com socos e empurrões até encurralá-los, ou ainda capturar um integrante adversário, arrastá-lo para o seu lado como forma de humilhá-lo com socos e ponta pés. Essas cenas, embora toleradas, eram mediadas pela atuação dos seguranças armados com cassetetes, responsáveis por conter os excessos e evitar lesões graves.

Cada baile se transformava em um episódio repleto de emoções, provocações e disputas simbólicas, gerando histórias marcantes vividas e contadas por quem participava desses encontros. Como destaca Ribeiro (2010), havia um aprendizado coletivo voltado para a “construção de uma corporalidade aguerrida”, exigindo preparo físico e sustentação emocional para o enfrentamento: “O ritmo e o conteúdo das músicas representavam um estímulo importante para a vivência dos conflitos” (Ribeiro, 2010, p. 117).

A lógica de atuação dos grupos de bairros nos bailes passou a trazer símbolos dos primeiros sinais de torcidas organizadas de times de futebol. No baile algumas galeras se identificavam mais com determinado time, geralmente Ceará ou Fortaleza e nos alôs ou gritos de guerra trazia o símbolo do time junto com o bairro, formando as alas.

A partir dessa lógica, os grupos de bairro passaram também a incorporar símbolos das torcidas organizadas dos times locais, sobretudo Ceará e Fortaleza, levando para os bailes a identificação mútua entre bairro, time e galera, formando o que Ribeiro (2010) denomina de “alas”.

Nos alôs e gritos de guerra, essas alas anunciavam sua filiação tanto ao clube de futebol quanto à sua localidade, transpondo os limites entre as rivalidades territoriais e a cultura das torcidas. Essa nova forma de pertencimento gerou reconfigurações nos conflitos: antes os confrontos se davam principalmente entre moradores de bairros distintos — por meio de invasões territoriais ou brigas nos próprios clubes. Como a autora destaca:

Com a transposição das redes de identificações para as torcidas, as oposições e os conflitos passaram a dividir grupos da juventude dentro de um mesmo bairro, a exemplo da divisão entre o Rodolfo Cearamor e o Rodolfo TUF (Ribeiro, 2010, p. 124).

As brigas dentro e fora dos bailes funks geravam forte comoção midiática, constantemente representadas por cenas de violência envolvendo quebra-quebras, roubos, agressões e, em alguns casos, homicídios. Esse cenário reforçou o estigma que pesava sobre os jovens das periferias, associados a gangues e vistos como ameaça à ordem pública. Como

observa Diógenes (1998), a mídia não apenas visibilizava a atuação das gangues, mas também reforçava estereótipos negativos sobre a juventude pobre, contribuindo para a marginalização desses sujeitos e de suas formas de sociabilidade (Diógenes, 1998, p. 240).

Com a intensificação dos conflitos e a pressão social, os bailes funks foram proibidos em Fortaleza em 2001<sup>125</sup>, encerrando um ciclo importante de encontro e expressão juvenil. A interdição desses espaços não dissolveu as redes juvenis existentes, mas provocou uma reorganização nas formas de apropriação do espaço público.

Com o fim dos bailes, muitos jovens buscaram nas torcidas organizadas um novo lugar de pertencimento e continuidade das experiências vividas no funk. Como destaca Ribeiro (2010), as torcidas já faziam parte do universo simbólico dessa juventude e passaram a funcionar como espaços de sociabilidade, competição e afirmação entre bairros.

Esses coletivos ofereceram regularidade aos encontros e mantiveram a lógica dos confrontos simbólicos ou físicos em uma via de conquista de reconhecimento. Nas arquibancadas e caminho para os estádios, os jovens poderiam carregar consigo os emblemas dos times, dos bairros e das antigas gangues às quais pertenciam. Com isso, os pequenos núcleos das localidades de bairros conhecidos como gangues continuaram existindo, embora havendo uma constante readequação em torno de suas atuações e organizações no espaço público. Segundo Ribeiro (2010), as torcidas passaram a atrair essa juventude egressa dos bailes, pois já faziam parte da cultura do funk. Elas foram então tomadas pelos jovens como uma possibilidade de continuidade da sociabilidade do funk, pois ofereciam regularidade e a continuidade dos encontros entre esses jovens e possibilitavam o efeito de arena, visando garantir, através do conflito, status para o bairro (Ribeiro, 2010).

A interdição dos bailes não eliminou as formas de sociabilidade que os estruturavam. Segundo Ribeiro (2010), os jovens migraram organizados para as torcidas, carregando consigo a lógica dos “exércitos de bairro”. Com isso, os lados A, B e C dos bailes deram lugar à divisão interna das torcidas, redefinindo o mapa das alianças e rivalidades a partir do pertencimento aos clubes de futebol.

Nesse processo, a lógica dos núcleos da TUF e das Alas da Cearamor tentava tornar mais expressiva as disputas simbólicas em torno do futebol, desvinculando-se oficialmente das brigas de rua fortemente estigmatizadas pela violência. Dessa forma, muitos membros das

---

<sup>125</sup> Segundo matéria do dia 10 de março de 2001, do jornal Folha de São Paulo: Fortaleza foi a primeira capital do Brasil a proibir os bailes funk e shows com esse estilo musical em casas noturnas. A medida foi tomada pela Polícia Civil do Ceará em 2001, tornando a cidade a única capital do país a não permitir os bailes. Disponível em: Folha de S.Paulo - Comportamento: Polícia Civil proíbe realização de bailes funk em Fortaleza - 10/03/2001.

galeras de bairros foram para a torcida e muitos que acompanharam os dois ou um dos momentos foram para os grupos de facções, existentes hoje.

Apesar dos riscos envolvidos, alguns membros de facções continuam frequentando os estádios de futebol, mesmo com a possibilidade de encontrar rivais no trajeto ou nas arquibancadas. Rafael, integrante da facção Tudo Neutro, relata um episódio ilustrativo:

*“Teve vez de me bater com um ‘pirangueiro’ da outra facção dentro do estádio, mas lá é de boa, porque lá ninguém entra armado e tem muita câmera. Mas o negócio é ficar ligeiro no caminho....se for de moto, a gente tá de capacete, daí não dá muito pra se interar quem é quem e se for de carro, com os vidros escuros e nós com arma, dá pra se proteger dos ‘pilantras’ — de moto, tem que ir de capacete; de carro, com os vidros escuros pra evitar atentado. Prefiro me arriscar, mas deixar de acompanhar meu time não vou de jeito nenhum...Daí as comemorações é só nas áreas, guardadinho...(risadas)” (Rafael).*

Esse caso mostra que, embora alguns ainda enfrentem os riscos para viver o futebol de forma presencial, a maioria dos jovens entrevistados relata evitar estádios, festas e praias. O medo de encontrar inimigos e ser alvo de represálias os leva a restringir sua circulação, reduzindo sua presença em espaços públicos de lazer.

Tanto nas facções como nas torcidas existem aspectos em comum como: rivalidade, disputa territorial, lealdade aos símbolos e códigos próprios. No entanto, os sentidos atribuídos às suas práticas variam em suas múltiplas formas de vivenciarem suas experiências.

Acredito que aqueles que vestem a camisa da facção estão mais preocupados com sua integridade física, sobrevivência e domínio territorial do que o torcedor que ao vestir a camisa da torcida está interessado no espetáculo da rivalidade entre os times. A violência está contida nas duas organizações, embora nessa tenha o peso do econômico e os conflitos tenham gerado muito mais mortes nos confrontos.

Em um dos casos, observamos como os grupos locais das facções e das torcidas podem entrar em confronto dentro do território do mesmo bairro de onde fazem parte. Os tumultos comuns das torcidas organizadas são abominados pela facção, por comprometer o andamento do tráfico de drogas. Em uma ocasião, um confronto entre membros da Cearamor e da TUF avançou até as imediações de um ponto de venda de drogas, o que gerou imediata reação das lideranças da facção local. Os envolvidos foram chamados para prestar esclarecimentos, já que a confusão atraiu viaturas policiais e comprometeu as atividades do tráfico naquela tarde. Ainda que muitos desses traficantes fossem também torcedores, o interesse coletivo do mercado ilícito se sobrepôs às disputas futebolísticas.

Dessa forma, os assuntos coordenados por membros das facções envolvidos na dinâmica da venda de drogas são controlados de maneira mais particular, envolvendo as

definições punitivas rígidas. Como resumiu um morador:

*“Hoje em dia a gente tem medo até de quem tá calado. Tem menino que a gente viu crescer, jogava bola aqui na rua, mas agora tá em outra. Eles não andam mais em bando, não gritam, mas todo mundo sabe que tão no corre e são eles que botam moral e se desobedecer, a pessoa pode tá correndo risco de vida.”*

Apesar das mudanças, as torcidas organizadas e os estádios seguem sendo espaços centrais de sociabilidade para muitos jovens da periferia, que continuam carregando consigo os símbolos do time, do bairro e das alianças construídas ao longo dessa trajetória. Como veremos adiante, as formas de vínculos e pertencimentos comuns às gangues e torcidas possuem ressonâncias nas articulações entre grupos faccionados. As organizações ligadas ao tráfico de drogas, em seus modos de ocupar e gerir territórios nas periferias de Fortaleza, dialogam com muitas dessas lógicas anteriores que foram reelaboradas no presente.

## 1.8 Juventudes e Arranjos Contemporâneos da Criminalidade Urbana

No que consiste aos riscos associados à atual e significativa transição demográfica — em que quase metade da população mundial tem menos de 25 anos, especialmente nos países em desenvolvimento — Rodgers observa:

As consequências desta situação são potencialmente enormes. Como François Bourguignon, economista-chefe do Banco Mundial, apontou na coletiva de imprensa que apresentou o Relatório de Desenvolvimento Mundial de 2007 sobre a “Próxima Geração”, “Um grande número de jovens vivendo em países em desenvolvimento apresenta grandes oportunidades, mas também riscos.” Este relatório do Banco Mundial enfoca principalmente as consequências potenciais da educação deficiente e do treinamento de habilidades para uma futura força de trabalho, mas também há uma tendência cada vez mais generalizada de culpar o chamado protuberância da juventude pelos níveis crescentes de violência que afligem muitas partes do mundo em desenvolvimento hoje (Goldstone 2001; Urdal 2007).

A América Latina é um caso em questão a esse respeito, com jovens proeminentemente associados aos altos níveis de violência da região, tanto como vítimas quanto perpetradores (Briceño-León; Zubillaga, 2002; Koonings; Kruijt, 1999, 2004; Weaver; Maddaleno, 1999), onde as gangues ganharam destaque de uma maneira sem precedentes nas últimas duas décadas (Arana, 2005; Liebel, 2004; Rodgers, 2009).

As experiências juvenis em contextos marcados pela violência têm se apresentado como um dos mais complexos desafios contemporâneos para pesquisadores interessados na compreensão do fenômeno de coletivos armados. As formas de engajamento de jovens com mercados ilícitos, organizações armadas e dinâmicas territoriais de conflito não podem ser compreendidas de maneira simplista ou estigmatizante.

Dennis Rodgers (2009), ao refletir sobre a relação entre juventude e violência urbana, argumenta que “embora as gangues sejam, sem dúvida, uma preocupação contemporânea significativa na região, esses pronunciamentos sensacionalistas [...] sugerem que continuam sendo um fenômeno profundamente incompreendido”. O autor destaca ainda que essa incompreensão decorre da ambiguidade conceitual tanto da noção de “juventude” quanto da própria “violência”, categorias que variam em seus significados conforme os contextos sociais e culturais. Como enfatiza Taussig (1987, p. 241), a violência é um conceito “escorregadio”, pois o que é considerado violento e seus significados podem variar substancialmente dentro de uma mesma sociedade.

Na América Latina, a relação entre juventude, violência e conflitos armados representa um desafio à consolidação democrática, pois são os jovens os que mais matam e os que mais morrem. Para Briceño-León (2002), “*a violência nas cidades latino-americanas tem uma lógica social que articula desigualdade, informalidade e ausência do Estado*”, revelando as dimensões estruturais que sustentam tais práticas. Nesse mesmo sentido, Garzón (2016) aponta que as políticas de drogas de caráter punitivo têm contribuído para a criminalização seletiva da juventude pobre, especialmente nas periferias urbanas. Para o autor, “*a participação de jovens nos mercados ilícitos deve ser entendida como uma adaptação racional a um contexto de exclusão e precariedade*”<sup>126</sup>.

No Brasil, diversos pesquisadores têm analisado como os jovens em situação de vulnerabilidade social são atravessados por experiências de violência, tanto como vítimas quanto como protagonistas de ações armadas. Segundo Zaluar (2004), a adesão de jovens ao tráfico de drogas se dá, muitas vezes, como uma tentativa de pertencimento e ascensão simbólica, diante da ausência de alternativas institucionais de mobilidade. Para Batista (2016), os processos de criminalização da juventude negra e periférica não podem ser desvinculados das lógicas racistas e punitivistas do Estado brasileiro, que tende a naturalizar a morte de jovens pobres como um “mal necessário” à manutenção da ordem.

A literatura sociológica que trata do protagonismo juvenil em contextos de violência nas periferias de Fortaleza tem evidenciado como esses sujeitos constroem pertencimentos por meio de coletivos que, ao longo da história recente, foram nomeados como gangues, galeras, quadrilhas e, mais recentemente, facções. Em estudos sobre o contexto

---

<sup>126</sup> Dados do *Censo Penitenciário do Estado do Ceará* revelam que 3,8% das pessoas privadas de liberdade declararam estar presas por associação criminosa, o que sugere vínculos relevantes com o fenômeno das facções criminosas. O tráfico de drogas é o principal motivo de encarceramento, respondendo por 28,8% dos casos, sendo responsável por 48,5% das prisões femininas no estado.

cearense, Sá (2010) evidencia como a acumulação de violências em uma periferia à beira-mar resultou no engajamento de jovens em disputas armadas, dando origem a uma dinâmica local de guerras territoriais. Santiago (2014), por sua vez, analisa os impactos da violência nas disputas por territórios de venda de cocaína e cannabis, revelando como o tráfico varejista influencia nas formas de organização e conflito entre jovens.

Pires (2018), em seu estudo etnográfico em região periférica de Fortaleza, destaca como se deu o processo de transformação das redes ligadas a grupos faccionais e seus efeitos na cultura da juventude da cidade. Por sua vez, Aquino e Sá (2018) destaca como a "guerra das facções" no Ceará (2013-2018) envolve uma socialidade armada e disposição viril para matar ou morrer entre seus jovens integrantes.

Dessa forma, o estudo tem evidenciado que, para compreender as práticas da violência juvenil nas periferias, é preciso atentar para ações inscritas em trajetórias marcadas por processos históricos de exclusão, racismo e inúmeras desigualdades estruturais. Longe de serem sujeitos passivos, os jovens produzem códigos, linguagens e formas de sociabilidade que respondem a um *habitus* incorporado em condições de vida marcadas por diversas vulnerabilidades (Bourdieu, 1997). Essas práticas se desenrolam em campos sociais específicos – como o do crime, da juventude ou do lazer – onde se disputam *capitais simbólicos* e sociais. Assim, o campo do crime não se reduz à lógica material, mas mobiliza valores simbólicos e representações que estruturam e *legitimam* os percursos de inserção juvenil no tráfico de drogas (Bourdieu, 1989).

Por fim, em contraponto aos estigmas dominantes, os jovens das periferias elaboram significações próprias, que reconfiguram os sentidos da vida social em seus territórios e dão novo significado a experiências de pertencimento e reconhecimento, como observamos com a adesão ao Comando Vermelho e a mudança recente ao Tudo Neutro no bairro estudado.

### ***1.8.1 Juventudes, Violência e Conflitos Armados no Bairro Estudado***

As transformações nas dinâmicas da violência juvenil no bairro estudado refletem processos históricos mais amplos que atravessam as periferias urbanas brasileiras. Se nos primeiros momentos de ocupação da área, entre as décadas de 1940 e 1970, predominavam práticas como pequenos furtos de animais e disputas entre famílias locais, a partir da década de 1980 observa-se a emergência das gangues juvenis que protagonizavam confrontos em bailes e espaços públicos, com episódios recorrentes de agressões físicas e, em alguns casos, homicídios. Durante essa época, desavenças pontuais entre moradores se misturavam a

conflitos familiares, dando indícios das primeiras gangues.

Em meados dos anos 1990, era comum, além de casos específicos de furtos de residências, prática de assaltos em transportes coletivos e nas ruas, onde muitos jovens, na maioria das vezes armados de facas, subtraíam bolsas e bicicletas. Apesar de muitos assaltantes que agiam em bairros de fora fazerem parte das gangues, eram os mesmos que buscavam garantir a proteção interna da rua onde moravam.

Desde essa época, os membros das gangues já cultivavam essa ideia de proibir roubo nas áreas, sendo muito comum casos de linchamentos, onde os ladrões eram capturados antes de fugirem para seus redutos. Ao escutarem os gritos “pega ladrão”, muitos moradores com sede de vingança saíam de suas casas com o intuito de “*dar pelo menos a minha nesse pilantras de outras áreas*”, como descreve um interlocutor ao expressar sua sensação de querer bater no ladrão pegue. Muitas foram as vezes em que o pesquisador observou de perto ladrões, em sua maioria jovens, serem contidos com agressões com pau, pedras e cordas.

Em meados dos anos 2000, o uso disseminado de motos, carros e armas de fogo tornaram os conflitos mais letais, tanto relacionados a conflitos entre grupos armados, como nas práticas de assaltos. Os delitos tornaram-se mais ágeis, possibilitando fugas eficientes e alcançando maior número de vítimas. Muitos jovens nos bairros, em sua maioria do século masculino, passaram a se engajar em assaltos a supermercado, agências bancárias, casas de veraneio, roubos de cargas. Por sua vez, eram esses jovens os que mais eram vítimas de tiroteios, linchamentos e prisões inerentes às suas práticas.

O tráfico de drogas, durante os anos 2000, foi uma das atividades que ganharam centralidade nos bairros de Fortaleza, ressignificando a adesão dos jovens a esse tipo de delito. Por ser uma importante fonte de lucro que apresenta riscos relativamente menores que a prática de assaltos, chamou atenção para um mercado em ascensão. Os líderes, alguns deles já atuantes nas gangues de baile funks e torcidas organizadas, aproveitaram de sua reputação para mediar as relações de venda com seus aliados na oferta e na distribuição.

No entanto, apesar da venda ser tipificada como crime, o traficante não apresenta riscos direto a outras pessoas. No entanto, o *modus operandi* da regulação do mercado está intimamente entrelaçado à violência urbana e aos riscos de prisões e agressões entre seus operadores. Dessa maneira, no tópico a seguir analisaremos como jovens<sup>127</sup> fortalezenses do

---

<sup>127</sup> Diante da complexidade do termo de juventude, nos deparamos com vários parâmetros norteadores como da ONU que define como jovem a faixa etária de 15-24 anos e que diverge, por exemplo, das interpretações de órgãos nacionais, como o Comitê de Prevenção dos Homicídios da Adolescência da Assembleia Legislativa do Ceará que tem como referência a idade de 14-29 anos. Sendo assim, corroboro com a ideia com Bourdieu (1983), quando este destaca em seu texto “A Juventude é apenas uma palavra” que, embora seja indissociável a idade biológica e

tráfico varejista vivenciam experiências ligadas a conflitos armados e ao engajamento e participação em grupos que gerenciam a dinâmica do tráfico varejista de drogas.

### ***1.8.2 O Comércio e Consumo de Drogas como Dimensões das Sociabilidades Juvenis***

O consumo e comércio de drogas tem estado historicamente entrelaçados às experiências juvenis de sociabilidade, lazer e violência nas periferias urbanas. No contexto dos bairros populares, essas práticas não apenas acompanham os processos de construção de pertencimento coletivo, mas também constituem marcadores simbólicos de *distinção* entre grupos, consolidando gostos e estilos de vida (Bourdieu, 1979).

A busca por excitação e momentos prazerosos, frequentemente associada a dinâmicas de autoafirmação, contribui para que determinadas substâncias ganhem centralidade em momentos específicos, enquanto outras desaparecem das cenas locais. Em cada contexto histórico e territorial, os jovens atribuem sentidos distintos aos usos e circulação das substâncias ilícitas que emergem em seus espaços de convívios (Macrae, 2000).

No bairro investigado, a década de 1990 foi marcada pela disseminação do consumo de substâncias como cola de sapateiro e ansiolíticos de uso controlado como o clonazepam – popularmente conhecido como o “*hipinol*”<sup>128</sup>. Diferentemente de drogas como a cocaína, crack e cannabis, as formas de aquisição e distribuição dessas substâncias não estavam diretamente associadas à práticas violentas ou ao controle territorial de mercado, embora alguns conseguissem pequenas vantagens com o comércio.

A cola de sapateiro<sup>129</sup>, vendida livremente em lojas de material de construção, era barata, acessível e não levantava suspeita, tornando-se uma das substâncias psicoativas mais populares entre jovens das periferias. Seu uso intensivo, sobretudo por crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade, configurou-se como um problema de saúde pública na década de 1990 (Holanda, 2012). No bairro, era comum jovens que se refugiavam, principalmente nas áreas verdes, com suas garrafinhas ou saco com cola, buscando o efeito alucinógeno que muitos

---

social, devemos atentar para o contexto histórico no qual a noção de juventude é construída, mostrando que a multiplicidades de práticas que lhe são associadas faz com que essa categoria ganhe certa plasticidade.

<sup>128</sup> O Rohypnol® é um medicamento benzodiazepínico, que induz o sono de forma rápida e intensa, tendo também efeito ansiolítico (redução da ansiedade), anticonvulsivante e relaxante muscular. Ainda são efeitos de sua administração redução do desempenho psicomotor, com diminuição dos reflexos e da atenção, e ocorrência de amnésia (lapso de memória). Fonte: Laboratório Rouche (fabricante). Ver em: <chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://www.saudedireta.com.br/catinc/drugs/bulas/rohypnol.pdf>

<sup>129</sup> Vendida em uma lata, as colas de marca cascola era a mais popularizada. O PROJETO DE LEI N.º 138/2013 Dispõe sobre a proibição da venda de cola de sapateiro ou qualquer outra substância tóxica a menores de 18 (dezoito) ano.

descreviam como “*as mais delirantes das lombros*”<sup>130</sup>. Com o tempo, a popularidade dessa substância diminuiu, enquanto outras passaram a ocupar papel mais central nas dinâmicas de sociabilidade e pertencimentos juvenis.

O álcool, por sua vez, manteve sua presença constante ao longo das décadas. Cerveja, vinho barato, cachaça — em comemorações, praças ou mesmo nas calçadas, o álcool circulava como parte da vida cotidiana. Mas foi com o uso combinado de clonazepam e bebida que muitos jovens encontraram uma espécie de “chave” para enfrentar situações de risco. O “*hipinol*”, como era chamado, começou sendo usado em bailes, brigas de rua e foi ganhando preferência por aqueles envolvidos com práticas criminais, pois conferiam coragem, desinibição e disposição para o enfrentamento, especialmente em ações violentas ou atos delituosos, como assaltos.

“*Quando o cara tá hipinado, ele não sente nada*”, dizia um dos interlocutores. “*É coragem pura. O cara peita até a morte. É uma data a menos na vida.*” Outros reforçavam: “*só presta pra arrumar confusão*”, “*é a droga do vacilo*”. O “*hipinol*” produzia esse efeito paradoxal — coragem e vulnerabilidade. Ao mesmo tempo em que “dava a moral” para confrontar rivais ou cometer um assalto, também colocava o sujeito em situações de exposição extrema, muitas vezes sem controle sobre os próprios atos ou reações.

O acesso ao “*hipinol*” dava-se majoritariamente por meio de redes informais, incluindo amigos e conhecidos com prescrição médica, o que evidencia uma prática de automedicação e circulação ilegal do medicamento. Embora aparentemente simples, a circulação da substância revelava formas sutis de ilegalidade cotidiana, onde o uso de medicamentos controlados se misturava com práticas de automedicação, improviso e risco. O uso recorrente, especialmente entre jovens envolvidos em práticas delituosas, é apontado por muitos como um fator de risco relevante, contribuindo para episódios de violência letal e exposição a confrontos armados.

Ainda que hoje não seja tão popular quanto a cannabis, cocaína ou o crack, o “*hipinol*” continua presente em certos grupos específicos do bairro, sobretudo aqueles diretamente ligados à práticas delituosas ou à preparação para o confronto. A substância carrega sentidos associados à disposição para o risco, à performance da coragem e à cultura da transgressão.

---

<sup>130</sup> Termo utilizado para definir o estado psíquico daquele que está sob efeito de alguma substância psicotrópica.

Mais adiante, será explorada a forma como o tráfico local passou a intervir nesses usos, regulando quem pode ou não consumir, em que contextos, e de que maneira isso interfere nas dinâmicas de convivência e ordem nos territórios sob domínio do coletivo criminal.

### ***1.8.3 Tráfico Local e outras Dinâmicas da Criminalidade e Violência***

No bairro estudado, o tráfico de drogas não é novidade. Já nos anos 1970, a maconha do tipo “solta” circulava em rodas discretas e sua economia não era tão expressiva ao ponto de ser considerada um grande problema. Mas foi a partir dos anos 1990 que a chegada do crack e da cocaína<sup>131</sup> alterou de forma profunda a estrutura das práticas ilícitas. Essas substâncias movimentavam mais dinheiro, mais armas e, conseqüentemente, mais conflitos entre grupos territorialmente estabelecidos nos bairros.

Um interlocutor, hoje com mais de quarenta anos, que começou no “corre” ainda adolescente, descreve essa transição: *“Na época, a gente só vendia a solta, era tranquilo, ninguém se metia muito. Depois que entrou a pedra e o pó, aí o bagulho ficou doido. Já não era mais só fumar e adiantar pros conhecidos, era proteger o ponto, correr da polícia, resolver treta com bala.”*

Até então, as atividades ilegais mais lucrativas no bairro estavam associadas a assaltos. Havia toda uma rede que envolvia o roubo de carros e motos, desmanches e revenda de peças. Também era comum a negociação de produtos alimentícios roubados de cargas, que depois eram redistribuídos em feiras e comércios locais. Esse mercado paralelo movimentava dinheiro e relações — uma economia que cruzava o *informal* e o *ilegal* (Telles, 2013).

Com a virada dos anos 2000, o tráfico de drogas ganhou centralidade nas periferias. A organização em redes, muitas vezes baseadas em antigos vínculos de gangues de bairro ou torcidas organizadas, passou a moldar a lógica de controle territorial. Grupos que antes se destacavam pelas brigas nas ruas, pelas disputas em bailes ou pelas rivalidades entre times de futebol, passaram a operar segundo as demandas envolvendo proteção dos lucros e gestão dos riscos nas localidades do tráfico.

A narrativa de um ex-integrante de torcida, hoje evangélico, ilustra um pouco essa mudança sob a perspectiva econômica:

---

<sup>131</sup> Especialmente de *crack* e cocaína. Mais à frente, iremos problematizar como as especificidades das propriedades farmacológicas das substâncias estão diretamente relacionadas às práticas de manuseio e armazenamento de cada droga, alterando assim sua lógica de circulação e armazenamento.

*“Na minha época, ser de gangue era vestir a camisa do bairro por lealdade a galera que a gente defendia na mão. Hoje em dia, os meninos estão aí é para proteger a ‘bocada’ tudo armado, os cara pensam logo no dinheiro, dão a vida para não perder a mixaria que consegue vendendo droga”.*

Como destaca Santiago (2014), a violência e a intimidação com armas de fogo tornaram-se práticas instrumentais no controle dos pontos de venda, operando como mecanismos cotidianos de gestão do território do tráfico varejista. Nas ruas, em contextos marcados pelo acirramento das disputas, os traficantes construía quebra-molas improvisados para dificultar a entrada de veículos suspeitos ou inimigos. Nas entradas dos becos, as pixações nos muros alertavam: *“Ao entrar, baixe os vidros e os faróis e retire o capacete. Sua vida agradece”*. Avisos e comandos como este revelavam que o poder do tráfico se inscrevia não apenas no poder das armas, mas também no poder de controlar códigos de condutas dentro das localidades em disputa (Santiago, 2014).

Dessa forma, os interesses econômicos, entrelaçados às noções pertencimentos e de *projetos de vida*, provocaram mudanças nas maneiras como os jovens se envolvem nas dinâmicas do tráfico em cada localidade (Velho, 2003). A identificação com os pequenos grupos armados ligados ao tráfico varejista tem configurado novas formas de vivenciar as experiências nas periferias. E nesse contexto, a droga, mercadoria altamente cultuada, emerge como símbolo de múltiplos interesses, muitas vezes conflitantes.

Dessa maneira, a partir dos anos 2000, a expansão e incremento do mercado de cannabis e, principalmente de crack e cocaína, como mercadorias centrais contribuiu para uma inflexão significativa na dinâmica do crime e nos confrontos armados. A “bravura”, tão valorizada entre os jovens guerrilheiros dos bailes e torcidas, continuava sendo fundamental — mas agora mediada por interesses econômicos, que potencializaram as rivalidades e ataques armados. Um jovem que havia perdido um amigo num confronto entre grupos rivais resumiu assim:

*“Aqui a gente cresce ouvindo que temos que fechar com os aliados para ser linha de frente, conseguir o respeito das áreas e tirar uma mixaria... Mas na verdade é nós que estamos nos “corres” segurando o tombo, arriscando a vida pra vender droga... Daí a gente vive toda hora naquela tensão para não ser atacado.... Às vezes não pode nem sair do bairro, porque se os inimigos veem que nós é a correria, querem logo derrubar... Não é para qualquer um ficar na linha de frente pra tirar um ou dois salários em tempo de perder a vida”.*

Como enfatizou o interlocutor, para conquistar respeito e garantir a fluidez das vendas, os jovens que ocupam a linha de frente nos becos e esquinas dos bairros comprometem-se com a defesa dos territórios onde atuam, o que inclui o uso de armas de fogo e a articulação

com aliados locais. As armas, nesse contexto, deixam de ser apenas instrumentos de violência e tornam-se símbolos de reconhecimento, coragem e pertencimento. Ao discutir essa transformação nas formas de resolução de conflitos e na centralidade das armas no cenário urbano a partir dos anos 2000, Barreira (2013) observa:

O tráfico de drogas agora surge como o grande responsável pelo aumento dos homicídios e pela insegurança reinante, em especial, nos cenários urbanos. [...] Esse tráfico carrega graves problemas no cenário urbano. [...] Um deles está no fato de os Jovens passarem a ser “braços armados” de grandes traficantes nas resoluções ou enfrentamentos dos conflitos sociais principalmente em litígios de cobranças de dívidas (Barreira, 2013, p.226).

Dessa forma, a primeira década dos anos 2000 revela o início de articulações entre os pequenos grupos de traficantes que observam a necessidade de obter contingentes armados para protegerem seus mercados de drogas. Por sua vez, as lideranças viram a importância de articular a rede de fornecedores<sup>132</sup> de armas e drogas para manterem-se fortes em seus territórios que viviam sob ameaças de ataques pontuais. Geralmente essas lideranças emergem com todas as suas experiências ligadas à práticas de delitos, montando assim estratégias de domínio, tendo como recurso essencial a capacidade de uso da violência. Seu poder reside na capacidade de mediar disputas, organizar a cadeia de distribuição e gerir conflitos que podem comprometer o fluxo de mercadorias — sejam drogas, armas ou informações.

Nas trajetórias de alguns desses jovens, o tráfico se entrelaça com outras práticas ilícitas, como assaltos, agiotagem, sequestros e extorsões, compondo um repertório de ações que revela a complexidade e a adaptabilidade dessas redes. A reputação, nesse universo, é um valor central. A figura do “bichão da favela”, como analisa Sá (2010), torna-se uma figura do respeito e do medo:

A condição de “bichão da favela”, termo utilizado para de marcar a reputação dos mais temidos nas relações de poder e de violência na comunidade, e discute como as ofensas morais e acusações sociais de falta de respeito entre jovens “maquinados”, aqueles que usam armas de fogo como ferramentas de luta, resultam em disputas agonísticas ele tais que se precipitam sem as buscas por signos de “consideração” em meio a outras formas de expressividades simbólicas (Sá, 2010, p.339).

Ao assumir um papel central na mediação de conflitos que ameaçam o fluxo das vendas, as lideranças locais, em articulação com os traficantes do varejo, passaram a estruturar

---

<sup>132</sup> Embora o tráfico em Fortaleza apresente diferenças marcantes em relação ao modelo do Rio de Janeiro, há semelhanças importantes, como a imprevisibilidade na organização criminal e o papel central das alianças construídas por amizades e redes familiares. Como observa Barbosa (1998): “A amizade, aliança, é o que está na base dos comandos. Ela foi a responsável pelo seu surgimento. [...] A própria dinâmica do tráfico origina dissensos, passados de um lado para o outro, rupturas internas. [...] . Poderá chegar um tempo em que surjam novas marcações e novas alianças venham dissolver as antigas, levando consigo antigos símbolos. Afinal, a linguagem é um espelho da guerra (Barbosa,1998, p.143).

estratégias de proteção que envolviam desde ofensivas contra rivais até homicídios em casos de delação<sup>133</sup>. Nesse contexto, mesmo de forma fragmentada e sem uma hierarquia rígida, tornou-se evidente para essas lideranças a necessidade de contar com pequenos contingentes de jovens armados, preparados para ações de ataque e defesa.

#### ***1.8.4 Agentes da Repressão e Tráfico de Drogas***

Compreender a dinâmica do tráfico de drogas nas periferias exige uma análise atenta sobre o papel das forças policiais na chamada “guerra às drogas”. Para entender como os jovens desenvolvem suas *carreiras desviantes* no tráfico de drogas, é necessário saber como os *empreendedores morais*, no caso a polícia, tem atuado com o objetivo de reduzir a oferta de drogas no bairro (2008).

Dessa forma, é importante atentar como a repressão estatal à circulação de entorpecentes, embora justificada por políticas de segurança, tem se revelado seletiva e violenta, sobretudo contra jovens negros e pobres das periferias urbanas. Jovens estes que passam por processos de *sujeições criminais*, nos quais seus corpos e territórios são *criminalizados* não por seus atos em si, mas por sua posição social e racial. Mesmo quando não estão em flagrante delito são alvos da repressão policial, expostos a diversas agressões.

No bairro estudado, diversos relatos mostram como essa seletividade atravessa gerações. Nas décadas de 1990, policiais costumavam circular com álbuns fotográficos em suas viaturas – identificando e monitorando, de forma informal, aqueles que consideravam “perigosos”. Um morador antigo contou:

*“Os cara andavam era com um álbum com vários retratos só dos ‘manchetes’ de cada favela, daí na hora de te enquadrar, podiam tirar a pasta com o álbum pra ver se tu era algum deles. Dependendo da ‘geral’, se eles cismassem em ti, tiravam era uma câmara pra bater foto da tua cara e principalmente das tatuagens pra depois revelar e colocar no álbum”.*

Atualmente, em contexto de grupos faccionados, a tecnologia substitui os álbuns impressos, por padrões de vigilância que correspondem a circulação de imagens em *smartphones*, compartilhadas em grupos de WhatsApp da polícia. Não apenas os rostos e tatuagens são fotografadas, mas as motos e carros com suas placas.

---

<sup>133</sup> Apesar das rivalidades nas disputas pelo domínio do monopólio da venda bairros serem apontados como um dos fatores que mais ocasionam homicídios, devemos nos atentar para os inúmeros casos inadimplências e de delações que também são responsáveis por muitas mortes. Além de inúmeros casos de feminicídios que são definidos e justificados como “envolvimento” na facção, mas que na verdade acontecem por conflitos interpessoais envolvendo práticas machista que vão além de disputas entre grupos.

O jovem negro de moto — outrora a bicicleta — é o novo símbolo do medo e da suspeição. A presença de rapazes reunidos em praças ou calçadas é rapidamente associada ao tráfico ou ao consumo de drogas, justificando abordagens violentas e arbitrárias. Práticas estas que não só reproduzem o *racismo estrutural*, mas também alimentam o ciclo de estigmatização e exclusão social dos moradores da periferia (Ramos, 2022).

Os interlocutores relataram ainda como, ao longo do tempo, a atuação policial se entrelaça com práticas cotidianas de corrupções e acordos informais com os próprios traficantes e usuários. Um dos mais antigos traficantes do bairro relembra:

*“A gente nem se admira... ‘Das antigas’ tinha dois cana que ficavam de ‘campana só esperando os usuários saírem das ‘bocadas pra roubar’ o pó deles... Daí, depois iam lá pra frente do forró do Aurélio e estirava as carreiras pra cheirar era em cima do capô da viatura que na época era as parati... Eles não tavam nem vendo, cheirava era na frente de todo mundo e se alguém achasse ruim, eles desciam a ‘chibata’. Hoje, do mesmo jeito, tem altos que rodam nas viaturas tudo ‘noiado’ com as drogas que pegam dos traficantes e dos usuários. Quando desce pra abordar, dá logo pra perceber, quando uns e outros tão ‘cheirado’ Os bichos apavoram, e a ‘galera’ não diz nada pra não ser preso ou levar porrada”.*

Esse tipo de relação ambígua entre repressão e convivência foi historicamente observado nas periferias. Malaguti Batista (2003) argumenta que a guerra às drogas serve como ferramenta de controle social, legitimando a violência contra os pobres ao associá-los automaticamente ao tráfico. A ilegalidade, assim, não se restringe às ações dos traficantes, mas perpassa também as práticas cotidianas de muitos policiais, que impõem medo e dominam territórios por meio da força.

Durante a pesquisa, inúmeros casos de extorsão foram relatados. Um jovem traficante narra:

*“Mermão, ninguém pode nem questionar eles. Eles andam com altos flagrantes.... Se sabem que o cara adianta umas paradas e não acham nada, eles vão querer forjar e te extorquir. Os bichos vivem cobrando ‘pedágio’ de traficante. Se souber que o cara tá apurando uma coisinha de dinheiro, tentam levar até tua alma, já vi levando dinheiro, cordão, relógio, pulseira... e se não der é chibata ou cadeia..... Desde cedo, minha avó já dizia, meu filho não confie em polícia”.*

Jacqueline Sinhoretto (2014) observa que a punição criminal no Brasil recai sobretudo sobre jovens negros envolvidos em delitos relacionados à circulação de drogas, evidenciando uma lógica de administração de conflitos que penaliza desproporcionalmente essa parcela da população.

Com o intuito de conter a oferta de drogas e reprimir usuários e traficantes, muitos policiais tem atuado provocando torturas físicas e psicológicas contra moradores pobres,

sobretudo em áreas consideradas “fio descascado”<sup>134</sup> com condições de infraestruturas precárias.

Ao saberem que em determinados lugares acontece o comércio de drogas e não conseguirem flagrante, muitos policiais ficam indignados, tensionando os momentos de abordagem com interrogatórios permeados por empurrões, cacetadas, chutes e murros. Além disso, casos de invasão de residências, onde os agentes entram sem mandado policial fazem parte do cotidiano nas periferias. Um dos interlocutores destacou que:

*“Se eles veem que em algum barraco tem movimento estranho, eles invadem é rapidinho, se não abrir a porta, eles arrombam e se não encontram nada, quebram tudo... Já vi quebrar porta, móveis, fogão, TV... criança chorando e eles nem aí... O Josiel foi pro ‘saco d’água’<sup>135</sup> foi na frente dos dois filhos dele, dentro de casa”.*

A brutalidade das abordagens é frequentemente mencionada por usuários e pequenos varejistas. Em sua pesquisa sobre jovens frequentadores de uma praça da periferia de Fortaleza, Matos Júnior (2008) observa que o medo da polícia é uma constante entre jovens que crescem em áreas dominadas pela violência estatal. Escapar de uma abordagem sem agressões físicas é, muitas vezes, celebrado como uma “vitória” (Matos, 2008).

Como destaca Santiago (2014): a imprevisibilidade da atuação policial, aliada à instabilidade das disputas entre grupos locais em Fortaleza, torna o cotidiano dos jovens que atuam no tráfico uma rotina de tensão e risco. O autor aponta que os varejistas desenvolvem estratégias para lidar com as ameaças constantes: da polícia e de rivais, evitando casos de prisões, agressões ou prejuízos em mercadoria e dinheiro. Nesse cenário, o medo é um regulador importante da conduta, mas não suficiente para conter a continuidade das atividades do tráfico (Santiago, 2014).

### ***1.8.5 Caminhando junto com o Crime: alianças, proteção e cotidiano das periferias***

Embora o senso comum geralmente insista em representar a relação entre polícia e criminalidade como um embate entre dois polos opostos — o bem contra o mal, o Estado contra o bandido —, a realidade empírica revela uma dinâmica muito mais complexa e ambígua. Em diversos contextos periféricos, os próprios agentes da lei se envolviam em práticas ilegais,

<sup>134</sup> Expressão nativa utilizada para designar espaços estigmatizados, marcados pela presença constante do tráfico de drogas, risco iminente de tiroteios e circulação de indivíduos associados a grupos criminais locais. Locais onde uma pequena parte de seus moradores e frequentadores já passou por instituições de privação de liberdade, foram ou são envolvidos em práticas como roubos, sequestros, tráfico e homicídios.

<sup>135</sup> Método de tortura que consiste em vestir a cabeça da pessoa com uma sacola plástica impedindo a respiração. Essa forma de asfixiar é comum, por não deixar hematomas e proporcionar informações valiosas para policiais.

negociando em parcerias com traficantes, assaltantes, comerciantes. Essa atuação inclui desde a cobrança de propinas para permitir o funcionamento de “bocadas” até o fornecimento de informações privilegiadas durante disputas territoriais entre grupos criminosos, sobretudo em contexto de alianças faccionais.

Em vez de interromper as atividades ilegais, muitos agentes passam a regulá-las, oferecendo proteção, intervindo em conflitos e se beneficiando financeiramente da manutenção de uma certa “ordem”. Como apontam diversos relatos, é comum que policiais cobrem valores mensais — os chamados “arrego” — para garantir a estabilidade da “boca”, desde que não haja assaltos, homicídios ou grande visibilidade midiática.

Marcos Silva (2015) descreve a maneira como a fronteira entre o legal e o ilegal é constantemente atravessada pelos próprios agentes do Estado. O autor analisa como os policiais se inserem num circuito de ilegalismos em que práticas como extorsão, venda de proteção e até homicídios tornam-se formas de acumular capital social e econômico. (Silva, 2015).

No contexto estudado, essa ambiguidade também aparece de forma explícita. Muitos interlocutores relatam que, apesar do discurso oficial de combate às drogas, há acordos entre policiais e traficantes. Um jovem, atuante no tráfico desde 2016, comenta:

*“Os cana gostam de lugar tranquilo. Se não tem assalto, se não tem corpo na rua, eles deixam a ‘boca’ funcionar. Mas tem que ‘conversar’, tem que deixar o deles... Ai as áreas fica sossegada. Ai todo mundo consegue fazer dinheiro, tanto nós que tá nos ‘corres’, como os policiais”.*

Essa fala revela que o pacto de convivência entre traficantes e policiais se sustenta em uma espécie de contrato informal de regulação: a repressão é seletiva e, muitas vezes, apenas simbólica, enquanto os acertos, propinas e trocas de favores garantem uma relativa estabilidade nos territórios. O que se busca não é a erradicação da atividade ilegal, mas sua gestão silenciosa e lucrativa. Assim, a “ordem” policial coincide, muitas vezes, com os interesses do tráfico, desde que se mantenha a aparência de tranquilidade — sem mortes visíveis, sem escândalos, sem mobilização da opinião pública.

Como já destacado, embora haja momentos em que os interesses de agentes da lei e traficantes convergem — sobretudo em relação à manutenção da “ordem” e à obtenção de lucros —, o sentimento predominante entre os jovens envolvidos no tráfico é de forte aversão à polícia. Isso se deve tanto à constante ameaça de prisão quanto ao histórico de violências, agressões e execuções atribuídas a esses agentes. No entanto, diante da presença contínua de viaturas e agrupamentos policiais circulando pelo bairro, é impossível evitar o contato.

Veza ou outra, a movimentação precisa ser suspensa por um instante: “porque tem

viatura rondando”. É nesses momentos que surgem códigos locais de alerta, como o grito de “olha o gol!”, utilizado para avisar a chegada da polícia. Quando se trata de patrulhamento regular, muitas vezes os acordos tácitos permitem que os policiais se mantenham indiferentes à movimentação da “boca”.

Sobre os valores pagos às viaturas como forma de arrego, não tive acesso direto a essas informações, em parte pela dificuldade de aproximação com traficantes de maior escalão que geralmente não estão nas ruas. As negociações entre esses atores e setores da polícia geralmente ocorrem fora do alcance das ‘bocadas’, mas sua existência é amplamente comentada. Como relatou um dos varejistas:

*“Quando equipe que tá rodando nas áreas é de batalhão comprado, a gente fica mais de boa... só baixa a bola, pede pro cliente esperar que é pra não ficar despachando escancarado na cara dos homi...Aí o ‘toco’, quem dá é nossos patrão e eles nem entra em detalhe, mas numa ‘bocada’ do Pateta que é maior e que é corre 24 horas por dia, parece que o arrego é entre mil e dois mil reais todo dia pra dividir entre os que tão no turno naquele dia.... Daí, quando tem investigação ou o reservado tá na área, os ‘cana’ avisa logo pro pratão que manda a gente ficar ‘ligeiro’ com os flagrantes pra eles não chegar na ‘crocô de laje’ e dar o bote certo.... mas, hoje, uma coisa é certa, toda bocada que se presa tem que molhar a mão da polícia e tem que saber que hora ou outra vai ter um prejuízo.”*

Diante da imprevisibilidade do surgimento de outras forças policiais — como batalhões especializados ou operações integradas —, os cuidados são redobrados e articulados de forma cada vez mais estratégica pelos integrantes das facções. Em caso de abordagens rápidas e inesperadas, entram em ação diferentes mecanismos de alerta, que vão desde mensagens em grupos de WhatsApp até gritos nas ruas. Jardel, um dos interlocutores entrevistados relatou que:

*“Quando a polícia dá o bote de surpresa e consegue pegar alguém, geralmente é só com umas paradas pequenas, porque o caba que tá na linha de frente não vai ficar com um monte de flagrante.... Daí é o ‘pivete’ que vai segurar o tombo, tá ligado? Depois o patrão vai ver como faz pra soltar..., mas aí não muda muita coisa não... se leva um, daqui a pouco já tem outro no lugar. O ‘corre’ continua do mesmo jeito, porque o ponto tem que rodar. Isso aí já é na lógica do sistema, ninguém vai parar por causa de uma prisão só.”*

Nesse contexto, sobretudo a partir de 2014, a relação com as instituições policiais passou a ser pensada de forma calculada, articulando negociações que permitissem a continuidade das atividades ilícitas sem a interferência direta da repressão estatal. A expansão do mercado de drogas; tomadas de território entre grupos rivais; adesão dos grupos locais ao Comando Vermelho, permitiu, além do fornecimento de armas e drogas, uma lógica de atuação que buscava potencializar seus lucros. Dessa forma, os membros dos coletivos pensaram em como poderiam fazer acordos com as instituições policiais, onde o tráfico pudesse acontecer

sem a ameaça da polícia.

Casos de policiais que atuam diretamente na cobrança de taxas mensais aos traficantes, que intervêm em disputas entre grupos armados oferecendo armas ou informações estratégicas e que protegem bocas de fumo em troca de participação nos lucros foram recorrentes nos relatos coletados. Essa participação ativa na dinâmica criminal reforça a ideia de que o policiamento nas periferias, longe de ser exclusivamente repressivo, é profundamente entrelaçado com os mercados ilegais, funcionando como engrenagem essencial da economia do crime.

Dessa forma, o estudo tem demonstrado que, para se consolidar como um grupo forte e garantir a proteção de seus territórios frente aos rivais, as lideranças tanto do Comando Vermelho (CV) quanto do Tudo Neutro (TDN) reconheceram a necessidade de firmar acordos com setores das instituições policiais. Esses arranjos visavam não apenas assegurar o funcionamento contínuo das atividades do tráfico, mas também evitar a prisão de membros estratégicos, o que poderia enfraquecer sua estrutura organizacional e comprometer os lucros.

A pactuação com agentes da repressão, portanto, tornou-se uma tática recorrente na gestão dos territórios, apontando para amplas conexões em redes envolvendo diversos atores. Alguns alvos mais visados sob a perspectiva da repressão, como os jovens do varejo, outros mais discretos e menos punidos, como agentes penais e policiais do Estado.

Mais à frente, farei uma breve contextualização sobre os parâmetros que norteiam a concepção legal sobre o que é “facção” e “quadrilha” para entender o papel do tráfico nessa rede e a importância do engajamento juvenil nas linhas de frente do tráfico varejista. Para isso, utilizo a concepção de rede trabalhada pelo autor Norbert Elias (1994), que nos ajudam a compreender as configurações e interdependência que envolvem engajamentos de diferentes níveis para destacar como o tráfico de drogas se encaixa nessa complexidade da rede faccional. Por hora, no próximo tópico, discutiremos os aspectos da modernização cearense que influenciaram na dinâmica de contatos entre traficantes de Fortaleza e uma infinidade de sujeitos do crime em diferentes regiões.

## **1.9 Modernização e Tráfico: dinâmicas criminais nas periferias de Fortaleza**

Neste tópico, proponho uma reflexão que parte do diálogo entre processos estruturais mais amplos — como os investimentos em infraestrutura e o desenvolvimento econômico no Ceará — e as experiências locais de jovens envolvidos no tráfico de drogas nas

periferias de Fortaleza. A intenção é compreender como essas transformações, ocorridas especialmente a partir da década de 1990, impactaram diretamente as dinâmicas criminais no cotidiano dos bairros populares, moldando novas formas de participação juvenil no varejo da droga.

Se, por um lado, observamos o fortalecimento de uma economia formal voltada ao turismo, à construção civil e à indústria, por outro, emergem práticas ilegais que se entrelaçam a essas mesmas mudanças. As conexões entre grupos criminosos locais e redes transnacionais, sobretudo ligadas ao tráfico de drogas, expressam uma das faces desse mesmo processo de modernização. Com base em apreensões, reportagens e estudos especializados, é possível perceber que a abertura de Fortaleza ao mercado global gerou efeitos que ultrapassaram o plano econômico, criando também condições para o crescimento de mercados ilícitos.

Nesse contexto, a cidade tornou-se um ponto estratégico nas rotas internacionais do tráfico, o que repercutiu na expansão e reconfiguração do mercado de drogas nas periferias. Essa conjuntura foi central para a consolidação de facções como o Comando Vermelho, os Guardiões do Estado e o Tudo Neutro em territórios cearenses, resultando no engajamento massivo de jovens moradores das periferias aos coletivos, como “trabalhadores precários” da economia ilegal — sujeitos vulneráveis, inseridos em circuitos de altíssimo risco, onde a lógica da substituição e da violência é constante (Bourgois, 1995).

### ***1.9.1 Importância das Rodovias e Transportes Terrestres***

Um dos aspectos centrais dessa transformação foi a ampliação da rede rodoviária estadual e federal<sup>136</sup> entre as décadas de 1990 e 2000, que facilitou a circulação de drogas e de traficantes no Ceará. A construção de novas vias e a melhoria das já existentes não só impulsionaram o comércio e o turismo, como também facilitaram a mobilidade de pessoas envolvidas em distintas práticas delitivas, vindas de diferentes regiões do estado e do país. Com isso, laços foram se estreitando: amigos, parceiros e familiares passaram a acolher e proteger com maior facilidade fortalezenses ameaçados por disputas internas ou pela repressão policial.

Essa expansão foi acompanhada por aumento expressivo nas linhas de ônibus interestaduais e urbanos. Diariamente, nas ruas, avenidas e terminais, o fluxo constante de

---

<sup>136</sup> Nas décadas de 1980 e 1990, houve no Ceará a construção de novas instalações e a internacionalização do Aeroporto Pinto Martins; a abertura, duplicação e ampliação de rodovias (CE-040, CE-060, CE-085, BR-116, BR-222, BR-020) e anéis viários; e a expansão do sistema de comunicação. Dentre esses equipamentos, destaca-se na RMF a implantação da linha sul do Metrofor, que liga Fortaleza às cidades de Maracanaú e Pacatuba (Observatório das Metrôpoles, 2010).

peças chegando e saindo – com intuito de realizar procedimentos médicos; estudar; trabalhar; visitar familiares; fazer turismo ou compras – permitiu a emergência de redes de sociabilidade atravessadas por práticas ilícitas. Nesse sentido, fortalezenses mantinham contato com pessoas de outros bairros e distintas regiões do Brasil.

Além disso, a popularização de automóveis e de caminhões circulando nas ruas e estradas tornaram-se aliados da entrada e saída de grandes quantidades de drogas que são transportadas em fundos falsos de caminhões, em compartimentos de carros, ou em ônibus convencionais, dificultando, assim, o trabalho dos órgãos de combate ao tráfico. Dessa maneira, a repressão, quando ocorre, é, muitas vezes, baseada em denúncias ou abordagens aleatórias, revelando os limites do aparato policial diante das estratégias das redes criminais que se espalham pela cidade e diferentes regiões do Brasil.

### ***1.9.2 Rotas Aéreas (Conexões internacionais) e Tráfico em Fortaleza***

A posição geográfica estratégica do Ceará, combinada com altos investimentos em rede de infraestrutura aérea, tem despertado o interesse dos narcotraficantes, que utilizam o estado como um corredor de exportação de drogas para o exterior<sup>137</sup>. A reportagem do *Diário do Nordeste* de 26/01/2009 destaca: “Ceará na rota do narcotráfico”. Baseada em dados da Polícia Federal, a matéria apresenta Fortaleza como a 3ª cidade brasileira na qual os traficantes internacionais de cocaína mais agem no intuito de escoar a droga produzida na América do Sul, com destino aos países da América do Norte, Europa e África<sup>138</sup>.

Esse processo se intensifica a partir da década de 1990, quando o estado passa a receber grandes investimentos voltados ao setor turístico. Com a criação do Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste (PRODETUR), o governo do Ceará buscava posicionar Fortaleza como destino internacional, o que implicou a necessidade de modernizar a infraestrutura aeroportuária para atender à crescente demanda de visitantes estrangeiros. É nesse contexto que, em 1998, foi inaugurado o novo terminal de passageiros do Aeroporto Internacional Pinto Martins<sup>139</sup>, fruto de parceria entre a INFRAERO, o governo federal e o

---

<sup>137</sup> Segundo dados da ANAC (2017), o Aeroporto Internacional Pinto Martins ocupava o 7º lugar entre os mais movimentados do Brasil e o 3º no Nordeste, com cerca de 5,9 milhões de passageiros por ano. Sua posição estratégica nas rotas aéreas internacionais facilitou sua inserção como ponto de escoamento do tráfico de drogas. Disponível em: <https://bit.ly/3n7Rnpt>. Acesso em: 5 set. 2021.

<sup>138</sup> Matéria completa disponível em: <https://bit.ly/2Ynwx6>. Acesso em: 5 set. 2021.

<sup>139</sup> O Ceará possui dois aeroportos administrados pela Infraero. O Aeroporto Internacional de Fortaleza é considerado o maior do estado e movimenta por ano mais de três milhões de passageiros, enquanto o Aeroporto Regional do Cariri, em Juazeiro do Norte, é o maior do interior do Estado, sendo um dos mais movimentados do interior do Nordeste.

governo estadual. O novo terminal, com 32 mil m<sup>2</sup>, passou a comportar 2,5 mil passageiros por ano e 14 posições para estacionamento de aeronaves (INFRAERO, 2009).

A partir daí, o aeroporto se integrou progressivamente às rotas internacionais. A primeira companhia a operar voos internacionais em Fortaleza foi a VARIG, que, em 1992, inaugurou a rota Fortaleza/Milão, com voos semanais. Em 1998, a TAP (Transportes Aéreos Portugueses) passou a operar voos diários para Lisboa. Já em 2001, a TACV (Transportes Aéreos de Cabo Verde) estabeleceu uma rota regular ligando Fortaleza ao continente africano, com frequência semanal (Maciel, 2012, p. 34).

Isso atraiu o olhar de traficantes de peso no cenário internacional, que encontraram nas rotas de Fortaleza um farto mercado para expandir seus raios de atuações. Em meio ao fluxo de turistas e de moradores, operadores do tráfico atacadista de drogas penetram em Fortaleza, a partir de contatos com traficantes locais que dominam as áreas da periferia da cidade. O Aeroporto Internacional Pinto Martins é citado como um importante terminal de embarque e desembarque que tem facilitado as conexões de negócios entre traficantes interessados no mercado consumidor de drogas no Ceará e no apoio para escoamento de drogas para outros países<sup>140</sup>. Isso ilustra como a repressão está intimamente ligada às rotas internacionais do tráfico em Fortaleza, Ceará<sup>141</sup>.

A recorrência das apreensões envolvendo pessoas de outros países, especialmente da América Latina, Europa e África, e de outros estados brasileiros, como Roraima, Amazonas e São Paulo, ilustra o interesse de criminosos que buscam a expansão dos lucros inerentes ao mercado de drogas no Ceará<sup>142</sup>, segundo dados da Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social (SSPDS-CE).

---

<sup>140</sup> Em reportagem do dia 23/09/2019, o jornal Último Segundo destaca: “Polícia Federal prende casal com 53 quilos de cocaína no Aeroporto de Fortaleza”. A ação conjunta faz parte da Operação Caravelas, que tem por objetivo a cooperação internacional das polícias Federal do Brasil e Judiciária de Portugal no combate ao tráfico internacional de drogas. O casal preso estava indo para Lisboa com os 53 quilos de cocaína. Disponível em: <https://bit.ly/3DV4vE7>. Acesso em: 5 set. 2021.

<sup>141</sup> Sobre o tráfico e a influência da repressão nas configurações das rotas escoamento, Adorno (2019), destaca: “Outro aspecto a ser considerado é o estudo das rotas do tráfico de cocaína. Há rotas terrestres, marítimas (e subaquáticas mediante uso de submarinos) e aéreas. Não são necessariamente coincidentes até porque cada um desses meios pressupõe tráfego por áreas de maior ou menor extensão, de maior ou menor vigilância”. (ADORNO, 2019, p. 44)

<sup>142</sup> Em reportagem do dia 01/03/2012, o jornal Último Segundo destaca: “Dois homens são presos com drogas e R\$ 500 mil no Ceará”. Um cearense, de 20 anos, e um maranhense, de 48 anos, foram flagrados durante fiscalização da Polícia Federal. Eles tentavam embarcar para Manaus, no Amazonas. Na bagagem foram encontrados R\$ 439.943,50 e várias bexigas de borracha utilizadas para guardar tabletes de cocaína. O cidadão maranhense, que vinha de Porto Velho, em Rondônia, foi flagrado portando aproximadamente 2,3 quilos de cocaína. Disponível em: <https://bit.ly/3n9cWpG>. Acesso em: 5 set. 2021.

**Tabela 1 – Apreensões de entorpecentes (kg) no Ceará (2013-2021)**

	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Cocaína	365,08	339,80	350,00	409,07	972,40	463,48	2.308,73	2.005,39	628,40	1.205,65
Crack	150,90	111,66	183,77	195,38	167,51	95,80	367,15	247,66	250,19	253,36
Cannabis	2.711,31	2.351,89	6.746,56	2.994,23	3.867,22	7.800,56	4.560,95	3.431,16	3.514,82	9.214,00

Fonte: SIP/CIOPS/CPI/AAESC/SSPDS.

Frutos de operações realizadas pela polícia em diversos espaços dos municípios cearenses, como rodoviárias, portos, aeroportos, rodovias, residências e sítios, foram apreendidos entre os anos de 2013 e 2020 o total de 3.638,97 kg de cocaína; 1.221,75 kg de crack e 29.681,3kg de maconha. É importante frisar que, embora a quantidade de drogas apreendidas nos revele números que demonstram dimensões sobre o montante de entorpecentes que existe no estado, a quantidade de drogas que circula e que não é detectada pelas autoridades ultrapassa qualquer estimativa que se tenta fazer por meio de órgãos públicos (Coelho, 2016).

Nesse contexto, no site do governo do estado no dia 12/04/2021 é divulgada a notícia: “Apreensões de drogas no Ceará mais que dobram no primeiro trimestre de 2021”, quantidade que superou em 109% o mesmo período do ano passado<sup>143</sup>. Alertando para a importância das barreiras sanitárias para cumprimento de medidas de prevenção contra a COVID-19, a fonte destaca a importância do trabalho da polícia nas rodovias estaduais, trazendo como exemplo a apreensão de 150 quilos de maconha trazida do Rio Grande do Norte para o Ceará no porta-malas de um carro<sup>144</sup>.

Assim como a expansão do aeroporto e das rotas aéreas, a construção do Complexo Portuário do Pecém, no qual, através de centenas de navios cargueiros que chegam e saem com seus contêineres, permitiu a intensificação dos fluxos que muitas vezes misturam mercadorias legais e ilegais<sup>145</sup>. Via navios cargueiros, toneladas de drogas são escoadas para diversos continentes, assim como muitas que chegam permanecem para suprir a demanda do

<sup>143</sup> Sobre como tratar os dados estatísticos em estudos sobre tráfico de drogas, Adorno (2020) aponta: No entanto, como sabemos, tais informações refletem o ponto de vista policial e organizacional dessas agências, profundamente marcado pelas operações de repressão ao tráfico internacional e local. Não raro, esse ponto de vista valoriza o êxito das operações de vigilância e sobretudo o volume de drogas apreendidas, todavia avança menos quando o interesse do investigador se volta para o conhecimento do cotidiano dessas organizações criminais. Convém lembrar que o volume de apreensões de drogas representa possivelmente uma parte, talvez pequena, do volume de negócios realizados mundialmente. (Adorno, 2019, p. 46).

<sup>144</sup> Disponível em: <https://bit.ly/3tlCD7y>. Acesso em: 5 set. 2021.

<sup>145</sup> Em reportagem do dia 29/11/2019, o Diário do Nordeste anuncia que: “Carga de 607 kg de cocaína ia sair do Porto do Pecém para Roterdã”. A carga de 607 quilos de cocaína, escondida em meio a 20 mil mangas, ia sair do Porto do Pecém, em São Gonçalo do Amarante, RMF, para o Porto de Roterdã, na Holanda, para depois ser distribuída na Europa. Disponível em: <https://bit.ly/2Vo7iV8>. Acesso em: 5 set. 2021.

abastecimento interno<sup>146</sup>.

As Forças de Segurança do Ceará finalizaram o ano de 2024 com mais de 10,67 toneladas de drogas apreendidas. O resultado significa um aumento de 142,9% no comparativo com a quantidade de entorpecentes apreendidos no ano de 2023, quando foram retirados de circulação mais de 4,39 toneladas de drogas. Os dados foram compilados pela Superintendência de Pesquisa e Estratégia de Segurança Pública (Supesp), órgão vinculado à SSPDS. Os dados correspondem a ocorrências com apreensões de cocaína, crack e derivados da cannabis – que inclui maconha e haxixe<sup>147</sup>.

### ***1.9.3 CPI do Narcotráfico no Ceará***

Fruto da preocupação com a expansão do mercado de drogas, inerentes ao contato entre criminosos de diferentes regiões, no Ceará, no ano de 2000, a Câmara dos Deputados instaura a CPI do Narcotráfico com o objetivo de investigar o avanço e a impunidade de atividades ilícitas ligadas a organizações criminosas no Brasil. Com atuação em 16 estados brasileiros, envolvendo todas as regiões do país, a CPI apresentou, em seu relatório final, o retrato da atuação de organizações criminosas com envolvimento em vários crimes como assaltos, evasão de divisas, roubos de cargas, lavagem de dinheiro e movimentação de moedas falsas, mas que tinham como principal ligação e atividade comum o narcotráfico.

O braço da CPI no Ceará se deu por conta da apreensão de quatro pessoas, nos Aeroportos Internacionais de Guarulhos e Foz do Iguaçu, portando US\$ 2.400.000,00 (dois milhões e quatrocentos mil) dólares falsos e com empresas localizadas no estado<sup>148</sup>. A partir dessas prisões em flagrantes, que resultou no indiciamento dos quatro envolvidos<sup>149</sup>, as investigações da CPI no estado identificaram uma cadeia de crimes, inclusive com ramificações

---

<sup>146</sup> Desse modo, já percebemos uma diversidade de atividades ilegais praticadas por grupos de criminosos que agem no estado a partir de redes complexas de atores que compõem o cenário do crime na cidade, temática que será debatida mais adiante, quando tratarmos sobre as principais formas de atuações de grupos tidos como delinquentes.

<sup>147</sup> Ver em: <https://www.supesp.ce.gov.br/2025/01/15/ceara-encerra-o-ano-de-2024-com-mais-de-106-toneladas-de-entorpecentes-apreendidas-pelas-forcas-de-seguranca-estaduais/#:~:text=Os%20dados%20foram%20compilados%20pela,as%20drogas%20apreendidas%20em%202023>

<sup>148</sup> Ao final da CPI, que na época foi a mais longa da história da Câmara dos Deputados, foram mais de 100 presos, dentre eles o ex-deputado Hildebrando Pascoal, do Acre, e mais de 800 indiciados, dentre eles 14 deputados estaduais e dois federais. No Ceará, foram cinco pessoas indiciadas, além dos representantes legais de duas empresas de turismo e Câmbio (ACCTUR e Rudi Constantino Turismo e Câmbio).

<sup>149</sup> O jovem engenheiro Brian Keith Gomez (norte-americano); a Martha Lucia Herreira (venezuelana) com identidade espanhola falsa; o proprietário de uma empresa de produtos farmacêutico João Bosco Meneses de Castro (brasileiro) e seu funcionário Francisco Antônio da Silva (brasileiro).

internacionais, que incluía, além da lavagem de dinheiro, a evasão de divisas, assaltos e principalmente o tráfico de drogas.

Ao término das investigações da CPI no estado, com a assessoria da Polícia Federal, foi elaborado o que eles chamaram de “quadro de situação” que apresentou ligações de grupos atuantes no tráfico de drogas em Fortaleza com traficantes, já presos e processados, que demonstrou as subordinações no grupo e a situação atual das atividades ilícitas. No “Quadro de Situação”, apresentado pela Polícia Federal no Ceará, foram apontados dez grupos que se organizavam em diferentes frentes e locais na cidade para exercer as já citadas atividades ilícitas. Entre os dez citados, foi possível perceber uma clara divisão territorial e de especificidade de drogas traficadas por cada um, além de uma rede de ligação entre eles, seja familiar ou de antigas parcerias nas atividades criminais.

Dentre os grupos identificados, chamou a atenção a participação da família de italianos, incluindo tios, sobrinhos, irmãos que, além da lavagem de dinheiro<sup>150</sup>, também era envolvida com o tráfico de cocaína e prostituição infantil. Um dos cearenses, os ex-advogado Geovane Cesarino, um dos mais antigos traficantes de Fortaleza com conexões nos bairros do Jardim das Oliveiras e Papicu, participou de fraudes de vestibular da Universidade Federal do Ceará. Um dos seus aliados, Lustênio, atuante no tráfico de cocaína no bairro Luciano Cavalcante, também era envolvido em assalto a banco. Wagner, em suas conexões com Goiás e Maranhão, era aliado de outro traficante, “Tustão”, que tinha envolvimento com assaltos à banco e aluguel de carros para crimes. Antônio Carlos Ferreira foi preso junto com mãe e irmãos na comunidade Pôr do Sol, responsáveis pelo tráfico de maconha vindas de Pernambuco e escoada via leito do Rio Ceará para outras partes da cidade. Dos grupos locais, é notória a participação, além do tráfico de drogas, a ação em assaltos armados.

Nesta CPI, a citação do nome de dois dos traficantes do bairro pesquisado evidencia suas articulações com criminosos de outros bairros de Fortaleza, de fora do Ceará e até do Brasil. Esse dado revela como, nos anos 2000, o tráfico de drogas passou a se destacar pela capacidade de conexão com outras modalidades criminosas, operando em redes cada vez mais amplas. Tais conexões indicam o fortalecimento de certos traficantes locais, que encontraram no comércio de drogas uma fonte altamente lucrativa, articulada a rotas diversas e sustentada

---

<sup>150</sup> Lavagem de dinheiro é o processo de dissimular a origem ilícita de recursos, tornando-os aparentemente legítimos, geralmente através de operações financeiras complexas que dificultam o rastreamento da fonte. É uma prática criminosa que visa "limpar" dinheiro obtido ilegalmente, como de atividades como tráfico de drogas, corrupção, ou crime organizado. Fonte: Banco do Brasil. Ver em: <https://www.bb.com.br/pbb/pagina-inicial/bb-seguranca/prevencao-e-combate-a-lavagem-de-dinheiro-e-ao-financiamento-do-terrorismo-e-a-corrupcao/conheca-o-que-e-e-como-ocorre-a-lavagem-de-dinheiro-e-o-financiamento-do-terrorismo>.

por redes de contatos que ultrapassam as fronteiras do território da cidade.

Um dos traficantes mencionados na CPI, atuante desde a década de 1980, começou sua trajetória em uma pocilga localizada na região do bairro. Naquele período, distribuía pequenas quantidades de maconha – do tipo “solta” – para cerca de 7 amigos que vendiam na comunidade, além de outros vendedores de áreas vizinhas. A partir da década de 1990, moradores passaram a relatar sua ascensão: tornou-se um dos poucos no bairro a possuir uma caminhonete nova, símbolo de status até então restrito às elites.

Conciliando o trabalho como criador e matador de porcos, foi aos poucos expandindo suas atividades com o tráfico, valendo-se de sua ampla rede de contatos para se consolidar como um dos principais fornecedores de drogas de Fortaleza. Segundo moradores, semanalmente ele e seu funcionário, Pereira, faziam a rota de cobrança em mais de 25 pontos de distribuição espalhados por diferentes bairros da cidade.

Essa figura histórica do bairro, conhecida como Damião, é frequentemente lembrada como um dos “bandidos precursores” da região — admirado e respeitado por muitos. Para os moradores, ele representava o bairro dentro do “mundo do crime” da cidade. Um dos interlocutores destaca, ao se referir à sua trajetória:

*“O Damião era considerado e respeitado em toda a Fortaleza... Ele conhecia muita gente, naquela época era envolvido com gente que tinha o canal de droga boa. Quem via, pensava que era só mais um matuto criador de porco, mas na verdade era um tremendo dum traficante... Chegava nos bar e nos forró, saía distribuindo bebida pra todo mundo.... Os meninos mais novo queriam tudo tá perto dele....Fazia tudo que ele mandava.... Lembro que foi ele o primeiro a chegar com o fumo do ‘paraguai’...passou umas duas semanas só apresentando nas rodas pra depois jogar nas bocadas tudinho... Virou febre, todo mundo só queria do prensado do Damião.”*

Até o início dos anos 2000, Damião havia consolidado uma ampla rede de abastecimento em Fortaleza. Investiu na compra de imóveis e abriu pequenos comércios, seus aliados andavam com armas de última tecnologia, mas acabou sendo assassinado, encerrando de forma violenta sua trajetória.

Outro nome citado na CPI é o de Nonato, também figura conhecida no bairro, porém com um perfil distinto. Ao contrário de Damião, envolvido nas articulações de abastecimento internacional, Nonato atuava na linha de frente da distribuição local, liderando um pequeno grupo armado e gerenciando diretamente seus pontos de venda. Era conhecido pela qualidade de cocaína vendida em sua “bocada” — a mais famosa da região. Seus principais contatos vinham de primos que moravam em São Paulo e no Mato Grosso. Um dos interlocutores destaca:

*“Ei pivete, sem mancada, o Nonato era para ter feito mais dinheiro do que o Damião. Lembro da época da copa de 1994, quando ele tava no auge, porque foi um dos primeiros a botar cocaína pra rodar aqui nas áreas... Ele viciou muita gente, quando apresentava aquele pó do doido que ninguém conhecia... Nonato tinha uns sobrinhos e primos do mesmo interior dele que foi pra São Paulo e viraram traficante grande... sabiam de canal de drogas na fonte, porque já tinham sido preso no Carandiru e se juntou com a galera do PCC. De vez enquanto, ele recebia alguém da família em casa, daí se chegasse alguém era fartura, porque eles vinha cheio de cocaína. Nonato era daqueles que já deixava o dele separado pra cheirar e depois distribuía pra altas “bocadas”... Ele fez muito dinheiro, tinha o ouro branco, onde chegava reinava, mas não soube usar a droga e a droga que acabou usando ele. Morreu sem nada, no começo tinha umas 4 famílias, não sei quantos filhos. Andava de carro, mas botou tudo no canudo. Ele era venta nervosa, cheirava muito.”*

No entanto, Nonato entrou em decadência em função do vício em cocaína, jogos de baralho e prostitutas. Em 2014, no contexto das disputas territoriais entre facções, foi assassinado próximo à sua casa, onde ainda realizava pequenas vendas.

#### ***1.9.4 Mudanças Qualitativas: Tráfico e consumo nas periferias***

As últimas décadas assistiram a uma transformação profunda nas dinâmicas criminais e no abastecimento de drogas em Fortaleza. As conexões entre pequenos grupos de traficantes locais das periferias com seus contatos regionais, especialmente nos últimos anos, passaram a fazer parte de um sistema mais amplo e articulado, com conexões nacionais e transnacionais. A intensificação das parcerias entre lideranças de grupos locais e redes internacionais ligadas ao tráfico de armas e entorpecentes provocou mudanças qualitativas no tráfico varejista, reorganizando a lógica da distribuição, os padrões de consumo e a forma como os jovens periféricos se inserem nesse mercado.

Em seu estudo pioneiro sobre as transformações nas rotas de abastecimento de drogas no Ceará, Matos e Santiago (2020) observam que, até o início dos anos 1980, a maconha que circulava em Fortaleza era majoritariamente oriunda do chamado Polígono da Maconha, em Pernambuco, sendo vendida em sua forma “solta” e de menor potência. A partir dos anos 2000, entretanto, a cidade foi inundada por cannabis prensada de origem paraguaia, sinalizando o fortalecimento de conexões interestaduais — especialmente com São Paulo — e a inserção dos grupos locais em redes operadas por membros do Primeiro Comando da Capital (PCC) (Matos; Santiago, 2021).

Ao longo do trabalho de campo, relatos indicavam a forma como essas transformações chegaram às bocadas, atravessando corpos, falas e gestos. Um dos interlocutores, vendedor de maconha na década de 1990, relatava que:

*“Quando os cara fizeram contato com o pessoal lá do sul, tudo mudou, porque chegou o ‘paraguai’. Ganhei muito dinheiro, porque o pessoal gostava era da droga forte... o solto, a galera apertava um baseado, mas depois que fumava, tomava um copo d’água e a lombra passava. Com o prensado não, com aquele ‘baseado finim’, os cliente vinha tudo atrás de novo, porque a lombra era boa e durava... Vinha gente a pé, de cavalo, bicicleta, ônibus de todo canto de Fortaleza, atrás do famoso ‘prensadim’... O que eu achava limpeza era que pra vender não precisava entocar aquele monte de lata de flagrante do solto. Com o prensadim, andava com menos flagrante pra entocar. O cara acabava até se arriscando menos e ganhando mais.”*

A chamada “Rota Manauara”, que conecta Fortaleza a Manaus, passou a desempenhar um papel central nesse processo. Embora utilizada desde os anos 1990, foi apenas nas últimas duas décadas que sua consolidação como via de escoamento de drogas ganhou contornos mais evidentes. Essa rota tem aproximado traficantes cearenses de redes que operam nas fronteiras do Norte do país — Amazonas, Roraima e Acre — e, por consequência, de países produtores como Colômbia, Peru e Bolívia<sup>151</sup>.

Foi por meio dessa via que se fortaleceu, por exemplo, a aliança entre o Comando Vermelho Ceará (CV-CE) e a Família do Norte (FDN), ainda que posteriormente rompida. Mesmo com o fim dessa aliança, as redes logísticas permanecem ativas, revelando a maleabilidade das conexões e a capacidade de rearticulação das organizações criminosas frente às disputas territoriais e políticas.

Essas redes, por sua vez, impactam profundamente o cotidiano dos territórios. A entrada de novos produtos, a diversificação das substâncias e o aumento da oferta de drogas mais potentes reconfiguram tanto o mercado quanto os padrões de consumo. Em diversas entrevistas, ouvimos jovens vendedores e usuários descrevendo as mudanças nos efeitos, nos lucros e nos riscos associados às novas drogas.

Matos e Santiago (2020) problematizam as transformações inerentes a uma nova

---

<sup>151</sup> Sobre a diversidade de conexões entre rotas de transportes de drogas, em reportagem de 16/04/2015 o jornal destaca: “Avião com drogas que passou por MT é apreendido no Ceará”. O avião que transportava 350 quilos de cocaína foi apreendido na zona rural de Canindé, a 120 km de Fortaleza. De acordo com a Polícia Militar, a aeronave rastreou localizações que apontam para rotas internacionais entre outros países, como Bolívia, Argentina e Colômbia, que já vinham sendo executadas há algum tempo, mas que foram intensificadas no início do ano. A aeronave partiu do Mato Grosso, passando por cidades como Vila Rica, ainda em Mato Grosso, e Diamantina, em Minas Gerais. A rota Manaus-Fortaleza é a que mais preocupa a Polícia Federal. Em 2014, foram apreendidos só nessa rota 24 kg de cocaína e 37 kg de skank, que é um tipo de maconha. O skank é originário da Venezuela e ingressa no Brasil pela Amazônia, e de Manaus é enviado ao Ceará. Já a cocaína geralmente é produzida em Colômbia, Peru e Bolívia. Ela segue pelas várias rotas fluviais até chegar ao Ceará. Disponível em: <https://bit.ly/2X00FsP>. Acesso em: 5 set. 2021.

*cartografia das drogas* que incidiram em mudanças na qualidade da cannabis ofertada nas periferias de Fortaleza. Para os autores:

Conectando-se as rotas internacionais do tráfico de drogas ilegais (Thoumi, 2014; Bourgois, 2010) essas mudanças atenderam, por um lado, as expectativas dos ganhos econômicos dos atacadistas da droga e as demandas de ganhos imediatos dos varejistas locais, estimulando a tessitura de uma *nova cartografia das drogas* nas periferias de Fortaleza no início dos anos 2000 (Matos; Santiago, 2020).

Mesmo com a atuação dos órgãos de fiscalização e repressão às drogas, a partir da década de 2010, observa-se a popularização de substâncias mais potentes, especialmente o *skank*, uma variedade de cannabis com alta concentração de THC (tetra-hidrocanabinol), o principal composto psicoativo da planta. Um jovem entrevistado resumiu a atratividade do produto: “O ‘kank’ é a nova sensação do momento, pivete... A grama é mais cara que o prensado, mas em compensação é melhor, porque a lombra bate mais forte e dura mais”.

Embora o uso do *skank* já tenha sido identificado desde meados de 2005, foi a partir de 2015 que sua disseminação se tornou uma verdadeira “febre” nas periferias da cidade. A substância passou a ser associada não apenas ao prazer, mas também ao prestígio, sendo considerada mais sofisticada. Muitos jovens de baixo poder aquisitivo a utilizam apenas em ocasiões especiais. Para os envolvidos na venda, o *skank* era descrito como uma “droga boa de se trabalhar”, já que proporcionava maiores lucros e reduzia o risco de flagrantes volumosos nos pontos de venda.

Entre os relatos colhidos em campo, a trajetória de Gaspar chama atenção. Jovem de 28 anos, crescido no bairro estudado, Gaspar conseguiu ascender rapidamente na rede de distribuição do *skank*, atuando, ainda que por um período breve, na mediação de grandes quantidades da droga, que também era conhecida como “*manauara*”.

Sua mãe, temendo seu envolvimento com “os meninos da esquina”, costumava enviá-lo nas férias para a casa do pai, em Manaus. Em uma dessas viagens, no início da década de 2010, Gaspar teve contato com o *skank* e decidiu levar algumas gramas para Fortaleza. Assim, levou o produto para traficantes locais e apresentou possibilidades de lucros expansão dos negócios. A partir daí, sua trajetória mudou radicalmente.

Seus primos, membros de destaque da FDN em Manaus, ficaram responsáveis pelo fornecimento da droga, enquanto Gaspar viajava pelo menos 4 vezes por ano de avião para buscar as encomendas. De menino “mimado” passível de bullying, tornou-se, mesmo muito jovem, o representante da FDN na região estudada. Após algum tempo, deixou de viajar, porque montou uma equipe de rapazes de aparência branca e “estilo playboy” para transportar a droga de Manaus para Fortaleza. No entanto, seu sucesso atraiu conflitos.

Em 2017, durante o acirramento dos conflitos entre o Comando Vermelho e a FDN no Ceará, Gaspar foi assassinado após se recusar a delegar a outros a tarefa de buscar o *skank* no Norte. Sua morte ilustra não apenas a brutalidade das disputas territoriais, mas também os riscos associados às trajetórias de ascensão no interior dessas redes criminais.

Transformações também foram observadas no comércio de cocaína. Muitos relatos indicam mortes associadas à desobediência de normas impostas pelas facções, especialmente no que diz respeito à pureza da droga. Tema que será abordado com mais detalhes em capítulo posterior.

Embora a cannabis, a cocaína e o crack ainda constituam o núcleo do consumo nas periferias, relatos de campo indicam a circulação de outras substâncias, oriundas de redes interestaduais e internacionais. Esse processo aponta para a ampliação do mercado e uma crescente sofisticação nas práticas de venda e uso, exigindo atenção às nuances das rotas, dos produtos e dos sujeitos envolvidos nesses circuitos<sup>152</sup>.

### ***1.9.5 Prisões, Intercâmbio e Aprendizado Criminal***

Além dos investimentos em infraestrutura mencionados acima, a construção de novos presídios no Ceará e a intensificação da circulação de presos entre estados acabaram por favorecer, ainda que de maneira não intencional, a articulação entre diferentes grupos criminosos<sup>153</sup>. A presença de detentos cearenses em unidades fora do estado, bem como o acolhimento de presos de outras regiões em penitenciárias locais, estabeleceu um espaço de troca e aprendizado, fundamentais para o firmamento de acordos entre traficantes<sup>154</sup>.

As cadeias passaram a funcionar como pontos de encontro e intercâmbio. Nessas passagens, entre transferências, visitas e rotinas de cela, emergem vínculos e alianças que se revelam fundamentais para a consolidação de acordos e para a difusão de estratégias

---

<sup>152</sup> Em reportagem de 2016, como relatado no jornal, “Analistas-Tributários participam da apreensão de drogas no Aeroporto de Fortaleza/CE”. Na alfândega do Aeroporto Internacional Pinto Martins, os agentes apreenderam, juntamente com a polícia Federal, 112 tabletes de haxixe. A brasileira que vinha trazendo a droga de Lisboa embarcou inicialmente em Barcelona. Disponível em: <https://bit.ly/3yV4EUE>. Acesso em: 5 set. 2021.

<sup>153</sup> Segundo o Censo Penitenciário do Ceará, realizado em 2022, pelo Governo de Estado em parceria com a Universidade Federal do Ceará, a população carcerária do estado é de 20.408 presos distribuídos em 30 unidades prisionais, sendo em sua grande maioria, 22 delas, construídas durante os últimos 16 anos, período em que constatamos um crescimento acentuado, quase que triplicando o número de unidade prisionais. Disponível em: <https://www.sap.ce.gov.br/coeap/unidades-prisionais-2/>

<sup>154</sup> Segundo reportagem do jornal G1, do dia 16/01/2025, em janeiro deste ano (2025), cinco unidades prisionais do Ceará foram parcialmente interditadas pela justiça por superarem o limite da capacidade em 137,5%, estando, portanto, com uma superlotação mais que dobrada. Ver em: <https://g1.globo.com/ce/ceara/noticia/2025/01/16/justica-proibe-cinco-presidios-do-ceara-de-receber-novos-presos-devido-a-superlotacao.ghtml>.

operacionais do tráfico de drogas<sup>155</sup>.

Muitos dos jovens que saíram dessas instituições voltaram com inúmeras histórias de aprendizados sobre dinâmicas criminais. Após cumprir pena no presídio federal de Mossoró e retornar ao bairro, um dos interlocutores destacou:

*“Mermão, lá é um pesadelo, mas é uma faculdade, viu... o ‘caba’ acaba conhecendo muito bicho doido experiente: daí com os camaradas de cela, a gente aprende como abrir cofre, aplicar golpe, quais os traficantes mandam naquelas áreas, onde tem droga de melhor qualidade... se o caba tiver conhecimento com gente influente lá de dentro pode fazer o canal de droga boa e se dar de bem”.*

Esse tipo de articulação – que poderíamos chamar de um “intercâmbio cultural criminal – atravessa fronteiras regionais, fazendo com que muitos jovens voltem aos seus bairros com um repertório ampliado de táticas e modos de atuação no cenário do crime. Jovens do interior aprendem a clonar cartão com primos que vieram de São Paulo; donos de empresas ensinam traficantes a lavarem dinheiro usando lojas e fachadas legais; e fornecedores de fora apresentam novas substâncias aos traficantes do bairro.

Trata-se de uma pedagogia do crime, informal e cotidiana, que opera tanto nos becos da periferia quanto nas celas das unidades prisionais. No entanto, não se trata apenas de aprender técnicas, mas de estabelecer confiança, construir alianças e firmar acordos. São nesses espaços — entre celas, pátios, corredores e conversas em voz baixa durante a hora do banho de sol — que se discutem não só rotas e preços de drogas, mas também regras de convivência, códigos de conduta e soluções (ou agravamentos) para disputas entre grupos nos bairros de Fortaleza.

Jovens e adultos aprendem a minimizar riscos, evitar flagrantes, otimizar ganhos e estabelecer relações mais estáveis com fornecedores e consumidores. Assim, compreendê-la é essencial para entender a atual *gestão* do tráfico na cidade. Portanto, pensar a dinâmica contemporânea do tráfico em Fortaleza exige muito mais do que observar cenas de violência explícita nas ruas. É preciso seguir as pistas deixadas nas estradas asfaltadas, nos aeroportos, nas rotas dos ônibus interestaduais, nas parcerias *silenciosas*, nas transferências prisionais — e, sobretudo, nos *corpos* juvenis que estão inseridos no interior desses espaços, com suas hierarquias, normas e promessas de ascensão (Foucault, 1975).

Nesse sentido, escolho por concentrar o olhar não apenas na categoria “facção”,

---

<sup>155</sup> Diversos estudos têm demonstrado que o ambiente carcerário não se encerra nos limites físicos dos presídios. As sociabilidades entre os presos mantêm conexões ativas com o mundo exterior, revelando que, para compreender as dinâmicas do crime, é fundamental considerar os fluxos e vínculos que articulam o “dentro” e o “fora” das prisões. (Godói, 2017; Candotti, 2022; Nascimento; Siqueira, 2022)

muitas vezes carregada de um caráter estigmatizante e acusatório, mas sobretudo nas práticas concretas dos traficantes varejistas da periferia de Fortaleza. Ao invés de partir de definições incriminatórias, busco entender os sentidos que os próprios interlocutores atribuem a termos como “Comando Vermelho” e “Tudo Neutro” e como esses significados dialogam com os debates acadêmicos em torno do fenômeno das facções.

Portanto, a seguir, refletiremos sobre a emergência dos chamados “coletivos criminais” nas periferias de Fortaleza e como se constitui essa rede ampla e flexível de conexões, marcada por uma diversidade de sujeitos, funções e formas de pertencimento.

## EMERGÊNCIAS E INDÍCIOS SOBRE A FACÇÃO NOS BAIRROS

### 1.10 Histórico de Conflitos em Contextos Faccionais (2016-2019)

A emergência das facções criminosas em Fortaleza, especialmente a consolidação do Comando Vermelho (CV) entre 2016 e 2019, provocou transformações significativas nos arranjos criminais da cidade e nas formas de engajamento juvenil no tráfico de drogas. Neste capítulo, traçamos um breve panorama desse período, destacando eventos emblemáticos que reconfiguraram disputas territoriais, modos de gestão e estratégias de controle. Analisamos os primeiros indícios da difusão de códigos internos, normas de convivência e práticas disciplinares que passaram a estruturar o cotidiano dos bairros, especialmente entre os jovens que assumiram funções importantes na mediação de conflitos e aplicação de punições. Nesse contexto de novas configurações e adesão massiva de jovens aos coletivos criminais, observamos como a *natureza dos conflitos* armados está intimamente relacionada às formas de *sociação*, que fortalece os laços de solidariedade entre pares e dão sentido à existência cotidiana no universo do tráfico de drogas nas periferias (Simmel, 1983).

#### 1.10.1 Tempos de Acordo de Paz

Em 2016, presenciamos o fenômeno emblemático conhecido como “acordo de paz”<sup>156</sup>, que tornou expressiva a adesão dos jovens ao ordenamento das facções. Em ações articuladas entre crianças e adolescentes em instituições do sistema socioeducativo, detentos do sistema carcerário e pessoas que se dizem do crime nas ruas, o pacto de paz se espalhou pelos diversos bairros e municípios do Ceará. Os eventos que se propagaram consistiam na celebração de um pacto, no qual grupos rivais se comprometeram a cessar as hostilidades e interromper os ciclos de vinganças<sup>157</sup>, esquecendo, assim, as “tretas”<sup>158</sup> passadas.

Promoveram festas e passeatas, como a mais conhecida “passeata do crime”,

---

<sup>156</sup> Barros *et al.* analisam o “acordo de paz” entre facções, ocorrido entre o final de 2015 e meados de 2016, enfatizando as implicações das transformações da dinâmica da violência urbana no cotidiano dos juvenis em contextos estigmatizados.

<sup>157</sup> Sobre a relação entre paz e fatores econômicos, o relatório de pesquisa realizada em 2016 pelo Comitê Cearense pela Prevenção dos Homicídios na Adolescência, publicou que: Acordo de Paz e Dinheiro “Os acordos de paz são motivados por interesses comerciais. O tráfico funciona como um negócio igual a outros, cuja finalidade principal é o lucro, embora os métodos para aquisição das vantagens financeiras sejam bastante controversos e diferentes das atividades comerciais convencionais. “O mercado de drogas e de armas estava pulverizado. Chegou uma liderança com maior poder de fogo e de grana e está organizando esse negócio. É só uma regulação do mercado”, acredita um dos participantes do grupo focal realizado pelo Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência”.

<sup>158</sup> “Treta” significa conflito, desentendimento, tensão.

aconteceu no município de Sobral no horário do almoço do dia 28 de junho de 2016, momento em que houve a maior prisão em massa do Ceará, que culminou na detenção de 48 adultos e 40 adolescentes na intitulada “caminhada da paz”<sup>159</sup>. Neste contexto, notamos a presença significativa de jovens empolgados com as vantagens oferecidas por essa estratégia de “união entre bandidos”.

Participando dessas caminhadas, foi possível avistar jovens segurando cartazes, soltando fogos, gravando vídeos em um clima de harmonia motivado pelo desejo de interromper os derramamentos de sangue e lágrimas que acarretava em sofrimento e angústia aos jovens e seus familiares. Em uma das visitas a uma festa de carnaval em 2016, lembro a emoção ao ver jovens que, antes eram inimigos mortais, se abraçando, sorrindo e exaltando “Paz, Justiça e Liberdade”, cultivadas pelas duas facções.

As exigências de paz, geralmente mediadas pelo uso da violência, mostrou o poder que tais grupos têm de mobilizar ações através de legitimidades impostas por meio da possibilidade de punição contra aqueles que desafiassem as decisões em conjunto em torno dos conflitos. Agora, os jovens teriam que se dirigir até seus patrões ou padrinhos para pedir autorização de justiça para atuarem em situações em que se sentissem afetados. Além da tentativa de evitar confrontos grupais, outras dinâmicas também passaram a ser intensivamente reguladas, como a proibição de assaltos, roubos ou consumo de drogas em determinados espaços dos bairros<sup>160</sup>.

Neste contexto, é importante destacar que, embora o período seja marcado pelo controle sobre o uso desmedido da violência por parte dos grupos, muitos conflitos dentro dos bairros tiveram desfechos violentos como forma de punição, para que fossem mostradas exemplarmente as consequências a quem agisse de maneira egoísta, desafiando o poder da facção<sup>161</sup>, tornando-se cada vez mais aguçada, conforme ilustraremos no próximo tópico.

---

<sup>159</sup> Em reportagem do dia 27/08/2016, o jornal El País destaca a matéria: “Pacificação das periferias da cidade pelo crime organizado foi comemorada em marcha pelo município”. Disponível em: [https://brasil.elpais.com/brasil/2016/08/19/politica/1471636285\\_536064.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2016/08/19/politica/1471636285_536064.html).

<sup>160</sup> Segundo o relatório da Unicef citado acima.

<sup>161</sup> Segundo o Atlas da Violência 2019: O Ceará foi o estado com maior crescimento na taxa de homicídio em 2017, ano em que se atingiu recorde histórico nesse índice. Não apenas aumentou de forma acentuada a taxa de homicídio contra jovens e adolescente, mas também contra mulheres, num quadro em que Barreiras sintetizou como uma “simbiose entre arma de fogo, droga ilícita e resolução violenta dos conflitos interpessoais, [onde] tem ganho cada vez mais evidência e relevância a presença forte das facções criminosas no estado, não só no interior dos presídios, mas também nos bairros populares, principalmente de Fortaleza”. De fato, esse ciclo de violência ao invés de ser interrompido por políticas públicas efetivas calcadas no trabalho de inteligência policial, mediação de conflitos e na prevenção social ao crime foi alimentado por apostas retóricas no inútil e perigoso mecanismo da violência para conter a violência. 18 *In*: FBSP (2018, p. 34); 19 *In*: FBSP (2018, p. 9).

### ***1.10.2 Retorno dos conflitos: clima suspeita***

Após o curto período de oito meses de tréguas, o pacto foi quebrado e a união se consolidou somente entre os pares da mesma facção, fazendo com que houvesse o retorno dos conflitos armados entre grupos rivais, tornando mais aguçada a divisão entre áreas do CV e GDE.

Os jovens demarcaram ainda mais os seus pertencimentos às facções, pichando muros, popularizando a utilização da cor vermelha nas áreas do CV e cor prata nas áreas da GDE<sup>162</sup>, além dos cortes de cabelo ou de sobrancelhas com 3 listras, associadas à GDE, e 2 listras, para os faccionados do CV, como mostra a imagem a seguir:

**Figura 02**



---

<sup>162</sup> Embora em contexto diferente, tais disputas entorno da materialidade dos símbolos na mediação da política local, me fez lembrar Julian Kutting (2020), quando problematiza em Bangladesh como os pôsteres “é uma parte essencial da hiper-visibilidade cotidiana da política, uma característica definidora da cultura política em Bangladesh. A agregação de cartazes individuais é essencialmente o que torna um espetáculo um espetáculo, uma performance política coletiva que sinaliza poder e controle territorial. É o grande número de cartazes que intimida, uma performance material e visual de poder”. (Kutting, 57, 2020)

**Figura 03**

A partir de 2017, com a retomada do ciclo de vinganças, as divisões entre CV e GDE se tornaram mais nítidas. Muitos garotos e garotas pintaram seus cabelos de vermelho como símbolo de adesão à facção “2” e os cabelos de louro que passaram a ser identificados como representantes da facção “3”. Os dois coletivos, divididos em “tropas” e “bondes” aliados, estabeleceram normas de tolerância zero em termos de contato com os seus rivais.

As festas eram frequentadas de maneira privada e, nelas, ao som de músicas de combate, jovens gesticulam, fazendo sinais de ameaça de morte com os dedos apontados para o símbolo da facção rival. Agora, tomando-se o cuidado em evitar a presença de infiltrados de facções rivais, quem é CV frequenta somente festa organizada em bairros dominados pelo CV e quem é GDE age da mesma maneira, convivendo somente entre seus pares. Se, por um lado, esses eventos fortaleciam o sentimento de união e proteção entre os pares, por outro, estimulava estratégias de afronta aos “pilantras<sup>163</sup> do outro lado”.

Novamente, os jovens voltaram a protagonizar invasões e ocupações de áreas inimigas através de ataques armados e expulsões de moradores. Frutos de uma sintonia entre as tropas locais e as lideranças dos coletivos pela cidade, estratégias de identificação de delatores

---

<sup>163</sup> Termo pejorativo utilizado nas periferias fortalezenses para se referir a inimigos, àqueles sujeitos tidos como indesejáveis que devem ser repudiados. “Fazer pilantragem” significa quebrar regras, cometer deslizes, como roubo dentro do próprio bairro ou fornecer informações internas a grupos rivais ou à polícia.

e possíveis inimigos eram colocados em prática, para que houvesse controle sobre quem entra e quem sai dos bairros. Além dos interrogatórios realizados por jovens olheiros aos suspeitos, tornou-se comum o confisco de celulares para verificações e identificação de possíveis conversas e/ou imagens que comprovassem associação à facção rival.

Nos primeiros momentos de articulação dos coletivos aos pequenos grupos locais, que ficaram conhecidos como Tropa (aliados do CV) ou Bonde (aliados da GDE), percebemos que afloraram as exigências por fidelidade aos chefes do crime. Em suas linguagens, orgulhosos pelo apoio da liderança local, jovens falavam instigados que pertenciam à Tropa do Palito<sup>164</sup>. Narrando o apoio que teve em uma temporada no presídio, Ronaldo descreve o respaldo obtido por dizer que fazia parte da Tropa do Ratim, um dos traficantes mais temidos de Fortaleza.

Além da participação no lucro das vendas de drogas, jovens que faziam parte das tropas e bondes possuíam a responsabilidade de manter as áreas limpas, longe da ameaça de inimigos. Neste sentido, destacamos dois pontos que merecem atenção. O primeiro deles é que, para conseguir apoio, os grupos locais deviam deixar suas lideranças informadas em detalhes sobre a dinâmica do bairro e das ações de seus membros. Outro ponto que chamou atenção diz respeito ao compromisso de participar da expulsão e das guerras, casos seja solicitado.

Embora a média de idade das lideranças das tropas seja acima dos 30, a maior parte dos que estão na linha de frente dos ataques e do tráfico são jovens adolescentes com idade entre 15 e 29 anos. Em compromisso de vida e morte, ser membro de uma tropa, ao mesmo tempo em que possibilita formas de sobrevivência e proteção ao envolvido, pode também ser um caminho para desfechos arriscados e trágicos para a juventude de Fortaleza. Por esta lógica, podemos compreender como o envolvimento pode ser um potencializador de riscos, ainda que proporcione mobilidades econômicas e de status.

### ***1.10.3 Truculência e Práticas Exemplares***

Programas policiaiscos, nas vozes de seus apresentadores e entrevistados, apresentavam os dilemas que o clima de insegurança dos ataques proporcionava aos moradores. Nas redes sociais, os salves, muitas vezes em tom de ameaça, circulavam identificando os principais inimigos decretados de morte.

---

<sup>164</sup> Palito, preso várias vezes por assalto, era um dos traficantes locais bastante admirado pelos garotos do bairro. Possuía influência sobre uma tropa composta por mais ou menos doze jovens que dominam o tráfico na região de seis quarteirões de um bairro. Com isso, ser membro da tropa significa está aliado ao CV, mantendo um compromisso de lealdade com “irmãos” de outras tropas.

A vigilância nesses espaços, geralmente mediadas por regras de controle violento, foram permeadas por punições rígidas como mutilações, expulsões e assassinatos. Tornou-se comum a circulação de vídeos de jovens sendo humilhados e agredidos. A exposição tinha como intuito mostrar exemplarmente o poder das facções e as consequências de se aliar com o lado inimigo.

Além disso, jovens que não tinham envolvimento direto com os conflitos e coletivos foram impedidos de frequentar regiões dominadas pela facção rival ao bairro onde moravam. Diante do clima de desconfiança, foi proibido o contato com moradores de áreas rivais, pois a possibilidade de trocas de informações representava ameaça aos ideais da facção. Os envolvimento, especialmente amorosos, com pessoas de bairros rivais eram considerados uma traição passível de sérias medidas de punição, que vão desde agressões físicas e psicológicas a expulsões e assassinatos.

Manú, de 17 anos, veio de outro bairro há quatro anos para morar com sua avó. A menina gostava de virar noites, cheirar cocaína, fumar cigarros e beber vinho. Quase todas as noites, estava na praça, topando as curtições e fazendo a mediação da venda de drogas no local. Em uma das noites, o celular de um senhor que estava acompanhado da garota desapareceu. O senhor, ao perceber, relatou para os garotos do crime, responsáveis pelo tráfico local, que logo souberam que a adolescente havia empenhado o celular em um ponto de venda de drogas no bairro vizinho. Manú foi intimada a se apresentar diante das lideranças que apuraram o caso do furto do celular. Logo, se disse arrependida por ter furtado e vendido o celular, e ganhou um prazo para restituir com dinheiro o valor do aparelho.

Semanas depois, Manú saiu com a bicicleta de seu tio, que a usava para vender pipoca, e não voltou mais. Novamente o assunto se tornou pauta da facção e Manú foi colocada na linha, mesmo sem sua participação no debate, devido ao seu sumiço. Dialogando com outras lideranças que estudaram o caso, ficaram sabendo que Manú havia sido acolhida pelo grupo rival. No início, a ideia era a de raspar o cabelo da garota e agredi-la como forma de punição, mas, ao saberem que ela estava “colando com os inimigos”<sup>165</sup>, decidiram decretar a sua morte<sup>166</sup>.

Até o momento, as informações são de que Manú está morando com uma das

---

<sup>165</sup> Ação de estar em situação de cumplicidade, trocando informações e atuando em parceria com inimigos.

<sup>166</sup> Barros; Souza e Nuna (2020) em seu artigo: “*Interseccionalidade, femi-geno-cídio e necropolítica: morte de mulheres nas dinâmicas da violência no Ceará*”, destaca como o engendramento da morte que atinge corpos racializados, feminizados e periferizados, está ligado a uma necropolítica de gênero que faz com que a morte de tais jovens sejam criminalizadas e vistas como algo natural de quem é “envolvida”, acobertando muitos casos de feminicídios.

lideranças do outro bairro. Em um vídeo, a garota rasga a camisa do CV, dizendo que agora está fazendo parte da GDE. Preocupados com as possíveis trocas de informações sobre a dinâmica do bairro, percurso de seus moradores e localização das lideranças, os membros do CV do bairro de Manú se articularam com lideranças de outros bairros, que concordaram que a garota seria decretada, listada como um alvo a ser eliminado. Com informativos que circularam com fotos da adolescente, seguiram ordenamentos, definindo que onde a vissem, teriam a liberdade de executá-la, pois esta violou uma das regras mais valorizadas: a de não se aliar com inimigos<sup>167</sup>. Algum tempo depois, correu a notícia de que teria se mudado para o interior. Desde então, o silêncio tomou conta — ninguém mais soube dela. Como alguns comentavam: “*a piveta é escorregadia*”.

#### ***1.10.4 Guerra e Mobilidade: expulsões em massa e restrição a serviços***

Durante o ano de 2019, a atuação dos coletivos em suas estratégias de ataques a grupos rivais alterou o percurso de centenas de moradores, que tiveram que deixar de frequentar determinados espaços dos bairros. Em termos de moradias, ocorreu a expulsão de mais de 130 famílias, que foram obrigados a saírem de suas casas por ordem das facções, que agiam através de intimidações e avisos dirigidos principalmente àqueles que poderiam ter ligação com as facções rivais. Impossibilitados de frequentar postos de saúde, escolas<sup>168</sup> e espaços de lazer, por conta das rivalidades entre grupos armados, os jovens tiveram o seu direito de ir vir fragilizado.

Afastado da escola há mais de cinco meses, Douglas, 13 anos, relata como se tornou perigoso para ele e seu vizinho frequentar as aulas. Por morar na parte do bairro que é lugar de atuação de uma das gangues rivais aos jovens da área da escola, o garoto relata que recebeu ameaças, mas que, a princípio, ignorou, porque, segundo ele, não estava envolvido nas disputas e não lhe caberia a preocupação com os conflitos.

No início do ano, após as ameaças por parte de colegas que o acusaram de fazer parte da gangue rival, por terem visto Douglas acompanhado de “Rafa”, um dos alvos dos

---

<sup>167</sup> Em reportagem do Jornal o Povo do dia 01/05/2020, destaca a matéria: do jornal O povo do dia Assassinatos de meninas em Fortaleza aumentaram 90,32% em 2018 quando comparados os anos de 2017 e 2018 em todo o Estado, observando a morte de pessoas do sexo feminino, na faixa de 10 a 19 anos houve um aumento de 42,50%. Ver em: <https://www.opovo.com.br/noticias/fortaleza/2020/01/05/assassinatos-de-meninas-em-fortaleza-aumentaram-90-32--em-2018.html>.

<sup>168</sup> Em reportagem publicada no dia 26/03/2018 pelo El País, intitulada: “Fortaleza sitiada: Guerra entre facções nas periferias da capital cearense expulsa moradores de casa, provoca a mudança de crianças da escola e faz o número de homicídios explodir”, Talita Bedinelli detalha alguns casos em que a mobilidade dos moradores da cidade tiveram seus percursos alterados com as divisões estabelecidas pelas facções. Disponível em: [https://brasil.elpais.com/brasil/2018/03/20/politica/1521569179\\_197468.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2018/03/20/politica/1521569179_197468.html).

ataques, no trajeto de sua escola, foi agredido com pedradas vindas de outros garotos. Por sua vez, dirigindo-se à escola, o pai do garoto, pastor Carlos, enfatizou para a diretora que o filho estava sendo ameaçado. Lamentando, a gestora o orientou, como medida de segurança, a levar e trazer o filho e o vizinho todos os dias, de carro, à escola. Semanas depois, após um ataque na sua rua contra o garoto Rafa, seu colega de futebol, o clima das disputas ficou acirrado e não somente Douglas deixou de frequentar a escola, mas todos os seus vizinhos matriculados também interromperam o ano letivo.

Outro problema significativo, refere-se a restrições de acesso a serviços de saúde. Os riscos de circular em territórios de domínio de facção rival tem levado muitos moradores a deixarem de atenderem suas demandas de cuidados médicos.

O caso de Ivoneide, 21 anos, reflete os efeitos dos impedimentos enfrentados pelos moradores na busca pelo acesso aos serviços públicos. Narrando a importância do atendimento feito pela Unidade Básica de Saúde, que oferecia o acompanhamento do pré-natal da jovem grávida, Ivoneide explica o porquê de interromper o acompanhamento aos 5 meses. Segundo ela, a Unidade estava localizada em uma área onde o chefe do crime impôs a ordem de impedimento do acesso de qualquer pessoa que morasse na região onde ela residia.

Ivoneide ainda insistiu em continuar o pré-natal, mas, certo dia, na entrada do equipamento, foi intimada por outras mulheres, que disseram que ela tinha coragem, por não ter medo de desafiar a ordem local. Uma delas argumentou: *“E aí, aquela tua prima ainda está com o pirangueiro do Marcos? E essa cor aí das tuas unhas, cor da pirangagem né? Se liga mulher, se eu fosse tu, não vinha mais aqui não.”* Essas mensagens, em tom de ameaças, induzindo uma ligação com o esposo da prima (membro do CV) e o questionamento sobre a cor vermelha das unhas, representava as fronteiras e os riscos de Ivoneide em transpor a área dominada pela GDE.

Dessa forma, observamos que a mobilidade urbana no contexto analisado é reconfigurada de tal modo que nos revela um acúmulo de violências que vão desde a negação de direitos por parte do Estado à presença violenta das facções que gerenciam os espaços periféricos.

### ***1.10.5 Articulações e Ataques Orquestrados***

Em 2019, durante os ataques a instituições públicas, notamos o protagonismo dos

jovens incendiando delegacias, ônibus, explodindo torres<sup>169</sup>. Baseados principalmente em reivindicações por melhores condições de tratamento dos presos e de seus familiares, os jovens, nas ruas, articulados com as lideranças dos coletivos, realizaram ataques.

Diante desse cenário, o pesquisador entrevistou Beto, de 22 anos, que participou dos ataques. Questionado sobre coação ou pagamento para que praticasse os atos, logo respondeu que foi por livre e espontânea vontade, pois sabia do sufoco que seus familiares passavam nas instituições de privações. Alegou, ainda, que obteve todo o apoio do chefe da tropa, que autorizou os ataques, e reconhece, com imensa gratidão que, quando mais precisou, encontrou lugar na facção e sabe que, se um dia precisar, o coletivo estará presente. Em seguida, disse que na primeira vez que foi preso não era filiado e, por conta disso, passou uma temporada vivendo em péssimas condições no presídio, à espera de um advogado. Já na segunda vez que foi detido, era batizado e, por isso, rapidamente, a facção contratou um advogado “caro” que o tirou com prontidão da detenção.

Em 2019, o Governo do Ceará implementou uma série de ações de combate às facções criminosas no estado. Um pacote de Leis criadas com objetivo de impedir a comunicação de criminosos presos, intensificou o trabalho dos agentes de segurança e incentivou os cidadãos a fornecer informações relevantes para a polícia por meio de Lei da Recompensa, que remunerava quem informava sobre crimes cometidos<sup>170</sup>.

### 1.11 Redes Criminais: “Quadrilha”, “Facções”

Iniciaremos o tópico com um debate conceitual sobre os termos “facção” e “quadrilha”, problematizando suas definições e usos sociais e jurídicos, reconhecendo a centralidade da construção das alianças que percorre as redes de contatos entre membros dos coletivos, em seus efeitos sobre o cotidiano do tráfico em Fortaleza. Com base em Foucault (1975), proponho discutir as *disputas de poder* em torno dos *discursos* que definem “quadrilha” e “facção”. Mais do que categorias fixas, esses conceitos operam como instrumentos de *poder* que classificam e regulam determinados sujeitos e práticas criminais (Foucault, 1975).

Para compreender a complexidade das redes criminais, adoto o conceito de “rede”,

<sup>169</sup> Em reportagem do jornal El País do dia 10/01/2019, destaca a matéria: “Uma semana de terror e medo em uma Fortaleza refém das facções”. O jornal informa que “Mesmo com a chegada de homens da Força Nacional, onda de atentados muda rotina no Ceará. Transporte escasso, falta de coleta de lixo e ataques a viadutos mantêm a população em pânico. Ver em: [https://brasil.elpais.com/brasil/2019/01/09/politica/1547065773\\_647255.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2019/01/09/politica/1547065773_647255.html)

<sup>170</sup> Matéria completa, ver em: <https://g1.globo.com/ce/ceara/noticia/2019/01/13/governador-camilo-santana-sanciona-novas-leis-para-seguranca-publica-no-ceara.ghtml>.

tal como desenvolvido por Norbert Elias (1994) e Bruno Latour (2012). Em Elias, a rede é entendida como uma teia dinâmica de interdependências entre indivíduos ocupando diferentes posições sociais — uma abordagem valiosa para interpretar as relações entre varejistas do tráfico, intermediários e lideranças, cujas funções são diversas, mas articuladas (Elias, 1994). Já Latour, com sua Teoria Ator-Rede, propõe uma visão ainda mais ampliada, ao considerar que as redes são construídas por associações entre humanos, objetos, instituições e fluxos — como dinheiro, armas, drogas, informações e tecnologias — compondo sistemas de ação distribuída (Latour, 2012).

Pensar o tráfico de drogas como uma rede, portanto, permite acessar sua dimensão relacional, fluida e descentralizada, destacando como ele se sustenta por múltiplos níveis de engajamento e por fronteiras instáveis. Essa perspectiva está em sintonia com uma abordagem etnográfica que observa, a partir do cotidiano, as alianças, disputas e negociações que atravessam as experiências daqueles que estão na linha de frente do tráfico de drogas nas periferias urbanas.

No Brasil, o termo “quadrilha” passou a ser juridicamente tipificado com a promulgação do Código Penal de 1940, no artigo 288, que definia o crime de “formação de quadrilha ou bando” (Brasil, 1940). A partir das décadas de 1980 e 1990, o uso do termo se popularizou entre operadores do direito, agentes de segurança, jornalistas, pesquisadores e moradores, geralmente associado a grupos envolvidos com crimes como roubo, estelionato, tráfico de drogas e sequestros.

Nesse sentido, cabe lembrar que a pistolagem, praticada por redes que envolviam políticos e empresários executores contratados, já operava como uma forma organizada de violência (Barreira, 1998). Seriam essas redes uma forma de “quadrilha”? Ou estariam mais próximas do que hoje se compreende por “organização criminosa”? Ou ainda: já poderiam ser chamadas de “facção”?

A distinção entre esses termos é difusa, mas, contextualizando, podemos encontrar alguns parâmetros norteadores<sup>171</sup>. Acredito que, em geral, “quadrilha” remete a grupos menores, com finalidades pontuais e estrutura menos hierarquizada. “Facção”, por sua vez, é frequentemente usada para designar coletivos que têm como atividades mais expressivas o tráfico de armas e de drogas, com uma rede organizada em domínios territoriais em bairros

---

<sup>171</sup> Por exemplo: uma “facção” pode ser responsabilizada por ataques coordenados com incêndio a ônibus; uma “quadrilha”, por assaltar uma joalheria. “Organização criminosa” costuma designar grupos envolvidos em fraudes bancárias, enquanto “facção” remete a domínios territoriais ligados ao tráfico nas periferias. Uma quadrilha pode aplicar golpes contra servidores públicos; uma facção, apoiar um candidato nas eleições locais.

periféricos.

Contudo, como veremos, essas classificações são marcadas por fronteiras instáveis e muitas vezes definidas de forma arbitrárias por agentes do Estado, do sistema de justiça ou da imprensa, sem considerar as dinâmicas internas, as especificidades locais e as trajetórias dos próprios grupos. Tais rótulos são frequentemente acionados como dispositivos de *sujeição criminal*, voltados sobretudo para jovens negros moradores de periferias, associados sumariamente a “facções” por meio de acusações genéricas de tráfico de drogas (Misse, 2006).

Essa seletividade também contribui para invisibilizar o papel de outros atores fundamentais para o funcionamento e fortalecimento das dinâmicas criminais, mas que permanecem fora do foco repressivo por ocuparem posições de prestígio e não estarem tão expostos à punição. Trata-se de figuras como agentes penais, policiais, políticos, empresários, advogados e membros do Judiciário, cuja atuação — ainda que muitas vezes determinante na engrenagem do crime — é pouco visada pelas políticas de controle. Assim, este estudo reconhece seus próprios limites ao não alcançar os sujeitos situados para além do tráfico varejista, cujas ações, embora menos visíveis, são cruciais para a sustentação dessas redes.

### **1.11.1 Facções, Tráfico e a Banalização das Categorias**

A fluidez das classificações é acompanhada por uma banalização e uso político das categorias. A aplicação do termo “facção” varia conforme o contexto histórico, social e territorial, refletindo mais as percepções e interesses de quem *acusa* do que uma correspondência fiel a natureza das práticas *desviantes* observadas (Becker, 2008). A definição de quem integra uma “facção” tende a oscilar conforme a classe social envolvida: quando os crimes partem de grupos ligados às camadas médias ou às elites – como os crimes de “colarinho branco” associados a esquemas de corrupção ou fraudes bancárias – raramente são enquadrados sob os mesmos rótulos atribuídos aos jovens das periferias envolvidos no comércio varejista de drogas.

A partir de 2013, com a mudança do artigo 288 do Código Penal, para Lei nº 12.850/2013, o que se considerava quadrilha passou a ser tipificado como crime de associação criminosa: “associarem-se 3 (três) ou mais pessoas, para o fim específico de cometer crimes – pena: reclusão de 1 a 3 anos”<sup>172</sup> (Brasil, 2013).

<sup>172</sup> Em sua análise sobre os parâmetros jurídicos voltados para concepção de crime organizado, Clementino (2018, p. 1) destaca que “A partir da definição dada pela Lei 12.850/2013, torna-se conveniente fazer algumas anotações a respeito dos requisitos para a formação de um grupo criminoso organizado. Primeiramente, o número de integrantes de uma organização criminosa passa a ser de 4 (quatro) e não 3 (três) como estipulado pela Lei

Essa definição ampla e universalizante da Constituição Brasileira sobre o que constitui uma associação criminosa permite que uma diversidade de grupos — como milicianos, contrabandistas, assaltantes e estelionatários— sejam enquadrados sob uma mesma tipificação jurídica. No entanto, como observa Michel Misse (2011), a categoria “organização criminosa” no Brasil remete a redes complexas que envolvem grupos de natureza distintas, como milícias, jogos ilegais e comandos armados, todos disputando espaços e influências nas cidades por meio de alianças e conflitos entre atores diversos. (Misse, 2011).

Em Fortaleza, embora o tráfico de drogas se apresente como o eixo central em torno do qual se articulam as facções, suas ramificações abrangem uma ampla gama de práticas ilícitas e conexões que vão desde operadores locais até circuitos transnacionais. O que se configura, portanto, é um arranjo criminal complexo, no qual os jovens das periferias aparecem como a face mais visível e vulnerável de engrenagens muito mais amplas e sofisticadas.

Por trás desses jovens, frequentemente alvos prioritários da repressão, operam redes que envolvem empresários, agentes do sistema de justiça, policiais, advogados e políticos — atores que, embora fundamentais para a sustentação econômica e institucional dessas estruturas, permanecem, em grande parte, fora do alcance das políticas de controle.

Nesse contexto, o tráfico de drogas segue como uma das atividades mais rentáveis da economia criminal. Sua inserção nos bairros populares se dá, sobretudo, por meio da atuação juvenil, especialmente nas funções de base, como a venda direta e a vigilância do território. É nesse nível mais exposto que se concentra a repressão estatal e a rotulação social.

Diante disso, este trabalho opta por não tratar a noção de “facção” como uma categoria homogênea. Em vez disso, focaliza uma de suas manifestações mais concretas: o tráfico varejista de drogas, tal como vivenciado por jovens periféricos em suas experiências cotidianas — marcadas por disputas, alianças, estratégias de sobrevivência e múltiplas formas de mediação da violência.

Em meio aos discursos jurídicos, midiáticos e policialescos, o termo “facção” ganhou corporalidade no discurso do senso comum, como algo a ser combatido, como uma das maiores ameaças atuais<sup>173</sup>. Diante da complexidade das redes e formas de atuações dos

---

12.694/2012, alterando com isso o artigo 288, CP (o crime de quadrilha ou bando passa a se chamar associação criminosa); são mantidas a estrutura ordenada e a divisão de tarefas e o objetivo de obter direta ou indiretamente vantagem de qualquer natureza; por fim, há um aumento do campo de incidência da Lei, que abrange todas as infrações penais, seja crime ou contravenção penal. Infrações estas cujas penas máximas sejam superiores a 4 (quatro) anos ou de caráter transnacional, não tendo relevância, nessa última hipótese, a pena cominada no tipo penal”.

<sup>173</sup> Sobre o papel do conhecimento científico na desconstrução de ideias preconcebidas, compartilho da perspectiva de Bourdieu (2007), que afirma: “construir um objeto científico é, antes de mais e sobretudo, romper com o senso

coletivos criminais, muitos casos de violência passam a ser explicados por frases: “morreu porque era de facção”; “foi a facção que mandou matar”; ou “naquele bairro, quem manda é a facção”.

Essas justificativas simplificadas nos fazem indagar: afinal, quem é a facção? quais são os rostos e trajetórias compõem essa imagem? quais são os seus principais atores e, também, suas maiores vítimas? Tais perguntas nos colocam diante de um debate mais amplo sobre os critérios de rotulação e sobre quem, de fato, são os inimigos visados pelas políticas de repressão nas periferias brasileiras.

Essa generalização também gerou distorções entre os jovens moradores das periferias, que passaram a ser acusados de pertencimento a facções com base em critérios arbitrários — como o jeito de se vestir, o local de moradia, ou o simples ato de frequentar uma determinada esquina. Jean, por exemplo, interlocutor que vendia maconha pontualmente para amigos e conhecidos, relatou que, ao ser detido com pequenas quantidades da droga, os policiais imediatamente o rotularam de “faccionado”.

Ele disse que se desesperou, quando os policiais queriam atuari-lo como associação ao tráfico, acusando o de ser de facção. O jovem disse que:

*“os policiais queriam dizer que eu era de facção só porque me pegaram com 6 balinhas de maconha... sendo que a única relação que tenho com alguém de facção é o cara que me passa a mercadoria. Eles me bateram, pedindo que eu entregasse o cara que faz o ‘adianto’, disse que se eu não entregasse, conseguiria levar os 4 enquadrado na ‘geral’ como fazendo parte de ‘facção’”.*

Quanto a categoria facção e a sociabilidade dos jovens nos bairros, a percepção de setores da população que possuem ligações com os garotos possui papel fundamental em nossa análise. No cotidiano das áreas mais vulneráveis do bairro, os encontros de jovens em esquinas, ruas e praças costumam ser rotulados por forças de segurança como “reunião de faccionados” ou “bando de vagabundos”, sobretudo quando há consumo ou venda de pequenas quantidades de drogas. No entanto, para os moradores, esses jovens são vistos como filhos, vizinhos, amigos — pessoas que cresceram na comunidade, enfrentam jornadas exaustivas de trabalho e lidam cotidianamente com a violência institucional e o preconceito territorial. Até mesmo porque a violência e a criminalidade tendem a ser associadas aos que vem de fora, e não a sujeitos próximos com quais se mantém vínculos afetivos consolidados no território (Paiva, 2007).

---

comum, quer dizer, com representações partilhadas por todos, quer se trate dos simples lugares-comuns da existência vulgar, quer se trate das representações oficiais, [...] inscritas nas instituições, logo, ao mesmo tempo na objetividade das organizações oficiais e nos cérebros. O pré-construído está em toda parte” (BOURDIEU, 2007, p. 34).

Mesmo quando há passagens pelo sistema prisional ou envolvimento com o tráfico, os jovens não são automaticamente vistos pela população como “bandidos”. As relações de vizinhança e cuidado rompem os estigmas e permitem que esses sujeitos sejam olhados com empatia, como ocorre quando familiares mobilizam redes de apoio diante de possibilidades de agressões, prisão ou morte de alguém próximo, ou quando se organizam para viabilizar visitas a presídios ou apoio a mães adolescentes. Muitas vezes, o que se interpreta como articulação da facção são, na verdade, estratégias de solidariedade comunitária historicamente persistente, no contexto de luta dos povos periféricos diante de inúmeras ausências do Estado (Das, 2020).

As fronteiras entre apoio familiar e envolvimento com o coletivo são, portanto, fluidas. Classificar todo laço de ajuda como “ligação com a facção” é uma simplificação que desconsidera os modos de vida locais. Quando o apoio vem de alguém próximo – amigo, tio, vizinho – a categoria “facção” torna-se insuficiente para dar conta da complexidade dessas relações. Um morador relatou:

*“O cara ajudou porque é parente, é do bairro, não porque tá ‘na facção’... Ai vem o pessoal dizer que foi a ‘facção que fez’ só porque o cara faz uns ‘adianto’ de ‘bagui’ pra completar a renda... Aqui todo mundo se conhece e a gente se ajuda antes desse negócio de facção”.*

Por isso, é preciso cautela ao interpretar categorias como “faccionado”, “apoio da facção”, “aliciado” ou “recrutado”. Em muitos contextos, essas expressões não dão conta da complexidade dos vínculos comunitários.

Boa parte dos moradores das redondezas, ao ver parentes e amigos reunidos nas esquinas ou calçadas, não interpreta esses encontros como ameaças, mas sim como formas de convivência entre jovens que cresceram juntos e compartilham os vínculos e rotinas do bairro. Ainda que consumam maconha ou bebam cachaça, são vistos como parte do tecido social, não como criminosos, como geralmente interpretam as abordagens policiais. Associar automaticamente esses encontros a facções desconsidera os vínculos históricos e afetivos cultivados ao longo dos anos.

A empatia se manifesta com intensidade quando há situações de risco. Diante de tiros ou abordagens policiais, é comum que vizinhos – mulheres, idosos, crianças – saiam às ruas para acompanhar ou intervir, tentando garantir a integridade de seus familiares. Nessas ocasiões, filmam, gritam, enfrentam a polícia com coragem e desespero, conscientes de que a violência do Estado muitas vezes não distingue entre quem está armado e quem apenas convive com os envolvidos. Ivoneide, mãe de cinco filhos relata:

*“Quando a polícia chega vai logo batendo, daí quem vai pra cima é mãe, tia, avó,*

*vizinho. Sai todo mundo pro meio da rua... A gente vai pra cima... Difícil morador que não tenha levado spray de pimenta nos zói ou que não tenha apanhado pra defender alguém próximo nesse B.Os... mas a gente não deixa eles fazerem o que querem... Se não for rápido, eles matam e fica por isso mesmo”.*

É nesse contexto que, inicialmente, CV e depois o Tudo Neutro são acionadas como categoria acusatória não somente em termos jurídicos, mas também no cotidiano dos bairros periféricos da cidade, demonstrando toda a sua complexidade que muitas vezes camuflam o minimizam problemas mais profundos que percorrem a vida dos moradores. Frutos da demanda pelo controle da ameaça das facções no Estado, essas categorias muitas vezes servem para perseguir seletivamente jovens das camadas populares.

Após essa discussão conceitual sobre os dilemas práticos, iremos, no próximo tópico, refletir sobre os momentos iniciais da presença de coletivos nacionais no Estado do Ceará e seu reconhecimento para em seguida, demonstrar seus impactos na organização do tráfico de drogas.

### ***1.11.2 Primeiros Indícios de Coletivos Criminais no Ceará***

Na virada dos anos 2000, começa a se desenhar uma nova paisagem no campo da criminalidade no Ceará. Quadrilhas antes vistas como estruturas desorganizadas e locais passam a operar com um grau crescente de especialização e sofisticação. A cena criminal se transforma com o surgimento de grupos fortemente armados que executam assaltos de grande porte — a bancos, carros-fortes e empresas de valores — em ações calculadas, envolvendo sequestros relâmpagos, uso de explosivos e rotas de fuga por zonas rurais e rodovias estratégicas.

Aquino (2010) aponta indícios da conexão entre criminosos cearenses e integrantes de facções oriundas do Rio de Janeiro e São Paulo que viriam ao Estado participar de ações como assaltos à banco (Aquino, 2010). Lopes (2006), em *Os cangaceiros viajam de Hilux*, mostra como os assaltos a bancos no interior da Paraíba e do Rio Grande do Norte marcaram uma inflexão na criminalidade do Nordeste, com crescente sofisticação logística e tecnológica (Lopes, 2006).

Um dos marcos simbólicos dessa nova fase foi o furto à sede do Banco Central de Fortaleza, em 2005, considerado o maior assalto a banco da história do país. Foram mais de R\$ 164 milhões levados em espécie por uma quadrilha que planejou a ação por meses, escavando um túnel a partir de um imóvel alugado e contando com uma rede que envolvia lavagem de

dinheiro, estelionato e falsificação de documentos<sup>174</sup>. A complexidade da operação revelava o entrelaçamento entre saberes técnicos, planejamento logístico e conexões que transcendiam o Estado.

Nesse cenário, embora sejam consideradas quadrilhas especializadas em roubos a banco e instituições de valores, sem definição clara de que são coletivos criminais, notamos a presença de membros de coletivos nacionais, como o Comando Vermelho e o Primeiro Comando da Capital, agindo de maneira articulada no Ceará em ações específicas<sup>175</sup>. Contudo, é importante evitar leituras simplistas que tratem essa presença como mera importação de modelos criminais do Sudeste.

Por esta lógica, a articulação entre atores locais e criminosos de grupos nacionais, não é recente. Como lembra Francisco Crisóstomo, delegado da polícia civil, os fatos mais significativos das ações criminais até a chamada “pacificação” em 2015 podem ser resumidos na seguinte sequência: 1986 – Assalto à “King Joias”; 1987 – Sequestro e morte de um corretor de imóveis, por um membro do CV; 1996 – O traficante carioca Hernando Pinto de Medeiros, o “Uê”, é preso na avenida Beira-Mar em Fortaleza; 1999 – Assalto à empresa de valores Corpus Segurança; 2000 – Assalto à Nordeste Segurança de Valores e início dos batismo do PCC no Instituto Penal Paulo Sarasate (IPPS) por “Maurício China”; 2005 – Furto ao Banco Central; 2011 – Membros do PCC são resgatados do Instituto Penal Professor Olavo Oliveira II (IPPOO II); 2014 – Sequência de ataques a bancos no Ceará (Diário do Nordeste, 2018)<sup>176</sup>.

Ainda que o tráfico por atacado já envolvesse tais conexões interestaduais, a estruturação faccional no varejo e nos territórios populares só se intensificou a partir da década de 2010. Até então, CV e PCC eram percebidos como fenômenos do Rio e São Paulo, com atuações pontuais no Estado. A partir de 2014, o interesse sistemático de facções por territórios periféricos — sobretudo via tráfico de drogas — se torna mais evidente. Ainda que o governo do Estado inicialmente negasse a presença de facções no Ceará, o termo passou a circular entre

---

<sup>174</sup> Para mais detalhes, ver: [g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2023/12/01/furto-ao-banco-central-relembre-crime-que-completou-18-anos-um-dos-envolvidos-foi-detido-nesta-sexta-em-sp.ghtml](http://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2023/12/01/furto-ao-banco-central-relembre-crime-que-completou-18-anos-um-dos-envolvidos-foi-detido-nesta-sexta-em-sp.ghtml)

<sup>175</sup> Em reportagem de 17 de janeiro de 2017, o *Diário do Nordeste* destacava a participação de criminosos cearenses em uma “*Os criminosos cearenses e a teia sem fim de ataques a bancos*”, mencionando explicitamente parcerias com o PCC, inclusive por meio do tráfico de drogas, e reconhecendo o papel estratégico que o Ceará vinha assumindo nesse cenário de criminalidade interestadual. Ver em: [diariodonordeste.verdesmares.com.br/seguranca/os-criminosos-cearenses-e-a-teia-sem-fim-de-ataques-a-bancos-1.1878937](http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/seguranca/os-criminosos-cearenses-e-a-teia-sem-fim-de-ataques-a-bancos-1.1878937)

<sup>176</sup> Reportagem do dia 15/01/2018, do *Diário do Nordeste* intitulada: “*Crime organizado: um problema nacional que aflige o Ceará*”, descreve que “*Facções começaram a agir no Estado há mais de 30 anos*”. Disponível em: [diariodonordeste.verdesmares.com.br/seguranca/crime-organizado-um-problema-nacional-que-aflige-o-ceara-1.1878935](http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/seguranca/crime-organizado-um-problema-nacional-que-aflige-o-ceara-1.1878935).

a população, a mídia e agentes da segurança pública<sup>177</sup>.

Esse discurso negacionista, no entanto, não se sustentaria por muito tempo. A partir de 2014, observa-se um movimento de intensificação da presença de facções em territórios periféricos, especialmente via tráfico de drogas. O que antes parecia episódico ou restrito ao sistema prisional, agora se manifestava nos bairros, na fala dos moradores, nos boletins de ocorrência, nos jornais e, finalmente, no próprio vocabulário institucional. Ainda que o tráfico por atacado já envolvesse articulações interestaduais, é apenas na década de 2010 que a estruturação de redes faccionadas no varejo e no cotidiano das periferias ganha corpo. Gradualmente, o próprio Estado reconheceu a emergência desse fenômeno e passou a implementar estratégias específicas de contenção.

Frente a essa nova realidade, o Estado passou a reagir com a criação de estruturas específicas de repressão. Em 2013, é instituída a GRACO (Grupo de Atuação Especial de Combate às Organizações Criminosas), ligada ao Ministério Público. A partir de 2015, fortalece-se o Departamento de Polícia Especializada (DPE), o Departamento de Combate à Corrupção (Decor) e a Delegacia de Repressão às Ações Criminosas Organizadas (Draco)<sup>178</sup>. Essas instituições sinalizam uma guinada institucional na forma como a “facção” passou a ser categorizado como “crime organizado”.

Nos anos mais recentes, o reconhecimento da presença de facções criminosas tornou-se incontornável. Em março de 2025, o governador Elmano de Freitas afirmou que “mais de 80% dos homicídios no Ceará são de pessoas que integram essas organizações criminosas”, destacando a disputa por território e o aliciamento de jovens como elementos estruturantes da violência letal<sup>179</sup>.

Além disso, entre janeiro e maio de 2025, segundo a SSPDS, foram registradas 721 prisões por envolvimento com facções, um aumento de 44% em relação ao mesmo período do ano anterior. Em uma operação realizada em fevereiro, com o uso de reconhecimento facial, 173 membros da GDE foram detidos na Grande Fortaleza. Tais ações ilustram uma mudança

---

<sup>177</sup> Na reportagem do Diário do Nordeste do dia 20/10/2018, com o título: “Confira as ações e negações do governo sobre o caso das facções no Estado”, a matéria destaca que em 2014, o Secretário de Segurança nega a existência de facções e em 2016, o então governador Camilo Santana reagiu a informações sobre a presença de facções criminosas do Rio de Janeiro em comunidades da periferia de Fortaleza, classificando-as como “boatos e especulações irresponsáveis”. Ver em: [diariodonordeste.verdesmares.com.br/seguranca/confira-as-aco-es-e-negacoes-do-governo-sobre-o-caso-das-faccoes-no-estado-1.2015490](http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/seguranca/confira-as-aco-es-e-negacoes-do-governo-sobre-o-caso-das-faccoes-no-estado-1.2015490)

<sup>178</sup> Para maiores detalhes sobre a criação dos órgãos de Segurança Pública responsável pelo combate ao crime organizado, ver o portal do site oficial: Disponível em: <https://www.sspds.ce.gov.br/>

<sup>179</sup> Em reportagem do jornal Gazeta do Povo do dia 28/03/2025, destaca a notícia; “Cybercangaço”, disputa entre facções e homicídios pressionam governador petista”. Ver em: [www.gazetadopovo.com.br/brasil/cybercangaço-disputa-entre-faccoes-crimes-em-alta-pressionam-governador-ceara/?utm\\_source=chatgpt.com](http://www.gazetadopovo.com.br/brasil/cybercangaço-disputa-entre-faccoes-crimes-em-alta-pressionam-governador-ceara/?utm_source=chatgpt.com).

significativa no modo como o governo do Estado passou a enfrentar o fenômeno: de negá-lo, passou a nomeá-lo e combatê-lo como prioridade. Essas ações refletem uma mudança significativa na abordagem do governo cearense em relação às facções criminosas, reconhecendo sua influência e adotando medidas específicas para combatê-las.

Dessa maneira, na próxima sessão, daremos continuidade, a partir de uma perspectiva etnográfica, à análise dos impactos do arranjo faccional no cotidiano dos jovens moradores das periferias fortalezenses: como a dinâmica do tráfico varejista acompanhou essas transformações na conjuntura das reconfigurações entre alianças desses coletivos.

### ***1.11.3 Indícios Etnográficos: Transformações Cotidianas e Alianças no Bairro***

Os dados de campo obtidos a partir da década de 2010 apontam para o crescimento acentuado do número de homicídios e para o desenvolvimento do tráfico de drogas nos bairros de Fortaleza. Neste contexto, jovens envolvidos em conflitos armados contra grupos rivais se engajaram nos coletivos criminais, conhecidos popularmente como facções. Em meados de 2013, a cidade já estava marcada por múltiplos conflitos violentos, que redesenharam as fronteiras dos territórios dominados por pequenos grupos armados<sup>180</sup> que disputavam o monopólio do mercado de drogas. Neste momento, a partir de articulações entre lideranças de diversos bairros e de outros estados, os coletivos CV (Comando Vermelho) e GDE (Guardiões do Estado) emergiram.

Entre os anos de 2014 e 2016, tornou-se cada vez mais expressiva a emergência das facções nos bairros da capital, com a atuação de seus membros voltada principalmente às atividades do mercado de armas e drogas. Traficantes varejistas, por sua vez, ao aderirem a esses coletivos, passaram a ter acesso a uma maior diversidade dentro desse mercado. E, assim, puderam intensificar seus lucros e defender seus territórios de atuação com o apoio das lideranças da “firma”<sup>181</sup>.

Inspirados pelo desejo de lucros, prazeres e vinganças, muitos jovens vestiram a camisa da facção e notaram a importância de aderir à rede de proteção dos coletivos contra ameaças de inimigos e de grupos rivais. Em 2015, em um contexto de rebeliões e chacinas, a

---

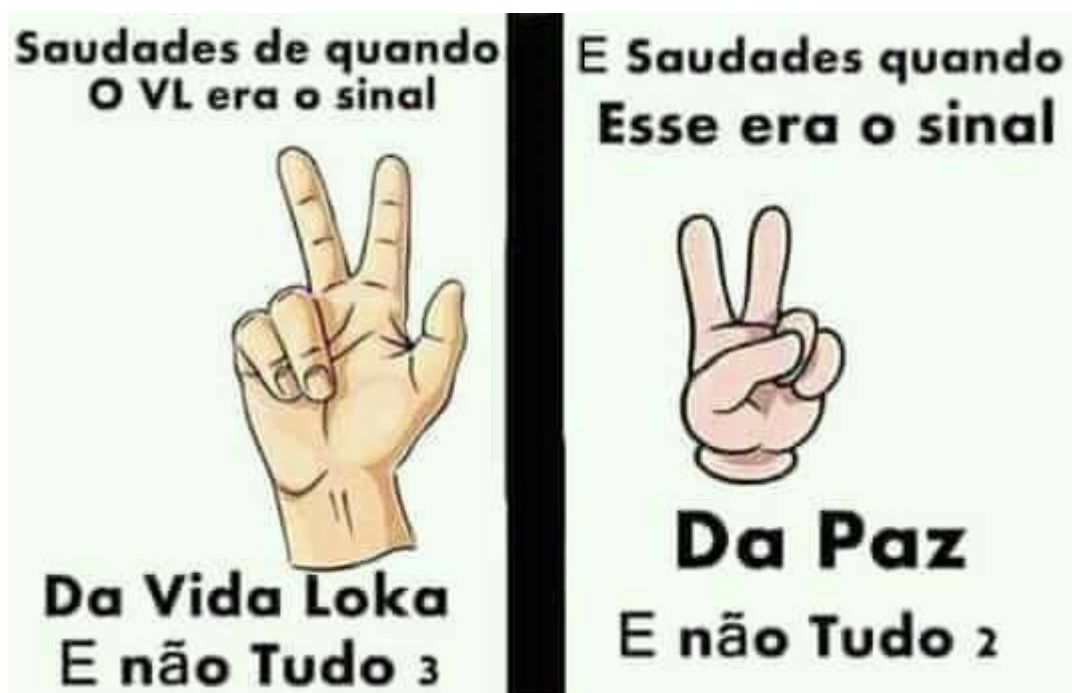
<sup>180</sup> Geralmente composto por cerca de 12 membros de familiares/amigos dispostos a defender seus territórios de atuação, tais grupos contavam com articulações pontuais de “galeras” de outros bairros. Em sua maioria, jovens envolvidos em delitos, como assaltos e tráfico de drogas, buscavam expulsar seus inimigos em históricos de vinganças que, muitas vezes, prolongavam-se por gerações e décadas de disputas.

<sup>181</sup> Muitas vezes, o coletivo é referenciado como “firma”, em alusão à “união” e ao “empreendimento”, fortalecidos pela parceria entre seus membros. O termo “irmão” também é utilizado para se referir a outro membro do coletivo, independente dos laços de parentesco.

comunicação entre “bandidos”<sup>182</sup> – nas ruas e dentro de instituições socioeducativas e carcerárias – possibilitou o esquadramento da cidade em áreas sob orientações de domínio do CV e GDE. Isso levou os jovens da periferia fortalezense a atuarem como braços armados, protagonizando invasões, expulsões e acolhimento de aliados na guerra entre as duas principais facções. A participação em disputas e conquistas de territórios apresenta aos jovens recompensas como demarcação de pertencimento em suas áreas de domínio; participação nas atividades lucrativas do tráfico de drogas, além de outras vantagens a partir das divisões simbólicas pertinentes ao universo dos coletivos faccionados na cidade.

Este fato propiciou modificações nas formas de interpretar determinados números, cores e letras, que passaram a ser associadas às representações dos dois principais coletivos criminosos. Jovens exaltavam o numeral 2, principalmente, utilizando símbolos feitos com os dedos e, por meio de oralidades, para expressar a aliança ao CV-Ceará (Comando Vermelho do Ceará). Enquanto aqueles aliados ao grupo local, GDE (Guardiões do Estado), passaram a se identificar com o numeral 3 em seus gestos, conforme mostra a figura a seguir:

**Figura 4**



A fotografia se refere a períodos anteriores, em que os gestos indicando 2 e 3 com

<sup>182</sup> A incorporação do termo “bandido”, “latrô” e “ladrão” são comumente utilizados de maneira positiva no sentido de ser uma pessoa que pode ser admirada e merece respeito. O termo não é pejorativo, como é o termo “pirangueiro”.

os dedos não representavam aliança a nenhum dos lados. A figura que circulou nos grupos do aplicativo *WhatsApp* denota a expressividade das divisões simbólicas a partir das lógicas de confrontos dos grupos faccionados. Os jovens, ao se identificarem e expressarem tais sinais, passaram a demonstrar simpatia por um dos coletivos que nortearam seus pertencimentos. Neste sentido, à medida que esse arranjo foi se transformando, os jovens também passaram a ressignificar as suas maneiras de *pensar* e de *agir* na cidade (Durkheim, 1895).

Muros com pichações<sup>183</sup> de avisos e símbolos dos coletivos deixavam visíveis as demarcações de pertencimentos e fronteiras que dividiam a cidade. As siglas escritas de cor prata 745 ou T3 (Tudo 3) representava o domínio da facção local GDE que, em seu início, era aliada ao PCC (Primeiro Comando da Capital). Já os emblemas de cores vermelhas expressando T2 (Tudo 2), demarcavam territórios dominados pelo CV que, entre 2015 e 2017, possuía forte parceria com a FDN (Família do Norte), rompendo a aliança no início de 2018<sup>184</sup>. Nos locais dominados pelo CV, aboliu-se o número 3, sendo exigido falar a fórmula matemática 2 + 1 para se referir a tal número.

Nesse cenário, era entre os jovens que se via maior empolgação com essa nova configuração que emergia. A filiação ao CV significava pertencer, integrar algo maior, fazer parte de um símbolo de poder em ascensão. As galeras dos bairros – formada por assaltantes, traficantes e agiotas, e outras figuras do bairro – continuaram a existir, mas agora sob um novo arranjo: o da facção, que reafirmou os domínios territoriais e reorganizou as alianças locais.

Essa articulação se consolidou não apenas pela circulação de produtos — especialmente armas e drogas —, mas também pelo fortalecimento de vínculos entre traficantes de diferentes bairros, e mesmo de fora da cidade. Isso alterou profundamente o repertório comunicacional entre os jovens, modificando suas formas de atuação e pertencimento.

Rodrigo, traficante varejista da área, sintetiza esse momento de virada:

*“Quando chegou essa onda de CV aqui no bairro, tudo mudou. Os ‘cara’ daqui disseram que agora tinha canal bom de arma e droga. Os ‘cabeças’ de cada bairro que a gente já tinha parceria chegaram junto nos pivetes e jogaram droga e arma que nunca tinha visto. Os ‘cara’ instigou, daí já veio logo essa história dos ‘cabeças’ serem o padrinhos e prometer vários ‘adiantos’ pros moleques. O Ricardo jogou logo umas macaquinhas na mão dos cinco ‘pivetes’ aqui das áreas, disse que agora era ‘tudo 2’, nem nas bodegas era pra deixar ninguém falar em 3... Ele deu a voz pra tudo que for de de letra ou número do outro lado, era para meter chumbo.... que é para*

<sup>183</sup> Sobre as demarcações e manifestações de conflitos entre facções ver: MATOS JUNIOR, C. C.; SANTIAGO NETO, J. P. Os muros da cidade: domínios territoriais, alianças e segurança em Fortaleza, Ceará. Revista Fotocronografia, v. 05, p. 118-126, 2020.

<sup>184</sup> Em reportagem do dia 31/01/2018, o jornal R7 publicou que: “Entenda a guerra de facções criminosas no Estado do Ceará: Disputa por pontos de tráfico de drogas já motivou chacinas e crimes brutais envolvendo as organizações criminosas PCC, CV, FDN e GDE”. Disponível em: <https://noticias.r7.com/cidades/fotos/entenda-a-guerra-de-faccoes-criminosas-no-estado-do-ceara-31012018>.

*eles não chegarem nem perto... Disse que os moleques iam ter todo apoio pra defender as áreas e com certeza iam poder 'fazer dinheiro' como mereciam. Prometeram que a partir dali, o bairro tinha virado vermelho e não se aceitava mais 'pirangagem' nas áreas."*

Nas esquinas e encontros, as conversas entre jovens giravam em torno das novidades que aquela nova aliança poderia trazer. Depois de tantos anos vendo amigos tombarem em conflitos, ouvindo as mães gritarem em velórios, sendo perseguidos por inimigos ou pela polícia, muitos viam na adesão ao Comando Vermelho não apenas uma reconfiguração do crime, mas uma possibilidade concreta de poder proteger, demarcar autoridade e promover justiça nas áreas.

A crença nos benefícios dessas mudanças e o entusiasmo era visível na maneira como os jovens descreviam as “tropas”, o CV e os “frentes” e o poder que acreditavam ter em mãos. Não era apenas sobre drogas, dinheiro, violência e armas. Era também sobre se sentir parte de algo sério, importante, com chances reais de fazer valer seus desejos e sonho em um contexto marcado por escassez, exclusão e violência. Havia um pouco a crença de que, naquele coletivo, suas dores ganhariam voz, seus gestos teriam peso, suas sobrevivências poderiam ser garantidas. Alguns enxergavam na adesão uma chance de tomar decisões, junto com aliados, necessárias para o enfrentamento das injustiças diárias.

Boa parte desses adolescentes havia perdido amigos e familiares em conflitos armados. Muitos já tinham experimentado a brutalidade do sistema socioeducativo e penal — detenções, espancamentos, humilhações. Cresceram em casas marcadas pelo sofrimento: mães e avós enfrentando o peso do consumo abusivo de crack, comida faltando, sem oportunidades de empregos.

Nesse cotidiano atravessado por múltiplas violências, sobreviver é um jogo atraente e difícil, no qual a filiação a facção se apresenta como uma das poucas jogadas viáveis. Mesmo sabendo dos riscos — a morte, prisão, a perseguição — o tráfico se apresenta como uma aposta capaz de garantir respeito, um mínimo de estabilidade.

Apesar de apenas pequena margem dos lucros ficarem nas comunidades, não podemos ignorar que a atividade proporciona quantias nas mãos dos jovens que contribuem para suas idas à praia, festas, e muitas vezes alimentação diária de suas famílias.

Dessa forma, existem aqueles que ocupam lugar de destaque como pessoas “bem sucedidas” no crime. Os “frentes” — homens que alcançaram posições de liderança — eram vistos como vitoriosos: geralmente conseguiam manter suas famílias com uma certa estabilidade, alguns possuíam casas próprias, carros e comércios; nos finais de semana, podem comer, beber e se divertir com fartura. Além disso, não precisavam estar tão expostos no tráfico,

pois geralmente desempenhavam funções de mando.

No início, por suas experiências, contatos e respeitos adquiridos, foram os “frentes” os maiores entusiastas que inspiraram os mais jovens a fazer acontecer o domínio faccional. Apresentavam o CV não apenas como facção, mas como espaço de crescimento, mostravam que eles não estariam sozinhos. “Vestir a camisa” da facção e fazer por merecer poderia render recompensas materiais e simbólicas que poderia mudar as *trajetórias de vida* dos garotos da periferia (Velho, 2003).

Além disso, a promessa de participação nos lucros, era apresentada como um atrativo que não precisava ser expresso nas falas, porque todos sabiam que o tráfico é uma mina de dinheiro em um contexto de escassez. E quem estava dentro da rede circulava junto com esse dinheiro – desde pequenos atravessadores que vão diretamente aos pontos de venda, passando pelos garotos do varejo e os “frentes” da quebrada para serem distribuídos pelas diversas ramificações.

Nesse processo, os jovens desempenharam papéis fundamentais na construção dos domínios territoriais dos coletivos, marcando presença nas esquinas, organizando vigilâncias, repassando recados de boca em boca e protegendo as áreas contra invasões. Como veremos mais a frente, muitos adolescentes eram autorizados pelos “frentes” a circularem por becos e vielas, gerindo os territórios e em muitas situações com poder de falar em nome da facção para serem obedecidos ou aplicarem sanções.

Os primeiros indícios e identificação eram vistos como uma esperança de melhoria que poderia ser festejada e expressa em muros, nas falas, nas vestimentas. Fazer parte da facção, era como se fosse fazer parte de uma coisa séria. O adolescente, quando visto cooperando com a emergência do CV se via como uma pessoa útil naquilo que se acreditava: o crime correspondendo aos anseios de garantir a proteção do território, o sonho de ser respeitado, possuir automóvel, de não depender de ninguém.

Um interlocutor relembra momentos marcantes que marcaram essa articulação faccional em sua área:

*“Ei pivete, sem mancada, eu lembro que os caras das áreas marcaram uma reunião no dia que vieram uns 8 elementos do Rio de Janeiro, tudo com corrente de ouro, maquinados. Fizemos um churrasco com tudo patrocinado e chamaram geral pra participar. Os caras trocaram altas ideias com os elementos das áreas, patrocinaram muita droga boa e bebida cara. Nas conversas diziam como era que as coisas funcionavam e prometeram que a partir daquele dia, nas áreas só ia chegar droga de qualidade. Com as girias carioca, eles vieram com os papos de ‘cria’ pra cá ‘cria’ pra lá, depois que vim me ligar que ‘cria’ é o cara que é local, que nasceu e se criou naquelas áreas. Os elemento parecia gente de filme, passaram bem uma semana rodando com o cara das áreas, apresentaram vários forrós, foram em várias áreas de*

*Fortaleza. Depois daquilo realmente as coisas mudaram. A partir daquele dia, a galera das áreas estava fechada com o CV e quem não colasse com CV era o tal do 'trem' quem passava por cima."*

Durante os dias em que estiveram no bairro, além de festas e drogas, patrocinaram várias latas de spray vermelho para os jovens carimbar nos muros e postes o 2, o trem, o CV, onde eles quisessem. Diferente das pichações de xarpi, essas demarcações sinalizavam domínio territorial e aliança político-criminal. Eram marcas que anunciavam uma nova ordem, fruto de conexões logísticas, alianças estratégicas e inserção no mercado de drogas em escala mais ampla.

O arranjo faccional reconfigurou não apenas os conflitos, mas também as alianças. Velhas rivalidades continuaram a se enfrentar, e as mortes e expulsões não cessaram. Mas houve também reaproximações em que grupos antes indiferentes ou inimigos estabeleceram acordos e alianças visando a estabilidade das “áreas” frente a ameaças da GDE e PCC. Desse processo emergiu uma rede complexa e muitas vezes tensa, conectando diferentes bairros, reorganizando fronteiras e redefinindo lealdades.

#### ***1.11.4 Caso John Lenon /Castor: Primeiros Sinais nas Áreas***

O caso *Jhon Lenon* nos apresenta um pouco do panorama vivenciado pela juventude nessa época. Em dezembro de 2014, no bairro, um dos interlocutores, John Lenon, de 16 anos, foi executado depois de ter sido amarrado e torturado. O adolescente, em sua bicicleta, costumava deixar suas mensagens de paz através das letras de rap que recitava entre várias galeras de diferentes espaços do bairro. Os “alôs”<sup>185</sup> eram mandados individualmente, sem citar o nome da “galera” à qual o homenageado pertencia. Embora vez ou outra mandasse um “alô” para a galera da pichação, evitava falar nomes de gangues ou comandos, para não ser associado às práticas de confrontos e delitos.

Atento à divulgação de seu trabalho, John publicava fotos e vídeos com mensagens de paz e união. Como transitava em várias galeras, as imagens chamaram a atenção de alguns, que enxergaram, em uma das fotos de John Lenon, que este estava fazendo o símbolo da paz, com 2 dedos das mãos, símbolo que representava a aliança ao Comando Vermelho. Ao ir em território da GDE, onde morava sua tia e primos, foi intimado por colegas de infância como o menino do rap contratado pela facção rival (CV). Dessa forma, não houve perdão e John Lenon foi levado para um barraco, amarrado e espancando. Cortaram a sua língua e, em seguida,

---

<sup>185</sup> “Alôs” são mensagens de saudações que expressam relações de companheirismo e amizades.

jogaram seu corpo em um matagal.

A morte de John Lenon representa um dos casos de homicídios que assolavam a população jovem de Fortaleza. Em meio à “guerra”, casos como esse expressam de que forma os membros de coletivos criminosos têm lidado com os inimigos, por meio de controles, punições, expulsões, mutilações e assassinatos, que permeiam o cotidiano de jovens moradores da periferia, conforme debateremos no próximo tópico.

Já no *caso Castor*, encontramos um percurso marcado por valentia e confronto em que o ‘certo’ virou o ‘errado’, ilustrando como aconteceram as mudanças no perfil das lógicas de atuação em situações de conflitos.

Um dos pontos significativos que nos chamou atenção para essa inflexão em termos da capilarização dos grupos locais foi a maneira conflituosa como aconteceu essa adesão por parte de grupos que desfrutavam de determinada autonomia. Membros das galeras dos bairros mostravam seu poder através da agressividade de atos violentos, muitas vezes impulsionada pelo calor das emoções. Traficantes locais roubavam ou expulsavam outros grupos próximos e homicídios aconteciam a partir de decisões individuais que repercutiam em ciclos de vinganças.

Uma primeira mudança está relacionada com a mudança no perfil das lideranças que, ao invés de tomar decisões violentas e muitas vezes egoístas, agora tiveram que se mostrar mais abertas ao diálogo entre aliados do grupo maior (CV ou GDE). Passou-se a privilegiar acordos em conjunto com outros aliados através de negociações, sobretudo no que consiste na garantia do monopólio e dos lucros pertinentes ao mercado de drogas.

Os grupos locais, compostos, em sua maioria, por jovens moradores da periferia, passaram por alguns ajustes, em que tiveram que se transformar em “tropa” ou “bonde” anexada ao CV e GDE, respectivamente. Alguns negaram se submeter à identificação como tropa do CV, optando por agir de maneira independente, como aconteceu com a galera do Castor, em meados de 2015.

O caso do Castor é emblemático nesse rearranjo de conflitos, e repercutiu no bairro pesquisado, apontando para mudanças que expressam o que se espera de um aliado que não pode agir de maneira egoísta. Castor era um “homem” de 38 anos que geralmente estava rodeado de jovens que o admiravam como “veterano” do crime e da guerra. Os garotos ouviam atentamente as histórias de bravuras, perigos e audácias que o patriarca vivenciou em seus trajetos de idas e vindas entre as ruas e presídios. Rafael, seu filho mais velho, de 20 anos, conhecido por já ter cometido mais de dez homicídios, dizia que aprendera com o pai a ser sanguinário com os inimigos, não levando desaforo para casa e atropelando quem estivesse no

caminho, sem dó nem piedade. Castor, por sua valentia e prestação de serviços úteis na guerra entre rivais, possuía respaldo entre as lideranças da cidade, que o conheciam desde os primórdios da consolidação dos primeiros grupos de traficantes na região dos bairros.

Notando sua importância nos ataques entre grupos locais, a partir do armazenamento e fornecimento de armas, Castor começou a cobrar pedágio nas bocadas, exigindo fornecimento gratuito de cocaína. Fato que foi encarado em tom de desaprovação por parte dos membros do Comando Vermelho no bairro que vinha orquestrando ataques entre os grupos. Alguns dos traficantes começaram a questionar a atitude e recolher armas que havia pedido para Castor guardar, alegando que não necessitavam mais de seus serviços<sup>186</sup>.

Castor, ciente da sua capacidade de mobilizar mais de quinze jovens, que se dedicavam ao seu grupo, encarou o desligamento da parceria dos armamentos como uma afronta. Sentia confiança na dedicação de seu grupo, que já havia participado de dezenas de ataques a grupos rivais quando necessário. Em suas histórias, sempre destacava a importância de ter sido pai de doze filhos, dentre eles, sete que lhe apoiavam nas dinâmicas criminais, participando do seu exército.

Kelvi, um de seus filhos, de 16 anos, tinha um relacionamento com uma garota que morava em uma localidade onde o pai tinha aliados. Ao saber do adultério praticado pela companheira, o garoto foi armado até a casa do suposto amante e o matou a tiros. Segundo membros do Comando, o erro de Kelvi foi ter agido por si, sem consentimento da “galera” do crime. Segundo alguns interlocutores, mesmo estando com “motivos” suficientes para cobrar o amante, ele deveria ter comunicado ao coletivo, para pensarem juntos sobre a punição.

O tio do garoto assassinado, que fazia parte de uma das tropas do CV de outro bairro, exigiu que Kelvi respondesse pelo seu ato de desobediência aos ideais do coletivo. Argumentando que o sobrinho não era “boca de prata”<sup>187</sup>, exigiu que Kelvi fosse colocado na linha para uma investigação e decisão em conjunto sobre a situação. Os demais souberam que seria um grande problema, porque Castor, o pai do garoto, não dava ouvidos a ninguém, por confiar no poder de uso da violência de seu grupo. Então, conforme previsto, Castor, alegando autonomia nas decisões, esnobou “esse negócio de colocar na linha” e disse que “faria o possível para que nada acontecesse com Kelvi, seu filho, e que, se fosse preciso, ‘derramaria sangue por ele’”.

---

<sup>186</sup> Na verdade, os pequenos grupos estavam mantendo contato de fornecimento de drogas e de armas potentes com membros do Comando Vermelho que atuavam no estado do Rio de Janeiro. É notável a presença de armas cada vez mais potentes nas mãos de jovens.

<sup>187</sup> Aquele que pratica o adultério. No mundo do crime, é um termo depreciativo para se referir àquele que cobiça a companheira do outro.

Então, o tio do garoto enfatizou aos demais que deveriam trabalhar em conjunto, “agir pelo certo” e “cobrar o errado”, conseguindo convencer outras lideranças a se reunir e decidir sobre o ocorrido, sem a participação da família de Castor que, por sua vez, teria mostrado desobediência ao recusar a ordem de colocar seu filho na linha. Diante disso, ficou acordado que deveria ser decretada a morte de Kelvi, como forma de retaliação. Isso significou a declaração de uma guerra, em que Kelvi, seus dois irmãos e três amigos foram alvos de ataques e de contra-ataques, repercutindo na morte do garoto homicida e de mais dois outros garotos aliados na guerra.

Notando que não iria conseguir atacar de maneira autônoma, sem o apoio de um dos lados dos coletivos, Castor, que na época estava recluso no presídio, decidiu se aliar ao grupo GDE, para vingar os três assassinatos, mas não obteve sucesso, porque foi executado em uma das rebeliões, e aqueles que faziam parte de seu grupo foram encurralados e expulsos do bairro pelas tropas do Comando Vermelho na região.

Fatos como esses representam a forma como conflitos interpessoais podem gerar desentendimentos que repercutem em desfechos violentos em que, majoritariamente, as vítimas são os jovens que compõem os grupos locais. Por conta de ações individuais, colocou-se em risco a integridade da família e de outros jovens moradores da região que se engajaram na “galera do Castor”.

## **1.12 Etnografias: Gestões e transformações do tráfico varejista**

No presente tópico, debruçamo-nos sobre achados de campo obtidos pelo pesquisador, a partir de seus contatos durante a pesquisa realizada nos bairros da periferia de Fortaleza. Neste sentido, exploraremos em especial as percepções de traficantes varejistas, que vivenciaram as transformações do mercado de drogas e nos relataram os impactos da penetração dos coletivos criminais em seus bairros. Além disso, apresentaremos casos observados em campo de situações que expressam as mudanças nas gestões dos conflitos nos bairros da cidade nos últimos dez anos.

### ***1.12.1 Fortalecer o Crime e o Tráfico Varejista***

Os riscos de prisões e conflitos armados, inerentes ao engajamento na dinâmica do tráfico de drogas ilegais, não são novidades para estudiosos preocupados com o assunto. Nos bairros da periferia de Fortaleza, o fenômeno da violência, atrelado a grupos de traficantes

varejistas interessados no domínio territorial e nos lucros, tem passado por transformações significativas. Nos últimos dez anos, sobretudo a partir de 2013, notamos uma rearticulação, que mudou a maneira como os conflitos são mediados nesses bairros.

Conforme destacado anteriormente, mudanças qualitativas e quantitativas no mercado de drogas, aliadas a uma série de conflitos armados entre grupos rivais, tornaram possível o fortalecimento dos coletivos que atualmente conhecemos como facções. Grupos de traficantes que agiam – de certa forma – de maneira autônoma, atuando, na maioria das vezes, de modo independente em termos de resolução de conflitos tiveram que readaptar o jeito como atuam na proteção de seus territórios. Ao enfatizar as mudanças nas formas de lidar com os conflitos, Jaime, um de nossos interlocutores, destaca:

*“Antes, na época que eu traficava na esquina do conjunto, era a “lei do murici’, cada um por si”. No máximo, um familiar próximo ou um amigo “comia o partido”<sup>188</sup> de te defender em caso de alguém te ameaçar. Agora, se atralhar os negócios da venda da droga, vem logo o enxame todo da facção. Na mesma hora, um já joga a situação no Whatsapp e o pessoal da facção já aciona a galera de outros bairros e arranja um jeito de proteger os aliados.” (Jaime, 27, ex-traficante varejista, evangélico)*

Em um contexto de guerra, tendo que mostrar recorrentemente sua capacidade de aniquilamento de outros pequenos grupos que ameaçassem seus domínios territoriais, traficantes varejistas costumavam conviver com certas imprevisibilidades, como a forte probabilidade de sofrer retaliações em suas atividades, por conta, por exemplo, da atuação de assaltantes que deixavam seus pontos de venda sob ameaça da polícia.

Na primeira metade década de 2010, tivemos o acirramento de conflitos entre grupos locais armados, que resultou no aumento acentuado do número de homicídios, principalmente entre jovens negros moradores da periferia<sup>189</sup>. Em um cenário de rebeliões e chacinas que se espalharam pelo Ceará, a emergência de grupos prisionais, conhecidos como facções, disputando áreas de domínios do tráfico de drogas, mudou a maneira como eram conduzidas as estratégias de ataques<sup>190</sup>.

Ofertando apoio de drogas e de armas tecnologicamente com alto poder destrutivo, esses coletivos, através de suas lideranças, possibilitaram uma ampliação das alianças, entre os

<sup>188</sup> Aderir a um dos lados em conflito.

<sup>189</sup> Alencar; Barros e Silva (2021) em “Maquinarias de guerra e mortes juvenis nas periferias do Ceará” faz uma análise em diálogo com a categoria de *necropolítica* (Mbembe, 2012), para entender como o contexto de guerra das periferias fortalezenses produzem juventudes matáveis a partir de uma tecnologia de gestão racializada, que tem como alvo corpos de jovens negros, moradores de bairros tidos como violentos.

<sup>190</sup> Em seu texto intitulado “Aqui não tem gangue, tem facção”, Paiva (2019) destaca “como as gangues e quadrilhas de traficantes ofereceram as condições objetivas para o processo de adesão a esses coletivos que, entre outras coisas, afetaram as maneiras de fazer o crime na cidade”. (Paiva, 2016, p. 165)

pequenos grupos de outros bairros, que passaram a se unir sob o emblema da facção para eliminar e expulsar seus rivais. Partindo da ideia de “tolerância zero” contra oponentes, pequenos exércitos eram convocados para aniquilar os inimigos que tentavam invadir suas áreas. Para participar da guerra e demarcar seus domínios, os grupos locais tiveram que recorrer à facção de maneira espontânea ou coercitiva para garantirem seus domínios.

Os sinais de ameaças eram realizados através de salves<sup>191</sup>, frutos de uma conexão entre bandidos de dentro e de fora dos presídios, que buscavam fortalecer os “irmãos”<sup>192</sup>. Desta maneira, os traficantes varejistas continuaram demarcando seus pertencimentos a partir de seus microterritórios de atuação e fidelidade à liderança local, mas tiveram que sintonizar seus pequenos grupos ao CV ou GDE, cultuando o símbolo da facção que possibilitou a rearticulação do crime na cidade.

Para traficar, tem que haver fidelidade à facção que fornece drogas na região do bairro. Aquele que estiver escolhendo outros fornecedores sem o consentimento da facção sofrerá consequências através de cobranças, que vão desde casos de expulsões, pauladas, mutilações até homicídios<sup>193</sup>. Aquele que desafiar será punido, pois as vantagens econômicas seriam como uma via de mão dupla. Os líderes locais se engajaram na dinâmica de mediação da facção, tendo apoio com armas e drogas, ao mesmo tempo em que foram cobrados a obedecer a exclusividade do fornecedor autorizado. Tratados como uma empresa, em que fortalecer o grupo aliado é sinônimo de sucesso de vendas e expansão dos negócios, a mediação violenta tem sido utilizada como estratégia comum nesses espaços.

O caso de Cristiano ilustra um pouco dessa transformação: Cristiano tinha uma pequena loja de produtos importados em um dos bairros. Recorrendo ao seu fornecedor de aparelhos eletrônicos que vinha de São Paulo, tomou conhecimento de que este poderia trazer, em meio às mercadorias, cocaína adquirida no Paraguai. Mesmo não se considerando traficante, solicitava ao fornecedor quantidades de cocaína de boa qualidade para vender a alguns amigos e conhecidos. No bairro, traficantes locais sabiam que Cristiano tinha um bom contato de um atravessador do sul, mas não havia conflitos, por conta de sua maneira discreta de abastecer

---

<sup>191</sup> Linguagem nativa que se refere a uma espécie de ordem-aviso vindo de decisões em conjunto entre pessoas que se dizem pertencentes às facções, atuando dentro de presídios e bairros da periferia. Geralmente, os salves circulam via redes sociais através de vídeos, fotos, áudios, e de pichações de muros, além da oralidade, nos diálogos entre moradores.

<sup>192</sup> “Irmão” é um termo comumente utilizado para se referir aos aliados da facção.

<sup>193</sup> É importante destacar que as negociações em torno das punições ganham desenhos diferentes quando os atores fazem parte de grupos opostos. Com os inimigos, as punições são mais severas, enquanto entre aliados e moradores dos bairros locais, geralmente, opta-se por punições de caráter mais pedagógico e restaurativo, fazendo com que o homicídio seja utilizado somente em casos extremos.

usuários com poder aquisitivo promissor. Após dois anos nesse movimento de venda aos conhecidos, três jovens moradores chegaram em seu comércio dizendo que o “patrão” do crime local queria lhe fazer uma proposta de parceria, o que de fato seria uma intimação para impedir que Cristiano acionasse contatos por conta própria. Na verdade, a liderança local queria que o comerciante caminhasse junto, fortalecendo a facção, aderindo à rede de fornecedores do CV e não mais ao contato de São Paulo. Cristiano disse que havia parado de “adiantar”, mas continuou fazendo as pequenas transações, quando um dos traficantes varejistas locais o intimou dizendo que o comerciante deveria se reunir com o “patrão”<sup>194</sup>. Cristiano foi convocado para o debate, que culminou na promessa de que ele realmente iria parar de receber a cocaína, pois, caso contrário, seria assassinado. Por fim, o comerciante decidiu parar de vender.

O caso citado acima não teve desfechos violentos, mas muitos dos assassinatos de Fortaleza aconteceram em virtude da não obediência aos princípios de alianças da facção. O “corre”<sup>195</sup> do mercado da droga, em vez de ser pensado em termos de autonomia de livre mercado passou a ser incisivamente controlado pelas lideranças em tomadas de decisão em conjunto.

Neste sentido, foram delegados compromissos às lideranças locais, como, por exemplo, sintonizar suas atividades cotidianas de vendas de drogas aos interesses dos coletivos que operam a rede de negócios do tráfico. Neste sentido, exigiu-se dos varejistas o comprometimento com a transparência de informações relacionadas à dinâmica dos conflitos do bairro. Visando uma “paz de mercado”, mantenedora do andamento dos lucros, lideranças dos coletivos permaneciam atentas às possibilidades de ameaças, além de elaborar estratégias de controle e ataques contra inimigos.

Colocando armas nas mãos de jovens dispostos a enfrentar a facção rival, os coletivos destacavam que as tomadas de território poderiam garantir a participação dos lucros das vendas de drogas. Os debates<sup>196</sup>, diálogos de ampla participação entre lideranças das tropas,

---

<sup>194</sup> Embora não fosse familiarizado com a lógica da criminalidade local, na verdade o rapaz estava em uma situação em que havia sido “colocado na linha” de uma tomada de decisão em conjunto com traficantes do Comando Vermelho interessados no mercado de drogas local.

<sup>195</sup> “Corre” é um termo nativo referente a atividades que podem ser de caráter ilegal ou legal. O corre é visto como uma atividade que possibilita vantagens econômicas e simbólicas. Geralmente nossos interlocutores têm utilizado para se referir à venda de drogas. Para maiores detalhes sobre o termo “correria/corre” ver: Moraes (2022) e Santiago (2014).

<sup>196</sup> Levar o assunto ao crime significaria trazer a responsabilidade pela mediação do conflito para o “mundo do crime”, onde membros faccionados passam a negociar em forma de debate as diferentes partes dos envolvidos e a tomarem para si a responsabilidade pela penalização. Sobre os debates envolvendo a mediação de conflitos em repertórios por justiça nas periferias paulistas, Feltran (2010) destaca a importância dos debates em situações de litígios, em que a escuta das partes envolvidas tem como intuito fazer as regras serem obedecidas: “A sentença é invariavelmente amparada tanto no respeito aos *princípios da facção*, quanto nas performances e nos depoimentos de acusados e vítimas. Há espaço para argumentação ampla de acusação e, sobretudo, de defesa – na qual a virtude

passaram a fazer parte do repertório de resolução dos conflitos nos bairros, sobretudo aqueles relacionados à ameaça de concorrentes de grupos rivais.

Neste sentido, algumas atividades passaram a ser coibidas de forma mais incisiva, como podemos notar a partir da tentativa de acabar com assaltos e furtos nas áreas onde os grupos locais e os seus aliados, de outros bairros, atuam. Aquele que não compactuasse era cobrado, como notamos no caso do Everton, assaltante com sua própria “tropa”, que desafiou a ordem de agir em sintonia. Os próprios líderes foram convocados ao diálogo para cobrar a união e o respeito às regras de decisão em conjunto.

Everton, 42 anos, pai de 14 filhos, era altamente respeitado no mundo do crime, por conta de sua longa trajetória de temporadas em presídios; participação de assaltos e conexões com lideranças de criminosos na cidade. Considerado sanguinário e admirado, Everton vivia acompanhado de quatro de seus filhos, que aceitavam participar de assaltos e homicídios. Sabendo do poder que tinha de usar da violência com sua galera, alugava armas e cobrava para participar junto a outros grupos das tomadas de territórios, embora sua especialidade e de seus garotos não fosse a atuação na venda de drogas. Everton, era tido como uma pessoa “esquentada”, cabeça dura, e decidiu de maneira autônoma realizar assalto em um supermercado localizado em um bairro de domínio da mesma facção que atua na sua área. Lideranças do CV local foram acionadas por membros do bairro assaltado, que exigiram a transparência da ação, juntamente com a devolução do dinheiro roubado. Everton disse que não devia satisfação a ninguém e que não iria devolver nada, pois, durante o assalto, havia acontecido troca de tiros, em que um de seus filhos foi baleado no braço.

Diante disso, membros da facção tentaram amenizar e prometeram que não aconteceriam mais assaltos, pois fizeram circular nas redes sociais ordem de execução àqueles que realizassem assaltos no próprio bairro e em bairros de facções aliadas. Everton continuou com sua valentia, desafiando a facção, quando começou a cobrar pedágios em drogas da facção local, alegando que eles deveriam favores a ele e seus filhos. Assim, foi intimado e reagiu com agressividade. O resultado disso foi o estabelecimento de uma guerra, em que Everton teve de se aliar à GDE para combater os grupos dos seus bairros. O destemido e inabalável exército foi expulso e Everton e dois de seus filhos assassinados. Em sua casa, traficantes varejistas passaram a morar e atuar, demarcando nos muros avisos de proibição de roubo e domínio do CV.

---

do indivíduo deve aparecer em ato (Marques, 2007). No limite, pode-se decidir neles quem vive, quem mata e quem morre”. (2010, p. 63)

### 1.12.2 “Certo pelo Certo e o Errado será Cobrado”

Segundo os princípios do CV, caminhar pelo certo significa “andar na linha”, obedecendo às regras da dinâmica criminal imposta pela facção. O lema “O certo pelo certo e o errado será cobrado” passou a prevalecer quando se iniciou uma ampla participação de lideranças do crime nas decisões em conjunto, a partir de debates conhecidos popularmente como “colocar na linha”. O traficante que desobedecesse às ordens de fortalecer os aliados seria colocado na linha e se submeteria a negociações de penalidades e restaurações.

Outro ponto importante que expressa a capilarização de grupos locais que aderiram à aliança ao coletivo se refere à convocação de garotos que passaram a controlar e exigir, em seus bairros, o respeito ao tráfico local e à ordem de pacificação entre aliados<sup>197</sup>. Além da participação nos lucros, traficantes varejistas tiveram que se responsabilizar pela proteção de seus territórios e pelo cumprimento de regras de conduta, como a pontualidade de chegada e saída no cotidiano do tráfico.

Josué, um dos traficantes varejistas, relata como sentiu essa transformação:

*Antigamente era só eu, meu irmão e um amigo de infância que traficava aqui nessa parte das áreas. A gente tinha que se preocupar tanto com os “piranguinhos” de outras áreas que vinha fazer atentados aqui, como da polícia que ficava que nem cão e gato atrás da gente. Daí, quando um de nós ia preso, a mãe é que ficava atrás de vender as coisas pra soltar a gente, porque o dinheiro da droga que a gente vendia mal dava para bancar nossas curtidão [...]. Depois, com esse negócio de facção, o Rafa, que é um parceiro de outras áreas, veio me dizer que tinha vestido a camisa do CV e agora fazia parte da facção [...]. Daí a gente trocando uma ideia eu fui percebendo que valia a pena investir junto com os cara, porque eles faziam de um jeito que conseguia comprar as viaturas que circulam nas áreas pra não embaçar nas nossas vendas e caso a gente fosse preso, teria advogado pago pela facção e um lugar respeitado se fosse preso, aí é bom né... eles prometeram ajuda se algum dos pilantra viessem pra cima de nós e ainda jogava na nossa mão droga boa [...]. (Josué, 34, traficante varejista)*

### 1.12.3 Gestão do Crime nas Periferias

Como destacado anteriormente, tomadas de decisões individuais operacionalizadas com atitudes violentas, sem o crivo da facção, passaram a ser encaradas como ofensas e ameaças ao princípio de união. Segundo a lógica de resolução de conflitos dos coletivos, agir sem

---

<sup>197</sup>Ao destacar como o crime fortalece o crime na ampliação das parcerias de rede do mercado de drogas, Dias (2017) destaca que: “Atualmente, o cálculo empresarial da narcoeconomia orienta a estratégia da facção em busca de ampliar os lucros no mercado nacional de drogas. Acordos são sempre preferíveis aos conflitos. Mais do que a busca da dominação da cena criminal como um fim em si mesmo, futuros embates devem levar em conta os ganhos comerciais por trás dos conflitos”. (Dias, 2017, p. 25)

consentimento das lideranças poderia repercutir em punições. Deste modo, com o emblema de “agir pelo certo”, normas de boa conduta passaram a ser reguladas de maneira incisiva organizadas pelos membros dos coletivos. Alguns dos controles cultivados já existiam como, por exemplo, o desejo por evitar assaltos ou roubos no bairro; evitar o consumo e a venda de drogas em alguns lugares dos bairros; não urinar em lugares de fluxo; evitar adultérios e homicídios. Sendo assim, vários conflitos sobre assuntos direta ou indiretamente relacionados ao “mundo do crime” passaram pela análise dos articuladores tanto locais quanto de fora do bairro.

É importante ressaltar que o respeito às normas de “boa convivência”, famigerado “agir pelo certo”, não era uma novidade implementada da noite para o dia, dado que muitas dessas normas fazem parte do repertório dos moradores das periferias a bastante tempo. É possível afirmar, inclusive, que tais normas incorporaram regras comuns tanto dos mercados de drogas e de armas quanto de assuntos corriqueiros, alheios ao crime, mas que passaram a ser mediados e a sofrer interferências de articulações de dentro e fora dos presídios. Levando em consideração as interseções entre o mundo do crime e as normas locais de convivência cultivadas pelos moradores dos bairros, Feltran (2010) problematiza como a articulação entre “bandidos” ganhou destaque na resolução de conflitos e na busca por justiça nas periferias paulistas:

Algo que era antes alheio às “famílias” e distante dos “trabalhadores” passou a aparecer nos cotidianos de todos os moradores da nova geração. Modos de organização, antes mais restritos às prisões, ganharam aderência no tecido social das favelas. Normas antes exclusivas do universo daqueles considerados “bandidos” passaram a abordar também a sociabilidade de jovens não inseridos nos mercados ilícitos (2010, p. 63).

Interessados na consolidação do mercado de drogas, os membros das redes faccionais, passaram a administrar de maneira incisiva em diversos conflitos nos bairros, com a intenção de garantir a ordem e a estabilidade, imprescindíveis à autonomia do comércio. Baseados em acordos materiais e simbólicos, preocupados com lucro e domínio do território, traficantes passaram a gerir de maneira planejada o andamento de suas atividades, através de parcerias e estratégias locais nos bairros, que têm como premissa evitar a utilização do recurso da violência na resolução dos conflitos.

Observando as inflexões sobre novos padrões de gestão do tráfico, em que o uso da força, tão comum nesses mercados, passou a ser condicionada por princípios de racionalização e decisões conjuntas, em seu estudo sobre o PCC, Dias (2017) destaca a importância dos acordos de paz e união:

O ingresso no mercado de drogas em nome da defesa dos ideais da facção estabeleceu **novos padrões de interação**, permitindo a defesa da ampliação dos lucros e da redução dos conflitos – que produzem prejuízos –, dando um sentido instrumental para a consolidação do contrato e da paz no crime paulista. A redução de homicídios nesse cenário significou também aumento dos lucros, redução dos prejuízos e de polícia, previsibilidade, capacidade de planejamento, lavagem de dinheiro, investimento e de ampliação do poder na luta contra o sistema (2017, p. 17).

Segundo um dos nossos interlocutores, nas decisões entre bandidos, opta-se, na maioria das vezes, por penalidades restaurativas, como expulsões e ressarcimento de dívidas, em vez de execuções. Diante dessas configurações geridas pelo crime, a violência não deixou de estar presente como pano de fundo das regulações do “agir pelo certo”, mas o que houve foram inflexões, em que se valorizava a justiça das decisões em conflitos. Feltran (2010), ao discutir como a violência armada e os princípios de justiça permeiam o cotidiano das periferias destaca que:

A utilização da violência armada é, evidentemente, a fonte última da legitimidade e autoridade do “mundo do crime” e dos “irmãos” nas periferias da cidade. Entretanto, cotidianamente, esses grupos manejam componentes muito mais sutis de disputa pelas normas de convivência, como a reivindicação de justiça dos comportamentos, amparados na “atitude”, “disposição” e “proceder” na oferta de “justiça” a quem dela necessita (2010, p. 63).

No contexto do crime, a união entre membros da mesma facção leva em consideração que “o crime fortalece o crime”, que se torna uma das máximas que passa a respaldar a ampliação dessa rede de parcerias no mercado de drogas.

Ligados por vínculos familiares e de amizade, baseados na consideração e no respeito entre bandidos, a facção se tornou um ideal que mudou a maneira como jovens da periferia se relacionam entre si e demarcam seus pertencimentos. A união e a proteção dos aliados envolvidos no comércio vão além dos interesses econômicos, pois a filiação exige que o bandido seja “ponta firme<sup>198</sup>” com os irmãos que estão no crime.

Ser traficante corresponde a um compromisso baseado na lealdade e respeito entre consumidores e fornecedores. Cria-se uma expectativa em torno da maneira como o faccionado vai obedecer à lei de “correr pelo certo”. Envolvido no “correr” da venda de drogas, espera-se que prevaleça o lema “Paz, Justiça e Liberdade”, em que o princípio fundamental é o respeito e a união entre bandidos da facção. Marques e Dias (2010) destacam a forma como tanto o PCC como o CV passaram por “constantemente esforços e tentativas de racionalizar seus processos e de desenvolver uma filosofia nativa acerca dos sentidos da “Igualdade”, que fora incorporada no

---

<sup>198</sup> Pessoa leal com atitudes que reverberam confiança.

lema “Paz, Justiça e Liberdade”.

#### **1.12.4 “Vestir a Camisa”: “Correria” e seus papéis**

Para se faccionalizar (“vestir a camisa”), além de um padrinho, o recém batizado precisa ser considerado e ter procedências condizentes com as expectativas e regras do crime. Tal pacto é um compromisso de vida e morte, em que o faccionalizado terá que honrar com os princípios da facção, sem trapacear; sem cobiçar o que não lhe pertence; evitando contato com grupos rivais; fortalecendo os demais aliados sempre que necessário etc. Trata-se, portanto, de um compromisso coletivo, que regula as maneiras de pensar e agir daqueles que estão na “vida do crime”. O “correria” da facção, termo estabelecido para caracterizar quem está caminhando em sintonia com as atividades estabelecidas pelo crime, deve “agir pelo certo” e “não dar vacilo”.

Embora em muitos bairros pessoas de fora sejam responsáveis pelas decisões, os vínculos afetivos, familiares e de amizades são valorizados nesse ambiente. Conhecer as pessoas e a dinâmica do bairro é um dos requisitos para garantir o bom andamento das atividades.

Além das participações nas decisões, quando alguém é “colocado na linha”, são também os “correria” que, na maioria das vezes, executam as penalidades cabíveis. Em troca da lealdade ao padrinho de batismo, o “correria” conquista a participação no tráfico, além de ter uma rua batizada com seu nome, o que significa que, “no crime”, ele é o dono que tem que proteger as áreas dos inimigos e manter o ambiente sossegado e limpo, deixando o comércio distante de desordens e de situações que representam perturbações e riscos que chamam a atenção da polícia.

Outro ponto interessante que nos chamou atenção foi a relação de pertencimento que os garotos faccionados tinham com o bairro. Um dos nossos interlocutores argumentou que, para saber administrar o tráfico e não fazer com que as áreas estejam “embaçadas”, é preciso conhecer bem quem é cidadão, quem é “cabueta”, quem é da família de quem, porque, para se meter na briga de alguém, é preciso saber os limites da comunidade e o que cada comunidade entende como sossegado.

Durante a realização do trabalho de campo, percebemos que, em muitas ocasiões, havia cooperação entre os rapazes do tráfico e outros moradores dos bairros pesquisados. Muitos avisavam quando a polícia chegava, alguns opinavam sobre as estratégias que poderiam diminuir a possibilidade de serem presos etc. Os vínculos familiares e de amizade entre a

“galera do crime” e outros moradores se mostraram primordiais. A maioria dos entrevistados faccionados possuía familiares e amigos antigos que residiam próximo ao local de moradia e de tráfico. Muitas das regras implementadas coincidiam com as intenções dos moradores, como evitar tiroteios ou agressões policiais contra a comunidade.

O vínculo estabelecido com o lugar de moradia e autoridade sobre o local demonstrou múltiplas interseções entre as regras do crime e as regras de convivência entre moradores. O próprio “correria”, responsável pelo tráfico no bairro, geralmente é escolhido por ser “cria” do local, por morar e conhecer a dinâmica das relações específicas da história do lugar onde trafica. Deste modo, percebemos as regras que correspondem ao “agir pelo certo”, fazem parte de uma moralidade baseada em uma negociação entre a lógica das dinâmicas criminais e os princípios de boa convivência dos diversos moradores da periferia. Por exemplo, não é interessante para o andamento dos lucros do tráfico que ocorram homicídios onde a atividade é realizada.

Márcia, 36, empregada doméstica, mãe de quatro filhos, lamenta a morte do mais velho, 20, que foi assassinado roubando no próprio bairro em 2010. Nonato, 16, o mais novo, devido ao uso compulsivo de *crack*, passou por conflitos que o fizeram ser colocado “na linha” por membros da facção. Ciente do poder que o “pessoal da facção” tem no bairro, Márcia, ao ser chamada para uma conversa, foi até uma praça onde estavam reunidos seu filho e mais cinco rapazes do crime. Segundo ela, um dos rapazes pediu silêncio e disse que cada um dos ali presentes teria direito a expor suas opiniões. Douglas, um dos rapazes do tráfico, que morava na mesma rua de Delourdes, disse que o rapaz estava vacilando, devendo 400,00 reais há bastante tempo e, ao invés de pagar, estava comprando de outro revendedor. Alegou que sabia que Nonato estava roubando dentro de casa para comprar droga e que aquilo era “coisa de gente safada”. Por fim, destacou que aquela reunião seria para contornar a situação e evitar que Nonato fosse assassinado. Depois de negociarem as possibilidades de pagamento, Jessé sugeriu que o rapaz fizesse a limpeza de um terreno que precisava ser capinado. No final da discussão, o acusado se comprometeu a não extorquir a própria mãe, limpar o terreno e pagar o restante da dívida até o mês seguinte.

Contudo, a partir de 2016, notamos mudanças significativas nas formas de conduzir e de se fazer respeitar tais regras. “O crime”, na figura de seus representantes, passou a orquestrar suas lógicas internas de organização às regras de convivência dos moradores dos bairros onde atuam. Nos bairros dominados pelo CV, os agentes do tráfico não podem tomar decisões individuais sem a consulta prévia dos membros dos coletivos que deliberam em

conjunto sobre os assuntos dos bairros. Neste sentido, destacamos a importância das lideranças com suas carreiras criminais<sup>199</sup>, desempenhando um papel relevante como autoridade articuladora na tomada de decisões sobre os conflitos dos bairros, especialmente aqueles que ameaçam a paz de mercado do tráfico de drogas<sup>200</sup>.

### ***1.12.5 Narrativas sobre tráfico e ser “colocado na linha”***

Colocar o assunto em pauta para o crime resolver, através do julgamento dos membros das facções sobre determinada situação (ou como a categoria nativa revela como “colocar na linha”), envolve uma seriedade em torno da legitimidade da eficácia reguladora e punitivista das facções. Por sua vez, os conflitos em torno do tráfico e o consumo também se tornaram pauta desses debates.

Jocélio, um jovem de 31 anos, pai de três filhos, traficante desde os 20 anos, participava ativamente da facção. Possuía uma rua e uma praça, onde dominava o tráfico local junto a seus irmãos. Seu corre era deixar a droga na mão dos irmãos mais novos para distribuir no varejo e negociar quantidades de 50 gramas ou mais de maconha. Quando alguém era colocado na linha, ele participava ativamente, demarcando suas opiniões e, na maioria das vezes, era ele quem executava as penalidades. Em determinado momento, surge o comentário de que o Jocélio estava “crescendo os ‘zói<sup>201</sup>’ no corre do Guela”, que tinha seus clientes certos. Depois de alguns meses, Guela reclama ao “torre<sup>202</sup>” da região que, novamente, Jocélio estava ligando e mandando mensagem para seus clientes. O assunto foi posto na linha e estabeleceram que, a partir de 12 de julho de 2018, Jocélio não poderia interferir nos negócios de ninguém, tendo que, mensalmente, prestar conta das vendas que realizava. Desobedecendo o acordo, os rapazes do crime tiveram sua última reunião sobre o caso, convocando dois irmãos de Jocélio

---

<sup>199</sup>A carreira criminal dessas lideranças e a habilidade em solucionar conflitos e garantir o fortalecimento dos aliados, possui um papel significativo. Uma das características mais fortes seria essa capacidade de gestão do território e da vida da população através de um poder que foge do monopólio do Estado. O controle e a vigilância operacionalizados pelos membros das facções tendem a estabelecer regras baseadas na capacidade do uso da força, que gerencia, por exemplo, os locais de consumo de drogas; a proibição de delitos, como roubos, no bairro; a mediação de conflitos entre vizinhos, dentre outras.

<sup>200</sup> Feltran (2010), ao refletir sobre a dinâmica do crime nas periferias de São Paulo, destaca que: “A chamada “pacificação” das relações internas ao “crime”, ali, iniciou-se na virada para os anos 2000, e se consolidou em 2003, quando, segundo relatos recorrentes obtidos em campo, os “irmãos” (membros batizados do PCC) assumiram a tarefa – antes do principal traficante local – de ordenar todo o “mundo do crime” e fazer seus negócios funcionarem sem conflito”. (Feltran, 2010, p. 59).

<sup>201</sup> Termo nativo que significa cobiçar algo pertencente a outra pessoa.

<sup>202</sup> Torre é aquela liderança encarregada de sintonizar os vários líderes de grupos locais sobre assuntos referentes aos conflitos da alçada do Comando Vermelho do Ceará. Em virtude de seu contato com importantes articuladores interestaduais da facção, ele ocupa uma posição central nas tomadas de decisão nos momentos de consulta à cúpula estadual.

e definiram que a execução seria a medida adequada.

Uma das questões valorizadas neste contexto é a de não “crescer os zói” no “corre” do próximo e não fazer “pirangagem” no bairro, para que os negócios e as alianças não sejam prejudicados. Ignorar as regras da facção, desrespeitando o tráfico de um irmão que está no território vizinho, significa uma afronta aos princípios da facção, que definem que todos do mesmo grupo devem trabalhar de maneira coletiva, definindo os lucros conforme seus papéis. Agir de maneira independente pode fazer com que o certo vire errado.

Agir pelo errado significa tomar atitudes encaradas como desvio de conduta, ações estas tidas como “pirangagem” a ser abolida e penalizada. Quando colocado na linha, aquele acusado de quebrar as normas terá que justificar seus comportamentos, ao mesmo tempo em que é julgado pelos demais. Por conseguinte, cada uma das partes em litígio será escutada com direito a defesa para negociarem penalidades, caso o deslize seja confirmado. Neste sentido, membros das facções se nortearão pela ideia de que deve prevalecer “o certo pelo certo” e de que o “errado será cobrado”.

Entretanto é importante destacar que os debates são muitas vezes demorados, podendo chegar a mais de 4 rodadas de negociações, demonstrando que as regras de convivência daquilo que se estabelece do “certo pelo certo” é bastante complexa e geralmente não é aceita de maneira homogênea, apresentando-se a partir de múltiplos tensionamentos.

O “torre” de um dos bairros que prevaleceu como autoridade que defende o território do Comando Vermelho na região passou por tensionamentos relacionados ao abastecimento de drogas na região. Outros rapazes questionaram o monopólio da venda estabelecido por Didi. Os garotos expuseram a escassez de droga no bairro e se queixavam dizendo que deveria ser dado espaço para outros também traficarem, pois também necessitavam de uma renda. No entanto, o ideal de que iriam mandar matar quem ousasse vender sem permissão intimidava aqueles que visavam o “corre”. O assunto não foi posto na linha, mas houve uma discussão resolvida entre os “torres”, que chegaram a um acordo amigável. Indignado, o garoto argumentou: *valente pra nós que nascemos no bairro, mas com os bandidos de outras áreas fica bem mansinho.*

As mediações de conflitos que ocorrem localmente, muitas vezes, se espalham por uma rede que envolve diversos atores que (re)atualizam as regras através de discussões em torno de orientações de princípios e de penalidades. Todo um sistema de expectativas sobre as maneiras de agir e pensar nesses territórios implicam em regulações, tanto sobre o traficante, que não pode “desandar” enquanto está no tráfico, quanto em relação aos usuários como/quando

consumidores. Pois, segundo Pajé: “*O crime não pode deixar correr frouxo, porque senão vira bagunça, todo mundo chega e faz o que quer. O lance do crime é que, se vacilou, será cobrado*”.

Uma das questões observadas é a seriedade em relação à obediência. De acordo com Pajé, não se pode duvidar da capacidade do crime de fazer valer as regras, porque o uso da violência como penalidade é algo sério que deve ser levado em consideração. Duvidar da capacidade do crime pode representar riscos à vida, que podem culminar em homicídio. Evita-se a morte como solução, mas como disse um interlocutor, *se for preciso derramar sangue para ter a paz, estamos dispostos. O lance é agir pelo certo*. Em sintonia com esta ideia, Feltran (2010) narra situação semelhante em relação às tomadas de decisões envolvendo membros de grupos tidos como criminosos. O autor destaca que o PCC

teve de demonstrar competência para, de um lado, evitar violência desnecessária e, de outro lado, não comprometer sua autoridade – se parecesse estar protegendo alguém contra a “lei do crime”, ou se parecesse “frouxo” na hora de decidir, poderia ele também ter sido questionado. A “lei” vale para todos. Embora haja muita autonomia local na decisão, casos como esse, considerados desvios “de vida”, não poderiam ser sentenciados com pena de morte sem o “aval” de uma “torre” (Feltran, 2010, p. 65).

Decidir sobre os conflitos que afetam o tráfico e ocasionam problemas com a polícia envolve um compromisso entre membros das facções, que vão analisar as partes envolvidas no litígio e negociar as soluções adequadas para o problema a ser resolvido. Levar o assunto ao crime seria trazer a responsabilidade pela mediação do conflito para o “mundo do crime”, e membros faccionados passam a negociar em forma de debate as diferentes partes dos envolvidos e a tomarem para si a responsabilidade pela penalização. Sobre os debates envolvendo a mediação de conflitos em repertórios por justiça nas periferias paulistas, Feltran (2010) destaca a importância dos debates em situações de litígios, a escuta das partes envolvidas tem como intuito fazer as regras serem obedecidas.

A sentença é invariavelmente amparada tanto no respeito aos *princípios da facção* quanto nas performances e nos depoimentos de acusados e vítimas. Há espaço para argumentação ampla de acusação e, sobretudo, de defesa – na qual a virtude do indivíduo deve aparecer em ato (Marques, 2007). No limite, pode-se decidir neles quem vive, quem mata e quem morre. (p. 63)

Quando se coloca a situação de conflito como pauta para “o crime” resolver, cria-se uma expectativa de rigidez e celeridade nas maneiras de fazer justiça; para não deixar uma das partes impunes ou com penalidades inadequadas.

### ***1.12.6 Livre Comércio e Monopólio: Quem pode e como?***

Uma primeira mudança significativa observada por um dos traficantes varejistas que se dedicavam ao comércio de cocaína girava em torno da restrição da rede de fornecedores que, agora, poderia abastecer sua “boca”. O livre “comércio” parecia ter sido alvo de uma extrema regularização, pois agora CV só compra da CV e não mais dos “GDcú”. Aderir ao CV do Ceará não significava apenas ter acesso às complexas redes econômica, social e ilegal tecidas nos interstícios do mundo do crime, mas também enredar-se em um emaranhado de teias de deveres e obrigações associados a normas e regras que regem a atuação das redes criminais no Brasil.

Os vários jovens pertencentes a facções envolvidas com comércio de drogas que se reúnem nas esquinas, praças e becos do bairro estão presentes no cotidiano desses espaços, atuando de maneira incisiva para garantir a dinâmica das vendas. A permanência nesses espaços implica em regulações, como o controle em relação ao cliente que pode ser atendido ou não. O sistema de vigilância implica em garantir o monopólio da venda, além de atuarem como protetores das regras da violência<sup>203</sup>. Os olheiros, diretamente ligados ou não ao tráfico, possuem a missão de fazer com que a área esteja “limpeza”, pois as áreas “embaçadas”, seja devido à presença da polícia ou de outros inimigos, não condizem com as exigências dos coletivos criminais, interessados na distribuição e no comércio de drogas nesses espaços dos bairros.

As regras conduzidas pela nova articulação das redes criminais em Fortaleza amarravam nosso interlocutor a uma teia de obrigações de controles da qual não parecia ter forças para se desvencilhar, enredando em uma malha interdependente de obrigações e práticas que revelavam a complexidade da atuação das redes criminais em Fortaleza. Como destacou Pedro: *“Hoje, ninguém pode vender mais o que quer não! Até a droga que o nego tá vendendo os caras quer controlar a qualidade...Mesmo pegando deles, não dá para misturar um poquinho do pó!”*

Envolvido no tráfico de *crack* e cocaína desde 2009, Pedro manifestou certo espanto com algumas das novas regras ditadas pelo “crime” para o comércio varejista de drogas em Lagoa Seca. Acostumado com a maximização dos ganhos e lucros proporcionada pelo “batismo” da cocaína, nosso interlocutor se queixava da perda dos ganhos que a obediência às regras que o CV exigia para suas atividades (Teia de obrigações).

*“Hoje os caras colocam muitas regras pra gente poder vender as paradas! Antes o*

---

<sup>203</sup> Segundo Foucault a vigilância se estabelece como uma [...] rede de relações de alto a baixo, mas também até um certo ponto de baixo para cima e lateralmente; essa rede ‘sustenta’ o conjunto e o perpassa de efeitos de poder que se apoiam uns sobre os outros: fiscais perpetuamente fiscalizados. (Foucault, 1996, p. 158).

*cara pegava 500 g e desdobrava nas 700. Hoje, se a galera souber que neguim tá misturando a galera, nem que seja pouco, vem logo alguém cobrar, dizendo que o cara está correndo pelo errado! Ai assim é foda, o nêgo não pode nem tirar um trocado a mais” (Pedro, 26, CV).*

Para Pedro, a chegada das facções na dinâmica do comércio de drogas em Fortaleza não estaria associada apenas a uma maior quantidade e diversidade das drogas que circulavam na cidade. O impacto mais significativo para nosso jovem comerciante de drogas parecia girar em torno da redução de seus ganhos historicamente assegurado pelo batismo. Como não comercializava essas “novas drogas” (*Skank, Haxixe*), que chegaram através da articulação dessa nova rede na cidade na última década, Pedro enxergava, de maneira prioritária, a queda dos lucros, imposta pela nova dinâmica de gestão das periferias.

### ***1.12.7 Vamos adentrar a história de Misael: o desavisado do perigo (pedagogia das regras)***

Muitas dessas mediações de conflitos repercutiam em cenas de violência ou formas pacíficas de reparações. Um dos casos observados é o de Misael: Na manhã de um sábado de 2013, um jovem traficante do bairro, chamado Misael, foi procurado na quitinete onde morava, por outros traficantes do bairro vizinho, que estavam sem maconha e pretendiam comprar para consumir. Chamaram várias vezes pelo garoto, mas ele não respondeu, por estar dormindo com sua esposa.

Depois de insistirem, Misael saiu agitado, expulsou os rapazes com palavras depreciativas e disse que naquela hora não despachava nem a própria mãe. Antes de saírem, alguns do grupo questionaram, dizendo que ele não poderia tratá-los daquela maneira, porque também eram bandidos e mereciam respeito. Naquela mesma tarde, um carro gol prata rondou várias vezes pelas proximidades. No início da noite, Misael, sentado na calçada onde costumava traficar, foi alvejado com 3 tiros que quase o levaram a óbito. Depois do ocorrido, interrompeu-se a venda no local durante dois meses, pois, segundo os frequentadores do espaço, as áreas estavam “embaçadas”.

Acontecimentos como esse emergiam em diversas periferias, fazendo com que o andamento do tráfico fosse muitas vezes prejudicado. O respeito às normas de “boa convivência”, conhecidas como o “agir pelo certo”, está presente tanto na lógica do mercado de drogas como em assuntos não diretamente ligados ao crime. Não roubar no próprio bairro, identificar delatores, avisar quando a polícia chega, não usar droga na frente de crianças e evitar brigas entre vizinhos, para não atrair atenção da polícia, são normas que há bastante tempo fazem parte do imaginário dos moradores das periferias, mas que recorrentemente eram

desobedecidas.

#### 1.4 “De Olho no Mundo: áreas “limpeza” para o “corre fluir”

As diversas modalidades de crime existentes na cidade, como agiotagem, assaltos, furtos, tráfico de drogas e de armas ganham destaque em termos lucrativos e organizacionais nas maneiras de operar na complexa rede dos coletivos<sup>204</sup>. Assunto deste tópico, iremos destacar como o sistema de vigilância é operacionalizado por “olheiros” e traficantes varejistas para manter as “as áreas limpeza” para o andamento das atividades.

Tornou-se prática comum a vigilância desses territórios. Para aniquilação ou expulsão de inimigos, havia regras de controle, como intimidar alguém, a fim de saber onde a pessoa morava para saber se era da facção rival. O medo que sentiam dos “cabanas” ou “caguetes”, que se infiltravam nos bairros para colher informações, era muitas vezes controlado através do confisco do celular ou de uma série de perguntas. Estratégias como essas eram apresentadas diariamente na televisão.

Alguns intimados a “fazer parte da firma”, caso quisessem continuar traficando, e outros interessados na participação dos lucros oferecidos pela rede, aliaram-se aos coletivos a partir de atividades coordenadas. Passaram também a fazer parte das vendas através de alianças que lhe delegavam poder de decisão e mediação de conflitos<sup>205</sup> que representassem ameaças. Na tentativa de garantir os lucros, proteger e dominar o território, ideais comuns são destacados.

Matos e Santiago (2021), em seu trabalho sobre traficantes varejistas em Fortaleza, pontuam algumas mudanças nas maneiras de atuar no tráfico, que refletem a acomodação de normas de condutas baseadas no ideal de organização das redes dos coletivos criminais. Por um lado, se a participação por parte de um pequeno grupo permite acesso a quantidades e

---

<sup>204</sup> A partir da pesquisa de campo, realizada em 2016 pelo Comitê Cearense pela Prevenção dos Homicídios na Adolescência, um dos pesquisadores observou que: “É natural que a alta incidência de violência em uma determinada área diminua a circulação de pessoas pelo local, inclusive dos consumidores do produto comercializado pelos traficantes naquele espaço. [...] O cara passa a não frequentar mais a área onde os homicídios estão acontecendo. ‘Pô, eu não vou naquela área ali porque é muito complicado’. O local fica inseguro para todos circularem, inclusive o usuário, aquele que vai comprar a droga”. O alto nível de criminalidade também atrai – ou pelo menos deveria atrair – a presença policial para enfrentar as ações delituosas. “Então, é muito comum o pessoal dizer: ‘Olha, eu não quero roubo na minha área, porque isso atrai Polícia para cá’. Isso é muito comum nas comunidades. Então, essa história de dar uma trégua é bom para todo mundo”.

<sup>205</sup> Sobre o processo de atuação desses grupos e rearranjo dos domínios territoriais nas periferias de Fortaleza, podemos observar uma série de expulsões, não apenas de traficantes, mas também de seus familiares e outros moradores que tiveram que alterar seus percursos cotidianos e locais de moradia. Neste sentido, encontramos uma cidade sitiada pela atuação das facções. Ver em: [https://brasil.elpais.com/brasil/2018/03/20/politica/1521569179\\_197468.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2018/03/20/politica/1521569179_197468.html). Acesso em 22/10/2020.

variedades de armas e drogas, por outro, exige uma fidelidade ao que se refere a abastecimento e garantia de proteção dos territórios da venda.

Deste modo, iremos destacar, no tópico seguinte, algumas das regras, de acordo com engajamentos propostos pela facção, assim como a divisão de funções em torno das gestões dos conflitos que permeiam a dinâmica do tráfico nos bairros estudados.

Percebemos, em campo, que esta tentativa de estabelecer paz de mercado e proteção contra inimigos passou a ser estrategicamente organizada com o intuito de evitar perturbações, como a presença da polícia; propagação de tiroteios; brigas entre vizinhos; delações.

### **1.12.8 O “Correria” e sua Missão no Território do Tráfico**

Não que essas regras acionadas sejam novas, mas o que percebemos é que os compromissos passaram a ser cobrados de maneira racionalmente mais organizada, visando, na maioria das vezes, a união entre aliados e a estabilidade do mercado de drogas, fundamental para garantia dos lucros e fortalecimento do crime. Um dos interlocutores argumentou que, se fosse nos dias atuais, Misael (citado acima) teria sido “colocado na linha” e os membros da facção decidiriam em conjunto, com mais calma, sobre as possibilidades penais a serem aplicadas, que não fossem os tiros.

Jurandi argumenta que:

*“Não dá mais para agir por impulso. Tudo tem que ser pensado, porque, senão, é cobrado. Até o certo pode virar errado. O cabra pode até tá certo, mas quando toma atitude de matar sem consultar o crime, pode ter até sua morte decretada. O “certo pelo certo” é consultar a gente antes de fazer alguma coisa, porque uma hora ou outra nós sabe as ‘pirangagens’ que são feitas e a gente decide junto o que faz com a galera que cometeu alguma pilantragem, desafiando a ‘firma’.” (Jurandi, 25 anos, faccionado ao CV desde 2017)*

As competições do tráfico passaram a ser mediadas por membros das facções, garantindo maior previsibilidade de lucros. A figura do que se tem chamado de “torre”, liderança local que domina regiões dos bairros, tem sido chave interessante no gerenciamento das práticas envolvendo o tráfico e seus territórios. Com o apoio de seus “correrias”, consegue se manter antenado na dinâmica das ruas. Cada rua possui um “correria” apadrinhado por um “torre”. Este sujeito, pertencente à facção, possui a responsabilidade e o compromisso de manter o “torre” informado sobre tudo que acontece no bairro, especialmente em situações conflituosas que atingem diretamente o tráfico e que precisam ser coladas na linha. Deste modo, suas ações devem estar em sintonia com os demais membros, pois, embora se sinta capaz de decidir sobre

conflitos, seu papel é não tomar atitudes isoladas, como agredir um credor sem comunicar ao “homi”. Sobre as estratégias desempenhadas nos bairros da capital paulista, Dias e Manso (2017) destacam a importância do arranjo faccional no domínio de territórios do tráfico de drogas:

Essas sintonias foram distribuídas por pontos territoriais estratégicos do estado de São Paulo cumprindo duas funções principais. A disciplina, que tenta preservar a **estabilidade local**, mantendo um relacionamento adequado com autoridades e comunidade, e a financeira, que organiza o comércio de drogas. Homicídios passaram a ser proibidos, a não ser com autorização e mediação dos integrantes do PCC.

### 1.12.9 Tráfico: Relatos de proteção e articulação

Jerferson, 23, vendia drogas na rua em que morava, antes de 2016. Atualmente, trabalha como entregador de água e, para complementar sua renda, realiza alguns *deliveries* de drogas para sua rede de contatos. Prometeu que, depois do nascimento do filho, deixaria de vender drogas e começaria em um trabalho “mais estável”, mas, diante das facilidades de acesso a droga barata e redução dos riscos devido ao fardamento e atuação no fornecimento de água, Jerferson continua vendendo, de maneira discreta, apenas para conhecidos.

Relatando sobre as imprevisibilidades e os riscos enquanto vendia na rua antes de 2016, destaca que hoje está “mais fácil”, porque existe uma rede de proteção “mais articulada”. Referindo-se ao momento como “antes desse negócio de facção”, relata que o que prevalecia era a “lei do murici” que consistia em cada um por si. Ao relatar sobre o risco de ser atacado por inimigos e ter que trabalhar armado e em constante tensão de alerta, enfatiza que atualmente o traficante só anda com revólver se quiser, porque existe toda uma rede de proteção em seu território de atuação:

*“Antes não tinha ninguém por mim, a não ser meus dois irmãos, que eram envolvidos em assaltos. Tanto a polícia como os ‘pirangueiros’ da rua 09, o Nonatim, o Alexandre e Deisin, que tinha maior sede em matar a gente... aí né, de vez em quando os caras fazia um atentado e a gente não dispensava também não. Nonatim traficava lá do outro lado e ficava indignado, porque os viciados vinham comprar aqui. Aí ele e os pilantras dos primos dele ameaçava a gente, por isso tinha que tá ligeiro. Era a “lei do murici’, cada um por si” se não fosse eu e meus irmãos pra se proteger e vingar os atentados, eles já tinham tomado aqui as áreas. Agora, é tudo diferente, a pessoa não trafica mais sozinho, tem os pivetes que são encarregados de passar os panos pra ver se os pilantras ou a polícia chegam. Até outros moradores já dão o bizu gritando: “ó o gol” quando os cana tão vindo. Antes não, altos morador faziam era caboetar, hoje a galera é tão organizada que sabe bem direitinho quem tá com nós ou não...Não precisa nem ficar de cima, com o fogo na cintura, porque o homi tem o exército pra ficar de “olho no mundo” e conhece os bandidos da facção tudim, qualquer treta eles já se resolvem e decidem junto o que vai fazer. E o bom é que se o cara ‘rodar pros cana<sup>206</sup>’, o que é difícil, porque os cara paga o arrego, o cara não*

<sup>206</sup> Ser preso por policiais com flagrantes de armas ou drogas.

*fica esquecido na cadeia, porque o patrão contrata o advogado... Claro que não dá o mesmo apurado do que traficar em um lugar fixo, mas, como minha mulher disse, melhor ganhar menos e tá num trabalho de carteira assinada do que ganhar muito numa semana e na outra pouco.” (Jerferson, 35)*

Como destaca Jerferson, o compromisso e a proteção oferecidos pelo patrão das áreas facilitou a organização do tráfico e a manutenção da ordem nos territórios de venda. Para ele, a consolidação da facção do bairro, amenizou as ameaças dos inimigos e possibilitou um trabalho coletivo que garante estabilidade de mercado. Além disso, destacou os prejuízos que tomou e que teve que prestar contas com seus fornecedores enquanto traficava na praça do bairro. Ele disse que, para sair da prisão, seus irmãos tiveram que fazer assaltos, além de ter que lidar com as cobranças de seus fornecedores que aguardavam pelo pagamento.

Apontando para mudanças em torno dos riscos, destaca que:

*“Hoje, se você veste a camisa da facção e for preso ou perder a droga, o pessoal aciona o restante da galera e vai tentar contornar para ajudar o cara que ‘aguentou o tombo<sup>207</sup>’, sem colocar em risco a ‘galera’. É um compromisso, um trabalho de responsa, que a galera que tá envolvida leva a sério. Os cara quando confia em você e chama você pro time, eles te passam segurança, você sabe que não está sozinho. Os cara se preocupa se você está representando na família, se você tem vacilado dentro de casa ou no bairro, se está comprometido com a fidelidade à facção.”*

Outro interlocutor, Jessé, 25, traficante desde os 13 anos, aponta que, para fazer parte da facção e participar dos lucros do tráfico, uma das exigências é o “agir pelo certo”, que corresponde a uma série de normas de condutas necessárias ao andamento das vendas e redução dos prejuízos. Algumas disciplinas de trabalho são exigidas, como estar presente em horário determinado nos locais de venda.

Segundo relatos, o traficante não pode deixar faltar droga diante da demanda, não se pode dormir demais e chegar atrasado, não se pode deixar aos que abastecem de avisar com antecedência quando a droga acabar, não pode se atrapalhar nos cálculos, não pode vender fiado sem o consentimento do patrão, não pode consumir Rivotril ou *crack*, mesmo fora do horário do corre.

#### **1.12.10 Compromisso de quem ‘passa os panos’ e papel dos Nóias na Consolidação do Mercado**

Os jovens que atuam no tráfico buscam não apenas garantir a circulação da mercadoria, mas também manter a "ordem" nos territórios sob seu controle — uma forma de

---

<sup>207</sup> Significa que aquele que se depara em situações difíceis conseguiu encarar o inimigo sem fraquejar, ou seja, sem colocar em risco o coletivo.

“limpeza” que envolve o controle dos acessos, da circulação de estranhos e da presença de possíveis ameaças. Nesse processo, além dos meios tecnológicos de monitoramento, persistem formas tradicionais de comunicação e vigilância que sustentam a engrenagem local do tráfico.

O cara que tá no “corre”, seja vendendo ou responsável por trazer a droga ao ponto de venda, deve estar atento à circulação de pessoas e ao encarregado da vigilância. Muitas vezes, o dono da rua, que é o braço direito do patrão, deve estar atento a todas as informações necessárias para o andamento das atividades, além de deixar o “patrão” informado de tudo<sup>208</sup>. A sua presença na boca, seja permanecendo ou de passagem, é permeada de assuntos sobre os principais acontecimentos do bairro, como a circulação da polícia, quem está “embaçando” e quais produtos são oferecidos nos ambientes. Ele também tem a missão de ser o intermediário com o “patrão”, descrevendo os principais assuntos da facção: como está a guerra com os inimigos e as expectativas de chegada de drogas, por exemplo.

Os olheiros, que são aqueles que “passam os panos” e têm a visão geral, ficam em um ponto estratégico, muitas vezes misturados aos demais. Um dos interlocutores, com sua banquinha de venda de salgados e sucos, está de olho nos que estão na venda da droga, tendo a visão dos carros e pessoas que chegam, informando aos usuários sobre “se as áreas tão limpeza e se tem drogas”.

Um dos elementos centrais nesse sistema é a atuação dos usuários de crack, os chamados nórias, que orbitam as bocadas e estabelecem contato direto e constante com os vendedores. Apesar do estigma e da exclusão social que carregam, esses sujeitos — muitas vezes com longos históricos de uso — tornam-se operadores periféricos fundamentais no cotidiano das áreas. Suas ações não se limitam ao consumo: carregam recados, repassam mercadorias, observam movimentações e atuam como sensores vivos do território. Espalhados pelas ruas, becos e vielas, muitos empurram carroças, catam recicláveis ou apenas permanecem à espera de uma missão. Seu envolvimento na engrenagem do tráfico não se dá pela força, mas pela familiaridade com os códigos locais, com as rotas e com os rostos que compõem o fluxo.

Seu papel vai além do uso da droga — são peças operacionais da engrenagem, responsáveis por “passar o pano”, observar, informar e, sobretudo, avisar sobre movimentações suspeitas. São os primeiros a identificar a chegada de viaturas, motos desconhecidas ou indivíduos “estranhos” nas áreas. Em caso de risco, são eles que vocalizam os alertas que se

---

<sup>208</sup> Em sua análise sobre a “física do poder” Foucault (2000) destaca em sua obra *Vigiar e Punir*, a importância dos detalhes: “Uma “anatomia política”, que é igualmente uma “mecânica do poder”, está nascendo; ela define como se pode ter domínio sobre o corpo dos outros, não simplesmente para que façam o que se quer, mas para que operem como se quer, com as técnicas, segundo a rapidez e a eficácia que se determina. [...] A disciplina é uma anatomia política do detalhe” (Foucault, 2000a, p. 119-120).

espalham como rastilho de pólvora. Uma simples frase pode desencadear uma mobilização: “Olha o Gol do Raio subindo a rua da escola!” “Saiu fora! Tá limpeza!”

Mensagens como essas se propagam por diferentes ruas como se fossem ecos que deixam todos informados.

Esses “visionários”, como são por vezes chamados, são os primeiros a identificar movimentações suspeitas, viaturas subindo as ruas ou motos desconhecidas circulando. Como alerta Mago, usuário conhecido na área do Bueiro e respeitado por sua atenção constante:

*“Sou eu quem fico aqui ligeiro a noite todinha, não durmo de jeito nenhum. Qualquer carro estranho que entra eu já pego no pulo. Eu aviso o pessoal e ninguém é pego de surpresa. [...] A nossa resposta aqui é avisar quando os home ou os pilantras tá vindo. Nós é que aguenta o tombo pros pivetes do adianto poder fazer o corre sossegado.”*

Além do papel informacional, os nórias desempenham também performances específicas para se protegerem da repressão policial. Fingir surtos, contorções e falas desconexas é parte da estratégia cotidiana para passar despercebidos ou parecer inofensivos. Homens e mulheres em situação de uso intenso, com roupas sujas e corpos debilitados, encenam sua própria exclusão como forma de proteção, “*se fazendo de doido*” para evitar a detenção ou a violência direta<sup>209</sup>. Ainda assim, são os que mais apanham e, por vezes, são levados pela polícia apenas para “mostrar serviço”. Aqueles que aparentam melhor condição, como roupas menos rasgadas ou celulares no bolso, acabam sendo os mais visados — por suposto envolvimento direto com o tráfico.

Nesse circuito de vigilância sensível, baseada em olhares, gestos e códigos partilhados, os usuários de crack se tornam peças-chave na manutenção da ordem nos territórios, articulando-se diretamente com os meninos do corre. Especialmente nos pontos de venda de maior movimento, são eles que garantem, com seus corpos e presenças, a fluidez da comunicação, a proteção dos jovens envolvidos nas vendas e a continuidade do funcionamento da “boca”.

Essa engrenagem, que articula exclusão social, estratégias de sobrevivência e gestão territorial do crime, mostra como os sujeitos mais estigmatizados ocupam lugares centrais na dinâmica local. Mesmo atravessados pelo racismo, pela pobreza e pela patologização, encontram meios de se inserir, sobreviver e, ao seu modo, manter a ordem do

---

<sup>209</sup> Embora em outro contexto, Soares (1984) analisa como indivíduos de baixa renda simulam comportamentos de loucura para acessar proteção e recursos no sistema psiquiátrico. Essa estratégia, chamada de “manipulação da loucura”, visa a sobrevivência diante da exclusão social. De modo semelhante, usuários de crack em áreas de tráfico adotam comportamentos desordenados diante da polícia para evitar repressão. Trata-se de uma tática de autopreservação em contextos de violência e estigma.

tráfico nas áreas em que circulam<sup>210</sup>.

### 1.13 Redes criminais, moralidades e consumo de drogas entre varejistas

Um processo de centralização da gestão das atividades ilegais nos territórios da cidade e a exacerbação do uso de mecanismos de controle pelos representantes localmente enraizados das redes criminais no Ceará estimulou a tessitura de novos regimes de moralidades e comportamentos associados ao tráfico varejista. Acostumados a jornadas e rotinas de trabalho pautadas em suas expectativas de lucros e demandas consumistas, os varejistas das periferias de Fortaleza passaram a cumprir horários rígidos de trabalho, a fim de evitar práticas históricas que tendiam a maximizar ganhos econômicos e a abandonar o consumo de determinadas substâncias, moralmente rechaçadas e desvalorizadas em suas redes.

Neste sentido, os espaços de atuação do tráfico passaram por gestões que transformaram o modo como nossos interlocutores se comportam em suas atividades. Sutilezas como tratar os clientes com gentileza e segurança e não relaxar no momento das vendas ao ponto de não avistar ameaças passaram a gerir a vida na periferia<sup>211</sup>.

Como aponta Renato, regimes de trabalho mais rígidos que foram impostos pelos “patrões”, como determinar espaços de domínio do crime’ aos varejistas do tráfico, deteriorou a capacidade de autorregulação e de margem de ação desses sujeitos nas “bocas” da cidade. A rotinização do cumprimento de extensos horários de trabalho, o manejo adequado do estoque para o abastecimento regular da “boca” e a precisão na prestação de contas dos valores negociados durante “a atividade”, entre outros comportamentos, mais do que somente relações monetárias, significavam, nesse contexto, a possibilidade de “andar pelo certo” e permanecer integrado aos grupos locais ligados ao crime (Marques, 2014).

Associados a uma ética e moralidade do crime (Ramalho, 1979; Biondi, 2010), o descumprimento dessas regras poderia “deixar um furo” passível de severas cobranças, que vão

---

<sup>210</sup> A noção de uma vigilância que não se sustenta apenas em aparatos tecnológicos, mas na sensibilidade cotidiana dos corpos e dos sentidos, ecoa discussões como as de *Michel Agier (2011)* sobre “políticas da presença” em zonas urbanas marginalizadas, e de *Loïc Wacquant (2001)* sobre a gestão penal da pobreza urbana. No contexto brasileiro, *Vera Malaguti Batista (2011)* e *Luiz Eduardo Soares (1996)* também destacam o papel das redes informais na regulação dos territórios populares — marcadas por olhares, escutas, intuições e códigos partilhados que organizam a vida sob vigilância constante, mas nem sempre visível

<sup>211</sup> Deste modo, uma série de saberes que se entrecruzam passam a gerenciar as atitudes dos traficantes através de técnicas que perpassam seus corpos, como humilhações e agressões. Neste sentido, Michel Foucault nos ajuda a pensar a racionalidade das técnicas influência nas formas de governar. Nesta passagem o autor ressalta que: A atenção necessária a população leva ao desenvolvimento de uma série de saberes conectados que, em conjunto, auxiliam a configuração de um contemporâneo poder de polícia, não apenas o de perseguir criminosos, mas ode gerenciar minúcias da vida individual e coletiva, uma arte racional de governar (Foucault, 1997, p.85).

desde repreensões verbais e suspensões momentâneas na participação das atividades do tráfico, até processos de expulsões e assassinatos<sup>212</sup>.

### **1.13.1 Drogas Proibidas na Atividade: Crack e rohypnol<sup>213</sup>**

Integrados às redes dos coletivos criminais, os varejistas do tráfico transformaram, sob o signo da vigilância e da ameaça, não apenas suas rotinas de trabalho, mas também suas práticas de consumo, ajustando-as à moralidade e às necessidades de um novo arranjo criminal. Antônio aponta que muitos de seus parceiros do tráfico foram estimulados e pressionados a abandonar o consumo de algumas substâncias quando passaram a “vestir a camisa” do Comando Vermelho (CV):

*“Os cara não aceita ‘vacilo’ não! Tinha uns e outro aí que dava maior valor tomar umas rocha (comprimido rohypnol) e tiveram que parar de tomar pra entrar pra facção. Deram o toque que mesmo quando não tivesse no corre não podia tomar, pois era droga de vacilão! O pivete que quer ‘vestir a camisa’ hoje não pode tomar rocha e nem fumar crack na favela. Se a galera pegar o cara fumando crack e tomando rocha é um ‘foguete’ do tamanho do mundo!” (Antônio, 40 anos, morador de Planalto, traficante varejista)*

Os processos dinâmicos de ajustamento dos traficantes varejistas ao arranjo criminal articulado em redes no Ceará, como aponta nosso interlocutor, envolveram uma série de mudanças comportamentais e consumistas ajustadas às exigências comerciais, morais e éticas que permeiam os discursos e formas de reprodução desses coletivos no estado. Sujeitos que até então afirmavam gozar de autonomia e liberdade, relativamente amplas em suas tomadas de decisões, foram envolvidos pela interdição do consumo de drogas, que no “mundo do crime” cearense, e não apenas nele, tendem a ser apreciadas de maneira negativa. Como ponderou Antônio em outro momento: *“Malandro não usa pedra, só vende!”*

A interdição do consumo de determinadas drogas nas periferias de Fortaleza, especialmente o *crack* e comprimidos, foi acompanhada por uma limitação relativa aos espaços onde essas substâncias poderiam ser cotidianamente consumidas. Historicamente, temerosos quanto à presença das forças policiais durante o consumo de drogas no interior de suas

<sup>212</sup> Barreira (2015) aponta que a crueldade seria uma das marcas das ações dos coletivos que atuam no Ceará a partir de 2014. Em busca de afirmação e reconhecimento, grupos locais encontrariam, na crueldade, segundo o autor, um mecanismo capaz de revelar sua força e organização.

<sup>213</sup> Rohypnol é um medicamento da classe dos benzodiazepínicos, que induz o sono de forma rápida e intensa, tendo também efeito ansiolítico (redução da ansiedade), anticonvulsivante (combate as convulsões) e relaxante muscular. Ainda são efeitos de sua administração redução do desempenho psicomotor (maior dificuldade para realizar atividades mentais e motoras), com diminuição dos reflexos e da atenção, e ocorrência de amnésia (falha de memória). Bula completa ver em: [https://docs.google.com/gview?url=https://uploads.consultaremedios.com.br/drug\\_leaflet/Bula-Rohypnol-Paciente-Consulta-Remedios.pdf?1621267752&embedded=true](https://docs.google.com/gview?url=https://uploads.consultaremedios.com.br/drug_leaflet/Bula-Rohypnol-Paciente-Consulta-Remedios.pdf?1621267752&embedded=true).

comunidades, nesse novo arranjo criminal, que articula o interior das prisões e as periferias do estado, os traficantes varejistas foram pressionados a abandonar o consumo de drogas, sobretudo maconha e cocaína, em determinados espaços de seus territórios.

#### 1.13.1.1 *Rohypnol e Valentia*

Usuário de *rohypnol* há mais de sete anos, Natan, vendedor de *crack*, teve que abandonar o consumo dos comprimidos após quebrar algumas das regras de proibição. Seu expediente que durava das 18h às 04h da manhã envolvia um compromisso em que prometeu ao “patrão” que não consumiria sua droga predileta, o *rohypnol*, enquanto estivesse no “corre”. Arnaldo, seu amigo de infância, agora era o “patrão” que lhe deu uma chance de engajamento no tráfico varejista como alternativa para deixar de praticar assaltos. Durante uma das conversas sobre as “tretas” de bailes funks e os assaltos que praticavam juntos na década de 1990, Arnaldo, o “sintonia” do CV, disse para Natan:

*“Cara, você é meu brother, passamos muita adrenalina juntos, mas agora a parada é outra, o negócio é traficar e fazer dinheiro de piano sem chamar muita atenção, é evitar problema. Esse negócio de tomar os comprimidos e sair com o fogo dando uma de valentão e roubando não rola mais não. Esse lance de rohypnol é droga do passado, só atraso, uma data perdida na vida que pode levar o nego de novo para o inferno. Quero mais não, se você quiser viver de boa, não use isso mais não, principalmente quando tiver no corre. Tu sabe que a galera do CV não apoia e se der mancada com lombra de comprimido, a galera cobra.”* (Arnaldo, 38, traficante)

Reconhecendo que quando ingere comprimido fica atrevido, Natan prometeu não usar mais o *rohypnol* e garantiu fazer o possível para se dedicar ao tráfico com compromisso. Narrando sobre seu deslize e quebra do acordo, destacou:

*“O Arnaldo [patrão] é um cara gente boa que me apadrinhou na facção. [...] ele mora aqui do lado no campo que eu adianto as paradas. Ele dizia: tu se intera que o corre é sinistro, se você quiser cheirar uma carreirinha de pó só pra dar um alerta é só me avisar que eu mesmo mando deixar onde você tá, mas não use comprimido não, porque você sabe que é mancada. [...] Eu até que obedeci, mas depois eu no meio da noite já comecei a tomar uma bandinha e outra do comprimido que eu tinha guardado e dei os primeiros vacilos. Eu ripnado, comecei a dar pala, de boca torta, babando e viajando, testando uns e outro. Quando chegou no ouvido do Arnaldo que eu tava dando mancada, fui chamado atenção e eu disse que não ia mais usar. Mas foi cruel, um dia eu tava indignado tomei uns comprimidos no corre e fiquei naquele preço. Daí chegou um cara que eu tinha treta da época dos bailes funks, por causa de mulher. Cara chegou botando queixo, dizendo que queria uma pedra maior do que as picardes que tinha comprado antes. Daí eu, com o cão nos coros, bomba relógio fui crescer pra cima dele, mandando ele ir se foder e disse que saísse logo fora, antes de levar um pau ou ir pra vala. Lembrei que quando estava daquele jeito para derrubar um era ligeirinho, porque o rohypnol despertava o meu lado ruim.”* (Natan, 27 anos, traficante varejista)

Neste dia, o rapaz agredido verbalmente recorreu ao irmão que era membro da facção de outro bairro para corrigir a situação. Rapidamente, Arnaldo foi intimado, juntamente com Natan, seu “avião”, para esclarecer os fatos da situação de conflito no momento de venda da droga. Pela aparência de Natan, que expressava euforia, boca trêmula, olhos esbugalhados e excesso de saliva, logo perceberam indícios do uso da droga. Em uma roda de negociações, reviram o histórico de contato do jovem com a substância e as desavenças nas quais o rapaz costumava se meter. Natan teve o direito de se explicar e disse que a questão central era que o garoto chegou arrogante, dizendo em meio aos outros usuários que a droga estava de péssima qualidade e de tamanho pequeno.

Um deles, voltando para a questão do *rohypnol*, problematizaram com a indagação de Robert:

*“Tu se liga que é o certo pelo certo né, a gente quer saber se tu continuou usando rocha mesmo com o Arnaldo dizendo que a gente não apoia? Tu se liga que tomar rocha enquanto tá no corre é errado e a gente cobra o errado. Ninguém quer nem saber de treta de vocês que aconteceu a 20 anos atrás. [...] A questão é, não pode tomar rocha e se o usuário tá botando queixo, a gente chama no canto e diz que se tiver achando ruim vá fazer a reclamação pro patrão.”* (Robert, 20 anos, traficante varejista)

Em seguida, ficou acordado que Natan deveria pedir desculpas ao rapaz com o qual tinha desavenças passadas e que não poderia mais traficar na localidade. A atitude de Natan feriu algumas das propostas do “correr pelo certo” no tráfico. Primeiramente, o rapaz consumiu uma droga proibida para quem vende, com o agravante de subestimar o primeiro aviso. Além disso, ameaçou um cliente por conta de uma desavença que havia acontecido há mais de dez anos, com um garoto que tinha irmãos em lideranças da mesma facção em outros bairros.

Natan, alguns meses após se descamisar da facção, conseguiu emprego em um lava-jato e de forma discreta, “nas entocas”, começou a vender cocaína através de delivery no bairro. Logo, os membros do CV tomaram consciência e o alertaram para que parasse de vender.

Dando continuidade ao consumo do *rohypnol*, Natan de vez em quando saía pelas ruas e esquinas comentando que tinha muita gente querendo ser o “bichão” e que não iria baixar a cabeça para quem quer “crescer o olho”, traficando sozinho. Argumentava que não achava certo que permitissem que pessoas de outros lugares viessem traficar no bairro, enquanto quem era da localidade – que, segundo ele, também tinha direito de ganhar dinheiro – era impedido.

Em uma noite de domingo, revoltado, sob o efeito dos comprimidos, depois de já ter arranjado confusão com algumas pessoas, disse que não tinha medo de ninguém e que não iria tolerar receber ordens dos novatos. Após o acontecido, Natan foi para linha mais uma vez

e seu amigo Arnaldo não teve como impedir o seu decreto de morte, pois ele, além de estar na linha sob aviso, já não era mais seu apadrinhado na facção.

Segundo os ordenamentos da facção, tomar atitudes precipitadas de maneira independente é algo que deve ser evitado principalmente pelos membros da facção, que devem dar o exemplo de decidir sobre os conflitos em conjunto, se fortalecendo como coletivo. Em outro momento, o varejista precisava expor sua capacidade de ameaça e violência como estratégia de consolidação do tráfico. Atualmente, com esse modelo de gestão, o cliente pode recorrer ao “patrão” e a outros capazes de julgar a situação, sendo possível até mesmo questionar o tamanho, a qualidade e o valor da droga.

### ***1.13.2 Crack e a Atividade do Tráfico***

Além do Rivotril, associado a comportamentos impulsivos e violentos, outra substância repudiada entre os vendedores é o *crack*. Em nosso trabalho de campo, percebemos que, ao contrário da cocaína e do álcool, que são relativamente tolerados, o consumo de *crack* é rigidamente criticado, por estar associado à práticas tidas como “erradas”, como o uso compulsivo de substâncias e descontrole emocional. Para vestir a camisa do Comando Vermelho é preciso abandonar o uso, tanto enquanto estiverem na atividade, como em outras ocasiões do dia a dia.

Diante dessa restrição, encontramos Ralf, usuário de *crack* que foi aceito na venda com a condição de que não poderia vestir a camisa enquanto continuasse com esse hábito de consumo. Seu parceiro de venda, Atila, destacou que:

*“O Ralf é reponsa no corre, não deixa o corre desandar, mas o problema dele é que quando pega em dinheiro não tá nem vendo, gasta tudo com pedra e em casa chega junto com nada. [...] o patrão dá maior valor ele, mas como é que ele vai vestir a camisa se ele fuma pedra e ‘não representa dentro de casa’<sup>214</sup>? Os cara não deixa não. [...] tentaram até jogar ele pro escanteio do corre, mas ele é daqueles que faz o corre andar direito. Eu dou valor quando ele tá no corre comigo, porque ele é atento, parceria e é olho no peixe e outro no gato e a galera respeita. Ele tá ligeiro e não deixa o corre desandar.” (Atila, 26 anos, traficante varejista)*

Ralf destaca que está aproveitando a oportunidade de ganhar um dinheiro extra adiantado, por isso leva a sério, como um trabalho “de verdade”. Relatou que deixava

*“O patrão ver que o nego fez o corre certo, daí além da minha grana joga meia grama ou uma de crack. O nego se segura pra não dar um punk na madrugada, porque sei*

<sup>214</sup> No contexto do texto, “representar” é entendido como “chegar junto”, expressão que carrega o sentido de contribuir. No texto, o termo refere-se à contribuição com as despesas domésticas.

*que no final vai dar bom. [...] O patrão sabe que o nego é bruxo, mas no final ele representa. Ele me dá a grana e diz assim: vai vacilar não, amanhã é o mesmo horário. Daí eu digo, tá é pegue na palavra, ladrão. Eu me intero que ele confia desconfiando, porque sabe que o nego dá valor o crack.” (Ralf, 35 anos, traficante varejista)*

Esse foi um dos casos excepcionais que encontramos no campo, mas, conversando com os traficantes, percebemos que, apesar do respeito aos clientes usuários de *crack*, o consumo de tal substância para quem está no “corre” é atualmente repudiado por aqueles que pertencem aos coletivos criminais.

Associada a descontrole, traição, mentiras, paranoias e alucinações, os interlocutores destacaram que não permitiam o uso de *crack* pelos varejistas porque ia de encontro às disposições necessárias para a consolidação da atividade de venda da droga. Alguns diziam que experiências anteriores demonstraram situações em que usuários de *crack* perdiam o controle e se endividavam, não diferenciando o dinheiro destinado ao consumo e à prestação de contas com os fornecedores. Além disso, ficavam mais expostos à repressão policial, tendo em vista que o efeito da droga pode ocasionar dispersão ou alucinação, quando se exige um comportamento sintonizado com os demais nos espaços de venda.

### ***1.13.3 Quantidade, Excessos e Efeitos: tolerância do álcool e maconha***

Em nossa pesquisa de campo, percebemos que, além da importância do tipo de droga a ser consumida pelos traficantes, o controle sobre suas quantidades e efeitos também ganha destaque nos contextos de venda. Por sua vez, a quantidade e a intensidade do consumo de álcool pelos varejistas passa por regulações que visam combater seus excessos.

Com exceção de dois espaços de tráfico em que presenciamos traficantes fazendo uso frequente e moderado do álcool, nos demais a droga é rechaçada e evitada. Associada ao desequilíbrio e descontrole, notamos que o excesso de consumo de álcool é visto como um potencializador de práticas indesejáveis para os articuladores do tráfico. Nessa busca pelo crescimento dos lucros e engajamento na atividade, o traficante que se mostra bêbado, excedendo-se no consumo de álcool, é alvo de olhares depreciativos e práticas corretivas.

Em uma noite de feriado, um dos pesquisadores perguntou para o grupo que estava na venda de *crack* e cocaína o motivo de eles não ingerirem bebida alcoólica enquanto estavam na venda. Marcos respondeu:

*“Primeiro, porque se o homi ver já vai olhar torto e não combina com o nosso ‘corre’, porque o cara precisa tá ligeiro. Se o cara ficar bêbado é arriscado ficar dando mancada, passar troco errado. Das antigas, quando o Pirata, o coroa que mora lá*

*embaixo, traficava aqui vivia vacilando. Tomava uma cana aqui e ali, quando ia ver tava vacilando com o troco, tirando onda com a galera que chegava; perdia as paradas, não levava a sério. Ai depois que o patrão assumiu, disse que o negócio agora era sério e não ia aceitar mais ninguém bebendo. O único dia que ele deixou foi no réveillon do ano passado que a gente tomou uma garrafa de champagne [...]. Eu concordo, não pode deixar a galera beber não, porque senão vira bagunça e a gente perde a moral pra botar ordem aqui.” (Marcos, 28 anos, traficante varejista)*

Em termos estéticos e performáticos, nas periferias pesquisadas, aqueles que exageram são vistos como desequilibrados. Andar tropeçando, falar gaguejando e/ou em excesso; demonstrar expressões faciais involuntárias são comportamentos repudiados pelos membros das facções, que enxergam o consumo de álcool como um ameaça, colocando em xeque a firmeza e a cautela exigidas no compromisso de engajamento do tráfico. A irresponsabilidade de estar fora de si, em momentos de alteração provocados pelo excesso de consumo de álcool, é encarada como vacilo que deve ser rechaçado pelos membros do mercado.

Sobre o assunto, Leo descreve que:

*“Às vezes o caba fumar maconha até que vai, porque dá pra controlar mais a lombra e não vacilar, mas o caba que é aviciado no álcool não dá certo pra tá no ‘corre’. A gente deixa o cara aí vendendo, aí ele vai e toma uma, toma outra, se empolga e quando vai ver tá bebo vacilando, se passando, falando besteira... Claro que depende de cada um, mas bebida não é como baseado que o caba fuma e fica sossegado, o cara que gosta de cachaça, toma uma e logo se transforma, já quer outra, por isso os cara não deixa os aviciados em bebida traficar. [...] Eles no máximo faz só o avião pro usuário que não quer vir até aqui.” (Leo, 28, traficante varejista)*

Como podemos observar na fala de Leo, o exagero associado ao álcool é tido como uma questão central. Assim como em outros diálogos, percebemos que os efeitos ocasionados pelo excesso do consumo da bebida são vistos como potencializadores de práticas que causam prejuízos.

### 1.13.3.1 *Cannabis: exagero e vacilo*

Embora a cannabis seja uma das drogas prediletas dos traficantes varejistas, observamos que o consumo de tal substância também passou pelo processo de regulação, que busca controlar o uso abusivo e os efeitos negativos entre os que estão no “corre”. É necessário estar sempre atento, o que pode ser atrapalhado sob efeito da cannabis. Em alguns dos lugares pesquisados era permitido fumar, desde que não atrapalhasse as vendas. O ritual de consumo deveria ser interrompido prontamente a qualquer momento de chegada de cliente. Percebe-se que os membros do “corre” da droga sabem que têm que ficar “ligeiro” para não vacilar, como aponta Alison ao se referir a Caio:

*“O Caio vacilou, porque ficou de chapéu, cochilando depois de um baseado. Os olheiros lá da entrada avisando que os homi tavam chegando e ele viajando lombrado no celular. Daí, quando os homi entrou no beco, quase não dava tempo de dispensar as pedras e o pó. [...] Daí, depois disso, o Caio foi colocado na linha e os cara deixaram ele no “passa tempo” sem poder tá no corre por mais de dois meses. Agora ele voltou, mas os cara disseram que ele não podia mais fumar maconha, porque se fosse pego seria cobrado. Às vezes por causa de um vacilo de lombra o cara pode perder droga e fazer uma galera rodar sendo presa. Tem que tá ‘ligeiro’.” (Alisson, 18 anos, traficante varejista)*

A ligeireza e atenção para driblar as ameaças e fazer a dinâmica dos lucros fluir são elementos fundamentais exigidos aos traficantes varejistas. A atenção aos cálculos, à chegada da polícia e a tumultos nas proximidades são quesitos importantes para preservação da atividade.

Como podemos observar, além do tipo de droga a ser restrito, a concentração nos comportamentos associados aos efeitos ganha destaque. No caso da cannabis, o relaxamento em excesso e no caso do álcool o desequilíbrio e euforia são tidos como uma ameaça em termos de consumo para os traficantes. Deste modo, tal regulação não pode estar dissociada da quantidade consumida e da capacidade do traficante em desempenhar de maneira eficiente a atividade dos lucros. Por sua vez, o uso que pode ser considerado como “correto” estaria associado a moderação e controle de comportamentos.

Desse modo, encontramos uma relatividade quanto à tolerância do álcool e da maconha, alguns mais outros menos. Neste sentido, aquele que abastece o varejista vigia o comportamento de seus “correrias”, ao mesmo tempo que considera os gostos, preferências e experiências de contato com a substância.

#### ***1.13.4 “Se Vacilar será Cobrado”***

Quanto ao uso da cocaína, percebemos que, em alguns lugares, os traficantes possuem certa liberdade para consumir enquanto vendem. O caso de Diego, traficante varejista que faz parte da tropa do Alex, nos apresenta uma situação em que o vendedor consome a mesma substância com a qual trabalha.

Na rua sem saída de um conjunto habitacional, Diego aceitou traficar em uma área onde dois dos varejistas foram assassinados nos últimos dois meses. Nesta área de conflitos armados, sob efeito da cocaína, Diego foi um dos poucos a ter coragem de aceitar o empreendimento. Entocado entre uma região de matagal, ele passa a madrugada à espera dos clientes que só o encontram quando se aproximam do lugar de despacho. Alex deixa o garoto consumir livremente, porque sabe que o efeito da cocaína faz com que ele passe a noite

acordado em estado de alerta, em posição de espera do cliente e atento à chegada da polícia e de grupos rivais.

A cada quatro “pugas” de cocaína de dez reais vendida, ele fica com um quarto do apurado, ou seja, 25% é dele. A cada quatro vendida ele pode ficar com uma trouxinha ou com dez reais. Para Diego, isso representa ficar a noite inteira no corre cheirando e vendendo. Consumir a mesma substância que vende colocou o rapaz em uma situação delicada, pois, em determinados momentos do “corre”, não sabia distinguir o apurado a ser destinado ao consumo daquele a ser prestado contas a Alex.

Alex percebeu algumas vezes que Diego estava se atrapalhando nos cálculos e que, no início da manhã, momento de conferir o apurado, geralmente faltava o equivalente a vinte ou trinta reais. O patrão sabia que Diego estava cheirando em excesso, mas, como estava ali, firme e forte no “corre”, garantindo o andamento da atividade, deixava passar alguns pequenos prejuízos.

Um dos dizeres populares do mundo da droga nas periferias é que “você pode usar a droga, mas não pode deixar a droga te usar”. Essa ideia que foi utilizada por Alex para orientar Diego sobre seu consumo serviu como sinal de alerta para o cuidado em não continuar vacilando, errando nos cálculos e consumindo a parte que deveria ser vendida. Alguns meses depois, Alex soube que Diego estava vendendo e cheirando a droga com seus clientes, algo extremamente proibido no tráfico. Em entrevista, Alex afirmou:

*“Eu deixava ele adiantar cheirando, porque ele é correria de “mil grau”, corajoso, sabe aguentar o tombo. Mas começou errando os cálculos, depois fiquei sabendo que ele vendia e meio que cobrava pedágio pros clientes, querendo imbeijar na droga da galera... isso ele tendo acabado de cheirar do dele. [...] Ele não tava entendendo que quando eu dizia que ele podia usar, queria dizer também que ele não podia abusar. Eu dizia: cheire sozinho, não bote carreira pra ninguém, nem imbeice na da galera. [...] várias vezes mandei ele se ligar, mas ele dava um tirim aqui e cinco minutos depois já queria outro. Daí chegou um momento que já não dava mais, daí eu dispensei ele pra botar outro. Tava vacilando demais, atrasando as vendas.” (Alex, 45 anos, traficante)*

Agora, Diego não era mais o “correria” do Alex, mas continuava frequentando o lugar, fazendo avião para usuários de outros bairros. De bicicleta, descia e subia o bairro várias vezes para adiantar para os usuários. Tempos depois, surgiu o boato de que Diego estava fazendo “pirangagem”, pegando dinheiro da galera para comprar e misturando, inventando que havia perdido a droga ou apenas não voltando na “missão”. Alex foi informado e intimou Diego para estar na linha pela primeira vez. O rapaz se reconheceu como dependente químico e disse

que iria parar de usar. Ficou alguns meses frequentando o grupo de Narcóticos Anônimos<sup>215</sup>, mas retornou com as mesmas práticas e teve sua morte decretada pela facção que se encarregou de fazer seu corpo desaparecer.

Seu último vacilo foi “dar uma de rato” — expressão usada para descrever a prática de localizar os esconderijos das drogas e roubá-las. Embora seja uma tática antiga nas quebradas, esse tipo de ação passou a ser mais severamente punida com a consolidação das facções. Alguns acabaram mortos ao tentar furtar crack ou cocaína escondidas em áreas de mata, geralmente vistas como locais mais seguros para evitar flagrantes policiais. Quando a droga está nos barracos, o risco de apreensão é maior; já nas matas, embora mais protegida das batidas, ela fica vulnerável a perdas, seja por roubo, seja pela redução da qualidade da droga<sup>216</sup>.

Os percursos de Palito e Binho, apontam como a organização do tráfico passou por transformações temporais que redefiniram os horários em que os “pivetes dos corres” têm que estar na “ativa”, fazendo “gerar” a venda da droga.

Como destacado anteriormente, a seriedade do compromisso por parte do varejista está muitas vezes conectada ao consumo de substâncias e às responsabilidades do trabalho. Um dos interlocutores, Binho, vindo de outro bairro por motivos de ameaça, foi acolhido pelo seu primo Palito, patrão do Beco do Palito. Diante da reputação de ser o principal traficante do primo, o rapaz, que havia acabado de sair da prisão, desfrutava de encontros com suas namoradas em meio a noites e madrugadas regadas a cerveja e cocaína.

Sua responsabilidade era de todas as manhãs vender maconha na entrada da porta do seu barraco das 08h às 17h. Trabalhava em parceria com mais dois olheiros que, em troca de uma porcentagem em dinheiro ou droga, fazia o avião para clientes que não queriam entrar no beco, além da missão de avisar sobre a presença da ameaça da polícia.

De ressaca ou virado, geralmente avisava aos dois que iria se atrasar ou que não iria trabalhar. Mesmo sabendo que Palito e as tropas do CV não permitia, vez ou outra passava a responsabilidade de “despachar” a droga, enquanto dormia ou curtia. Os atrasos eram constantes e os clientes começaram a reclamar para os dois aviões da entrada do beco que eles

---

<sup>215</sup> O **Narcóticos Anônimos (NA)**: grupo de ajuda mútua formada por dependentes químicos em recuperação, que se reúnem regularmente para manter a abstinência e oferecer apoio por meio de partilhas e de um programa baseado em doze passos.

<sup>216</sup> No caso da maconha, fatores como umidade, mofo, excesso de sol ou armazenamento inadequado podem comprometer seus efeitos em poucos dias. Já a cocaína e o crack, apesar de constantemente adicionada a substâncias químicas que prejudicam a pureza, quando mantido sem contato com água, permanece com seus efeitos, mesmo em meio da natureza. No mundo dos usuários da “química” – crack e cocaína –, a preocupação central costuma ser os efeitos, deixando muitas vezes de lado tanto a toxicidade das misturas quanto a validade da substância.

não estavam querendo ganhar dinheiro, visto que estavam sendo irresponsáveis, por não deixarem a comunidade abastecida de drogas.

Os dois garotos, que também estavam deixando de ganhar dinheiro, foram até Palito e o alertaram sobre as ausências de seu primo diante do “corre”. Percebeu-se que ele estava “desandando” por conta de sua empolgação nas noites de quase todos os dias da semana. Embora consumisse álcool e cocaína apenas nos períodos em que não estava no “corre”, as ressacas provocadas e os sumiços ocasionais de noites viradas, juntamente com a perda nos lucros, fez com que Binho fosse colocado “na linha”, para que debatessem sobre a solução do caso.

Binho, nosso interlocutor, comentou sobre como foi colocado na linha:

*É, cara, eu tava vacilando mesmo, cheguei aqui na favela as meninas caíram em cima. Ai toda noite tinha uma que me chamava pra uma cervejinha... eu até tentava me aquietar pra ficar no corre no outro dia de boa... mas eu tava num ciclo, cocaína, cerveja e mulher... Daí os cara me intimaram para eu explicar porque tava desandando no corre. Eu fui e disse que tava no pó direto e que iria parar. Um dos “sintonias” até disse pra colocar outro, mas eu consegui convencer que ia diminuir as virações da madrugada ia fazer gerar as vendas. Daí, né, a primeira coisa que eu fiz foi voltar pra minha ex-mulher que é evangélica. Hoje tomo uma cerveja, mas é dentro de casa e a mulher tá me fortalecendo me ajudando no “corre”. Podia vacilar com a oportunidade que meu primo deu não.” (Binho, 23 anos, traficante varejista)*

Com é possível observar, o envolvimento com o tráfico fez com que muitos dos nossos interlocutores readequassem seus consumos às exigências e compromissos dos expedientes de vendas. Foi possível observar diversos conflitos, alguns com desfechos violentos, outros com pedidos de perdão e exemplos de regulações de consumos de substâncias que demonstram como o jogo de articulação entre agenciadores do tráfico perpassam os hábitos consumistas dos varejistas que tiveram que reduzir ou abandonar determinados hábitos.

A ideia de fortalecer o crime, além de atributos econômicos e materiais, fez com que percebêssemos um comprometimento simbólico em termos de comportamento, em que as regulações do consumo de substâncias dão pistas para compreender os diversos tipos de engajamentos na atividade do tráfico.

### ***1.13.5 Moralidades: Espaços de consumo e proibições***

Morador da localidade Alagadiço e traficante varejista desde 2010, Nelson recorda que certo dia, ao acender um “baseado” na rua que dá acesso à praça, foi alertado por um de seus companheiros de atividades que ninguém mais poderia usar drogas naquele local daquele momento em diante. Descrevendo suas impressões e experiências sobre as limitações do

consumo nos espaços da cidade, nosso interlocutor ponderou que:

*“Todo mundo sabe que é errado usar droga, principalmente na frente das criança! Ai tem cara folgado que chega se sentindo o dono da praça e acende um baseado do tamanho do mundo no mei dos coroa e das criança. Ai vem a tiazinha da igreja e tem que ver aquilo ali. Agora a gente não deixa mais não, senão vira bagunça. Se o “pivete” não souber a gente avisa numa boa, agora se continuar aí não é mais comigo que dei o aviso, é com os pivete da facção que vão cobrar. Não adianta nem se fazer de desavisado, todo mundo sabe que aqui não pode!”* (Nelson, 28 anos, morador da localidade Alagadiço, traficante varejista)

A narrativa de Nelson destaca algumas das transformações recentes que ocorreram nas dinâmicas de controle exercidas sobre o consumo de drogas nos territórios dominados por coletivos criminais em Fortaleza, revelando pistas sociológicas significativas sobre os regimes de moralidades e disposições (Bourdieu, 1994) que passam a nortear as ações dos sujeitos envolvidos no tráfico varejista, como também dos moradores das periferias da cidade.

Advertidos oralmente ou através de inscrições estampadas nos muros de seus territórios<sup>217</sup>, os traficantes varejistas cearenses ajustaram dinamicamente suas práticas, moralidades e ética ao se vincularem às redes locais e nacionais que atuam na gestão do crime no Brasil. Sob essa perspectiva, o abandono do uso de drogas grupalmente desvalorizadas e a interdição seletiva dos espaços para seu consumo emergem como práticas associadas à adoção de novas disposições e à profundidade dos engajamentos individuais com o “mundo do crime” (Ramalho, 1979). Em meio às expectativas de sobrevivência e altos lucros, às aspirações por pertencimento grupal e reconhecimento social, e os dispositivos de controle e violência acionados nas franjas da cidade estão sendo tecidas, sobretudo a partir de 2014, formas substancialmente diferentes de representar e vivenciar a ilegalidade e suas tramas nas periferias do Ceará.

#### *1.13.5.1 Não dar “mal exemplo” e o controle do Consumo na Praça*

Embora a venda de *crack*, maconha e loló seja permitida nos espaços pesquisados, as restrições quanto ao tipo e quantidade do seu consumo ganham destaque entre os varejistas. Em uma das praças pesquisadas, Rafael e Nonato, que tentam despachar seus clientes de maneira discreta, além de ficarem atentos à chegada da polícia, em nome do coletivo, também são responsáveis por alertar aos demais que não se deve, em hipótese alguma, fazer o consumo

---

<sup>217</sup> As inscrições nos muros da cidade indicam, entre outras situações, a presença, domínio territorial, alianças e exigências comportamentais dos coletivos criminais que atuam nas periferias de Fortaleza. Para mais detalhes ver Santiago e Matos, 2019.

na praça.

Questionando Nonato sobre seu consumo de maconha na praça, ele respondeu:

*“A gente sabe que, quando o patrão colocou a gente pra vender aqui, o corre era sério, a gente não podia deixar virar bagunça. [...] aí, o primeiro que não pode usar droga é nós que tá no adiantado, porque a gente precisa dar o exemplo né, pra na hora de alertar pros outros a gente ter a moral pra falar. [...] se o patrão ver nós fumando maconha aqui, a gente é chamado atenção, porque aqui é embaçado, passa criança, velho, grávida indo pra igreja, pro trabalho. [...] se a gente relaxar, fica embaçado e a galera chama é os homi pra nós que tá no corre. Tem até um terreno abandonado aqui do lado que dá pra fumar, mas pra mim e pro outro correria é embaçado, porque a maconha às vezes deixa o négo meio voador, relaxado demais pra ficar esperto no momento de pegar e despachar a droga. E não pode vacilar, um detalhe pode ser cruel. [...] então é só nas madrugadas, quando fica mais sossegado e não tem muita gente na praça é que dou umas bolas no baseado. Mas consciente, porque se ficar lombrado demais e não prestar atenção, erra até os cálculos, desentoca as paradas sem olhar pro movimento da rua.” (Nonato, 15 anos, traficante varejista, membro do CV)*

Como destacado anteriormente, os adolescentes são os responsáveis por vender e manter a ordem na praça, evitando conflitos e práticas tidas como repudiáveis que chamem a atenção dos moradores e que coloquem em risco a atividade do tráfico<sup>218</sup>. Um dos motivos principais que alegaram não fumar é que não podem sair do “corre” na praça e o outro é que, caso fumem, perdem o respaldo para reclamar de outras pessoas que estão fumando. Outro motivo é que os efeitos os deixam relaxados demais para o desempenho da atividade, deixando-os dispersos em momentos que precisam ser cuidadosos e atentos.

Notamos também que essas proibições quanto ao consumo de determinados tipos de drogas em espaços públicos variavam de acordo com os horários e a movimentação de pessoas. Após às 23 horas, quando a utilização da praça fica restrita a um grupo seletivo, as interdições ficam mais frouxas e permitem consumir drogas, mas de maneira discreta e atenta à chegada da polícia.

Nas favelas de Fortaleza, traficantes varejistas e seus clientes foram proibidos de consumir drogas em espaços onde funcionam equipamentos de relevância comunitária e onde circulam muitas pessoas, tais como praças públicas, pontos de ônibus, escolas, postos de saúde e templos religiosos. Os espaços da comunidade e determinados grupos sociais, especialmente famílias, religiosos, idosos e crianças, deviam, agora, mais do que em outros tempos, ser respeitados, evitando-se a todo custo o consumo de drogas ilícitas, especialmente maconha e cocaína, diante desse público.

---

<sup>218</sup> Além da proibição do consumo de drogas, não deixar que adultos circulem de bicicleta ou moto em cima da praça; não permitir que se urine em lugares indevidos; proibir que joguem lixo em vias públicas ou façam tumulto são missões desempenhadas pelos varejistas.

Uma das questões que nos chamou atenção é que essa ideia de que o traficante alicia pessoas para serem seus varejistas possui uma complexidade que envolve várias preferências, inclusive nos hábitos de consumo de drogas. Percebemos que não são todos os tipos de drogas que se proíbe o consumo, variando de acordo com o compromisso com o “corre” e a liberdade de consumo e suas consequências em termos de comportamento.

## “AGORA NÃO É MAIS CV, AS ÁREAS VIROU MASSA!”

Neste capítulo, acompanhamos os caminhos pelos quais o Tudo Neutro se consolidou como força dominante nos bairros de Fortaleza, transformando códigos, alianças e fronteiras nas periferias. A análise se organiza em três eixos que se entrelaçam no tempo e no espaço, revelando como rupturas e rearticulações afetaram as formas de organização e gestão do tráfico, bem como os sentidos de pertencimento e circulação nos territórios.

Na primeira parte, analisamos como a facção conquistou territórios antes dominados pelo Comando Vermelho, num processo marcado por conflitos, expulsões e mudanças simbólicas nos códigos de pertencimento. A partir de relatos de jovens envolvidos nas dinâmicas locais, mostramos como a ideia de “virar massa” deixou de ser apenas um boato para se concretizar na paisagem urbana e nas práticas cotidianas.

Em seguida, examinamos os primeiros sinais do espraiamento do Neutro na região estudada, observando como essa nova configuração redesenhou fronteiras e afetou a autonomia dos grupos locais. Discutimos as transformações nos acordos de mercado, o controle sobre os pontos de venda e o reconhecimento de legitimidade daqueles que participaram dos conflitos.

Na terceira seção, abordamos o impacto da pandemia sobre o tráfico varejista, destacando como os conflitos persistiram e alteraram o funcionamento dos pontos, os códigos de convivência e os sistemas de vigilância. Analisamos também as estratégias de controle e proteção frente à circulação de pessoas e às tensões cotidianas impostas pela disputa territorial.

Ao longo das páginas que seguem, busco evidenciar como a emergência do Tudo Neutro não apenas reorganiza o mapa da violência na cidade, mas também transforma sentidos, práticas e modos de vida nos territórios periféricos.

### **1.14 Indícios e “Golpe de Estado”: Transformações do CV em Tudo Neutro**

Em meados de 2020, começaram a circular boatos sobre a existência de uma nova facção: o Tudo Neutro. Ninguém sabia ao certo onde havia surgido, mas escutávamos que possivelmente teria emergido inicialmente na Região Metropolitana de Fortaleza, em territórios marcados por intensos conflitos armados – áreas que passaram a ser consideradas, por muitos, como mais perigosas do que aquelas historicamente representadas pelo medo dentro da capital<sup>219</sup>.

---

<sup>219</sup> Em matéria da revista *Veja* do dia 21/08/2021, intitulada: “A guerra de facções que assola Caucaia, a cidade mais violenta do Brasil”, destaca que o Município turístico de 265.000 habitantes na região metropolitana de

Como relatado anteriormente, por um curto período de tempo, o PCC e FDN ganharam expressividades em determinadas áreas, principalmente como coadjuvante em alianças com o CV ou GDE, mas até então não se escutava falar em outras facções. Assim, quebrando o protagonismo e exclusividade da GDE e CV, o Tudo Neutro se apresentou como facção em ascensão, redesenhando, até os dias atuais, o mapa faccionado da cidade.

Mas o que era, afinal, esse “Tudo Neutro”? Será que, por ser denominado de Neutro, teria alguma conotação de política de paz? Essa facção, estaria à parte dos conflitos sangrentos? Seria mesmo uma facção? Por ser também conhecida como “Massa”, seria uma associação ligada à massa carcerária? O que essa facção propunha em termos de mudança em sua territorialização e gestão dos conflitos nas periferias?

Eram várias as especulações que permeavam o imaginário dos moradores dos bairros. Diversas opiniões convergiam e divergiam sobre o fenômeno que estava por transcender as maneiras de agir e de pensar dos jovens da periferia. No início de 2020, às vésperas da pandemia, o Tudo Neutro ainda não era tão expressivo no bairro onde se concentrou a pesquisa, mas já se notavam desgastes em forma de conflitos e descontentamento relacionados ao domínio do Comando Vermelho.

Após mais de cinco anos de ações orquestradas pelo CV no bairro, restava saber o que estaria por vir. No trabalho de campo, a sensação era a de que os princípios de justiça e o sistema de punição aplicado nos “tribunais” articulados por uma diversidade de atores locais e de fora estavam se afrouxando. Os vídeos que circulavam na internet se voltavam mais para questão de conflitos armados, baseados em decapitações, tomadas de territórios e ameaças explícitas. Enquanto as práticas exemplares, comum em meados de 2016 – em casos de ladrões roubando nas áreas, adultério, briga entre vizinhos – perderam centralidade em comparação aos momentos de afirmação inicial das facções.

#### ***1.14.1 Contexto das Mudanças e Expansão (2020 – 2024)***

Como mencionado em capítulo anterior, os anos de 2019 e 2020 foram marcados por picos de homicídios, expulsões e chacinas nas periferias de Fortaleza<sup>220</sup>. Esse cenário de

---

Fortaleza teve 98,6 assassinatos por 100.000 em 2020. Paralelo ao que acontece em outras regiões de Fortaleza, esse contexto expressa a emergência do Tudo Neutro que se expande pelo Ceará. Ver em: <https://veja.abril.com.br/brasil/a-guerra-de-faccoes-que-assola-caucaia-a-cidade-mais-violenta-do-brasil/>

<sup>220</sup> Segundo o *Atlas da Violência* (2025, p. 35, tabela 4.4), a taxa de homicídios entre jovens de 15 a 29 anos no Ceará aumentou de 102,8 em 2019 para 189,4 por 100 000 habitantes em 2020, um salto de 84,2 %. No mesmo relatório, a taxa geral de homicídios de jovens no Ceará em 2023 foi de 72,8, posicionando o estado como o 5º com maior índice no Brasil.

intensificação da violência criou condições para transformações nas dinâmicas do tráfico e reconfiguração das alianças entre grupos armados. É nesse contexto que o coletivo Tudo Neutro emerge nos espaços antes dominados pelo Comando Vermelho (CV), especialmente onde havia fissuras internas e enfraquecimento do controle territorial.

Entre 2020 e 2023, moradores das periferias expressaram a insatisfação com os altos níveis de violência em seus territórios. O medo e a sensação de insegurança passaram a fazer parte do cotidiano não apenas daqueles diretamente envolvidos nos conflitos armados, afetando de maneira ampla quase toda a comunidade, marcada perdas de entes queridos, restrições de circulação e estigmatização por viverem em “área perigosa”.

Nesse mesmo período, agravado por crise econômica, desconfiança nas instituições, alta do custo de vida, precarização do trabalho e efeitos duradouros da pandemia, o Tudo Neutro ganha adesão massiva de garotos que agem na linha de frente do tráfico de drogas. Para muitos jovens, a aposta no tráfico representava uma tentativa de sobreviver, escapar da miséria e alcançar algum reconhecimento em um cenário de graves violações de direitos.

A violência, assim, deixa de ser um fenômeno localizado para se tornar uma experiência coletiva, onde a ameaça paira sobre todos que compartilham o território. É nesse clima que o Tudo Neutro se fortalece e se espalha, sobretudo a partir de 2021. Inicialmente, surgem rumores de suposta articulação com setores da repressão estatal, envolvendo apoio logístico em invasões territoriais. A partir de então, sua expansão ocorre de forma silenciosa, sobretudo em áreas disputadas entre GDE e CV.

#### ***1.14.2 Fragmentações Internas (Caso Alex e Neném)***

No bairro estudado, começaram a circular relatos de tensões internas no Comando Vermelho. Grupos locais, insatisfeitos com a centralização das decisões, passaram a questionar o peso das ordens impostas “de fora”, vindas de outras áreas da cidade ou diretamente das cadeias. O que em um primeiro momento era visto como uma aliança estratégica — capaz de oferecer proteção frente a grupos rivais — foi, aos poucos, sendo percebido como um controle excessivo, distante das dinâmicas e interesses locais. Como comentou um jovem, que na época fazia parte da base do tráfico no bairro: “*Os ‘cabeças’ CV queriam mandar em tudo... Quem podia vender ou não droga aqui... Nem viviam aqui e queriam decidir tudo*”. Essa visão foi aos poucos permeando o imaginário e falas dos garotos do bairro que anteriormente acreditavam nos ideais de liberdade do CV.

Apesar do aumento nas restrições ao uso de celulares dentro dos presídios, os vínculos entre os internos e aqueles que permaneciam na “rua” seguiam intensos e constantes. Em ambos os espaços, o incômodo com a hierarquia imposta se fazia sentir antes mesmo de “rasgar a camisa”<sup>221</sup>. Jovens do varejo e lideranças locais relatavam o incômodo de ver decisões sobre o cotidiano do bairro – quem podia vender, quem podia circular, quem devia sair — sendo tomadas por pessoas que nunca haviam pisado na comunidade. Além disso, crescia a indignação com as “taxas de adesão” ao tráfico, vistas como injustas e cada vez mais abusivas.

Foi nesse contexto de ruptura com o que muitos chamavam de “opressão” imposta pelo modelo centralizador do Comando Vermelho que, a partir de 2020, emergiu a ideia de neutralidade diante da busca por conquistar maior autonomia frente aos conflitos armados e à dinâmica local do tráfico de drogas para, posteriormente, se tornar efetiva a consolidação da facção autointitulada Tudo Neutro (TDN).

Um dos casos que ilustra essa tensão foi o conflito entre dois grupos com longa trajetória de colaboração. De um lado, a Tropa do Neném, assentada na localidade do Cajueiro — um pátio cercado por barracos e vários becos com múltiplas entradas, onde moravam jovens que, no passado, foram peça-chave nos ataques que consolidaram o domínio do CV. De outro, a Tropa do Alex, primo de Neném, que havia transformado a área do Bueiro num dos principais pontos de distribuição de drogas da cidade.

Durante anos, os dois primos mantiveram uma parceria: enquanto um grupo se especializava nos confrontos armados, o outro tocava os negócios do tráfico. Mas, com o tempo, essa divisão de funções passou a gerar tensões. Neném, pressionado pela queda nos assaltos e pela escassez de recursos, reivindicava exclusividade no controle do comércio de prensado e skank, alegando que Alex já possuía lucros exorbitantes com crack e cocaína. Alex recusou o pedido, dizendo que já abria mão da venda do loló para beneficiar o primo. Dessa forma, ofereceu contatos, mas negou exclusividade da venda maconha.

A resposta foi o estopim de um conflito que reconfigurou a relação entre os dois ‘frentes’ que lutaram juntos por vários anos como se fosse irmãos em disputas com os de fora. Os dois grupos de localidades vizinhas passaram por momentos de desconfiança e conspiração que resultou no rompimento e combate entre ex aliados. Neném ativou seus contatos no CV, informando que seu primo não estava sendo justo. E Alex que já não encontrava vantagem no

---

<sup>221</sup> O ato de ‘rasgar a camisa’ significa dizer que a pessoa está se desvinculando do coletivo. Embora se fale em camisa e lembre a vestimenta, a expressão é apenas uma metáfora. Quando a saída acontece por motivos considerados aceitáveis, como entrar para a igreja ou começar a trabalhar, o termo usado costuma ser “descamisado”, indicando uma saída sem conflito direto, diferente de quem “rasga a camisa”, que geralmente rompe de forma tensa.

CV, começou a fazer novos contatos com outras fontes de abastecimento de pessoas que, apesar de serem CV, também estavam descontentes com as lideranças que distribuíam grande quantidade de droga e queriam exclusividade. Depois dessa troca de ideia, Alex foi colocado na linha pela cúpula do CV, para prestar esclarecimento sobre o conflito com o primo, mas negou presença no debate. Então, decidiu dar o “golpe de estado” – expressão que é designada para demonstrar a mudança de uma facção para outra – e aderir ao Tudo Neutro, modificando sua fonte de fornecimento de drogas.

Durante quatro meses, em um jogo de gato e rato, os grupos se contra-atacavam com tiros e correrias entre becos e vielas que resultou na morte de um jovem do lado do Alex e de três da Tropa do Neném que, por sua vez, foi forçado junto com os outros sobreviventes que não aderiram aos oponentes a se refugiar em outro bairro, ainda sob domínio do CV. No Cajueiro, um novo primo — próximo de Alex — assumiu o comando. E como ali, em várias outras localidades, aqueles que se recusaram a conspirar e "rasgar a camisa" do CV foram expulsos ou mortos.

### ***1.14.3 “Golpe de Estado”: “Aqui a área virou Massa” (Caso Grilo e Pamela)***

Outro episódio marcante foi a morte de Grilo, um antigo matador respeitado no CV, que mantinha um domínio violento sobre sua localidade. Seus contatos e respeito adquirido através de confrontos lhe garantia privilégios de acesso a armas e drogas dentro da facção. Mas o cenário estava mudando: comunidades vizinhas já haviam aderido ao Tudo Neutro.

Considerado no mundo do crime, Grilo não aceitou abandonar seus fornecedores do CV, resistindo em meio a adesão massiva de seus vizinhos, ex aliados, que já haviam quebrado a parceria de exclusividade com a facção. Grilo, por sua vez, se manteve fiel, mesmo diante da oferta de vantagens com os novos contatos de abastecimento do TDN. Seu cunhado, braço direito nas operações, tentou convencê-lo a romper os laços. Mas foi a irmã de Grilo quem tomou a decisão final: em acordo com o marido, articulou o assassinato do próprio irmão.

Após a morte do irmão, no dia seguinte, Pamela anuncia que ela e o marido são os novos “frentes” do beco, que garantirão ampliação do mercado de drogas e o sossego da localidade. Assim, os dois mantiveram bom relacionamento com lideranças vizinhas e se articularam para elaborarem estratégias de defesas para evitar possíveis retaliações dos membros do CV de outras áreas que admiravam Grilo e tinham interesse no mercado de drogas na área.

Antes da morte, Grilo, ao que tudo indica, já vivia acuado, vivendo escondido no

beco e quando saía, andava armado e suspeitava até mesmo de moradores e visitantes que nada tinham a ver com as rixas. Na verdade, ele estava ciente de que estavam “formando” para ele – expressão utilizada para designar a articulação secreta entre pessoas que querem prejudicar um alvo. Ele já estava sendo “copiado”, ou seja, vigiado, por integrantes do Neutro que estavam seguindo suas atitudes e deslocamentos. No entanto, mesmo com os cuidados excessivos, acabou sendo vítima de um homicídio praticado por seu cunhado que anteriormente mantinha uma relação de confiança e parceria no tráfico.

A justificativa que se propagou para legitimar o homicídio era a de que Grilo estava agindo de maneira impulsiva *“como um louco que ‘cabreiro’ de morrer, apontava arma e apavorava quem estivesse pela frente”*, como destacou um dos jovens entrevistados. Apontando para situações de agressões e humilhações, os discursos convergiam para a ideia de que a população precisava de paz e Grilo não estava colaborando. Mas diante da complexidade do tema, o fato é que os membros do Tudo Neutro sabiam que ele representava um risco dentro da lógica do mercado de drogas que exige estabilidade na região para garantia dos lucros.

A localidade onde ele dominava teria sido a última em meio às várias circunvizinhas que ainda não haviam dado o “Golpe de Estado” e expulsado os remanescentes do Comando Vermelho. Nesse ano de 2021, a região composta por 3 bairros que haviam “vermelhado” em 2015, referência como importante ponto de drogas de Fortaleza, passou a virar Massa, ou seja Netro (TDN). O CV, embora com muitas resistências até os dias atuais, estaria perdendo uma das áreas mais importantes estrategicamente no mapa da droga de Fortaleza.

Dessa forma, assim como Caucaia, Jangurussu e Sapiranga, áreas estratégicas de poder do tráfico, o bairro pesquisado foi um dos primeiros a virar Neutro massivamente. Por outro lado, o Grande Pirambu, também reconhecido como importante região de distribuição de drogas sob domínio do CV mostrou-se resistente ao avanço do Tudo Neutro. Foi apenas a partir 2023 que se tornou cada vez mais expressiva a perda de partes significativas de seu território nessa região localizada vizinha ao centro e ao ponto turístico mais famoso de Fortaleza. Reflexo desses tensionamentos, no dia 1º de maio de 2025, criminosos chegaram em jet-skis e botes até o espigão da Vila do Mar, no Grande Pirambu, e abriram fogo contra um grupo de jovens.

O ataque resultou na morte de duas irmãs influenciadoras digitais, uma de 15 e outra de 20 anos. No dia seguinte, o namorado de uma das vítimas, acompanhado de outros jovens, realizou um ataque em um campo de futebol, onde cinco pessoas foram baleadas. Esses episódios desencadearam uma série de ações violentas: depredações de ônibus, suspensão de linhas de transporte público, queima de veículos particulares e bloqueios em uma das principais

avenidas da cidade. Escolas também tiveram suas atividades interrompidas, revelando o impacto direto da disputa entre facções sobre o cotidiano urbano e a vida de moradores das periferias<sup>222</sup>.

Segundo informações que circulavam via WhatsApp nos grupos com membros do Tudo Neutro do bairro pesquisado, essas ações teriam sido articuladas pelo Comando Vermelho, numa tentativa de reagir à perda de territórios e chamar atenção da mídia e das autoridades para conter o avanço da facção rival<sup>223</sup>. Fatos como estes evidenciam as disputas e tensões que atravessam os processos de reconfiguração territorial e expansão do Tudo Neutro pela cidade.

#### ***1.14.4 Bons Contatos, Boas alianças (Caso Jonas):***

A trajetória de Jonas, o “Josué”, é daquelas que circulam entre becos, vielas e cadeias, marcada por alianças momentâneas, reviravoltas e apostas de sobrevivência. Nativo do bairro, ele cresceu no entremeio das tensões cotidianas, acostumado a andar armado e a manter vínculos com garotos de favelas vizinhas e de outras regiões. Embora não fosse considerado um traficante de referência, era visto como um “correria” dos “adiantos” – fazia travessias de drogas entre pontos, intermediava entregas, e ganhava sua parte nos lucros. Era uma peça em movimento, que não comandava, mas conhecia o jogo.

Em 2017, Jonas foi preso após um assalto conhecido como “saída bancária”. No presídio, sua trajetória ganhou um novo capítulo. Lá, cultivou laços com detentos influentes da GDE e acabou se filiando à facção. A adesão transformou-o, de membro do Comando Vermelho – que dominava seu bairro de origem – em um dos maiores inimigos. Conhecedor do território, dos trajetos diários, dos horários de circulação e dos códigos de conduta dos antigos parceiros, Jonas passou a ser visto como ameaça letal: um traidor que sabia demais. Seu nome entrou na

---

<sup>222</sup> Segundo o portal GCMAIS do dia 07/05/2025, em reportagem intitulada “Sequência de ataques violentos na Barra do Ceará e Grande Pirambu deixa seis mortos e pelo menos 11 feridos em menos de uma semana”. Conforme a reportagem: Após o crime, a Polícia Militar perseguiu o carro utilizado pelos autores do ataque e capturou quatro suspeitos — três adultos, de 18, 19 e 22 anos, e um adolescente de 15. Foram apreendidas quatro pistolas, 49 munições, celulares, drogas e o veículo usado na fuga. Ver em: <https://gcmmais.com.br/noticias/2025/05/07/sequencia-de-ataques-violentos-na-barra-do-ceara-e-grande-pirambu-deixa-seis-mortos-e-pelo-menos-11-feridos-em-menos-de-uma-semana/>

<sup>223</sup> Esta hipótese emergiu em mensagens trocadas em grupos de WhatsApp de moradores associados ao Tudo Neutro. Ainda que relevante do ponto de vista etnográfico, não há dados verificáveis que sustentem sua veracidade. A menção a essa narrativa busca refletir sobre os sentidos locais atribuídos à violência, e não afirmar um fato empírico consolidado.

lista dos “decretados<sup>224</sup>”, e seu retorno ao bairro se tornou quase impossível.

Dentro do presídio, gravou um vídeo “rasgando a camisa da GDE” – gesto que simbolizava sua ruptura com a facção. Mesmo assim, do lado de fora, seu retorno às áreas seguia cercado de riscos. Às vezes, fazia visitas breves à mãe, evitando circular demais. A vizinhança sabia que ele agora estava “colando” com gente de um bairro vizinho, onde também tinha parentes e vínculos. Seu nome ainda era lembrado como alguém que conspirou contra o CV, mas rasgou a camisa da GDE.

Certa noite, numa festa de forró da região, conheceu algumas garotas. Uma delas pediu uma carona de volta para casa, justamente numa parte da favela onde Jonas ainda era considerado um conspirador. Ele aceitou. Ao deixá-la, foi surpreendido por tiros. Na fuga, não foi atingido de forma grave, mas o recado estava dado: sua presença ainda incomodava.

A reviravolta começou quando Jonas, graças aos contatos com integrantes do Tudo Neutro (TDN), passou a servir de ponte entre dissidentes do CV e os interesses da nova facção. O momento era propício: havia rachaduras internas no Comando Vermelho e um certo desgaste com a política de domínio exercida por seus líderes de fora. Jonas soube ler o cenário e se reposicionar.

No fim de 2020, ele reapareceu no bairro de origem. Chegou dirigindo um carro de luxo, distribuindo cocaína aos amigos com quem havia se reconciliado. A qualidade das drogas que ele levava – maconha do tipo skank e cocaína pura – era superior ao que se via até então. E isso não passava despercebido. Um jovem do bairro descreveu o impacto da cena:

*“Ei pivete, quem apareceu de novo nas áreas que eu vi e tomei um susto, foi o Jonas. Mal conheci, chegou num carro mafioso todo preto, parou, baixou o vidro e me chamou. Perguntou como eu tava, jogou dois pinos de pó que eu nunca tinha nem visto antes e saiu dizendo que agora vai ficar tudo ‘massa’. O pó era do doido, o elemento agora representou, deve tá patrão... Não sei o que ele fez pra voltar a andar aqui na limpeza.”*

Nessas dinâmicas, a droga boa não é apenas mercadoria, é também mensagem, uma demonstração de poder, prestígio e credibilidade. Neste sistema de reciprocidade de *dar, receber e retribuir*, a substância de qualidade funciona como símbolo: atrai, convence, firma alianças (Malinowski, 1928). Além da qualidade dos gostos e efeitos, a fartura também se torna elemento fundamental na construção da fama dos pontos de venda. Doses potentes, bem servidas e a preços acessíveis garantem uma imagem positiva ao coletivo que domina a venda.

De repente, essa reputação já se espalha pela cidade: “*Vai lá que o pó do Max tá*

---

<sup>224</sup> Termo utilizado para designar alguém jurado de morte pela facção rival. Geralmente sua imagem circula nos grupos de Whatsapp, informando a qualquer um dos membros que se vê-lo entrar em contato, matar ou sequestrar.

*naquele preço, é do doido, basta uma chave que o caba fica logo perplexo e tá bem servida, tá vindo gente de tudo que é canto... Todo mundo só fala do pó da Rua do Ouro... vai logo lá, porque senão acaba*". Falas como essa, de um usuário, ilustra a importância da fama da substância e sua associação ao nome do "frente" ou da localidade – no caso, o pó do Josué da Rua do Ouro – para o reconhecimento de que naquela área o Neutro está ganhando notoriedade como referência no abastecimento na cidade. Assim como o bairro estudado, outras áreas como Pirambu, Lagamar, Pôr do Sol e Verdes Mares são consideradas no contexto das dinâmicas da droga, como pontos de referência de substâncias de qualidade e melhor preço.

Essas áreas têm se consolidado, no imaginário dos consumidores e nas redes de circulação da droga, como territórios estratégicos — lugares onde se encontra produto de qualidade e com melhor custo-benefício. Essas dinâmicas evidenciam como o tráfico de drogas também se organiza por meio de reputações e circuitos de confiança, onde o prestígio local se torna tão importante quanto a logística de distribuição.

Quando chega alguma remessa de cocaína ou crack, os distribuidores locais costumam escolher alguns usuários experientes para fazer o teste apresentando com uma quantidade da substância. Ao vivo, alguns ali reunidos observam e analisam os efeitos da cocaína cheirada ou da pedra fumada. Medem o tempo das reações no organismo do usuário, se "trava" ou não o queixo, os dentes ou a garganta; se há contrações corporais, principalmente nos dedos, ou muita ou pouca dilatação da pupila ou aceleração dos batimentos cardíacos. Assim como perguntam a opinião do usuário sobre o gosto e a texturas químicas, além de comparações com outras remessas. Feedbacks estes que naturalmente já vêm dos clientes, mas muitos preferem verificar empiricamente in loco.

O caso de Jonas ilustra como, para muitos jovens, a entrada no tráfico passa também pela observação desses sinais. Boa droga e bons contatos despertam o interesse de muitos que veem nisso oportunidade de negócios. Possuir substâncias de qualidade é sinal de prestígio, assim como a disposição para agir com violência quando necessário; ambas são características centrais para se construir como liderança. Assim como nas antigas gangues dos anos 1990, o papel dos que atuam na diplomacia entre grupos rivais — negociando paz, abrindo caminhos e articulando pactos — continua sendo essencial para a consolidação de coletivos criminais nos territórios.

Foi Jonas quem, simbolicamente levantou a bandeira do Tudo Neutro (TDN) no bairro. A partir do dia em que soltou fogos de artifício nos principais pontos de encontros e de vendas de drogas, dizendo "*Agora é Massa*", anunciava que períodos de mudanças estavam

acontecendo com o rompimento com o CV<sup>225</sup>. Após aquele sábado, vários muros e postes que em haviam as siglas do CV foram rasuradas e ao lado foi pichado: “Tudo Neutro”, “Massa” e “TDN”, representando que havia sido consolidado o “Golpe de Estado”.

Jonas não era exatamente um especialista em tráfico de drogas, mas dominava como poucos a arte da articulação. Era respeitado por seu passado nos assaltos, por sua coragem em momentos de tensão e por saber conversar. Costumava aconselhar os mais jovens sobre os “adiantos” da vida no crime, sempre com um jeito aparentemente leve, mas carregado de vivência. Foi essa combinação – expressão amigável, postura firme e reputação perigosa – que o tornou figura chave no trânsito entre três grandes coletivos: começou no CV, passou pela GDE, e encontrou abrigo no Tudo Neutro.

Hoje, aos trinta anos, Jonas está novamente encarcerado. Mas permanece como um nome lembrado por sua influência e habilidade na mediação de conflitos que marcaram os momentos iniciais da expansão do TDN na região. Sua trajetória ilustra como, nas periferias urbanas, a sobrevivência e a mobilidade nos circuitos do crime não se dão apenas pela força ou pela violência, mas sobretudo pela capacidade de costurar relações, saber a hora de mudar de lado e cultivar bons contatos.

Jonas sabia que sua maior arma de sobrevivência criminal era a política da boa vizinhança: saber ouvir para saber falar, receber bem para ser bem acolhido e visto como um “cara limpeza”; não “crescer os olhos” para cima do que é de ninguém. E, assim conduzia seus caminhos nas periferias de Fortaleza, obtendo *capital simbólico* e recursos financeiros capazes de lhe garantir um relativo sucesso no *campo* da criminalidade faccional (Bourdieu, 1989).

Não podemos dizer que era uma pessoa que sabia chegar e sabia sair, porque foi um sujeito cujas saídas de grupos anteriores foram marcadas por rupturas e traição. Mas, enfim, era uma pessoa que tinha a habilidade de se aproximar das pessoas, estabelecer confiança e muitas vezes convencê-las de possibilidades de parcerias de “adianto” de expansão de lucros.

### **1.15 Transformações e Continuidades: CV para TDN**

---

<sup>225</sup> Diferentemente de muitas favelas brasileiras, nas periferias observadas nesta pesquisa não se constatou o uso sistemático de fogos de artifício para anunciar a chegada de carregamentos de drogas. A comunicação tende a ocorrer de forma mais discreta, com avisos diretos aos usuários de que “estourou” uma nova remessa. A queima de fogos, quando ocorre, está geralmente associada a datas comemorativas como o réveillon, vitórias de times de futebol ou quando alguma pessoa conhecida “ganha a liberta” – expressão utilizada para caracterizar a saída do presídio. Ainda assim, mesmo nessas ocasiões, evita-se chamar muita atenção para não atrair a repressão policial, fator que pode comprometer diretamente as atividades do tráfico.

Neste tópico, examinamos os primeiros indícios do espraiamento do Tudo Neutro na região estudada, atentando para os efeitos dessa nova configuração sobre os códigos simbólicos e as fronteiras anteriormente estabelecidas entre grupos, territórios e identidades. Discutimos também os impactos dessas mudanças sobre a autonomia dos grupos locais e suas estratégias de reorganização diante dos conflitos e das possibilidades de gestão do tráfico. Analisamos os impactos dos acordos mercadológicos, com foco nas novas restrições e liberdades relacionados ao abastecimento e controle dos pontos de vendas nesse processo de redefinição dos limites territoriais, sobretudo no reconhecimento daqueles que “lutaram” e conquistaram certo espaço de legitimidade.

### ***1.15.1 Aspectos Simbólicos e Fronteiras no Bairro***

No bairro pesquisado, no ano 2020, os recém chegados do sistema carcerário foram os primeiros a relatarem a expansão do Neutro pela cidade. O que antes era realidade de bairros distantes passou a fazer parte do imaginário como possibilidade real que se aproximava da existência dos jovens que até então eram CV. Alguns narravam a expressividade que os coletivos ganharam com a virada de lideranças e tropas renomadas no contexto do crime em Fortaleza. Muitos deles peças centrais que contribuíram significativamente com o início da territorialização do CV em áreas de venda de drogas altamente cobiçadas.

Um dos interlocutores recém saído do presídio narra o clima de transição nas penitenciárias:

*“Ei ‘pivete’, os cara lá na cela do lado só querendo entrar na mente do nego, dizendo que CV é opressão, ‘pirangagem’ e que era mais jogo nós rasgar logo a camisa e virar Neutro, pense num bagui doído, ainda bem que dias depois ganhei a liberta (...). Não sei se tu soube, mas os cara da tropa do Pardal deram o ‘Golpe de Estado’ lá na Castanholeira e agora parece que pras banda de lá tão virando tudim Neutro... tô vendo a hora a galera das áreas virar também. Será que aqui nas áreas vai ser assim? (...). Tu soube, né, que o Rafinha saiu das áreas pra colar com os Neutro lá do Vila Jorge, onde era CV e agora é neutro. Parece que ele ainda andou tentando falar com os cara daqui pra fazer a parceria, mas os cara espierraram ele. Não sei qual vai ser não, mas é altas áreas virando e só viro se o ‘frente’ daqui virar” (Pateta, entrevista realizada em dezembro de 2012).*

No início de 2021, assim como o bairro estudado, vários outros da região passaram por um processo de reconfiguração territorial com a ascensão do Tudo Neutro. Em meio a conflitos, incertezas e insatisfações, a “Massa” demarcou muitos territórios, expandindo suas conexões na cidade. No bairro, aqueles que decidiram permanecer CV fugiram ou foram assassinados. E nos muros, pichações surgiram, principalmente nas entradas dos pontos de venda anunciando a nova ordem – “aqui é Neutro”, “aqui é Massa”. A presença territorial

deixava de ser apenas física: estava gravada nas paredes, nas falas, nas maneiras de enxergar o mundo e na mente.

Os garotos do bairro, ainda digerindo a virada, passaram por um processo de adaptação simbólica. Era preciso abandonar o vermelho, evitar gírias como “trem” ou o número 2, que remetiam ao CV. Sinais manuais, como o gesto de paz e amor com os dedos, foram proibidos. Uma estética e uma linguagem novas se impunham, exigindo que os jovens aprendessem a habitar essa nova gramática da dominação.

Nesse contexto, um termo nativo altamente popularizado nos circuitos jovens ganha maior expressividade e força: “massa”. Palavra utilizada há décadas para designar o que é “legal”, “bacana”, “da hora”, “irado”, “maneiro”, mas também com outro sentido menos popular — o de “massa carcerária”. A facção Tudo Neutro ressignificou o termo como um marcador de pertencimento e dominação. Em vez de dizer “aqui é TDN”, o comum passou a ser “aqui é Massa” ou simplesmente “aqui é Neutro”. A expressão se infiltrou no léxico cotidiano dos jovens sendo dita com forte entonação: “tá massa”, “isso é massa”, “o corre tá massa”, misturando domínios linguísticos e territoriais.

Por outro lado, em regiões dominadas pela GDE e CV, não se admite a utilização da palavra “massa” mesmo com a expressão sendo comumente utilizada bem antes da emergência do TDN, que ressignificou o termo. Essa interdição de fala reflete as maneiras como se tecem as fronteiras nas periferias da cidade através de suas demarcações de pertencimentos. Por essa lógica, dizer “massa” em território dominado pelo CV, inimigo ferrenho do TDN, assim como em áreas da GDE, corresponde a ser associado como membro ou simpatizante do grupo rival.

Dessa maneira, no bairro estudado, com essa rearticulação entre criminosos, ao invés de um rival da GDE do outro lado do rio, agora temos outra região na fronteira que acolheu os membros fugitivos do CV. Essa área, antes aliada, foi uma das poucas da região que não virou e agora representa uma ameaça.

No início de sua emergência, como o discurso estava voltado para mostrar que a Massa tinha um viés de neutralidade diante da guerra, tornou-se comum nas pichações a expressão paz. Nas redes sociais, garotos se identificavam com a cor branca, a palavra paz e figuras de quimonos de luta, demonstrando que paz e luta podem permear os espaços de territorialização da facção, como demonstra a figura 2. E é assim que, ao lado da palavra “paz”, surgem imagens de punhos cerrados, quimonos e símbolos de luta nas redes sociais dos garotos. Dizia-se que: se a única maneira de conseguir a paz fosse derramando sangue e se livrando de

vez dos “pilantras da CVcú ou GDcú”, esse seria o caminho.



Figura 5

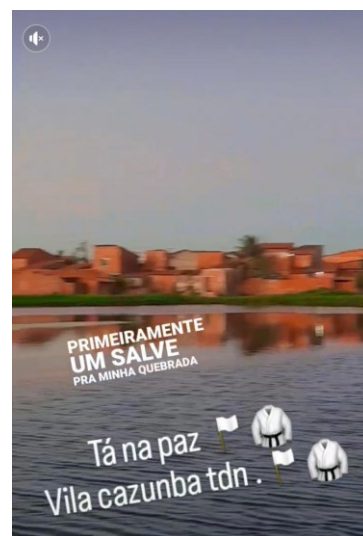


Figura 6

Nas fotos e nos vídeos, um novo gesto se popularizava: dedo indicador apontado para o alto e polegar para o lado — o símbolo do Neutro, como demonstra a figura 01. As expressões gráficas se multiplicavam, dos muros às telas dos celulares, dos stories do Instagram aos salves no WhatsApp.

Essas reconfigurações de expressões simbólicas, tanto no primeiro momento de emergência do CV, como no segundo momento com o TDN, têm sido permeadas por muitos conflitos, assassinatos e expulsões em quase toda a cidade. Os grupos de WhatsApp eram atualizados quase diariamente: circulavam listas com os bairros recém-virados, os novos aliados, os nomes dos “decretados” que se recusavam a “rasgar a camisa” do CV ou GDE. Os “salves” misturavam ameaças e apelos por paz. As imagens a seguir, ilustram como esses conflitos têm se configurado nas redes sociais:

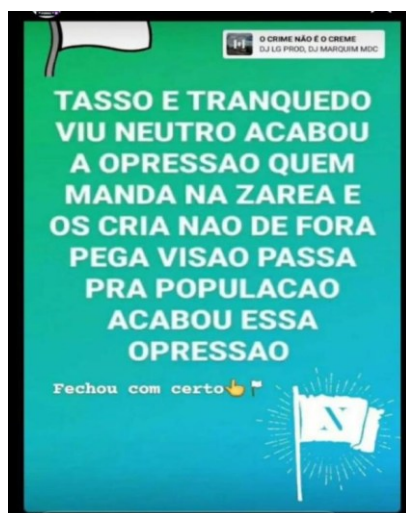


Figura: 7



Figura: 8

No discurso do Neutro, as ameaças costumavam vir acompanhadas por apelos à paz. Havia um esforço retórico para apresentar a expansão da facção como resposta ao desejo coletivo por tranquilidade nas comunidades, ainda que, por trás dessa retórica, estivessem interesses estratégicos e mercadológicos ligados ao domínio do tráfico. A linguagem da guerra se entrelaçava à da justiça, e a construção simbólica do inimigo era parte essencial dessa narrativa.

*"Esses pilantras do outro lado só sabem oprimir, matando inocente e desrespeitando os cidadãos. Com nós o negócio é diferente, aqui a gente quer paz, mas se tiver que derramar sangue pra isso, nós derrama"*, dizia um jovem interlocutor, tentando justificar a ação armada do grupo. Expressões como “os pirangueiros”, “os alma sebosas” e “os safados” eram recorrentes nos relatos, servindo como formas de desqualificação moral e desumanização dos rivais — especialmente do Comando Vermelho e da GDE — e funcionavam como justificativas simbólicas para o uso da força.

Tanto o CV quanto a GDE também reproduziam esse tipo de acusação, rotulando os membros do Neutro como traidores e covardes. A deslegitimação do inimigo, nesse contexto, era mútua e necessária para sustentar a lógica da guerra.

Por outro lado, tentando reforçar uma imagem de justiça e de ruptura com modelos autoritários, os membros do Tudo Neutro buscavam convencer seus aliados locais com um discurso de emancipação: *“O cara do CV cú se faz de doido, pensa que nós é otário pra ficar calado com essa opressão, quer mandar aqui como se a gente fosse menino. Mal sabe eles que a gente é mais doido do que eles e não vamos tolerar bicho de fora mandando aqui nas áreas não. Nós do Neutro é corre pelo certo”*, afirmou um rapaz que participou do processo de transição no bairro pesquisado.

Nessa disputa simbólica, a ideia de paz aparecia como promessa de ordem, mas era permeada por ameaças e por uma racionalidade bélica. A própria reconfiguração territorial ganhava legitimidade ao se sustentar sobre uma suposta demanda popular, ocultando, muitas vezes, os reais interesses de poder e controle sobre os fluxos do tráfico.

### ***1.15.2 Autonomia e Ressignificação de Gestão***

Como relatado no capítulo anterior, em meados de 2015, para conquistar a adesão dos vários pequenos grupos locais espalhados pelas periferias do Ceará, representantes do Comando Vermelho ofereceram apoio logístico nas disputas por território e na dinâmica do

tráfico de drogas. Em uma espécie de diálogo estratégico, buscava-se mediar os conflitos locais de forma orquestrada entre membros da cúpula do CV e lideranças dos bairros de Fortaleza.

Nesse contexto inicial, era evidente a tentativa de valorizar as particularidades regionais com a disseminação de centenas de “CV-Ceará”, mantendo o nome dos grupos locais — geralmente sob a designação de “Tropa” seguida do nome da liderança ou da localidade de origem — como forma de sinalizar que o CV reconhecia as raízes e a autonomia de seus novos aliados. A imagem projetada era a de uma facção articulada em rede, conectada às cúpulas do Sudeste, mas disposta a respeitar as dinâmicas locais, desde que os princípios gerais da facção fossem obedecidos e o comércio de drogas seguisse fluindo e gerando lucros.

Com o tempo, no entanto, a relação entre os CV-Ceará e os CV-Rio de Janeiro foi se desgastando. O que antes era visto como uma aliança estratégica com objetivos comuns — manter contatos com as hierarquias e garantir proteção e expansão do mercado — passou a ser interpretado por alguns como opressão externa. Membros do Tudo Neutro aproveitaram esse desgaste para estimular o rompimento, alegando que o símbolo do CV já não representava mais os anseios de liberdade e justiça que os grupos locais reivindicavam.

Alimentou-se a ideia de que membros do CV de fora do bairro e do Estado estariam monopolizando decisões sobre conflitos que seriam de alçadas dos grupos locais. Um dos jovens entrevistados disse:

*“Agora deu, tudo que acontece aqui nas áreas a gente tem que pedir o aval de elemento que a gente sabe nem quem é, de outras áreas... Os cara se metem e decide sobre B.O que eles não têm nada a ver. Tudo que acontece nas áreas tem que dizer pra esses bichos. Tá errado, o que a gente achava que era o ‘corre pelo certo’ se transformou na opressão”.*

O que chama atenção é que o termo “opressão” não era comumente utilizado na periferia para se referir a injustiças e aos poucos foram sendo incorporados por aqueles que estavam vivenciando esse momento de rearticulação.

O que antes era visto como orientação passou a ser compreendido como controle. Em várias falas de jovens e moradores, emergia o incômodo com o que se via como uma intervenção autoritária — uma ocupação silenciosa que, aos poucos, esvaziava a autonomia dos grupos locais e transformava alianças em subordinação.

Com a consolidação do Neutro, modificou-se a estrutura das mediações de conflitos, pois agora os grupos locais não precisariam informar, debater e decidir sobre os conflitos sob influência de membros de fora. A partir de então, os membros locais e as lideranças seriam os responsáveis autorizados a fazer valer os códigos e princípios de justiça sobre assuntos referentes ao bairro, sem precisar recorrer aos de fora.

O diálogo entre os vários pequenos grupos sempre vai existir, porque são amigos, mas o poder de autorizar punições passou a não precisar da mobilização de uma rede tão amplamente hierarquizada, como tem sido no final da década passada.

E a pergunta que não quer calar: o que irá mudar com essa mudança em torno da legitimação da autoridade de se fazer valer “correr pelo certo”? Fazer do bairro um ambiente tranquilo, sem “pirangagem”, propício à paz dos moradores em conformidade com a potencialização do tráfico de drogas?

Eis algumas indagações que inicialmente permeou a mentalidade dos jovens. Essa descentralização das decisões e maior autonomia iria alterar de maneira positiva ou negativa os problemas enfrentados no cotidiano das classes populares. Uns diziam: *“Agora como vai ser? Será que vai ser a lei do murici: cada um por si? Será que vai ficar bom pra bandido que vai poder fazer o que quer e cada um só tá se preocupando com o seu?”* São questionamentos que vieram diante da expectativa do que estaria por vir.

Os garotos tinham ciência de que, nos primeiros momentos do CV, os “tribunais” – quando alguém era “colocado na linha” – representavam uma tentativa de promover certa participação coletiva na resolução de problemas cotidianos. Tratava-se de um espaço onde as decisões sobre roubos, conflitos interpessoais e, principalmente, disputas ligadas ao tráfico passavam por debates que contavam com a participação de lideranças locais e de outras regiões do CV, assim como outros atores envolvidos nos conflitos. Eram momentos de escuta, debate e penalização. Com o tempo, porém, esse modelo foi perdendo força.

A emergência do Tudo Neutro trouxe outra lógica: uma descentralização das decisões e um discurso de autonomia para os grupos locais, o que gerava dúvidas e tensões. Como se desenharía as decisões a partir dali? Será que abriria margens para mais injustiças?

A própria crítica ao Comando Vermelho girava em torno disso: a centralização excessiva e a imposição de regras de fora para dentro, que desconsideravam os contextos locais, eram os maiores promotores de injustiças. *“O que é que tem a ver gente de fora dizendo como é que as coisas tem que ser aqui das áreas? Nós é que se intera o que acontece aqui. Daí vem uns cara de fora se meter e acaba decidindo pelo errado”*, comentou um jovem do bairro, enfatizando que o Neutro defendia que cada área resolvesse seus próprios problemas, desde que respeitasse certos princípios estabelecidos.

No cotidiano, entendia-se que já não era mais necessário haver julgamento formal com pessoas de fora dizendo o que deve ser feito, pois entendia-se que as regras eram claras e já haviam sido firmadas. Roubar dentro do próprio bairro, por exemplo, era e continua sendo

considerado um ato gravíssimo. “*Todo mundo já sabe que isso aí dá morte*”, dizia um morador, referindo-se à penalidade máxima para esse tipo de conduta.

Da mesma forma, sabe-se que quem mistura ou desvia droga, se flagrado, será severamente punido. Assim, as situações conflituosas passariam a ser resolvidas “entre os nossos”, como diziam os membros dos grupos locais do TDN — muitas vezes com troca de mensagens por WhatsApp, comunicação entre conhecidos e envolvimento direto da vítima. As lideranças de localidades vizinhas geralmente só eram acionadas para manter o equilíbrio e evitar que algo desorganize a dinâmica do bairro.

A proposta do Tudo Neutro era retomar o poder de decisão local, devolvendo aos bairros a autonomia que existia antes da chegada do Comando Vermelho e de suas imposições externas. A ideia era que cada território pudesse resolver seus próprios conflitos, sem interferência de lideranças de fora. No entanto, mesmo com essa descentralização, muitos moradores reconheciam o papel das lideranças do crime, especialmente quando se tratava de proteger a comunidade de ações que a prejudicavam diretamente.

Certa vez, uma moto foi roubada dentro do bairro e logo se espalhou a notícia de que o veículo estava sendo usado em uma área vizinha, também sob domínio do Tudo Neutro. A revolta tomou conta dos moradores, inclusive de Rafael, um dos traficantes locais, que desabafou:

*“Que crime é esse que o cara rouba cidadão das mesmas áreas e ainda fica desfilando com a moto? Às vezes os caras só querem saber de ganhar dinheiro... só fazem alguma coisa quando é com os deles. No começo era negócio de paz toda hora, agora a gente vê altas coisas acontecer e a galera não faz nada.”* (Rafael)

Diante dessa pressão, duas semanas depois, uma das lideranças locais, mesmo encarcerada, foi informada sobre o caso. A partir do presídio, articulou-se com membros do coletivo em outras áreas, e a moto reapareceu. Casos como esse revelam a tensão entre a promessa de paz e autonomia e as expectativas concretas de ordem e proteção. Em contextos marcados por cenas de assaltos e abusos, muitos moradores clamam por justiça, às vezes exigindo punições severas, inclusive homicídios, contra aqueles que espalham medo dentro da própria comunidade.

É importante destacar que essas formas de resoluções de conflitos ocorrem num cenário em que o sistema de justiça estatal é amplamente desacreditado. Homicídios — sobretudo de jovens negros<sup>226</sup> — raramente são investigados ou resultam em responsabilização.

---

<sup>226</sup> Segundo o *Atlas da Violência* (IPEA & FBSP, 2025), em 2023 uma pessoa negra tinha 2,7 vezes mais chance de ser vítima de homicídio do que uma não negra — crescimento de 15,6 % em relação a 2013 —, sendo o Ceará

“Quando morre um nosso, é como se não tivesse morrido ninguém... ninguém tá nem vendo”, desabafou um interlocutor, apontando o sentimento de abandono institucional que legitima, aos olhos de muitos, a justiça feita com as “próprias mãos”<sup>227</sup>. E assim, as mortes se acumulam sem visibilidade, abrindo espaço para arbitrariedades que se naturalizam no cotidiano como: “morreu: porque era envolvido, ou estava no lugar errado, ou andava com quem não presta.”

O apoio de membros de outros bairros e regiões do país, por sua vez, geralmente acontece apenas em situações-limite –como ameaças concretas de perda territorial ou riscos na estrutura de funcionamento do mercado de drogas. Quando os grupos locais não conseguem conter o avanço de rivais, recorrem a aliados que compartilham da mesma bandeira, reafirmando laços de lealdade e pertencimento que, apesar da autonomia dos territórios, seguem vivos e operantes dentro da lógica faccionada.

### ***1.15.3 Livre Comércio e Restrições***

Em meio a diversas práticas criminais, como receptação, agiotagem, homicídios e tráfico de armas, o mercado de drogas se apresenta como eixo estruturante na dinâmica de territorialização dos conflitos vinculados à emergência do Tudo Neutro (TDN). A pesquisa evidenciou uma mudança significativa nas diretrizes que orientam os acordos entre traficantes após a ruptura com o Comando Vermelho, especialmente no que diz respeito à liberdade comercial dentro da facção.

Uma das promessas mais difundidas entre os adeptos do Neutro era a superação da obrigatoriedade de fidelidade a um único fornecedor — prática anteriormente imposta pelos “poderosos lá de cima”, como são chamados os membros de alta patente do CV. Ao aderir ao Neutro, os traficantes locais passariam a ter maior autonomia para escolher suas fontes de abastecimento.

Nesse novo arranjo, a troca de fornecedores não é considerada uma infração às regras internas. Pois passou a ser compreendida como um direito estratégico dos “frentes” dos grupos locais, que podem comparar preços, qualidades e condições de entrega, buscando o que for mais vantajoso. Isso inclui a possibilidade de adquirir crack, maconha ou cocaína mais

---

o 6.º estado com maior taxa de homicídios de negros por 100 mil habitantes; além disso, no estado, 91 % dos homicídios em 2020 (3.752) foram cometidos contra pessoas negras, frente a 2.235 homicídios em 2019, um aumento de 67,9 %; já a taxa de homicídios de jovens de 15 a 29 anos no Ceará subiu de 102,8 (2019) para 189,4 (2020) por 100 mil hab (Fonte: Atlas da Violência, edição 2025).

<sup>227</sup> Segundo Michel Misse (2006), a ausência de investigação e punição de homicídios, especialmente nas periferias urbanas, contribui para o descrédito da população no sistema de justiça e alimenta uma cultura da impunidade, na qual a violência se torna um mecanismo recorrente de resolução de conflitos.

potentes e com melhor custo-benefício, contribuindo tanto para o lucro como para a circulação das substâncias nas áreas sob seu domínio.

Jardel, um jovem varejista de 23 anos, explicou com entusiasmo a expectativa em torno dessa mudança:

*“É pivete, não tava dando certo negócio de CV aqui não. Os elementos de outras áreas querendo mandar aqui, oprimindo, dizendo que a gente tem que fazer isso e aquilo outro. Nego pedindo autorização pra cara de fora pra decidir sobre as tretas das áreas, rola não. Agora que a gente é massa, vamos poder traficar do jeito certo. E o certo é a gente pegar droga com quem a gente quiser. Vai melhorar, porque agora a galera daqui não vai ser obrigado a pegar droga ruim dos ‘pilantras’. Vamos pegar só droga ‘roxeda’ nas áreas. É nós mesmo que sabe o que é o certo, não precisa tá baixando a cabeça para ‘pilantras’ não. O certo deles, é eles pensar só neles”* (Entrevista realizada com Jardel, 23, em abril de 2021).

Contudo, essa liberdade de comércio possui limites definidos. Um deles é a proibição explícita de qualquer tipo de relação comercial com membros do Comando Vermelho (CV) ou da Guardiões do Estado (GDE). A flexibilização se dá, portanto, apenas no interior do próprio coletivo: os líderes locais não necessitam mais da autorização de comandos superiores para decidir de quem adquirir drogas, desde que o fornecedor pertença ao Neutro.

Essa descentralização do acesso a fontes de abastecimento é vista como uma vantagem. Cada membro que conseguir estabelecer um canal próprio de abastecimento — seja por conexões pessoais, mobilidade ou alianças com Neutros de outras regiões — pode redistribuir as substâncias a outros integrantes do coletivo. Assim, embora o TDN proponha um modelo de comércio mais livre e horizontal, essa liberdade está condicionada à coesão faccional e ao rompimento com os vínculos considerados traidores ou inimigos.

#### ***1.15.4 “Nem é das Áreas e quer ser Correria”: vínculos sociais e acesso ao tráfico***

O caso de Inácio, jovem de 21 anos, ilustra bem os entraves enfrentados por quem tenta ingressar no tráfico sem ter vínculos locais consolidados. Desde criança, Inácio circulava por diferentes periferias, dividindo moradia entre casa de mãe, avó e tios. Recém-chegado ao bairro, era pouco conhecido, mas carregava o nome do tio Ronim, figura bem quista na região.

Mesmo com experiência no manuseio da venda de cocaína e crack onde morava anteriormente, Inácio não conseguiu espaço entre os grupos do bairro. Como diziam: *“ele nem é das áreas e já chega querendo sentar na janela”*. A ausência de vínculos próximos com lideranças locais o impedia de ser acolhido como “correria”. Ele morava na chamada “favelinha”, um aglomerado de 25 barracos distribuídos em três becos, onde viviam membros de uma família influente no tráfico — entre eles, Galo, o “frente”, e seus irmãos Dado, Pixilinga

e Pança.

Precisando de dinheiro, pois seu filho estava para nascer, pretendia comprar o enxoval e fazer pequenas reformas no seu barraco. Resolveu então pegar 200 gramas cocaína. Pagou R\$800 adiantado, com a promessa de quitar o restante após a revenda, esperando lucrar R\$1.600. Preferiu não “batizar” o pó, pois queria vender rápido e conquistar clientela. Passou a oferecer o produto de forma independente na praça próxima de casa, mirando o grupo de papudinhos da esquina e os clientes de um bar local.

Não demorou para ser interpelado por Pixilinga: *“Se intera que tu sabe que não pode adiantar nada por aqui, porque quem tá lá é o Gilberto, o correria do Galo aqui. Se ‘intere’, senão vai pesar pro teu lado e você vai virar saudades”*. Então Inácio decidiu adiantar nas madrugadas em um posto de gasolina, próximo a sua casa e novamente o garoto foi *espurrado* do local, pois era o ponto de venda de outra pessoa.

Apesar das barreiras impostas, a mercadoria de Inácio logo chamou atenção. A notícia se espalhou rápido, e ele passou a ser reconhecido como o que *“tá tendo o pó do cêra”*. Não custou para que os primeiros clientes começassem a bater em sua porta. Tentando ser discreto e não *“espanar”*, orientava os usuários: *“Não vá lá em casa não... é embaçado, Angela tá grávida e não pode saber que eu tô adiantando não e lá já tem o ‘correria’ do Galo”*.

Mas a movimentação não passou despercebida. Galo, que já estava “copiando” o garoto que tentava adiantar a mercadoria, não hesitou em convocar Inácio e o tio, Ronim, para uma conversa que se consolidou em tom de ameaça. Ele não se importou com quem Inácio tinha pegado o pó, pois era de figura do Neutro também, mas disse que se o garoto continuasse vendendo nas áreas seria “apagado de cena”. A tensão era real, e muitos relataram que o jovem só não foi morto por consideração ao tio. Inácio sabia que vender em uma área já dominada por outro traficante era visto como grave desrespeito — um erro passível de homicídio no universo do tráfico.

Indignado, Inácio destacou:

*“Cruel meu fi, os cara no começo vieram com mil e uma promessa, dizendo que ia ter espaço pra todo mundo e coisa tal. Agora, quando o nego pega uma coisinha pra adiantar aqui, uns e outros chega querendo jogar o cara pro escanteio. É osso, acho que é só porque o nego não é daqui e não é da família dos elementos que mandam. O David, vacilando direto, os cara vão lá no beco atrás dele pra comprar pó, daí ele, ou tá dormindo ou tá batendo perna. Eu com pó na mão, sem poder fazer nada, vendo os usuários voltar batendo, porque ele não tá ali. Até dei essa ideia pro Galo, quando ele disse que não era preu vender lá, mas ele prefere tá perdendo dinheiro do que tirar o irmão fora da jogada.”* (Inácio, 25, Entrevista realizada em setembro de 2023)

Aperreado com a dívida que precisava quitar com seu fornecedor, Inácio tentou

explorar outros espaços. Com poucas opções, decidiu se adaptar: passou a operar no esquema de delivery, tentando não chamar atenção. Lamenta não ter nascido no lugar e não ter armas ou amigos próximos do crime capaz de garantir suas vendas na região onde mora.

Esse episódio ilustra um ponto central: não é qualquer um que pode traficar. A atividade exige vínculos locais, relações de confiança e pactos implícitos com os que já dominam aquele território. Mesmo sob a bandeira do Tudo Neutro — que teoricamente prega maior liberdade comercial — a venda de drogas ainda obedece a regras internas, especialmente quando já existe um “correria” ativo na área.

Ainda assim, em contextos onde alguém está “maiado na mão dos homi” — expressão usada para descrever quem está sob forte vigilância policial — pode-se articular a transferência de pontos ou “encaminhar” o correria para outra área. Nesses casos, contar com familiares ou aliados em outros bairros facilita a manobra para evitar prejuízos financeiros, prisões ou mortes. Inácio, porém, não tinha com quem contar, além do tio, que, por não ser atuante, pouco podia interferir.

Acreditando na promessa de “livre comércio” dentro do Tudo Neutro, Inácio imaginou que poderia conquistar seus próprios clientes no bairro. No entanto, foi sucessivamente bloqueado nos pontos físicos de venda. Como alternativa, passou a atuar exclusivamente no esquema de entrega por aplicativo, disfarçado de entregador de comida. Essa modalidade, cada vez mais comum em Fortaleza, oferecia vantagens: maior discrição, menor exposição a riscos e a possibilidade de cobrar uma taxa extra de entrega.

No mercado das drogas por delivery, muitos se profissionalizaram, inclusive criando tabelas com os preços e os tipos de substâncias oferecidas. Em geral, os vendedores de maconha trabalham apenas com maconha, e os de cocaína apenas com cocaína — refletindo padrões distintos de consumo. Os usuários de cocaína, por exemplo, tendem a pagar mais caro, compram em menores quantidades (geralmente acima de 1g) e retornam com frequência, especialmente à noite, nos fins de semana e feriados. Já os consumidores de maconha fazem compras mais espaçadas, com pedidos acima de 10g, sendo rara a venda em pequenas frações (“balas”).

Além disso, como explicou um interlocutor: *“O corre no delivery é mais tranquilo. O cliente não precisa tá se enfiando em beco, arriscando tomar um salve ou ficar no fogo cruzado. Tu marca, entrega e pronto. Melhor pro cliente e melhor pra quem tá vendendo.”*

Foi nesse contexto que Inácio conseguiu manter suas vendas e quitar a dívida com o fornecedor. Vestido como entregador, revezava entre entregas de comida e de cocaína. No

entanto, pouco tempo antes do nascimento do filho, Inácio “rodou”, sendo preso realizando assalto em um bairro do CV.

No bairro, apesar de ter vacilado e perdoado por vender em áreas que não se deve, a questão do assalto não foi considerado um erro, pois, segundo as regras locais, realizar roubos em áreas inimigas não é considerada um tabu. Até mesmo, porque dentro do bairro, há oficinas envolvidas com o mercado de desmanche de veículos e a negociação de produtos roubados é uma importante fonte de renda. O que não se pode é atrair polícias ou vingadores nos territórios do tráfico. No presídio, Inácio foi colocado em celas sob o domínio do Tudo Neutro, para que pudesse cumprir sua pena sem ameaças de facção rival.

Entre 2016 e 2018, lideranças do Comando Vermelho chegaram a organizar a devolução de carros e motos roubadas como forma de manter a ordem e a credibilidade da facção. Contudo, com a consolidação do Tudo Neutro e o enfraquecimento dos chamados “tribunais”, a comunicação entre lideranças se tornou mais frágil. Isso dificultou ações como a recuperação de bens roubados, a menos que a vítima tenha relações diretas com figuras influentes da facção. Assim, manter bons contatos ainda é uma das principais garantias de proteção e resolução de conflitos dentro do universo do tráfico.

Essas estratégias de controle sobre roubos em territórios dominados pelo Tudo Neutro, onde se desenvolvem atividades do tráfico de drogas, serão aprofundadas no próximo tópico, quando será discutido como se dá a vigilância desses espaços.

### **1.16 Estratégias do Neutro: Expansão na Cidade (2020-2025)**

Nos últimos cinco anos, os bairros periféricos de Fortaleza passaram por mudanças intensas nas dinâmicas criminais. Pouco tempo depois da consolidação do Tudo Neutro, a pandemia da COVID-19 agravou ainda mais a já precária realidade dos moradores, principalmente daqueles ligados ao mercado informal, que viram seus ganhos sumirem de um dia para o outro. O auxílio emergencial<sup>228</sup> oferecido pelo governo tampouco conseguiu garantir que as famílias se mantivessem em casa, e o distanciamento social virou um privilégio inalcançável para a maioria.

---

<sup>228</sup> Em junho de 2020, cerca de 29,4 milhões de domicílios receberam algum auxílio relacionado à pandemia (como o Auxílio Emergencial e o Benefício Emergencial de Preservação do Emprego e da Renda), correspondendo a 43% do total de domicílios (68,3 milhões) no país. Em maio, eram 26,3 milhões de domicílios, atingindo cerca de 38,7% do total. O valor médio do benefício foi de R\$ 881 por domicílio. Nas regiões Norte e Nordeste, respectivamente, 60,0% e 58,9% receberam esse tipo de auxílio. IBGE. Ver em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/28355-pnad-covid19-29-4-milhoes-de-domicilios-receberam-auxilio-emergencial-em-junho>.

Apesar das medidas sanitárias e da vigilância reforçada por parte do Estado, os conflitos armados entre grupos rivais não cessaram. Invasões de territórios e disputas por pontos de venda continuaram, mesmo durante os períodos mais críticos da pandemia. Os jovens, como de costume, seguiram ocupando os espaços públicos. Estavam nas ruas, nas entregas de aplicativo, nos bicos, nas esquinas e praças – tentando “fazer o corre” em meio ao risco de contaminação, de tiro e de prisão. Como disse um morador do bairro: *“Ei pivete, sem mancada, ficar dentro de casa foi privilégio de rico. Aqui, se tu não sair pra correr atrás do papel, tu não come.”* (Elias, 27 anos, entregador e usuário, entrevista realizada em outubro de 2021)

Famílias numerosas dividindo barracos com compartimentos reduzidos faziam com que sair de casa para *“pegar um ar nas calçadas”* fosse quase um imperativo. A rua, portanto, continuava sendo o principal cenário de circulação e sobrevivência, principalmente para os jovens que se arriscavam ao sair de casa, muitas vezes sem máscaras ou qualquer tipo de precaução com a disseminação do vírus.

Nesse contexto, em meio a milhões de mortos vitimados pelo vírus, o tráfico de drogas permaneceu gerando como uma das poucas alternativas de renda nas periferias. Ainda assim, o mercado passou por uma crise severa de abastecimento, agravada pelas restrições de circulação entre estados e países. As drogas à base de maconha, como o skunk e o prensado, tornaram-se escassas e caras, especialmente nos momentos de fechamento das fronteiras. Já a cocaína e o crack, mesmo com dificuldades logísticas, mantiveram um fluxo mais regular em termos de oferta e preço, talvez por serem altamente lucrativos, menos volumosos e mais fácil de estocar sem perda da qualidade.

Um usuário comentou sobre a dificuldade de encontrar maconha durante a pandemia:

*“Todo mundo comenta que essa foi a seca mais cruel que Fortaleza enfrentou... Meu fi, maconha virou ouro. Quem tinha, cobrava o preço que queria. Um fino de cadeia era mei mundo de dinheiro. Agora pra quem era da química, a farinha (cocaína) e pedra (crack) não tava muito difícil não.”* (Leleco, 34 anos, entrevista realizada em abril de 2022)

Justamente nesse período em que se esperava observar os efeitos da transição do Comando Vermelho para o Tudo Neutro – cuja promessa inicial incluía melhoria na qualidade, preço e regularidade das drogas nas bocadas. A pandemia, no entanto, atravessou os fluxos logísticos das “bocadas” alterando os padrões de consumo e forçando os próprios traficantes a reavaliar suas estratégias de abastecimento.

Além disso, o papel do auxílio recebido se popularizou nas bocadas como recurso utilizado por usuários que dependiam dos valores para comprar suas substâncias, sendo comum

empréstimos em nome do valor da parcela a ser recebida. Em meio à escassez, muitos usuários passaram a utilizar parte do auxílio emergencial para garantir suas substâncias. Como relatou um vendedor: *“Tinha cliente que pedia pra fiado só até cair o auxílio. Nós até anotava o número do CPF do caba pra garantir.”* (Zé Filho, 24 anos, entrevista realizada em setembro de 2021)

### **1.16.1 “Fazer Dinheiro”: juventude e o corre no tráfico**

Mesmo com as oscilações entre medidas de isolamento e reabertura durante a pandemia, os conflitos armados permaneceram entrelaçados às disputas pelo controle do mercado de drogas. Além disso, mesmo com o predomínio massivo e rápido do Tudo Neutro (TDN) em uma vasta área composta pelo bairro investigado e mais outros dois vizinhos, isso não significou o fim da violência. Os confrontos e tiroteios persistiram tanto nos momentos críticos da pandemia quanto nos anos seguintes. Nesse cenário, os jovens seguiram desempenhando um papel central, lutando para sobreviver, proteger suas áreas e manter alguma estabilidade num cotidiano permeado pela imprevisibilidade<sup>229</sup>.

Frente a isso, a transição de domínio do CV para o TDN, intitulada na cena do crime como “Golpe de Estado”, não aconteceu de forma pacífica e conseqüentemente deixou muitos descontentamentos. Membros do CV e da GDE que não aceitaram a virada para o Neutro tornaram-se alvos. Jovens que se recusaram a “rasgar a camisa” viram-se ameaçados, perderam posições e, em muitos casos, foram obrigados a fugir. Essa tensão gerou ressentimentos, alimentou ciclos de vingança e deu continuidade a ataques inesperados e confrontos constantes no território.

Dessa forma, observamos que, tanto no início da territorialização do CV quanto em tempos recentes com o TDN, tais grupos emergem nos bairros em contextos marcados por profundas desigualdades sociais, múltiplas carências e violações de direitos, tornando possível o engajamento de amplos setores juvenis nos coletivos. E, nesse cenário, o tráfico de drogas aparece como uma das poucas alternativas imediatas de sobrevivência, mas também como uma via possível de realização de desejos, consumo e reconhecimento — ainda que atravessada por riscos, violência e instabilidade.

Entre os meninos da periferia, “fazer dinheiro” é necessidade cotidiana. A

---

<sup>229</sup> De acordo com a Síntese de Indicadores Sociais do IBGE, a proporção de jovens de 15 a 29 anos que não estudam nem trabalham aumentou de 23,7% em 2019 para 28,0% em 2020. Em 2023, esse contingente chegou a 10,3 milhões de jovens, representando 21,2% da faixa etária. Entre os domicílios mais pobres, o índice se aproxima de 50%. Em Fortaleza, o percentual estimado para 2024 é de 22,3%.

expressão “estar na correria” ou “correr atrás do papel” não é apenas um modo de falar — é uma filosofia de vida que traduz urgência e pressão<sup>230</sup>. Dinheiro é sinônimo de comida no prato, aluguel pago, roupa comprada, celular recarregado. Quando se diz que o “pivete é correria”, está se reconhecendo alguém que se desdobra para garantir o básico — e, quando possível, um pouco de lazer, estilo e conforto. “*Os pivetes tem sonho também, né? Querem ter as parada deles, uma moto, um boné, levar a gata pra comer alguma coisa... Só que nada disso vem de graça. Tem que fazer o corre valendo.*” (Marcinho, 19 anos, entrevista realizada em julho de 2023)

Nesse cenário, o tráfico de drogas, sobretudo na base da pirâmide — no varejo, nas ruas, vielas e barracos —, se apresenta como oportunidade concreta. É ali que se concentram os menores lucros, os maiores riscos e os enfrentamentos mais diretos permeado por agressões, mortes e prisões. A rua se transforma em um verdadeiro *campo de disputa*, no sentido bourdiesiano, onde diferentes agentes competem por posições, capitais e reconhecimento, orientados por práticas e regras próprias em contextos de relações de força em constante transformação. Trata-se de um espaço onde os jovens buscam se afirmar, mostrando-se dispostos ao confronto nesse jogo de sobrevivência no campo criminal de Fortaleza (Bourdieu, 1994).

O “corre” desses jovens não é apenas uma resposta à exclusão estrutural; é também uma forma de *ação tática*, no sentido de Certeau (1990), onde os sujeitos operam a partir de posições subalternas, reinventando usos e sentidos no cotidiano. Enquanto as estratégias estão associadas ao planejamento e ao domínio de espaços — como as decisões tomadas pelas lideranças do tráfico ou pelas instâncias de controle institucional —, as táticas juvenis são micropolíticas da sobrevivência: fazem uso do que está à mão, deslocam sentidos, escapam de vigilâncias, improvisam rotas. É nesse jogo entre o possível e o necessário que se constrói a vida nas periferias — entre o risco, o desejo e a urgência do presente (Certeau, 1990).

### ***1.16.2 “Não Podemos Confiar, tem que Matar” (Caso Zim)***

---

<sup>230</sup> Muitos jovens ingressam precocemente no mercado de trabalho, especialmente em ocupações informais. Longe da ideia preconceituosa que os associa à ociosidade ou à “vagabundagem”, observa-se que essa inserção precoce está, muitas vezes, ligada à necessidade de contribuir com a renda familiar — o que também ajuda a explicar a evasão escolar nesse grupo etário. Segundo dados do Tribunal Regional do Trabalho da 7ª Região (TRT-7), divulgados em 2023, o Ceará contabiliza cerca de 144 mil crianças e adolescentes entre 10 e 17 anos em situação de trabalho irregular. Disponível em: [https://www.trt7.jus.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=2900:ceara-tem-mais-de-144-mil-criancas-e-adolescentes-trabalhando-de-forma-irregular&catid=313&Itemid=1430](https://www.trt7.jus.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2900:ceara-tem-mais-de-144-mil-criancas-e-adolescentes-trabalhando-de-forma-irregular&catid=313&Itemid=1430).

Em territórios atravessados por ameaças constantes e conflitos armados, a frase “*Antes a mãe dele chorar do que a minha*” se tornou um lema reiterado por gerações que testemunharam ou vivenciaram a dor da perda de entes queridos. A evocação dessa máxima revela uma ética de sobrevivência que atravessa a experiência de quem vive entre a vulnerabilidade cotidiana e a necessidade de agir preventivamente contra possíveis inimigos. Em um mundo em que a dor da perda é conhecida de perto — pais, irmãos e tios assassinados —, muitos jovens passam a entender o ataque como única forma possível de proteção. Nesse cenário, a vingança não é apenas uma resposta afetiva, mas uma tentativa de garantir o próprio corpo e o dos seus diante de ameaças concretas e simbólicas.

O episódio a seguir narra a trajetória de Alex, uma liderança local que, antes de sua morte, evitou o homicídio de um garoto e a expulsão de seus familiares do bairro. Segundo moradores, era considerado o “*frente*” mais querido da região, alguém que, mesmo em guerra, “*tinha o coração bom*”. Contudo, foi sua mãe quem chorou, enquanto o jovem que ele tentou poupar foi o autor de seu assassinato.

A história do garoto Zim expressa com força as tensões entre sonhos e riscos que atravessam a juventude periférica. Sonhador e ambicioso, Zim queria ser jogador de futebol, mas uma bala no calcanhar o afastou dos campos aos 14 anos. Criado pela avó, conhecida no bairro como “*Vozinha*”, e pelos dois tios Paulo e Goró, o garoto sonhava com a fama, “*ser estrela*”, assim como nos tempos de artilharia no futebol.

Era um garoto que sonhava com a fama de ser aclamado como nos tempos de bom futebol. Vozinha, 74 anos, sustentava parte desse sonho com sua frágil aposentadoria, acreditando que, lhe vestindo bem e garantindo algum transporte – inicialmente bicicleta, depois moto, poderia fazer com que o neto, um rapaz doce e amigável, “*não fosse buscar fazer nada errado na rua*”, como destacava.

No entanto, Zim era empolgado, daqueles que acreditava ter nascido para fazer dinheiro. Costumava dizer: “*Fique rico ou morra tentando*”, frase que é título de um filme<sup>231</sup>. Todos diziam que ele era “*para frente até demais*” e que possivelmente seguiria uma carreira criminal renomada. Para conseguir sair à noite, beber, vestir-se bem e poder patrocinar algo para as amigas, precisava de dinheiro. Então, Zim fazia um corre aqui e ali, negociava produtos roubados, realizava assaltos e, mais tarde, assumiu a função de matador, fazendo com que aos

---

<sup>231</sup> Dirigido por Jim Sheridan (2005), *Fique Rico ou Morra Tentando* retrata a trajetória do rapper 50 Cent, abordando sua juventude marcada pelo envolvimento com o tráfico de drogas e disputas territoriais nos Estados Unidos. O filme oferece um retrato das condições vividas por jovens negros nas periferias urbanas norte-americanas. Disponível em: <https://gubola.wordpress.com/2013/11/27/resenha-de-filmes-fique-rico-ou-morra-tentando/>

20 já tivesse passado por duas internações em Centros Socioeducativos e um período de 1 ano em uma penitenciária.

Em 2019, filiado ao CV, decidiu arriscar ser um dos vendedores de um ponto de drogas, mas sua especialidade não era tráfico e sim atividades mais radicais como assaltos e ataques armados, então não se adaptou. Embora reconhecido como violento e “disposto para o corre” nos momentos de confronto, sua inconstância financeira, sua ambição desmedida e seu comportamento exibicionista comprometiam sua ascensão dentro da hierarquia criminal, pois seu estilo de atuação impulsivo não combinava com as lógicas de funcionamento das facções.

A fala de Rafael, varejista e antigo parceiro de Zim, resume esse dilema:

*“O Zim é 10 anos, é disposição pra toda hora, se eu disser que é pra matar alguém ele não pergunta nem quem é (...) Mas o cara não pode ver dinheiro que já quer ser melhor que todo mundo. Fica contando vantagem, igual menino empolgado. Não tem a visão de que se o camarada tá no crime, é pra ser malandro e ficar agindo só na de pianinho. O pivete vacila, se fosse esperto, os cara jogavam era a bocada que for. Sai a noite, cheira, bebe e não aguenta o tombo, fica travado, noiadão, falando demais. Aí os elementos que tão ligeiro, correndo atrás do papel pegam a visão e ficam naquela de jogar a responsa na mão dele. Pode ter atitude de ser sanguinário com os inimigos, mas de interado não tem nada. Pode até ser que um dia ele aprenda, mas vacila” (Rafael, 28 anos, traficante varejista desde 14).*

Acompanhando Zim, percebíamos que ele era ambicioso, mas vivia em oscilações, entre o sucesso e a miséria. Como suas atividades não eram de lucro constante, ora fazia assalto bem sucedido e comprava roupas, motos, relógios, cordões perfumes, ora estava no fundo do poço, sem nada e ansioso para mais uma oportunidade. Procurando algum “corre” ou “projeto”, assim como é comum denominar alguma missão de atividade no crime, perguntava a uns e outros se teria algo arriscado para ganhar dinheiro, pois estava sempre a disposição. Em busca de dinheiro, muitas vezes, se envolvia em “corre de ganso” – como se chama os projetos arriscados que não compensam.

Ele tinha o sonho de alcançar posição de destaque na localidade. Que era doido, matador, com disposição para guerra, todos já sabiam, mas seu lado descontrolado com dinheiro e ambição, sem habilidade de ser patrão o levava para o declínio de sua carreira. Sem dinheiro e sem assalto ou contratação de serviço para “derrubar alguém”, começava a entrar em decadência, chegando ao ponto a pedir dinheiro a agiotas, viver sendo cobrado nas esquinas e *poitando* maconha em rodas de fumo, onde raramente fazia sua presença, posturas essas inadmissíveis para quem pretende ser um dos *frentes* do CV ou do Tudo Neutro.

Ele pretendia ser o braço direito de Alex, dono de uma das maiores bocadas da região, na função de coordenar a distribuição de quatro garotos que se revezavam no varejo de um dos pontos. A galera já estava ciente dos projetos do garoto que queria crescer frente aos

demais, pois era ambicioso.

Apesar da empolgação, era considerado uma pessoa despreparada que não corresponderia à fidelidade esperada pelo Neutro que estaria em seu processo de consolidação no bairro. Em momentos anteriores, Alex já o havia dado uma oportunidade de traficar no varejo, mas mostrou não ter habilidade com números, nem com pontualidade, sendo deixado de fora em apenas alguns meses de atividade. Logo, Alex negou a solicitação de ocupar a posição de linha de frente da localidade, embora tenha lutado armado para expulsar e matar os conspiradores anteriores.

Todos sabiam do descontrole de Zim em suas noites de bebedeira e ostentação, quando estava com dinheiro. Então Alex, ao expulsar um antigo aliado do ponto visado por Zim, colocou um primo na frente da localidade, decepcionando assim o garoto. Por debaixo dos panos, após a virada do bairro para o Neutro, Zim não demonstrou a insatisfação que o consumia e começou a andar com um primo antigo de outra área dominado pelo CV, sendo preso com o parente em um assalto.

Enquanto preso, Alex procurou o tio do garoto, Goró, para questionar a situação do sobrinho que estava colando com o pessoal de outro bairro, fato passível de morte ou expulsão. Goró afirmou que o sobrinho estava pedindo perdão aos aliados do bairro e, a partir de então estaria entregue à igreja, pois havia virado crente. Após alguns meses, quando saiu da prisão, costumava andar com a bíblia debaixo do braço e calça comprida, escondendo a tornozeleira eletrônica e demonstrando que era crente. Mas aos poucos se distanciou da igreja e os rapazes do bairro estavam suspeitando de movimentação estranha por parte de Zim que estava trabalhando como Uber. Então, logo descobriram que ele estava colando com garotas em festas de bairro inimigo. Alex foi acionado e decidiu expulsar apenas Zim, enquanto os demais de sua equipe optaram por tirar a vida do garoto ou *espurrar* vozinha, o garoto e os tios de casa, já que haviam dado oportunidades anteriores, mas ele que continuava conspirando contra os do bairro ao se aproximar de membros do CV.

A questão maior foi: expulsaram Zim, mas como fica a situação com o restante da família inofensiva: de Paulo, com deficiência mental; de Goró, papudinho, querido por todos, inclusive considerado no meio dos criminosos; e da Vozinha que morava na casa a mais de seis décadas? Chamaram novamente Goró e avisaram que poderiam ficar, desde que Zim não frequentasse a casa, pois ele estaria decretado de morte pelo Neutro onde ele estivesse.

No entanto, certo dia, Zim decide chegar na Vozinha com mais três amigos, enquanto ela estava no hospital. Colocaram o carro para dentro da garagem sem ninguém da

rua perceber e ficaram de *tocaia*. Todos os dias pela manhã cedo, o *frente*, Alex, costumava comprar pão e Zim por ter sido correria dele por quatro meses sabia de todos os seus trajetos diários. E no momento certo, os quatro garotos armados apareceram na janela do carro disparando vários tiros em Alex que se encontrava com um saco de pão por volta das seis da manhã, segundo uma das testemunhas que reconheceu Alex.

Além desse atentado, Alex foi reconhecido em outro, enquanto estava vestido com roupa de moto Uber com garupeiro que disparou contra dois garotos que vendiam droga para o primo de Alex. Diante disso, o arrependimento de ter dispensado, dando várias oportunidades a Zim consumia todos, movidos pelo ódio de ver o *frente* mais importante do bairro ser executado por um garoto que desde cedo tinha sede de poder e estava cobiçando o domínio do tráfico local.

Depois desse fato, Goró foi chamado para uma conversa que consistia na expulsão dos três, Vozinha, Paulo e o mesmo. Muitos comentaram que, quando Zim foi expulso, a família toda deveria ser expulsa também, porque, assim teriam evitado a morte de Alex.

### ***1.16.3 Imprevisibilidade, Suspeita e Vigilância no Cotidiano das Áreas***

No capítulo 3, focamos nos impactos da modernização urbana sobre o tráfico e as organizações faccionais. Aqui, detenho-me sobre como o aparato tecnológico – celulares, rede sociais, pix, câmeras de vigilância – tem sido mobilizado na consolidação do mercado de drogas e na gestão dos territórios dominados pelo Tudo Neutro (TDN).

A popularização dos smartphones e o uso cotidiano de aplicativos como o WhatsApp transformaram-se em instrumentos centrais de controle, comunicação e vigilância. Não é novidade a utilização de celulares para facilitar a circulação de drogas a nível local e interestadual. Muito antes de 2019, celulares já eram largamente utilizados nos presídios para coordenar ações do lado de fora. Ainda hoje, mesmo com maiores restrições, presos com alto poder aquisitivo — pagando cerca de R\$ 5.000,00 mensais — mantêm acesso a celulares, coordenando rotinas criminais e familiares a partir das celas.

No cotidiano das periferias, o WhatsApp tem sido utilizado como ferramenta central na comunicação e articulação das atividades do tráfico. Assim, pontuamos algumas das maneiras pelas quais tal recurso é acionado:

1. Atualizar mudanças territoriais — “*Galera do Jorge tomou a favela da Lagoa, viu? Agora lá é Neutro... Já tem altas pichação nos muros*”;

2. Circular fotos de pessoas decretadas à morte — *“Passaram a visão. Se pegar o Lourim da rua 9 é pau no gato, tá decretado. Foto dele tá nos grupos das áreas”*;
3. Informar a movimentação policial — *“Raio acabou de passar na rua de baixo, subindo pra Malvina”*; *“Se liga que tá tendo blitz lá na rua de cima: PM e PRF”*;
4. Alertar sobre veículos suspeitos — *“Fox prata, placa XXX, rodando devagar. Alguém conhece?”*;
5. Verificar identidades — *“Esse aqui tá rodando no bairro. Alguém conhece esse elemento? Ele tá dizendo que é lá da favela do Luxou e conhece um tal de Alessandro. Quem conhece algum Neutro de lá pra gente ver se procede”*;
6. Atualizar sobre a disponibilidade e qualidade das drogas — *“Estourou o verde novo na favelinha. Tá servido.”*

Como explicou Jairo, 22 anos, que atua como *correria*:

*“Hoje em dia é tudo nos grupos do Whatsapp. Qualquer vacilo, qualquer carro estranho, já tão mandando no zap com foto e tudo. Agora é escrevendo e apagando as mensagens. Nós sempre coloca de visualização única que é pro flagrante ser logo apagado. Porque na hora que os home enquadra, a primeira coisa que faz é pedir pra desbloquear o celular pra ver se tem flagrante. Mas o zap é o adianto, rapidinho dá pra resolver as coisas. Tanto o zap, como o Pix”*.

A digitalização do cotidiano também transformou os pagamentos. O Pix surgiu como ferramenta eficiente para burlar o flagrante em dinheiro apurado do tráfico. Ainda que alguns pontos recusem esse método, a prática de pedir que outros "troquem o Pix por dinheiro" se espalhou entre os usuários. Além disso, nos casos de venda em fiado, tornou-se mais fácil cobrar por mensagem e através de um Pix feito, pode-se quitar rapidamente o débito.

Como relatou o “atendente” de uma das bocadas:

*“Às vezes dá problema, né? A net tá ruim, a pessoa fica enrolando no pagamento, aí atrasa tudo. Mas, fora isso, é só adianto. Pagou, bateu o print, aí foi sal. A boca do pessoal agora é Pix. Agora tem que se interar, porque tem uns e outros que diz que tá pagando, manda o comprovante e se não olhar direito lá tá como agendado e é só K.Ô.”*

A modernização do transporte é um dos elementos centrais na reorganização da mobilidade urbana e criminal em Fortaleza. A popularização dos aplicativos de transporte — com milhares de motoristas e entregadores circulando diariamente em carros, motos e bicicletas — camufla, entre entregas de comida e corridas convencionais, a movimentação de drogas e informações. Somado aos táxis clandestinos já existentes, os aplicativos se tornaram meios usados por criminosos para circular entre bairros sem levantar suspeitas.

Em uma cidade relativamente plana e com um fluxo urbano intenso, o anonimato proporcionado por capacetes fechados, vidros escuros e a circulação constante de veículos dificulta a identificação de quem entra e sai das áreas. O clima de suspeita se intensifica. Como narram moradores e envolvidos, nem todo entregador é só entregador, e nem todo passageiro é quem diz ser. Alguns apenas observam, repassando informações a inimigos. Outros, vestidos com coletes de aplicativo, podem estar ali para cometer assaltos ou executar alvos específicos de “bobeira”. Em locais mais críticos, o nível de alerta exige que os jovens do varejo estejam armados e atentos a qualquer movimentação incomum.

Em caso de suspeita, jovens da localidade abordam desconhecidos para averiguar quem são, de onde vêm, qual passageiro o espera e o que pretendem. Leandro, 19 anos, envolvido em um ponto de venda sob risco constante de ataque, descreve a tensão:

*“Moto com capacete abaixado, vidro fumê... ninguém sabe quem é. Pode ser Uber, mas pode ser também pilantra ou polícia disfarçada. Por isso aqui tem regra: nada de capacete, vidro baixo. À noite, tem que desligar os faróis e ligar as luzes internas. Se não obedecer, já fica no risco de ser segurado.”*

A figura a seguir ilustra a realidade enfrentada por motoristas de aplicativo que cruzam fronteiras invisíveis entre áreas sob domínio de diferentes facções. O receio de ser “segurado” ou “aguentado” — expressões usadas para designar abordagens informais feitas por jovens do bairro — faz com que esses trabalhadores adotem cuidados específicos para evitar mal-entendidos ou represálias.

Val, motorista de aplicativo, relata: *“A gente tem que ficar ligeiro. Tem bairro que não entro mais. Os menino segura, pede celular, olha grupo, pergunta tudo. Tô rodando só onde conheço e vejo que é limpeza. Porque os cara tudo cabreiro, e pra confundir um é daqui pra ali.”*

**Figura 9**



Aqui segue a lista das principais preocupações adotadas por motoristas de aplicativos:

1. Evitar áreas consideradas perigosas ou dominadas por facções rivais ao seu local de origem;
2. Acompanhar os grupos de WhatsApp para identificar regiões com risco de tiroteios;
3. Recusar corridas para bairros distantes ou desconhecidos;
4. Circular apenas em horários de maior movimento;
5. Apagar mensagens que possam sugerir vínculos com o crime;
6. Utilizar um celular exclusivo para o trabalho; e
7. Adotar estratégias performáticas de “neutralidade”, como carregar bíblias ou exibir fotos da família, para reforçar sua identidade como “trabalhador honesto”.

Nessas práticas de vigilância, há uma dimensão de governamentalidade à la Foucault: o poder não se exerce apenas pela coerção, mas pela organização da conduta dos sujeitos. Cada indivíduo passa a ser ao mesmo tempo vigilante e vigiado. O que Foucault chamou de “sociedades de controle” se atualiza aqui como “territórios de controle informal”, onde a disciplina se articula à formas difusas e contínuas de vigilância. O celular torna-se uma ferramenta de visibilidade generalizada: todos observam, reportam, compartilham — e, portanto, controlam.

Nos bairros mais críticos, a governança criminal se ancora também em dispositivos espaciais. Câmeras instaladas nas entradas de becos, campanas em janelas e a observação minuciosa do fluxo de veículos e pedestres compõem um verdadeiro regime *panóptico* de vigilância local (Foucault, 1975). Como afirma Gabriel, de 25 anos, ex-frente da área: “*Aqui ninguém passa despercebido. Se não for câmera, é olho mesmo. Meu fi, os meninos tem olho de águia. De cima do barraco, a gente vê tudo. E se não conhecer, a gente já passa no rádio e o elemento é ‘segurado.’*”

#### **1.16.4 Sair das Áreas: Estigma, Manchete e Tirar de Tempo<sup>232</sup>**

Fortaleza, conhecida como "terra da luz", possui temperaturas que variam entre 26° e 30° durante quase todo o ano. O calor constante torna quase inviável o uso de roupas mais pesadas, como calças jeans ou moletoms — especialmente para quem não se desloca de carro

---

<sup>232</sup> Tentar disfarçar algo.

nem frequenta ambientes climatizados. Assim, nas periferias, prevalece um estilo mais leve e prático: bermudas, camisetas regatas ou de manga curta, chinelos havaianas ou modelos kenner são o traje cotidiano de muitos jovens.

Mas o modo de se vestir, longe de ser apenas uma escolha prática, carrega significados sociais profundos. Quando alguém das periferias aparece de calça comprida, logo se especula: estaria indo a um velório, ao fórum para assinar, ao culto evangélico, ou talvez disfarçando uma tornozeleira eletrônica? Em outros casos, pode-se imaginar que vai “meter um assalto”. A vestimenta, então, se torna um marcador de intenção, de pertencimento e, muitas vezes, de suspeição.

Entre os jovens, especialmente os envolvidos ou próximos ao mundo do crime, há um estilo bastante valorizado: bermudas de surf finas e estampadas, camisetas de times, torcida organizada ou marcas como Pena, Maresia, Greenish e Cyclone, cordões de prata grossos, cortes de cabelo “na régua” com desenhos ou pinturas, e os inseparáveis chinelos kenner. Essa combinação representa mais do que estética — é um símbolo de status e reconhecimento dentro do universo periférico.

Um interlocutor dizia com orgulho:

*“O nego gosta de andar nos panos, por isso faz os corres. No final de semana, a gente quer tá com uma mixariazinha no bolso pra brotar no forró e poder bancar um lolozim. E tem gente que pensa que não, mas as cumades dão valor é dos elementos que se cuidam, daqueles que mete um estilo roxada, cabelinho na régua, relógiozim de patrão, cordão de prata, uma kennezinha nova.”*

Esse “estilo favela”, muitas vezes rotulado de maneira pejorativa como “piranguero” ou “manchete”, é também uma forma de autoafirmação identitária e cultural. Ser “manchete” é saber que sua presença chama atenção, que seu corpo é lido como suspeito fora das áreas que o reconhecem. A dimensão racial intensifica esse processo: quanto mais retinta a pele, mais “mafioso” o estilo é interpretado — e, com isso, aumentam as chances de abordagem policial, vigilância em lojas, ou mesmo perseguição em espaços públicos.

Por isso, muitos preferem nem sair do bairro. Fora das suas áreas, a sensação é de vulnerabilidade constante. Entre a vigilância e o preconceito, sair pode significar também expor-se a violências. A circulação livre pela cidade é um privilégio negado a quem carrega no corpo os traços e os códigos da favela.

Mesmo entre os moradores da periferia, é fácil distinguir quem é “da quebrada” e quem apenas performa o estilo. Jovens brancos podem até vestir bermudas estampadas e cordões, mas sua pele denuncia a distância cultural e territorial. Já os moradores negros, mesmo que tentem adotar uma estética mais neutra — o que chamam de “tirar de tempo” —, encontram

dificuldade em disfarçar sua origem periférica. Como se diz: “tem gente que sai da favela, mas a favela não sai deles”. A forma de falar, de andar, os gestos e até os silêncios carregam a marca do território.

Essa dificuldade de “tirar de tempo” se intensifica entre aqueles que, envolvidos no tráfico, ascendem financeiramente e mudam de vida. Muitos chefes de área que deixaram de “pegar na droga” e passaram a intermediar grandes quantidades migram para condomínios fechados, onde se misturam à classe média<sup>233</sup>. Para tentar se camuflar, substituem o cordão de prata pelo de ouro, trocam as camisetas da Smolder por grifes internacionais, aposentam a Kenner e adotam o sapatênis. As mulheres próximas a esses círculos investem em procedimentos estéticos e cosméticos caros, alisam o cabelo<sup>234</sup>, pintam de loiro, usam maquiagem para suavizar traços racializados — numa tentativa de afastar-se dos códigos visuais da favela.

As crianças dessas famílias começam a frequentar escolas particulares e, em alguns casos, afastam-se da cultura de origem. Há jovens que optam pela igreja, evitam os “rolês nas áreas” e buscam uma inserção mais silenciosa nos mundos de classe média. Mas esse movimento nem sempre é fácil. Muitos se sentem deslocados, como se habitassem um espaço que não os reconhece e que, mesmo com disfarces, continua a vigiá-los.

Mesmo quando tentam se desligar do tráfico e da vida do bairro, essas lideranças dificilmente rompem completamente os vínculos. Muitos ainda voltam aos antigos territórios para ostentar carros caros ou manter laços com familiares e aliados, o que os torna visados por policiais — para quem um negro de carro novo é, quase sempre, “alvo suspeito”. Quando são assassinados, a manchete geralmente os nomeia como “empresário morto a tiros” ou “comerciante executado por dívida”, diluindo qualquer vínculo com o tráfico e ocultando a trajetória racial e periférica de suas vidas.

Para a maioria, a incorporação da estética e dos códigos da classe média pode até encobrir temporariamente a origem, mas não elimina o *estigma* (Goffman, 2004). Poucos conseguem abandonar totalmente a forma de falar, de se portar e, sobretudo, a cor da pele. No

---

<sup>233</sup> Dessa forma, Bourdieu nos ajuda a compreender como os símbolos de distinção — desde o modo de vestir até as práticas culturais — integram um conjunto de recursos que compõem o capital simbólico, essencial para que determinados agentes possam ser reconhecidos como legítimos participantes de certos espaços sociais. No caso dos traficantes que ascendem economicamente, o acesso aos bens de consumo da classe média passa a ser também uma estratégia de legitimação simbólica, uma tentativa de participar dos circuitos sociais dos ricos por meio da incorporação de estilos e marcas que conferem prestígio (BOURDIEU, 2007).

<sup>234</sup> Sobre o estigma associado ao cabelo crespo e suas relações com a negritude, Ferreira e Freitas (2019) analisam como o processo de transição capilar e o uso de alisamentos têm marcado a trajetória de muitas meninas negras, revelando as tensões entre pertencimento racial, autoestima e padrões estéticos hegemonicamente embranquecidos.

fundo, mesmo fora da favela, carregam sobre o corpo as marcas da perseguição, da acusação e do risco constante de extermínio — uma herança histórica que a mudança de roupa, endereço ou vocabulário não consegue apagar<sup>235</sup>.

#### **1.16.5 “*Sujeitos Maiados Agem nas Entocas*”**

Embora os aplicativos de transporte tenham se tornado uma alternativa de renda para muitos jovens, há aqueles que não podem circular livremente pela cidade. Para os mais expostos no mundo do crime, especialmente os com posição de destaque dentro das facções, a mobilidade urbana representa um risco constante. A cidade se transforma num território perigoso. Para esses, qualquer deslocamento pode ser fatal.

Evitar praias, festas, shoppings ou feiras é parte do cotidiano. O isolamento dentro do bairro, embora restritivo, é entendido como uma medida de proteção. Assumir um posto de responsabilidade no Tudo Neutro implica ser alvo constante — e, por isso, expor o rosto nas redes sociais ou marcar presença em espaços públicos pode custar caro. Esses “*frentes*” são figuras reconhecidas nas conversas que se espalham entre vielas, barracos, calçadas e presídios. São protagonistas de narrativas que circulam oralmente, tornando-os ainda mais visados.

Diante disso, algumas estratégias de mobilidade são acionadas. Uma delas é o uso do chamado “táxi irmão”, uma espécie de central clandestina que atende preferencialmente pessoas da região. As corridas são organizadas via WhatsApp ou ligação, priorizando motoristas e passageiros que compartilham vínculos comunitários. Critérios como quem indicou, se o passageiro é conhecido no bairro e a proximidade entre motorista e ponto de encontro guiam esse sistema informal de transportes.

Muitos dos motoristas não se encaixam nos padrões exigidos por plataformas como Uber ou 99 — seja por questões técnicas, seja pela recusa em transportar desconhecidos. Alguns já passaram pelo sistema prisional, outros têm vínculos com lideranças locais. Apesar disso, a central se esforça para transmitir uma imagem de confiança, tentando equilibrar riscos e necessidades. Às vezes, durante essas corridas, são realizados pequenos “corres”, entregas ou acertos vinculados ao movimento do Neutro. Certos passageiros, com longa trajetória no crime, já contam com motoristas de confiança para transportar suas famílias com segurança.

---

<sup>235</sup> Nesse sentido, Fernandes (1978) em “A Integração do Negro na Sociedade de Classes”, nos ajuda a pensar os obstáculos históricos e estruturais enfrentados pela população negra no Brasil, destacando como a herança escravocrata molda a exclusão social, o racismo e a dificuldade de integração plena em uma sociedade marcada por desigualdades e violências persistentes.

Esse sistema de transporte clandestino evidencia como a criminalidade organiza formas alternativas de governança. Foucault (1975) nos ajuda a compreender como, mesmo em meio à precariedade, emergem tecnologias de controle que *disciplinam* corpos e regulam condutas. O bairro deixa de ser apenas um espaço físico: torna-se campo de *vigilância*, adaptação e sobrevivência (Foucault, 1975).

Como explicou Júnior, motorista com mais de dez anos de experiência em uma central de táxi alternativo:

*“Tem lugar que a gente só entra se for chamado por alguém de confiança. Tudo passa pelo pente fino da central e nós do grupo ficamos trocando ideia direto pra não cair num laranjal. Se o cara que pediu a corrida for da área, beleza. Se for estranho, é melhor duvidar, ver direitinho a rua ou nem ir.”*

A desconfiança e o alerta constante moldam o cotidiano das periferias. As relações se sustentam em redes de informação que atravessam celulares, muros, olhares e automóveis. Mesmo nas periferias, a vigilância se ramifica em formas precárias, porém sofisticadas, de controle social.

Viver nas áreas, especialmente para os mais visados — os “*maiados*” ou “*manchetes*” —, é estar em estado de atenção permanente. Muitos preferem não sair do bairro. Outros tentam se camuflar: evitam expor carros novos, o uso de cordões de prata, escondem tatuagens, trocam bermudas por calças longas. Se estiverem com tornozeleira eletrônica, a associação ao crime se torna ainda mais evidente. Os sinais são decodificados instantaneamente: roupas, posturas, adereços e até a forma de andar.

Alguns ainda conseguem *manipular* sua identidade e ocultar o *estigma* associado a passagens pelo sistema prisional ou ao envolvimento com grupos armados. No entanto, quando possuem pele retinta, esse disfarce se torna mais difícil: sua presença costuma despertar atenção imediata — seja de seguranças, policiais ou mesmo de outros moradores das periferias — que os reconhecem, muitas vezes, como uma possível ameaça (Goffman, 2004).

Para evitar confrontos, o uso de carros com vidros fumês ou blindagem se torna comum, principalmente pelos “*frentes*” mais perseguidos pelos rivais. Grupos de WhatsApp são utilizados para monitorar blitzes e movimentações suspeitas nas redondezas. Antes de sair de casa, é preciso “sentir a rua”: consultar câmeras instaladas nas entradas dos becos ou pedir para alguém “passar o pano” — verificar se há presença de polícia ou inimigos. Essas são táticas de autoproteção diante da imprevisibilidade.

A atenção com veículos desconhecidos que entram no bairro não é recente. Placas e cores dos carros são memorizadas; quebra-molas funcionam como obstáculos estratégicos

para impedir fugas em caso de ataque. Em áreas mais tensionadas, é comum que hajam câmeras nas entradas e observadores em pontos elevados, como janelas de barracos voltados para as entradas das ruas, prontos para identificar qualquer movimentação estranha.

A chegada de um estranho mobiliza uma espécie de protocolo. Verificar quem é, de onde vem, o que deseja. Um motoboy que quer apenas trabalhar? Um comprador de drogas? Um policial disfarçado? A dúvida exige ação. Em alguns casos, o celular da pessoa é tomado para que os grupos de WhatsApp sejam vasculhados. O objetivo é identificar possíveis vínculos com bairros inimigos ou pessoas que possam representar ameaça.

Nessas dinâmicas, o bairro opera como fronteiras simbólicas — com muros invisíveis que não apenas isolam, mas também moldam formas de viver, circular e sobreviver.

### ***1.16.6 A Polícia e a Caça: sujeitos perseguidos e estratégias de sobrevivência***

A repressão policial no cotidiano das periferias não se dá apenas por meio da presença física das viaturas ou das operações ostensivas, mas também por estratégias digitais de monitoramento e vigilância. Grupos de WhatsApp e perfis de bate-papo no Instagram, criados para denúncias anônimas, têm sido usados por agentes de segurança como dispositivos de mapeamento e perseguição. Nessas redes circulam, informalmente, fotos feitas durante abordagens e prisões, muitas vezes com rostos e tatuagens de jovens identificados como ligados ao Tudo Neutro.

Assim, muitos garotos ficam “*maiados* na mão dos home” – conhecidos pelos policiais —, o que os torna alvos preferenciais durante patrulhamentos. Como explicou Felipe, de 19 anos, já abordado diversas vezes:

*“Os home já chegam dizendo meu apelido, perguntando se ainda tô no corre. Mesmo sem eu tá de cima com flagrante, eles já chegam apavorando só porque minhas fotos rodam nos grupos deles. É chute, é tapa, é ameaça, pensam que eu sou bandido que manda... Eles falam que um dia eu caio, que não vai ter pra onde correr.”*

A perseguição se intensifica quando os policiais reconhecem o jovem como “manchete” ou “mafioso” — alguém que possui o estereótipo do negro da favela – associando-o diretamente ao tráfico de drogas. Mesmo sem flagrante, torturas, interrogatórios violentos, pressões psicológicas e ameaças são comuns. Como relatou outro interlocutor:

*“Teve uma vez que eu tava voltando do mercantil, nem tava no corre. Eles pararam a viatura, me tacaram na parede e como não encontraram nada, me deram uns dois tapas na cara, depois uma rasteira que eu caí na lama. Eles ficam indignados, quando não consegue pegar nós com alguma coisa. Só querem um motivo pra sair quebrando,*

*mas dessa vezizada nem motivo teve, foi só raiva mesmo, porque eles tinham dado uns bote mais cedo que não encontraram nada.”*

Quando os policiais identificam um rosto novo circulando na área, logo iniciam a abordagem: tiram fotos, perguntam de onde a pessoa veio, se é morador, com quem anda e quem são seus familiares. Se descobrem algum histórico criminal ou envolvimento com o tráfico, passam a persegui-lo sistematicamente, em busca de um flagrante. Por outro lado, cientes de que estão sob vigilância, muitos desses jovens adotam estratégias para evitar prisões ou agressões — mudam rotas, evitam horários de risco e permanecem atentos à movimentação policial. Mesmo quando os agentes já sabem que se trata de alguém envolvido com o tráfico, flagrar esses jovens com drogas ou armas se torna difícil, justamente porque, por conhecerem sua própria “fama”, estão sempre em estado de alerta.

Apesar das semelhanças nas abordagens violentas, é importante frisar que a polícia não é um corpo homogêneo. Existem diferenças marcantes entre corporações e entre os próprios agentes. Alguns grupos — como certas patrulhas do *Raio* — são conhecidos por recusarem propinas, atuarem de forma agressiva e silenciosa, com motos apagadas, invadindo becos de maneira súbita e impiedosa. Já outros, como policiais da PM que atuam fixamente nas mesmas rotas, muitas vezes estabelecem relações ambíguas com traficantes locais — cobrando taxas, negociando favores ou mesmo fechando os olhos diante de certas movimentações. Nesse caso, a bocada pode funcionar de maneira tranquila. Há também os chamados mais “nojentos”, policiais conhecidos no bairro por sua brutalidade. Quando identificados circulando na rota, é comum que haja uma suspensão imediata das vendas e o alerta se espalha rápido: *“Quando o capitão Fábio tá rodando aqui no zebrão. A galera avisa logo: ‘Tá sujeira o Fábio tá nas áreas.’ O bicho é nojento, chega logo é batendo e se ver alguma bobeira de dinheiro, cordão ou relógio que ele gosta, mete a mão e toma na hora.”*

Essas ações podem também ser parcialmente previsíveis. Há horários de maior risco — entre 18h e 21h, por exemplo, é conhecida como “a hora do Raio”. Em contrapartida, o meio-dia até às 14h costuma ser considerado um momento de “calmaria”, já que o calor intenso faz com que dificilmente os policiais deixem o desconforto do ar condicionado da viatura para abordarem. Também há atenção redobrada aos carros do *reservado* da Polícia Civil que circulam de forma disfarçada. Decorar placas, principalmente daqueles que algum dia foram vistos acompanhados de viaturas caracterizadas e compartilhar essas informações com outros moradores são práticas de sobrevivência.

No Instagram, páginas de denúncias anônimas administradas por policiais da Força Tática da Polícia Militar funcionam como uma vitrine interativa da repressão. Nelas, publicam

imagens de apreensões, fazem piadas com os presos e zombam da juventude abordada ou capturada. É uma forma de autoafirmação, onde o poder sobre os corpos negros e periféricos é reafirmado publicamente.

Nesse jogo de gato e rato, os policiais buscam afirmar sua presença e disposição de combater o tráfico varejista, concentrando esforços em capturar adolescentes e jovens que atuam nos pontos de venda. Para isso, monitoram os canais de denúncia e aguardam o momento oportuno para darem o *bote*. Muitas dessas denúncias partem de moradores do próprio bairro — os chamados "*caboetas*" ou "X9" — ou de integrantes de coletivos rivais, interessados em enfraquecer a presença de traficantes locais.

As colaborações entre policiais e grupos criminosos não são novidade, mas vêm se tornando mais frequentes e sofisticadas com o uso de aplicativos de mensagens e redes sociais. Em alguns casos, policiais recebem informações privilegiadas de facções oponentes para realizar incursões, ou mesmo repassam dados estratégicos a traficantes aliados, facilitando tomadas de território.

Na figura abaixo, por exemplo, uma denúncia afirma que determinados policiais atuam como cúmplices do Comando Vermelho, reforçando a percepção local de que nem sempre as ações da polícia seguem um princípio de neutralidade — muitas vezes, são atravessadas por interesses e alianças com grupos específicos.



Figura 05 Figura 06

A busca pelo enfraquecimento das bocadas torna-se explícita nos comentários analisados na figura 06. Os próprios policiais admitem que o trabalho de combate ao tráfico é como “enxugar gelo”: prendem hoje, e amanhã outro assume o posto. Diante da impotência para desmantelar completamente os pontos de venda ou alcançar os traficantes de maior porte — muitas vezes operando à distância, longe das quebradas —, os agentes passam a adotar uma lógica de desgaste, tentando “quebrar” financeiramente as bocadas por meio de prejuízos pontuais, apesar de serem pegues quantidades insignificantes diante do fluxo de cada lugar.

Nessa engrenagem, os jovens e adolescentes presos se tornam alvo preferencial. São tratados como peças descartáveis: é sobre eles que recai a repressão cotidiana. A interação entre policiais e seguidores nas redes sociais reforça esse padrão. Nas postagens, os agentes ironizam as prisões, ameaçam, zombam dos detidos e respondem comentários com escárnio. Como se observa na figura abaixo, há a consciência de que os adolescentes capturados — quase sempre negros, pobres e moradores das periferias — serão rapidamente substituídos. Ainda assim, são perseguidos e levados aos presídios por portarem pequenas quantidades de entorpecentes.



No caso da figura acima, três jovens foram presos com cerca de 90,00 reais em espécie e cerca de 600,00 reais de pedras de crack, fracionadas no varejo em papélotes de 5,00 reais. Na figura abaixo, o policial ironiza três adolescentes presos com poucas pedras de crack. A resposta do policial à prisão é carregada de ironia, sinalizando que não importa o tamanho da apreensão: a prioridade é seguir “limpando a área”, ainda que isso signifique encarcerar sucessivamente jovens que ocupam a base da cadeia do tráfico.

A mensagem transmitida é direta: para a polícia, esses corpos são facilmente substituíveis. E, mais do que isso, são o alvo preferencial de uma política de drogas que se sustenta no encarceramento em massa de sujeitos racializados e socialmente vulneráveis<sup>236</sup>.

Nesse cenário, sobreviver envolve não apenas fugir da prisão ou da morte, mas também administrar a exposição pública, ocultar identidades, criar redes de aviso e operar no

<sup>236</sup> De acordo com o Censo Penitenciário do Ceará, realizado pela Universidade Federal do Ceará (UFC) em parceria com o Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN), a maioria da população carcerária do estado é composta por pessoas autodeclaradas pardas (67,9%) e pretas (11%), totalizando quase 79% dos detentos. Especificamente, foram registrados 13.285 homens (67,7%) e 574 mulheres (73,4%) pardos, além de 2.195 homens (11,2%) e 59 mulheres (7,5%) pretos. Esses dados evidenciam o predomínio de pessoas negras — entendidas aqui pela soma das categorias "pretos" e "pardos" — no sistema prisional cearense, o que reflete padrões estruturais de seletividade penal e racialização do encarceramento.

limite entre a invisibilidade e a constante vigilância. Trata-se de uma verdadeira arte da fuga, da desconfiança e da adaptação — uma política de sobrevivência nas franjas do controle policial.

Dessa maneira, a partir dos dados de campo e das observações sobre o trabalho da polícia que o sistema penal brasileiro funciona como um instrumento seletivo de controle social, voltado para a punição de jovens, pobres, negros e de baixa escolaridade, presos em sua maioria por delitos relacionados a pequenas quantidades de drogas, sem o uso de violência. Nesse contexto, o encarceramento desses jovens não é um efeito colateral, mas sim parte estrutural da política de drogas em vigor no país (Boiteux, 2015; Barros, 2021; Araújo, 2023; Ribeiro; Nascimento, 2020).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta tese investigou as transformações recentes no arranjo criminal e nas formas de gestão dos conflitos nas periferias de Fortaleza (CE) entre os anos de 2015 e 2025. Ao longo da pesquisa, percorremos um terreno marcado por disputas, deslocamentos e reinvenções que acompanharam as mudanças no tráfico varejista de drogas na cidade. Com base em uma etnografia sensível às margens — físicas, simbólicas e institucionais — buscamos compreender como se reconfiguraram as dinâmicas criminais, os dispositivos de controle e negociação de conflitos, bem como os modos de inserção, resistência e participação das juventudes periféricas frente à consolidação das facções nos territórios populares.

Partimos da hipótese de que a intensificação das disputas pelo controle do tráfico de drogas, a partir da primeira metade da década de 2010, impulsionou a capilarização das facções nos bairros populares de Fortaleza. Diante do aumento da violência e da instabilidade nos bairros, grupos juvenis locais passaram a se alinhar a coletivos maiores em busca de proteção, reconhecimento e acesso a recursos. A pesquisa etnográfica identificou dois momentos centrais desse processo: a emergência do Comando Vermelho (CV), em meados de 2015, que reorganizou as formas de controle, disciplina e regulação da violência; e, mais tarde, a ascensão do Tudo Neutro (TDN), a partir de 2021, com novas inflexões no mercado de drogas, nas fronteiras territoriais e nos modos de resolução de conflitos.

Esse processo de faccionalização alterou profundamente as dinâmicas cotidianas: transformou rivalidades e alianças, intensificou a vigilância armada e impôs códigos de conduta cada vez mais rígidos. A cidade, já desigual, fragmentou-se sob controles informais, com fronteiras simbólicas regulando mobilidades e vínculo de pertencimentos nas periferias.

Apesar da estigmatização que recai sobre os jovens inseridos nesse contexto, a pesquisa revelou seu protagonismo nas ruas dos bairros. Muitos atuam como mediadores de conflitos, articuladores de redes de proteção e *correrias* da venda no varejo de crack, maconha e cocaína. Entre a lealdade e o anonimato, entre a exposição e o silêncio, os jovens criam estratégias para existir num cenário marcado pela incerteza, pela vigilância constante e pelo risco permanente de eliminação ou punição.

Percebemos, no decorrer destas páginas que o ingresso dos jovens no tráfico de drogas não se dá apenas por coação ou falta de opções — embora essas dimensões existam —, mas também por escolhas atravessadas por afetos, desejo de reconhecimento, vínculos de amizade, proteção e pertencimento. Além disso, é preciso cautela ao afirmar que os chamados “chefes do tráfico” “aliciam” ou “corrompem” a juventude, sem levar em conta os contextos

sociais complexos em que essas relações se estabelecem.

De acordo com as observações de campo, muitos desses líderes locais, ainda que associados à violência, são também figuras de referência em suas comunidades. São reconhecidos por cuidar dos seus, amparar familiares, proteger moradores e estar presentes nos momentos de maior sofrimento coletivo — como nos tiroteios, nas invasões policiais ou na dor daqueles que perdem entes queridos. Suas ações, embora ambíguas, produzem sentidos de solidariedade e respeito em territórios historicamente marcados pela negligência do Estado.

Assim, mais do que simples bandidos perigosos, muitos jovens inseridos no tráfico são percebidos como sujeitos que lutam para sustentar suas famílias e sobreviver em meio a um cotidiano atravessado por carências, falta persistente de políticas públicas e omissões do Estado. Dessa forma, um dos principais achados desta pesquisa foi demonstrar que a inserção juvenil no tráfico de drogas não se explica apenas por coação ou necessidade econômica.

Para muitos jovens das periferias de Fortaleza, o tráfico representa uma forma de mediação com o mundo — uma alternativa diante da precarização das condições de vida que fazem com que o “fazer o corre” esteja bastante ligado à sobrevivência. Embora o dinheiro seja um atrativo, seus ganhos — limitados e voláteis — não explicam, por si só, a permanência na atividade, atravessada por riscos intensos. O valor simbólico da renda está vinculado à sobrevivência, mas também ao reconhecimento e ao status em contextos de escassas oportunidades. Além disso, os achados apontam para um pertencimento que envolve afetos, vínculos, redes de proteção e sentidos de solidariedade — especialmente em territórios atravessados por operações policiais e disputas entre grupos armados.

Ao longo da tese, ficou evidente que esse pertencimento é ambíguo e carregado de tensões. Se por um lado os coletivos são descritos como responsáveis por promover certa “paz” e amparo aos “irmãos”, por outro, sua presença intensificou dinâmicas de controle e punição. A promessa de proteção convive com uma vigilância constante e com uma lógica disciplinar severa, que pune com violência qualquer desvio, suspeita ou traição. A chamada “paz armada” não eliminou os conflitos; apenas os reorganizou sob outras gramáticas — mais centralizadas, mais rigorosas e, por vezes, ainda mais letais. Nesse cenário, os jovens operam como mediadores, sobreviventes e, muitas vezes, como alvos, movimentando-se entre estratégias de lealdade, silêncio e camuflagem para continuar vivos.

### **1.17 Caminhos metodológicos e desafios éticos (Capítulo 1)**

A pesquisa foi orientada por uma abordagem socioantropológica, articulando

análise documental, reportagens, dados oficiais, observação etnográfica e entrevistas com jovens envolvidos no “corre” do tráfico de drogas com a média de idade entre 14 e 29 anos. Apesar da limitação do recorte, contemplar apenas aqueles que estão na linha de frente do tráfico no bairro como um dos segmentos da rede faccional – o estudo privilegiou os sentidos atribuídos pelos próprios jovens às suas trajetórias — sentidos que frequentemente escapam às análises jurídicas, midiáticas e institucionais. Esses sujeitos emergem aqui não como meros criminosos ou vítimas passivas, mas como indivíduos que agem, refletem e constroem estratégias diante de um cotidiano atravessado por riscos, repressões e incertezas.

O estudo teve como cenário principal um bairro de Fortaleza (CE), escolhido por ser uma área estratégica na dinâmica do tráfico de drogas e por ser um dos principais territórios de consolidação e disputa entre os coletivos Comando Vermelho (CV) e o Tudo Neutro (TDN). A escolha desse espaço não foi apenas estratégica, mas também atravessada pela própria trajetória do pesquisador, morador do bairro, o que facilitou a construção de vínculos de confiança, a escuta qualificada e o acesso a cotidianos muitas vezes inacessíveis a olhares externos.

A escuta dessas narrativas exigiu cuidados éticos rigorosos, especialmente diante de temas sensíveis que envolvem risco, dor e morte. Nomes fictícios foram adotados para proteger a identidade de interlocutores e localidades, evitando qualquer exposição que pudesse gerar ameaças contra aqueles que muitas vezes estão praticando o tráfico, concomitante à realização da pesquisa. Nessa perspectiva, a etnografia foi mais do que um método: tornou-se uma forma de implicação política e existencial — uma maneira de caminhar junto, de escutar os silêncios, de reconhecer as hesitações e de cultivar relações de confiança e reciprocidade, mesmo diante das assimetrias entre pesquisador e interlocutores.

O uso do termo “facção” ao longo do trabalho não tem a intenção de reforçar estigmas ou produzir leituras acusatórias. Ao contrário, buscou-se compreender as práticas, sentidos e visões de mundo desses jovens a partir do modo como nomeiam suas próprias experiências. Escutá-los em seus próprios termos, em sua linguagem e lógicas, permitiu acessar dimensões geralmente ignoradas pelas abordagens oficiais. A pesquisa acompanhou esses sujeitos enquanto atuavam nas ruas, captando vivências que diferem significativamente das versões construídas a partir da reclusão ou da lente criminalizadora do sistema de justiça.

Esse tipo de aproximação impõe dilemas éticos, políticos e metodológicos a quem se propõe a estudar as violências nas periferias urbanas. O que se revelou no campo não foram apenas cenas de conflito e ilegalidade, mas também formas de afeto, solidariedade, códigos

morais e demandas por reconhecimento. Assim, a etnografia operou como um instrumento de deslocamento — desnaturalizando as categorias dominantes e revelando camadas de complexidade que desafiam as fronteiras entre o legal e o ilegal, o certo e o errado, o protegido e o punido.

### **1.18 Da formação dos bairros à consolidação do tráfico em Fortaleza (Capítulo 2)**

Remontar à história é uma estratégia fundamental para compreender qualquer fenômeno social — e com a emergência das facções criminosas em Fortaleza não é diferente. A análise documental realizada nesta tese evidenciou que a configuração periférica da cidade resulta de um processo de segregação urbana de longa duração. Desde as migrações forçadas pelas secas e crises econômicas, famílias oriundas do interior ocuparam áreas à margem da cidade em busca de sobrevivência. Esses territórios, historicamente negligenciados pelo Estado, foram marcados pela precariedade material, pelo estigma da violência e pela construção social de seus moradores como ameaças à ordem.

Os dados da pesquisa demonstraram que os jovens oriundos dessas periferias — descendentes diretos dessas gerações de migrantes — figuram como os principais alvos da violência urbana: são eles os mais abordados, presos e mortos. A tese, nesse sentido, chama atenção para uma perspectiva interseccional entre raça, classe e geração, evidenciando que as principais vítimas do aparato repressivo são, em sua maioria, jovens, negros, pobres, de baixa escolaridade e moradores das bordas da cidade.

A expansão urbana de Fortaleza, embora impulsionada por obras de infraestrutura e processos de industrialização, não promoveu inclusão social. Ao contrário, aprofundou desigualdades e reforçou a lógica de exclusão espacial. Foi nesse cenário que a cidade passou a ocupar um papel estratégico nas rotas do tráfico internacional de drogas, operando como ponto de consumo interno e escoamento de drogas para outros continentes. A infraestrutura logística — composta por portos, aeroportos e rodovias — facilitou o trânsito de drogas e armas, transformando também o acesso da juventude periférica a esses produtos e, por consequência, sua inserção em redes de comércio e controle territorial em seus bairros.

Acompanhando esse processo de modernização, nos bairros periféricos de Fortaleza, a juventude vinha participando de inúmeras sociabilidades como o futebol, os bailes e as torcidas organizadas através de arenas de disputas e demarcação de territórios entre grupos rivais. E sobretudo, a partir da década de 1990, o tráfico de drogas — especialmente de crack, maconha e cocaína — ganhou centralidade nas ruas, incorporando práticas e códigos oriundos

das dinâmicas juvenis anteriores em seus processos de territorialização de grupos que demarcaram seus pertencimentos nas cidades.

O levantamento de fontes acadêmicas e jornalísticas apontou que as organizações armadas vinculadas ao tráfico contemporâneo não surgiram do nada, mas se enraizaram em formas anteriores de conflito, lealdade e rivalidade. Muitas das lógicas que regiam as antigas “galeras” foram apropriadas e reconfiguradas nos modos como os jovens passaram a conduzir os grupos locais ligados ao tráfico, sob regras e códigos que estruturam o arranjo faccional.

Assim, compreender a configuração atual de grupos como o Comando Vermelho (CV) e o Tudo Neutro (TDN) nas periferias de Fortaleza exige atenção à genealogia das lideranças locais e suas conexões com redes criminosas de outras regiões e países. Essa conformação é atravessada por dinâmicas estruturais do sistema global, que possibilitaram a inserção da cidade nos fluxos internacionais do tráfico de drogas. Tais conexões influenciam diretamente tanto os produtos que circulam nos bairros quanto os modos de gestão dos coletivos armados, muitas vezes orientados por interesses econômicos, códigos de honra e disputas simbólicas por reconhecimento que influenciaram diretamente modos de organização e gestão do cotidiano juvenis.

As rivalidades entre grupos armados não se restringem ao campo da violência direta, mas penetram as práticas culturais e afetivas da juventude, reorganizando seus modos de circular, se divertir, amar e se proteger nos bairros. Apesar de inúmeras transformações, rupturas e reconfigurações, ao longo deste capítulo, evidenciamos o quanto há continuidades entre as formas de organização juvenil das décadas passadas e as estruturas atuais do tráfico de drogas, tanto no CV quanto no TDN. Essas semelhanças não indicam mera reprodução, mas revelam a capacidade de adaptação das juventudes periféricas diante de um cotidiano atravessado por repressão, abandono e disputas territoriais.

### **1.19 Emergência do Comando Vermelho: reconfiguração da gestão criminal (Capítulo 3)**

A ascensão do coletivo Tudo Neutro (TDN), a partir de 2021, provocou uma profunda reconfiguração simbólica e territorial nas periferias de Fortaleza. Mais do que uma simples ruptura com o Comando Vermelho (CV) ou rivalidade direta com outras facções como a GDE, o TDN emergiu como um projeto de neutralidade estratégica, oferecendo aos jovens e moradores um novo horizonte: acordos de paz, oportunidade de renda e maior autonomia nas decisões locais, reposicionando os sentidos de pertença e da gestão local do tráfico. No bairro investigado, sua consolidação revelou-se como uma ruptura com formas centralizadas de

comando e uma tentativa de reorganizar o cotidiano do tráfico a partir de uma lógica mais autônoma e situada. Jovens e lideranças locais passaram a aderir ao coletivo, muitas vezes rompendo explicitamente com o CV — expressão sintetizada pela metáfora “rasgar a camisa” —, em busca de maior autonomia decisória, ganhos econômicos e estabilidade territorial.

Três fatores principais explicam esse movimento: (1) o desejo de romper com imposições externas e hierarquias distantes; (2) o descontentamento com práticas autoritárias do CV, como a concentração de lucros e decisões; e (3) a expectativa de que o TDN proporcionasse um cotidiano menos violento, mais horizontalizado e financeiramente vantajoso. O imaginário em torno do TDN vinculava-se, portanto, à promessa de um novo arranjo criminal, mais sensível às particularidades dos bairros e menos suscetível à lógica da guerra permanente.

Contudo, as promessas de paz e reorganização enfrentaram obstáculos concretos. A pandemia de COVID-19, que teve efeitos devastadores sobre as populações periféricas, impactou diretamente no mercado de drogas — sobretudo com a escassez da maconha — e dificultou a operacionalização dos acordos propostos. Ainda assim, o coletivo expandiu-se, contando com o engajamento de lideranças locais e a adesão de diversos bairros, que passaram a se declarar “neutros”. No entanto, observações de campo indicaram que essa neutralidade era frágil e frequentemente tensionada por disputas internas, traições e o uso continuado da violência armada.

Um dos principais achados da pesquisa foi a constatação de que a paz anunciada pelo TDN se revelou instável e ambivalente. Por um lado, houve flexibilizações importantes — como a possibilidade de comercializar drogas entre diferentes territórios aliados, sem interdições rígidas. Por outro, mantiveram-se mecanismos clássicos de controle e punição: vigilância permanente, exclusão de inimigos, sanções físicas e coerção. Tecnologias digitais desempenharam papel central nesse processo. O uso de WhatsApp, câmeras, redes sociais e transferências via Pix transformou a gestão do tráfico em uma operação articulada e eficiente, reforçando a capacidade de monitoramento e resposta rápida a ameaças percebidas.

Outro resultado relevante diz respeito à ambivalência vivida pelos jovens inseridos nessas redes. A adesão ao TDN não significou necessariamente maior segurança: pelo contrário, revelou-se uma inserção atravessada por riscos, vigilância e punições severas. As práticas de “vestir a camisa” carregavam um duplo sentido: pertencimento e reconhecimento por um lado, exposição à violência e possibilidade de eliminação por outro. Execuções, expulsões e

cobranças violentas seguem como instrumentos legítimos de regulação interna, reforçando uma lógica de coerção sob a aparência de acolhimento.

A pesquisa também evidenciou como os efeitos da reconfiguração criminal extrapolam o universo dos “correrias”. A mobilidade urbana nos bairros foi profundamente afetada. Tiroteios, bloqueios, incursões policiais e confrontos entre grupos rivais impuseram restrições à circulação e transformaram o espaço público em território de risco compartilhado. Crianças, idosos e trabalhadores passaram a viver sob a sombra da imprevisibilidade, em um ambiente onde o cotidiano se organiza em torno do medo e da antecipação da violência.

A tese demonstrou que a repressão estatal, por sua vez, reforça e reproduz essas dinâmicas. A atuação das forças policiais, sustentada pelo discurso da “guerra às drogas” e amparada na Lei nº 11.343/2006, mostrou-se seletiva, ambígua e racializada. A figura do “correria” — jovem, negro e periférico — é alçada à condição de inimigo público. As prisões são recorrentes, mas transitórias; os mortos são substituídos por novos recrutas; o tráfico se reorganiza, mas não recua. Percebeu-se que a punição costuma recair de maneira incisiva sobre os elos mais frágeis da cadeia, ao passo que os vínculos entre agentes estatais e redes ilícitas — por meio de “tocos”, acordos ou omissões — permanecem encobertos. Essa convivência seletiva reforça o sentimento de injustiça entre os moradores e fragiliza ainda mais a confiança nas instituições públicas.

Outro achado importante diz respeito à centralidade dos bens simbólicos oferecidos pelas facções. Para muitos jovens, a facção representa mais do que uma estrutura criminal: ela constitui um espaço de visibilidade, proteção e sentido de pertencimento em contextos marcados pela ausência do Estado e pela precarização da vida. “Ser correria” torna-se, assim, uma estratégia de sobrevivência, ainda que permeada por altos custos pessoais e coletivos. A facção é, simultaneamente, abrigo e ameaça; ordem e castigo; oportunidade e risco.

Conclui-se, portanto, que o Tudo Neutro não representa uma ruptura radical com os modelos anteriores, mas sim uma reconfiguração adaptativa das dinâmicas criminais vigentes. Suas práticas conjugam elementos de inovação — como a aposta em acordos de paz e a maior flexibilidade territorial — com a manutenção de dispositivos tradicionais de coerção e controle. A experiência etnográfica mostra que o pertencimento juvenil às facções está intrinsecamente ligado à disputa por reconhecimento, ao desejo de proteção e à ausência de alternativas legítimas de inserção social. “Vestir a camisa”, nesse contexto, não é apenas uma escolha individual, mas um gesto de inserção em uma trama densa de poder, violência e sobrevivência.

## 1.20 Repensando o Tudo Neutro: Autonomia e Pertencimentos (Capítulo 4)

A ascensão do coletivo Tudo Neutro (TDN), a partir de 2021, provocou uma significativa reconfiguração simbólica e territorial nas periferias de Fortaleza. Mais do que uma simples ruptura com o Comando Vermelho (CV) ou rivalidade direta com outras facções como a GDE, o TDN emergiu com a proposta de neutralidade estratégica, oferecendo aos jovens e moradores um novo horizonte: acordos de paz, oportunidade de renda e maior autonomia nas decisões locais. No bairro investigado, essa transição não se deu sem tensões. Conflitos com lideranças do próprio CV e entre grupos locais vizinhos impulsionaram a ruptura de antigos pactos e a adesão de diversos jovens ao Tudo Neutro — muitos “rasgaram a camisa do CV” em busca de uma nova forma de organização criminal que respeitasse as particularidades do bairro.

Três fatores principais explicam essa virada: o desejo de se desvincular das imposições externas, o descontentamento com as formas centralizadas do Comando Vermelho e a expectativa de melhorias nas dinâmicas do tráfico — tanto do ponto de vista econômico quanto simbólico. Acreditava-se que o TDN garantiria maior autonomia local nas decisões internas, ampliaria os lucros no mercado de drogas e, sobretudo, traria estabilidade a um cotidiano marcado por traições, injustiças e mortes.

No entanto, o contexto da pandemia, que eclodiu naquele mesmo ano e afetou de forma aguda as classes populares, impôs obstáculos inesperados à consolidação do Tudo Neutro. O mercado da maconha enfrentou uma das maiores escassezes já registradas, enquanto a circulação da cocaína seguiu relativamente estável.

Ainda assim, os conflitos não cessaram e o que se viu foi a persistência da violência, das ameaças e das expulsões — mesmo em um contexto em que uma ampla região, composta por vários bairros vizinhos, se declarava majoritariamente “Neutra” e aliada.

As observações de campo, demonstraram que a promessa de paz revelou-se instável. A vigilância interna e a lógica da suspeita permaneceram centrais. Se por um lado o TDN flexibilizou a rigidez de certas regras — como a possibilidade de comprar drogas de qualquer aliado dentro do coletivo, independentemente da origem —, por outro, manteve práticas clássicas do controle armado, como o monitoramento dos territórios e a exclusão sistemática de supostos inimigos. O uso de tecnologias — WhatsApp, câmeras, Instagram — intensificou a vigilância, permitindo respostas rápidas a movimentações suspeitas. A comunicação entre os responsáveis pelas bocadas e a base da rede permitiu o controle do fluxo

de pessoas e o rastreamento de possíveis ameaças, inclusive com práticas como a checagem de celulares, identificação de corporações policiais presentes e o uso do Pix como forma de pagamento no tráfico.

No período de consolidação do Tudo Neutro, entre 2021 e 2025, o projeto inicial de neutralidade mostrou suas ambivalências. Embora a proposta fosse evitar a truculência da guerra entre CV e GDE, o cotidiano logo revelou que a paz era relativa e sujeita a interesses locais de poder. A violência armada seguiu como prática constante, e a adesão ao TDN não foi unânime entre os moradores do bairro. Em alguns casos, a territorialização da nova facção só se deu por meio da força — e lideranças locais deixavam claro que, se necessário, a guerra aconteceria. Essa contradição evidencia como a gestão dos bairros pelas facções oscila entre uma lógica de proteção e uma dinâmica de coerção brutal.

A ambivalência entre pertencimento e risco é um dos principais elementos que atravessa as experiências juvenis nos territórios estudados. Ao mesmo tempo em que os coletivos oferecem pertencimento, reconhecimento e proteção, mantêm mecanismos de punição severa para quem transgrida suas normas. Práticas como expulsões e execuções são frequentemente utilizadas como sanções internas. A ideia de “vestir a camisa” do coletivo carrega tanto a promessa de acolhimento quanto a ameaça de punição, colocando os jovens diante de uma constante tensão entre segurança e vulnerabilidade.

A mobilidade nos bairros também é profundamente afetada por essa lógica. Os tiroteios, as invasões policiais ou de grupos rivais, embora tenham como alvos principais os jovens do “corre”, impactam toda a comunidade. Os trajetos cotidianos são interrompidos, horários são restringidos, e a possibilidade de circular livremente torna-se um risco compartilhado. O conflito armado, portanto, não isola suas consequências: ele as espalha pela malha urbana e simbólica da periferia, afetando moradores, trabalhadores, crianças e idosos.

Do outro lado do cerco, a repressão policial atua de forma seletiva e ambígua. A chamada “guerra às drogas”, amparada pela Lei 11.343/2006, produz uma política de encarceramento e extermínio de jovens periféricos, principalmente negros. A figura do “correria” — aquele que vende no varejo — é a mais visada nas ações policiais. As prisões são recorrentes, mas temporárias: quem sai é rapidamente substituído. Os corpos descartáveis se acumulam nas cadeias e nas ruas. Enquanto isso, o tráfico se reorganiza, ajustando suas rotas, bocadas e operadores. A repressão, nesse sentido, não erradica o tráfico — apenas desloca seus atores e adapta suas estratégias.

As forças policiais, embora muitas vezes vistas como inimigas, também operam de forma ambígua. Há denúncias de práticas violentas, como invasões domiciliares e torturas, mas também relatos de negociações e acordos. Policiais que recebem “toco” informam sobre movimentações de inimigos ou simplesmente fecham os olhos diante de certas atividades que compõem esse cenário de convivência seletiva. Essa ambiguidade reforça o sentimento de injustiça entre os moradores, pois revela um Estado que ora pune com brutalidade, ora negocia silenciosamente com os mesmos grupos que deveria combater.

Por fim, é preciso reconhecer que a atuação das facções ultrapassa o universo do tráfico de drogas. O que está em jogo são também os bens simbólicos que essas organizações oferecem: pertencimento, visibilidade, respeito, proteção. Para muitos jovens das periferias, “ser correria” não é uma simples escolha criminal, mas uma tentativa de sobrevivência. A facção se torna, ao mesmo tempo, abrigo e ameaça. Uma estrutura que acolhe, mas cobra. Que protege, mas exige. Que oferece um lugar, mas impõe o risco.

Assim, o Tudo Neutro não representa uma ruptura radical com as lógicas anteriores, mas uma reconfiguração adaptativa das dinâmicas criminais. Sua emergência e consolidação revelam tanto continuidades com práticas do passado quanto novas estratégias de articulação e poder. Ao investigar essa transformação, compreende-se que o pertencimento juvenil às facções é indissociável da experiência de risco, da disputa por território e da ausência de alternativas. “Vestir a camisa” não é apenas integrar um coletivo: é navegar em meio a limites tênues entre a vida e a morte, entre a proteção e o castigo, entre o silêncio e a denúncia.

### **1.21 Contribuições de pesquisa e caminhos futuros**

A pesquisa revelou que o tráfico de drogas, longe de ser um universo homogêneo e dominado pela lógica do lucro, é um campo de disputas morais, afetivas e territoriais profundamente enraizado na vida cotidiana das periferias. Os jovens não são apenas vítimas ou bandidos perigosos, mas sujeitos que operam escolhas difíceis em contextos extremos.

O conflito entre facções, a repressão policial e a precariedade das condições de vida produzem uma gramática da sobrevivência que redefine o que é ser jovem, viver e morrer nas margens da cidade. Entre armas, códigos, alianças e perdas, constrói-se uma juventude marcada pela urgência, pela ousadia e por uma forma intensa de existir.

Dizer que estão “na correria” não é romantizar nem demonizar esses jovens, mas reconhecer que protagonizam múltiplas situações de conflito que moldam suas existências numa insistente tentativa de viver — e se manter vivos — em Fortaleza.

As facções, nesse contexto de inquietação cotidiana nas periferias, surgem como parte de um mundo marcado por desafios, coragem e persistência. Apesar dos dados sobre homicídios, não é possível estabelecer uma correlação direta e precisa entre as variações desses índices e a atuação do CV ou do TDN, a ponto de afirmar, de forma categórica, que uma facção seria mais violenta que a outra.

Por fim, esta tese não pretende encerrar o debate, mas contribuir com uma escuta qualificada e uma leitura crítica das transformações criminais nas cidades brasileiras, especialmente no Nordeste. Apontar caminhos futuros para a pesquisa implica, também, reconhecer os limites desta investigação. Faltou aprofundar, por exemplo, a relação entre essas dinâmicas e o sistema prisional; compreender com mais rigor a presença feminina nos coletivos armados; e investigar os impactos das políticas públicas de segurança que, muitas vezes, dialogam mais com a lógica da repressão do que com a prevenção e os direitos.

Apesar disso, espero que este trabalho contribua para o fortalecimento de perspectivas que levem a sério a experiência dos sujeitos que vivem nas periferias — não como objeto da justiça criminal, mas como produtores de saber, de crítica e de alternativas. Que este trabalho possa, de alguma forma, ecoar as vozes que escutei ao longo desses anos e colaborar para que novos olhares, menos estigmatizantes e mais comprometidos com a justiça social, possam se debruçar sobre os dilemas das juventudes urbanas no Brasil.

## REFERÊNCIA

- ADORNO, S. Fluxo de operações do crime organizado. **Revista Brasileira de Sociologia**, v. 7, n. 17, p. 33-54, set./dez. 2019.
- AGUIAR, D. P. **Marcado para morrer**: moralidades e socialidades das crianças no Serviluz (Fortaleza-CE). 2017. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2017.
- ALMEIDA, M. I. M.; EUGENIO, F. (org.). **Culturas jovens**: novos mapas do afeto. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006.
- ALVES, J. A. **Los condenados de la ciudad**: insurgencia espacial negra en dos ciudades de America Latina.” Cali: Documentos de Trabajo, Grupo Interseccionalidades, 2019.
- ALVES, J. A. **The Anti-black city**: police terror and black urban life in Brazil. Minneapolis: Univeristy of Minnesota Press, 2018.
- AQUINO, J. P. D. **Príncipes e castelos de areia**: um estudo da performance nos grandes roubos. São Paulo: Biblioteca 24 horas, 2010a.
- AQUINO, J. P. D. Violência e Performance no chamado “Novo Cangaço”: cidades “sitiadas”, ataques à Polícia e uso de explosivos em assaltos contra bancos no Brasil. **Dilemas**: revista de estudos de conflito e controle social, v. 13, p. 615-643, 2020.
- ARAÚJO, E. Racismo e proibicionismo: Um retorno ao pensamento social do negro no Brasil. **Revista Katalysis**, v. 26, p. 426-435, 2023.
- BARBOSA PEREIRA, A. Marcas de vida na paisagem de São Paulo: a -pixação- como epitáfio de uma cidade vandalizada. **Revista de Estudios Sociales**, v. 72, p. 1-12, 2020.
- BARBOSA, A. R. **Um abraço para todos os amigos**: algumas considerações sobre o tráfico de drogas no Rio de Janeiro. Niterói: EDUFF, 1998.
- BARBOZA, E. H. L. Retirantes cearenses na província do Amazonas: colonização, trabalho e conflitos (1877-1879). **Revista Brasileira de História**, v. 35, p. 131-155, 2015.
- BARREIRA, C. **Crimes por encomenda**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1998.
- BARREIRA, C. **Crueldade**: a face inesperada da violência difusa. **Sociedade e Estado**, Brasília, DF, v. 30, p. 55-74, 2015.
- BARREIRA, C. Violência difusa, medo e insegurança: as marcas recentes da crueldade. **Revista Brasileira de Sociologia**, v. 1, p. 5, 2013.
- BARREIRA, C. Seca: "Reprodução e Rebelião". **Revista Sociedade e Estado**. Brasília, DF, v. 5, n.1, p. 98-112, 1990.

BARREIRA, I. A. F. Modernização Política e Questão Social: diagramas do poder. **Revista do Centro de Recursos Humanos**, v. 20, p. 56-73, 1994.

BARREIRA, I. A. F. Usos da cidade, conflitos simbólicos, patrimônio e invenção das tradições. **Análise Social**, Lisboa, v. XLII, p. 163-180, 2007.

BARREIRA, I. A. F. **O reverso das vitrines**: conflitos urbanos e cultura política em construção. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1992.

BARROS, M. G. (Necro)política de drogas: uma guerra abjeta contra pobres e negros no Brasil. **Mosaico**, Rio de Janeiro, v. 13, p. 504-524, 2021.

BARROS, J. P. P.; SILVA, D. B.; ALENCAR, F. A. B. Maquinarias de guerra e mortes juvenis nas periferias do Ceará. **Revista de Psicologia da UFC**, v. 12, p. 23-36, 2021.

BARROS, J. P. P.; SOUSA, I. S.; NUNES, L. F. Interseccionalidade, femigenocídio e necropolítica: morte de mulheres nas dinâmicas da violência no Ceará. **Revista de Psicologia Política**, v. 20, p. 370-384, 2020.

BATISTA, V. **Difíceis ganhos fáceis**: drogas e juventude pobre no Rio de Janeiro. 2. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2009.

BEAUD, S.; WEBER, F. **Guia para a pesquisa de campo**. Produzir e analisar dados etnográficos. Petrópolis: Editora Vozes, 2007.

BECKER, H. **Métodos de pesquisa em ciências sociais**. São Paulo: Hucitec, 1994.

BECKER, H. **Outsiders**: estudos de sociologia do desvio. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008.

BIONDI, K. **Junto e misturado**: uma etnografia do PCC. São Paulo: Editora Terceiro Nome, 2010.

BOITEUX, L. Brasil: Reflexões críticas sobre uma política de drogas repressiva. **Sur.Revista Internacional de Direitos Humanos**, v. 21, p. 1-6, 2015.

BONFIM, M. Decolonizando as humanidades: ciência, língua e a racialização da branquitude acadêmica no Ceará. *In*: SILVA FILHO, A. V. **Ensaio interdisciplinares em humanidades**. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora Autografia Edição e Comunicação, 2020. v. IV, p. 17-36,

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

BOURDIEU, P. **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

BOURDIEU, P. **Razões práticas**. São Paulo: Papyrus, 1994.

BOURDIEU, P. **A Distinção**: crítica social do julgamento. São Paulo: Edusp; Porto Alegre:

Zouk, 2007

BOURGOIS, P. **En busca de respeto**: vendiendo crack en Harlem. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores Argentina, 2010.

BRASIL. Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940. Código Penal. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 31 dez. 1940. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/del2848compilado.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del2848compilado.htm). Acesso em: 28 maio 2025.

BRASIL. Lei nº 12.850, de 2 de agosto de 2013. Define organização criminosa e dispõe sobre a investigação criminal. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, 5 ago. 2013. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2013/lei/112850.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/112850.htm). Acesso em: 28 maio 2025.

BRAGA, E. M. F. **Os labirintos da habitação popular**: conjuntura, programas e atores. Fortaleza: Demócrito Rocha, 1995.

BRICEÑO-LEÓN, R. J. C. La modernidad Mestiza de América Latina. **Espacio Abierto** Caracas, v. 29, p. 24-46, 2020.

BRICEÑO-LEÓN, R. J. C.; CAMARDIEL, A.; PERDOMO, G. (org.). **Los nuevos rostros de la violencia**: Empobrecimiento y letalidad policial. 1. ed. Barcelona: Alfa Editorial, 2019.

CANDOTTI, F. M. Quando a massa erra, o estado avança: notas sobre transformações carcerárias e criminais em Manaus (Amazonas). **Revista Tomo**, v. 40, p. 197-241, 2022.

CAMPOS, J. T. Q. M. **Estado moderno e garantias individuais**: uma abordagem antropológica sobre a regulamentação da cannabis medicinal. 1. ed. São Paulo: Editora Dialética, 2024.

CENSO penitenciário do Estado do Ceará. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará; Secretaria da Administração Penitenciária do Estado do Ceará; Departamento Penitenciário Nacional, 2023. Disponível em: <https://www.seap.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/12/2023/06/CENSO-PENITENCIA%CC%81RIO-DO>. Acesso em: 28 maio 2025.

CERTEAU, M. **A invenção do cotidiano**: artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 1990.

CEARÁ. **Cada vida importa**: Relatório final do Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência. Fortaleza: Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, 2016. Disponível em: <https://cadavidaimporta.com.br/publicacoes/>. Acesso em: 2 dez. 2019

COELHO, L. C. H. V. **O direito penal da guerra às drogas**. 2016. Tese (Doutorado) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

CUNHA, G. H. M. O algodão na economia da província do Ceará durante o século XIX: algumas considerações sobre a sua importância. **Revista de Desenvolvimento Econômico**, v.

3, p. 2011, 2020.

DAS, V. **Vida e palavras: violência e descida ao ordinário**. Trad. André Villalobos. São Paulo: Editora Unifesp, 2020.

DIÁRIO DO NORDESTE. **Guerras, dinheiro e ferrovias: como a formação dos bairros reconstrói a Fortaleza de 299 anos**. Publicado em 12 abr. 2024. Disponível em: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/ceara/guerras-dinheiro-e-ferrovias>. Acesso em: 28 maio 2025.

DIAS, C. C. N.; MANSO, B. P. PCC, sistema prisional e gestão do novo mundo do crime no Brasil. **Rev. Bras. Segur. Pública**, São Paulo, v. 11, n. 2, 10-29, ago./set. 2017.

DIOGENES, G. **Cartografias da cultura e da violência: gangues, galeras e o movimento Hip Hop**. Fortaleza: Annablume, 1998.

DIOGENES, G.; SILVA, L. D. O. "A cidade é sem fim igual a tua janela? intervenções, afetos urbanos e deambulações em Fortaleza/CE". **Tessituras: revista de Antropologia e Arqueologia**, v. 7, p. 87-107, 2019.

DIOGENES, G. **O eu e o outro: a constituição da identidade política nos movimentos sociais urbanos**. 1989. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Departamento de Ciências Sociais, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 1989.

ELIAS, N. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

FELTRAN, G. de S. Crime e castigo na cidade: os repertórios da justiça e a questão do homicídio nas periferias de São Paulo. **Caderno CRH**, Salvador, v. 23, n. 58, jan./abr. 2010, p. 59-73.

FERNANDES, F. **A integração do negro na sociedade de classes**. 3 ed. São Paulo: Ática, 1978.

FERREIRA, V. S. **Ondas, cenas e microculturas juvenis**. **Plural: revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP**, São Paulo, v. 15, 2008. ISSN 2176 -8099.

FERREIRA, V. S. Artes e manhas da entrevista compreensiva. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 23, n. 3, p. 979-992, 2014. ISSN 1984-0470.

DURKHEIM, É. **As regras do método sociológico**. Lisboa: Editorial Presença, 1989. 1ª edição: 1895.

FORTALEZA. **Projeto Areninha**. Fortaleza: Prefeitura Municipal, 2014. Disponível em: <https://www.fortaleza.ce.gov.br>. Acesso em: 20 maio 2025.

FOUCAULT, M. **Microfísica do Poder**. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FOUCAULT, M. O Sujeito e o Poder. *In*: RABINOW, H.; DREYFUS, P. **Michel Foucault**. Uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. 14. ed. Petrópolis: Vozes, 1975.

FOUCAULT, M. **Resumo dos cursos do Collège de France**. Rio de Janeiro Zahar, 1997a.

FREITAS, F. L. S. **A territorialidade da criminalidade violenta no bairro Jardim das Oliveiras – Fortaleza/CE**. 2010. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Departamento de Geografia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2010.

FREITAS, I. C. M.; FERREIRA, D. L. De Estigma a Emblema: cabelo, autorreconhecimento e resistência entre jovens universitárias negras. **Crítica e Sociedade**: revista de cultura política, v. 9, p. 117-147, 2019.

GARLAND, D. **A cultura do controle**: crime e ordem social na sociedade contemporânea. Rio de Janeiro: Record, 2000.

GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1989.

GODOI, R. **Fluxos em cadeia**: as prisões em São Paulo na virada dos tempos. São Paulo: Boitempo, 2017.

GOFFMAN, E. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Tradução: Mathias Lambert. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora Guanabara Koogan, 2004.

IPEA; FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Atlas da violência 2025**. Brasília, DF: IPEA, 2025. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/>. Acesso em: 1 jul. 2025.

JONES, G. A.; RODGERS, D. Youth violence in Latin America: Gangs and juvenile justice in perspective. *In*: JONES, G. A.; RODGERS, D. (ed.). **Youth Violence in Latin America**. New York: Palgrave Macmillan, 2009.

JÚNIOR, S. C. F. F. As condições desiguais de acesso à moradia em Fortaleza, Brasil. **Revista electrónica de geografía y ciencias sociales**. Barcelona: Universidad de Barcelona, 2003. v. VII.

KUTTING, J. Posters, Politics, and Power: Mediated Materialisation of Public Authority in Bangladesh Party Politics. **South Asia-Journal of South Asian Studies**, v. 43, n. 6, p. 632-657, 2020.

LATOUR, B. **Reagregando o social**: uma introdução à teoria do ator-rede. Salvador: EDUFBA, 2012.

LEAL, V. N. **Coronelismo, enxada e voto**: o município e o regime representativo no Brasil. 5. ed. São Paulo: Alfa-Omega, 2012.

LEMENHE, M. A. A. L. **Família Tradição e Poder**: o(caso) dos coronéis. 1. ed. São Paulo: Anna Blume, 1996.

LOPES JUNIOR, E. Os cangaceiros viajam de Hilux: as novas faces do crime organizado no interior do Nordeste do Brasil. **Cronos**, Natal, v. 7, p. 353-372, 2006.

MAZZA, L. Em dados: a uberização da vida. **Outras Mídias**, 29 mar. 2023. Disponível em: <https://outraspalavras.net/outrasmidias/em-dados-a-uberizacao-da-vida/>. Acesso em: 30 jun. 2025.

MARQUES, A. “Liderança”, “proceder” e “igualdade”: uma etnografia das relações políticas no Primeiro Comando da Capital. **Etnográfica**: revista do Centro em Rede de Investigação em Antropologia, v. 14, n. 2, 2010.

MARQUES, A. **Intrigas e questões**: tramas sociais no sertão de Pernambuco. 2001. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2001.

MATOS JUNIOR, C. **Violência, medo e cidadania**: experiências urbanas em Fortaleza. 2008. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Departamento de Ciências Sociais, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2008.

MELO, J. G.; PAIVA, L. F. Violências em territórios faccionados do Nordeste do Brasil: notas sobre as situações do Rio Grande do Norte e o Ceará. **Revista USP**, v. 129, p. 47, 2021.

MINAYO, M. C. S. A violência sob a perspectiva da saúde pública. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. X, n. 1, p. 7-18, 1994.

MINAYO, M. C. S. **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 1994.

MISSE, Michel. Crime organizado e crime comum no Rio de Janeiro: diferenças e afinidades. **Revista de Sociologia e Política**, v. 19, n. 40, out. 2011.

MISSE, Michel. **Crime e violência no Brasil contemporâneo**: estudos de sociologia do crime e da violência urbana. Rio de Janeiro: Lumen Juris editora, 2006.

MORAES, S. S. Entre o 157 e as correrias: as dinâmicas da violência e do crime em Fortaleza. **Revista Tomo**, v. 1, p. 63-86, 2022.

NASCIMENTO, F. E. M.; SIQUEIRA, Í. B. L. Dinâmicas “faccionais” e políticas estatais entre o dentro e o fora das prisões do Ceará. **Revista Tomo**, v. I, p. 123-164, 2022.

OLIVEIRA, R. C. **O trabalho do antropólogo**. 2. ed. Brasília: Paralelo 15; São Paulo: Ed. UNESP, 2000.

PINHEIRO FILHO, J. H. C. **A cidade pornotópica: prostituição, moralidade e controle social em Fortaleza (1887–1940)**. 2021. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2021.

PAIS, J. M. Buscas de si; expressividade e identidades juvenis. *In*: ALMEIDA, M. I. M.; EUGENIO, F. (org.). **Culturas jovens: novos mapas do afeto**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2006.

PAIVA, L. F. S. Aqui não tem gangue, tem facção: As transformações sociais do crime em Fortaleza. **Caderno CRH**, Salvador, v. 32, n.85, jan./abr. p. 165-184, 2019.

PAIVA, L. F. S. **Contigências da violência em um território estigmatizado**. 2007. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em Sociologia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2007.

PEREIRA, M. F. R.; DANTAS, E. W. C. Dinâmica do crescimento populacional. *In*: PEQUENO, L. R. B. **Como anda Fortaleza**. Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrôpoles, 2009.

PIRES, A. de F. **A vida no crime é louca: as relações criminais em um complexo de favelas**. 2018. 299f. – Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em Sociologia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2018.

PRADO, R. **As secas e a urbanização de Fortaleza: retirantes, exclusão e expansão urbana**. Fortaleza: Edições UFC, 2013.

RAMOS, S; MUSUMECI, L. **Elemento suspeito: abordagem policial e discriminação na cidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

RIBEIRO, J. M. de C. **Conflitos, territórios e identificações: o encontro de experiências nas torcidas organizadas Cearamor e M.O.F.I**. 2010. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Departamento de Ciências Sociais, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2010.

RIBEIRO, C. T.; NASCIMENTO, Z. Racismo, violência e a questão das drogas no Brasil: faces da segregação. **Subjetividades**, v. 20, p. 1-12, 2020.

RODGERS, D. “Haciendo del peligro una vocación: La antropología, la violencia, y los dilemas de la observación participante”. **Revista Española de Investigación Criminológica**, v. 2, n. 1, p. 1-24. 2006.

SÁ, L. **Guerra, mundo e consideração: uma etnografia das relações sociais dos jovens no Serviluz**. 2010. Tese (Doutorado em Sociologia) – Departamento de Ciências Sociais, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2010.

SÁ, L.; AQUINO, J. P. D. A guerra das facções no Ceará: socialidade armada e disposição viril de matar. *In*: REUNIÃO ANUAL DA ANPOCS, 2018, Caxambu. [Anais ...]. [S. l.]: Anpocs 2018. v. 1, p. 1.

SANTIAGO, N. F. **Gangues da madrugada**: práticas culturais e educativas dos pichadores de Fortaleza nas décadas de 1980 e 1990. 2011. 94 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-graduação em Educação Brasileira, Fortaleza, 2011.

SANTIAGO NETO, J. P. **Riscos e perigos**: um estudo sobre os conflitos cotidianos dos agenciadores do tráfico de drogas ilícitas. 2014. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em Sociologia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2014.

SANTIAGO NETO, J. P. **Fronteiras de pedra**: controle, exclusão e sociabilidade nas madrugadas da praça. 2011. (Monografia) - Departamento de Ciências Sociais pela Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2011.

SANTIAGO NETO, J. P.; MATOS JUNIOR, C. C. Os muros da cidade: domínios territoriais, alianças e segurança em Fortaleza, Ceará. **Revista Fotocronografia**, v. 5, p. 118-126, 2019.

SANTIAGO NETO, J. P.; MATOS JUNIOR, C. C. Mercados Ilegais e Dinâmicas Criminais: Notas sobre as Transformações do Tráfico de Drogas nas Periferias de Fortaleza, Ceará. **Revista Tomo**, v. 1, p. 39-62, 2022.

SANTIAGO NETO, J. P.; MATOS JUNIOR, C. C.; SOUSA, T. História de vida, tráfico e violência nas periferias de Fortaleza-CE. **Conhecer - Debate entre o Público e o Privado**, v. 27, p. 115, 2021.

SANTIAGO NETO, J. P.; MATOS JUNIOR, C. C. Redes criminais, tráfico e consumo de drogas nas periferias de Fortaleza, Ceará, Brasil (2000-2020). **Cultura Y Droga**, v. 26, p. 17-39, 2021.

SANTIAGO NETO, J. P.; LOPES, A. P. N.; MATOS JUNIOR, C. C. Educação e Violência: reflexões sobre homicídios, abandono escolar e vulnerabilidade juvenil em Fortaleza, Ceará. **Revista Labor**, v. 2, p. 150-169, 2021.

SANTIAGO NETO, J. P.; SÁ, L. Entre tapas e chutes: um estudo antropológico do baculejo como exercício de poder policial no cotidiano da cidade. **O Público e o Privado (UECE)**, Fortaleza, v. 1, n. 1, p. 147-163, março 2011.

SANTOS, C. R. **Precarização do trabalho e uberização**: uma análise sobre o Uber Moto e os trabalhadores de aplicativo em Salvador/BA. 2022. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2022.

SHERIDAN, J. **Fique rico ou morra tentando**. Estados Unidos: Paramount Pictures, 2005. Resenha. Disponível em: <https://gbubola.wordpress.com/2013/11/27/resenha-de-filmes-fique-rico-ou-morra-tentando/>. Acesso em: 30 jun. 2025.

SIMMEL, G. *In*: FILHO, E. M. (org.). **George Simmel**: sociologia. São Paulo: Ática, 1983.

SOARES, S. S. F. Enlouquecer para sobreviver: manipulação de uma identidade estigmatizada como uma estratégia de sobrevivência. **Revista de Psicologia (Fortaleza)**, Fortaleza, v. 2, p. 45-63, 1984.

SPIVAK, G. C. **Pode o subalterno falar?** Trad. Sandra Regina Goulart Almeida, Marcos Pereira Feitosa, André Pereira Feitosa. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

VELHO, G. Observando o familiar. *In*: NUNES, E. de O. **A aventura sociológica: objetividade, paixão, improviso e método na pesquisa social.** Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

VELHO, G. **Projeto e metamorfose: antropologia das sociedades complexas.** 3. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2003.

WEBER, M. **Economia e Sociedade.** 3. ed. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 2000. v. 1-2.

WHYTE, W. F. **Sociedade de esquina.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

ZALUAR, A. **Pesquisando no perigo: etnografias voluntárias e não acidentais.** *Mana*, Rio de Janeiro, v. 2, p. 75-98, 2009.

ZALUAR, A. **Integração perversa: pobreza e tráfico de drogas.** Rio de Janeiro: FGV, 2004.

## GLOSSÁRIO

**Adianto:** progresso.

**Apagar:** assassinar.

**Beck:** cigarro de canabbis.

**BO:** problema.

**Bobeira:** a esmo, mesmo que ficar de chapéu.

**Boca de prata:** aquele que cobiça mulher comprometida.

**Bote:** ação ameaçadora que visa surpreender em flagrante.

**Cabreiro:** cismado, com medo, assustado.

**Caba:** pessoa, cara.

**Cabeça de gelo:** sensação de está tranquilo.

**Capar:** retirar uma parte, amputar.

**Copiar:** fiscalizar, vigiar.

**Cumade:** mulher.

**Correria:** atividade em geral, mas pode ser comercialização de drogas em um ritmo ativo.

**Colar:** manter contato com outra pessoa. Ex: “ele está colando com os pilantras”.

**Crescer os olhos:** invejar, ser ambicioso ou cobrar caro por uma mercadoria.

**Cria:** nativo, de origem daquele lugar. Das áreas.

**Das áreas:** de origem daquele lugar.

**Desdobrar:** convencer, resolver.

**Despachar:** ato de vender a droga, quando o cliente chega.

**Espirrar:** colocar para fora, expulsar.

**Elemento:** cara.

**Intocado:** escondido.

**Interado:** aquele que é entendido, que sabe de determinada coisa.

**Espanar:** chamar atenção.

**Entocado:** escondido.

**Entrar na mente:** convencer.

**Fio descascado:** problema grave.

**Fly:** Atitude de quem vai fazer a travessia de droga. Ex: “ele foi fazer o fly do beck”.

**Fortalecer:** chegar junto, ajudar, ser generoso com.

**Homi:** polícia.

**Kank:** skank, espécie de canabis tida como mais potente.

**Lei do murici:** cada um agindo individualmente.

**Mancada:** vacilo.

**Maiado:** manjado.

**Missão:** pedra de crack ou uma atividade de corre. Ex: “ele foi na missão de buscar o pó”.

**Nóia:** usuário compulsivo de crack.

**Papudim:** alcoólatra.

**Pivete:** forma de tratamento comum nas periferias para se referir a outra pessoa.

**Pirangagem:** Atitude de trapacear.

**Poitar:** verbo utilizado para se aproveitar de algo que não contribuiu para conseguir.

**Pau no gato:** agredir ou matar.

**Prensado:** maconha em forma prensada.

**Tirar de tempo:** disfarçar.

**Tocaia:** escondido.

**Vai ser sal:** vai dar certo, vai ser resolvido.

**Rodar:** ser capturado pela polícia.

**Roxeda:** excelente.

**Zebrão:** viatura da Polícia Militar de cores preta e branca.